



Curitiba

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014

Organizadoras

OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

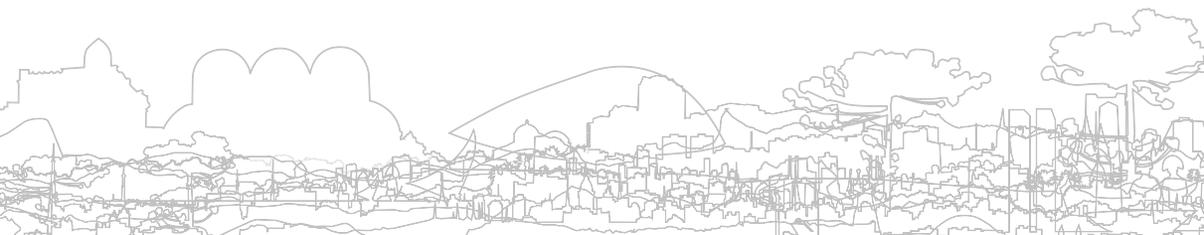
PATRÍCIA BALISKI





Curitiba

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014





CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini

Prof. Dr. Eduardo Faria Silva

Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

Prof.^a Dr.^a Madianita Nunes da Silva

Prof.^a Dr.^a Myrian Del Vecchio de Lima

Prof. Dr. Rodrigo Wolff Apolloni

Prof.^a Dr.^a Rosa Moura



Curitiba

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014

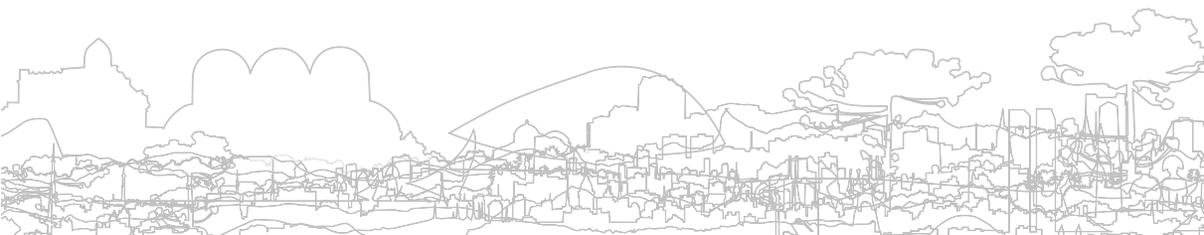
Organizadoras

OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

PATRÍCIA BALISKI



Curitiba, 2015



Depósito legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994 de 14 de dezembro de 2004.

André Mantelli - *Projeto gráfico e capa*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia Glinski Kintopp - CRB/9-1535
Curitiba - PR

C975 Curitiba : os impactos da copa do mundo 2014 / Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski e Patrícia Baliski (Organizadoras). — Curitiba : Kairós Edições, 2015.
273 p. ; 22 cm.

Vários autores
ISBN 978-85-63806-33-8

1. Copas do mundo (Futebol) - Curitiba (PR). 2. Eventos esportivos.
3. Planejamento urbano - Curitiba (PR). 4. Projeto Metropolização e Megaeventos. 5. Investimentos. 6. Economia regional. I. Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. II. Baliski, Patrícia. III. Título.

CDD: 711.4

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL



Antônia Schwinden - *Coordenação Editorial*
Thaíssa Falcão - *Assistente Editorial*
Stella Maris Gazziero - *Diagramação*

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Orlando Alves dos Santos Junior e Christopher Gaffney</i>	
Introdução - Um livro, um tema, várias perspectivas.....	13
<i>Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski e Patrícia Baliski</i>	
1. A Copa do Mundo de 2014 e as transformações em Curitiba: intenções e ações.....	19
<i>Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski</i>	
2. Moradia popular, projeto de cidade e megaeventos esportivos: a invisibilidade dos conflitos urbanos na cidade modelo	35
<i>Fernanda Keiko Ikuta</i>	
3. Centralidade e dinâmica imobiliária em Curitiba: análise exploratória dos impactos das obras da Copa do Mundo FIFA 2014	85
<i>Gislene Pereira, Jussara Maria Silva, Anabelli Simões Peichó, Macon Leitoles e Talissa Faszank</i>	
4. Reflexões sobre os casos do Viaduto Estaiado e do Parque do Centenário da Imigração Japonesa do contexto da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba.....	101
<i>Elena Justen Brandenburg e Ana Caroline de Oliveira Chimenez</i>	
5. A dimensão metropolitana dos megaeventos esportivos. Reflexões a partir de Curitiba no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014.....	127
<i>Alexandre Gomes Ferreira</i>	
6. Um espaço em disputa: a territorialidade dos vendedores ambulantes e das prostitutas travestis e a Zona de Restrição na Copa do Mundo FIFA 2014	155
<i>Anni Caroline Hiramí</i>	
7. Megaeventos e espaço: análise e acompanhamento das transformações metropolitanas decorrentes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba.....	171
<i>Gleyton Robson da Silva</i>	

8. As obras para a Copa do Mundo FIFA 2014 e a legislação urbana: encontros e desencontros.....	189
<i>Anabelli Simões Peichó e Jussara Maria Silva</i>	
9. Megaeventos esportivos, espaço urbano e segurança: Curitiba no contexto da Copa 2014.....	209
<i>Nelson Argentino Soares Junior</i>	
10. Análise dos modelos que legitimaram a escolha do estádio Joaquim Américo para sede dos jogos na Copa do Mundo 2014 em Curitiba	233
<i>Márcio Lucino de Quadros</i>	
11. Boletim Copa em Discussão: trajetória, análises e relevância	253
<i>Patricia Baliski</i>	
Sobre os autores.....	271

APRESENTAÇÃO

O projeto nacional “Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014 nas metrópoles brasileiras”, coordenado pelo INCT Observatório das Metrópoles, teve como objetivo ampliar o espectro analítico sobre as transformações físico-territoriais, socioeconômicas, ambientais e simbólicas associadas a estes megaeventos. Especial ênfase foi dada à distribuição dos benefícios e dos custos nas diversas esferas que envolvem o processo de adequação da cidade às exigências infraestruturais para a realização dos referidos eventos, partindo-se de um ponto de vista comparativo em relação a experiências internacionais similares anteriores.

Assim, combinando uma metodologia qualitativa e quantitativa, o projeto investigou as transformações urbanas ocorridas nas cidades-sede onde se realizaram os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus e Cuiabá), bem como seus desdobramentos socioespaciais. Visando alcançar este objetivo, a análise se pautou pela utilização de quatro eixos interligados, quais sejam: (i) desenvolvimento econômico; (ii) esporte e segurança; (iii) moradia e mobilidade; e (iv) governança urbana.

A pesquisa evidenciou que os megaeventos esportivos no Brasil estão associados à implementação de grandes projetos urbanos e vinculados a projetos de reestruturação das cidades. Dessa forma, não é possível separar a Copa do Mundo e as Olimpíadas dos projetos de cidade que

estão sendo implementados. E isso se traduz no próprio orçamento que foi disponibilizado e nos investimentos realizados. A análise da pesquisa confirma a hipótese inicial de que associado aos megaeventos estaria em curso o que pode ser chamado de “nova rodada de mercantilização” das cidades, traduzida na elitização das metrópoles brasileiras associada à difusão de uma certa governança urbana empreendedorista de caráter neoliberal e do fortalecimento de certas coalizões urbanas de poder que sustentam esse mesmo projeto. É preciso registrar que esta é uma análise do ponto de vista nacional, que deve levar em consideração diferenças significativas entre as cidades-sede. O presente livro ressalta exatamente os resultados desta análise, ponto de vista das pesquisas realizadas em Curitiba, por ocasião dos preparativos para o megaevento nessa cidade.

No processo de preparação da Copa do Mundo, fica evidenciado que a gestão pública teve um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. Tais investimentos seriam fundamentais para viabilizar as novas condições de acumulação urbana nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a reestruturação urbana das cidades-sede da Copa deve contribuir para a criação de novas condições de produção, circulação e consumo, centrada em alguns setores econômicos tradicionais importantes. Esses setores são, principalmente, os de ponta e o setor de serviços, envolvendo o mercado imobiliário, o sistema financeiro de crédito, o complexo petrolífero, a cadeia de produção de eventos culturais (incluindo o funcionamento das arenas esportivas), o setor de turismo, o setor de segurança pública e privada, e o setor automobilístico. Este último, aquecido com as novas condições de acumulação decorrente dos (des)investimentos em transporte de massas.

Nessa perspectiva, o poder público tem adotado diversas medidas vinculadas aos investimentos desses setores, tais como: isenção de impostos e financiamento com taxas de juros reduzidas; transferência

de patrimônio imobiliário, sobretudo por meio das parcerias público-privadas (PPPs) e operações urbanas consorciadas; e remoção de comunidades de baixa renda das áreas urbanas a serem valorizadas. De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e à gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público mediante processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias para áreas periféricas, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.

Além disso, no que diz respeito à governança urbana, percebe-se a crescente adoção dos princípios do empreendedorismo urbano neoliberal, nos termos descritos por David Harvey, pelas metrópoles brasileiras, impulsionada em grande parte pela realização desses megaeventos. Esse projeto empreendedorista de cidade que está em curso parece ser marcado por uma relação promíscua entre o poder público e o poder privado, uma vez que o poder público se subordina à lógica mercantil de diversas formas, entre elas, por intermédio das parcerias público-privadas. Mas esta não é a única forma de subordinação do poder público verificada. Por exemplo, a Lei Geral da Copa, replicada em todas as cidades-sede tanto por meio de contratos firmados entre as prefeituras e a FIFA como por meio de leis e decretos municipais, expressa uma outra forma de subordinação, pelo fato de o Estado adotar um padrão de intervenção por exceção, incluindo a alteração da legislação urbana para atender aos interesses privados.

Por tudo isso, parece evidente que as intervenções vinculadas à Copa do Mundo/2014 e às Olimpíadas/2016 envolvem transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades brasileiras. Com isso, torna-se necessário aprofundar a análise dos impactos desses megaeventos esportivos a partir da hipótese, aqui exposta, de emergência

do padrão de governança empreendedorista empresarial urbana e da nova rodada de mercantilização/elitização das cidades. Este livro busca discutir esta hipótese à luz da experiência de Curitiba e contribuir para o enfrentamento dos processos em curso, na perspectiva da promoção do direito à cidade e da justiça social.

Os artigos que compõem esta coletânea sobre os impactos da Copa 2014 em Curitiba configuram um importante documento institucional desse momento de investimentos e mudanças nesta cidade. Como o leitor poderá observar pela leitura dos artigos, pode-se dizer que a Copa do Mundo não representa uma inflexão na trajetória política da cidade de Curitiba, que já vinha vivenciando uma transição na adoção de modelos neoliberais de política urbana. Mas não se pode deixar de reconhecer que a Copa do Mundo representou a legitimação e a aceleração desse projeto. A política urbana municipal, sustentada na aliança entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, e em uma coalizão de poder que subordina o interesse público à lógica do mercado, busca tornar Curitiba uma espécie de cidade-modelo, mas diversos processos revelam dinâmicas socioespaciais segregadoras, caminhando na direção da elitização da cidade. Nesse contexto, atravessado de contradições, não se pode deixar de reconhecer a emergência de diversos processos de resistência e contestação que questionam este modelo, reivindicando uma cidade mais justa e democrática. Especificamente durante a preparação da Copa do Mundo, Curitiba foi uma dos principais palcos de contestação e resistência ao processos de violação dos direitos humanos associados às intervenções deste megaeventos esportivo.

O projeto desenvolvido pelo INCT Observatório das Metrôpoles contou com uma rede de pesquisadores e o engajamento de diversas instituições de pesquisa e universidades espalhadas pelo país. Em Curitiba, a pesquisa integrou as atividades do LaDiMe - Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas ligado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, teve o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Curso

de Direito todos da UFPR e do Projeto de Extensão Cidade em Debate (UFPR/Universidade Positivo), além do Comitê Popular da Copa de Curitiba. Em especial, cabe destacar a dedicação do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, onde foram desenvolvidas as pesquisas vinculadas à rede nacional. Esse núcleo local viabilizou uma ampla discussão e o engajamento de vários segmentos, entre acadêmicos, estudantes e movimentos da sociedade civil organizada, resultando na coletânea ora apresentada.

O projeto nacional contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem a rede de pesquisa do projeto agradece, e sem o qual não seria possível desenvolver tal estudo. Além disso, cabe um agradecimento especial aos Comitês Populares da Copa, organizados nas cidades-sede, e à Articulação Nacional dos Comitês Populares (ANCOP), que se constituíram em interlocutores privilegiados dos resultados da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.

Orlando Alves dos Santos Junior

Christopher Gaffney

*Coordenadores do Projeto Metropolização e Megaeventos:
impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas metrôpoles brasileiras*

INTRODUÇÃO

Um livro, um tema, várias perspectivas

Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

Patrícia Baliski

Preparar um livro é uma tarefa complexa: envolve pessoas que se dedicam a pesquisar, refletir, escrever, organizar, rever o texto, além de mobilizar recursos, sem os quais o mesmo não se efetivaria.

Por isso, é para nós motivo de alegria finalizar o presente livro que registra algumas reflexões sobre os impactos da Copa do Mundo de 2014 em Curitiba. Tais reflexões foram realizadas no âmbito do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles e do projeto nacional, desenvolvido pelo INCT/Observatório das Metrôpoles, intitulado *Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016*, e financiado pela FINEP, bem como do projeto *Megaeventos e espaço: análise e acompanhamento das transformações metropolitanas decorrentes da realização da Copa do Mundo de 2014 em Curitiba (PR)*, financiado pelo CNPq, Edital Ciências Humanas CNPq/CAPES N. ° 07/2011.

Envolveram-se no projeto de produção do presente livro, pessoas de diferentes formações e de diferentes graus de maturidade acadêmica, que resultou da dinâmica de trabalho que contou com grande variedade de pesquisadores interessados no tema da Copa de 2014.

A Universidade Federal do Paraná foi a instituição que acolheu tais pesquisadores, pelo fato de eles serem professores ou alunos de seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como integrantes do projeto de extensão Cidade em Debate, desenvolvido em parceria com a Universidade Positivo.

Portanto, os capítulos foram resultados de pesquisas individuais e coletivas, realizadas sob a forma de dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de conclusão de curso, estágios de pós-doutorado, dentre outras.

Seu principal desafio é o de fornecer leituras acerca do processo de realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba, levantando questões que ora foram muito discutidas, ora foram obscurecidas pelos debates e interesses próprios que cercaram tal evento.

Ao longo dos anos de desenvolvimento dos projetos mencionados anteriormente, uma série de textos foi publicada, trabalhos apresentados em eventos e palestras proferidas, o tema ganhou destaque e projeção, não apenas em Curitiba, como também nas demais cidades-sedes e em todo o Brasil. Contudo, passado um ano de sua realização, todas as questões mobilizadoras de pessoas, pesquisadores e opinião pública ficaram apenas na memória.

Disso resulta a relevância de registrar, sob a forma dos onze (11) artigos que compõem o presente livro, algumas das questões importantes que permearam tal processo, sintetizadas no próprio título do livro *Metropolização e Megaeventos. Curitiba: os impactos da Copa do Mundo 2014*.

Além da *Apresentação* feita pelos coordenadores gerais do projeto em nível nacional, Orlando Alves dos Santos Júnior e Christoffer Gaffney e desta *Introdução*, escrita pelas organizadoras do livro, e que situam o leitor numa escala mais ampla de trabalho, cada um dos capítulos que se seguem oferece uma interpretação das diferentes dimensões abrangidas pela realização da Copa 2014 em Curitiba.

No primeiro capítulo de autoria de Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski e intitulado *A Copa do Mundo de 2014 e as transformações em Curitiba: intenções e ações*, elementos sobre as opções de projetos e obras são apresentados, revelando as intenções que se tinha no início

do processo (2009/10) em termos de projetos e obras para a cidade e as ações que de fato foram efetivadas, mostrando que os resultados foram muito limitados em face do pretendido.

O segundo capítulo, intitulado *Moradia popular, projeto de cidade e megaeventos esportivos: a invisibilidade dos conflitos urbanos na cidade modelo*, de autoria de Fernanda Keiko Ikuta, foi desenvolvido no âmbito de seu estágio de pós-doutorado e tem por objetivo *compreender o processo de expansão do capital no urbano e seu projeto de cidade no contexto dos megaeventos*, para fazê-lo, são discutidas as alianças políticas subjacentes ao modelo de planejamento e construção do mito da cidade-modelo, além de questões relativas à moradia popular, conflitos urbanos e apresentados casos específicos de violações do direito à moradia nas obras da Copa.

No capítulo *Centralidade e dinâmica imobiliária em Curitiba: análise exploratória dos impactos das obras da Copa do Mundo FIFA 2014*, de autoria de Gislene Pereira, Jussara Maria Silva, Anabelli Peichó, Maicon Leitoles e Talissa Faszank, os autores discutem as *alterações na centralidade e dinâmica imobiliária dos bairros da cidade de Curitiba onde estão localizadas as obras vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014*. Para tanto, utilizam metodologia relacionada à análise sintática, para definir os subcentros morfológicos de Curitiba e os Censos do IBGE para identificar a centralidade demográfica, após o que tais dados são comparados com a dinâmica imobiliária, expressa por meio do preço médio do metro quadrado da terra na cidade, resultando numa análise exploratória do impacto das obras na estrutura urbana.

O quarto capítulo é intitulado *Reflexões sobre os casos do Viaduto Estaiado e do Parque do Centenário da Imigração Japonesa do contexto da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba*, de autoria de Elena Justen Brandenburg e Ana Caroline de Oliveira Chimenez, nele são desvendados processos ocultos decorrentes de ações do poder público municipal e do capital imobiliário que impactaram áreas específicas da cidade, além de promoverem a violação de direitos fundamentais de moradores das mesmas.

A dimensão metropolitana dos megaeventos esportivos. Reflexões a partir de Curitiba no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014, de autoria de Alexandre Gomes Ferreira, é um capítulo que se dedica a refletir sobre a dimensão metropolitana dos impactos da Copa, tanto no que diz respeito a eles como estratégia de desenvolvimento urbano regional/metropolitano quanto sobre as repercussões dos investimentos no âmbito das regiões metropolitanas, com especial ênfase a Curitiba.

No capítulo intitulado *Um espaço em disputa: a territorialidade dos vendedores ambulantes e das prostitutas travestis e a Zona de Restrição na Copa do Mundo FIFA 2014*, Anni Caroline Hiram discute alguns dos elementos impostos pela FIFA para promover uma espécie de limpeza das áreas próximas aos estádios, de modo a que a realidade cotidiana não seja exposta aos olhos dos visitantes. Para tanto, escolhe alguns grupos compostos por trabalhadores informais, em particular os vendedores ambulantes e as prostitutas travestis, para quem a rua constitui-se num local de trabalho que conforma territorialidades específicas e conflitantes com o estabelecimento da zona de restrição ao comércio determinada pela FIFA no entorno do estádio de realização dos jogos.

Compreender a relação entre as obras da Copa e a atuação das empresas que venceram as licitações nas cidades-sede em todo o país é o objetivo do capítulo escrito por Gleyton Robson da Silva e intitulado *Megaeventos e espaço: análise e acompanhamento das transformações metropolitanas decorrentes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba*. A hipótese norteadora do trabalho é a de que um mesmo conjunto de grandes empresas atuaria em todo o país, com limitadas possibilidades de inserção de empresas locais, favorecendo, assim, as grandes empresas de atuação nacional.

No capítulo *As obras para a Copa do Mundo FIFA 2014 e a legislação urbana: encontros e desencontros*, de autoria de Anabelli Peichó e Jussara Maria Silva, questões relacionadas ao tema da Governança Urbana e Metropolitana são tratadas, tendo por objetivo verificar a relação entre as obras da Copa e a legislação urbanística dos municípios onde as mesmas se desenvolvem.

No capítulo *Megaeventos esportivos, espaço urbano e segurança: Curitiba no contexto da Copa 2014*, Nelson Argentino Soares Júnior dedica-se ao tema da segurança na cidade, em especial como os investimentos nesse setor *serão socialmente utilizados e distribuídos antes, durante e após a realização da Copa 2014*. Preocupa-se, também, com os impactos que os projetos de reestruturação urbana poderão causar em relação à prevenção ao crime no ambiente urbano.

Márcio Lucino de Quadros é o autor do capítulo denominado *Análise dos modelos que legitimaram a escolha do estádio Joaquim Américo para sede dos jogos na Copa do Mundo 2014 em Curitiba*. Nele, dedica-se a compreender o processo adotado pela FIFA e que resultou na escolha do Estádio Joaquim Américo Guimarães como sede dos jogos da Copa do Mundo 2014 na cidade de Curitiba.

Por fim, Patrícia Baliski nos oferece o texto intitulado *Boletim Copa em Discussão: trajetória, análises e relevância*, que registra o processo de constituição de um importante mecanismo de divulgação de informações e opiniões a respeito da Copa de 2014 e que teve circulação mensal de agosto de 2011 até setembro de 2014. Variados e relevantes temas foram tratados ao longo desse período, tanto de caráter teórico quanto das intervenções em curso, permitindo o acompanhamento de todo o processo de preparação da Copa em Curitiba e também em Porto Alegre.

Esperamos que os textos possam evidenciar parte dos esforços interpretativos dos autores e constituir-se em registro de um momento ímpar de nossa realidade recente.

A COPA DO MUNDO DE 2014 E AS TRANSFORMAÇÕES EM CURITIBA: INTENÇÕES E AÇÕES

Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

Passada a Copa de 2014, finalizadas as obras prioritárias, postergada a conclusão de algumas e abandonadas definitivamente outras, parece oportuno lançar um olhar de balanço das ações que envolveram a realização desse megaevento em Curitiba.

Esse balanço não pretende ser definitivo, mas apenas uma reflexão sobre alguns dos elementos que foram marcantes nos preparativos da cidade para sediar jogos da Copa de 2014.

Observando-se a Matriz de Responsabilidades – que definiu e pactuou responsabilidades pelos investimentos a serem realizados para viabilizar a Copa de 2014 (Tabela 1) –, três tipos de investimentos foram prioritários: mobilidade, que absorveu 32% dos investimentos; estádios, com 31% e aeroportos com 23%. Além dessas, outras também existiram, mas tiveram uma repercussão menor em termos de montantes de investimentos, foram elas: portos, telecomunicações, segurança e turismo.

Desse modo, a prioridade residiu em obras, mobilizando vultosos recursos para as áreas de engenharia, projeto e construção civil. As obras têm papel importante na transformação das cidades, na medida em que são fundamentais na implantação de infraestrutura e na potencialização de acessos às partes da cidade. Cabe ressaltar que, na lógica de valorização do solo urbano nas cidades capitalistas, não são

as peculiaridades naturais do solo que promovem sua valorização mas sua localização, dada por atributos de infraestrutura e acessibilidade. Locais mais acessíveis são aqueles que adquirem maior valor.

TABELA 1 - BRASIL COPA DO MUNDO 2014: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS POR SETORES

SETORES	EM REAIS (R\$)	% DOS INVESTIMENTOS
Mobilidade Urbana e Obras de Entorno	8.727.000,00	32,2
Estádios	8.383.600,00	30,9
Aeroportos	6.280.600,00	23,1
Segurança	1.797.700,00	6,6
Portos	597.700,00	2,2
Telecomunicações	383.300,00	1,4
Turismo	172.300,00	0,6
Instalações Complementares ⁽¹⁾	778.100,00	2,8
TOTAL ⁽²⁾	27.120.000,00	100,00

FONTE: Matriz de Responsabilidades Dez. 2014. Acesso em: 20 de maio de 2015

NOTAS: (1) Instalações complementares relativas à Copa de 2014 e à Copa das Confederações 2013.

(2) Embora tenha sido detectada uma pequena diferença entre o total apresentado na Matriz e aquele que resultou da soma dos itens, optou-se por considerar o valor oficial.

Portanto, as obras podem ter, para além de sua finalidade de curto prazo, qual seja, viabilizar a realização da Copa de 2014, efeitos de médio e longo prazo, alterando paisagens e promovendo a valorização do solo urbano¹.

Partindo da proposição de Santos Jr (2015), pode-se afirmar que os megaeventos marcaram uma fase de *governança empreendedorista nas metrópoles brasileiras*, caracterizada pela estreita relação entre o neoliberalismo e um novo tipo de governança urbana, de caráter empreendedorista. Para o autor, três características principais desse modelo podem ser apontadas: a emergência das parcerias público-privadas; a subordinação das atividades empreendedoras ao mercado e a escolha de partes do território da cidade para inversão de investimentos, perdendo de vista a totalidade urbana.

A partir desse pressuposto e entendendo que tais referenciais de análise, embora partindo dos países centrais, podem explicar as transformações havidas nas cidades brasileiras por ocasião da realização da Copa de 2014,

¹ Embora na maioria dos casos as obras promovam valorização do solo, há situações em que elas podem provocar o processo inverso, sobretudo quando criam dificuldades de circulação para partes específicas do local sob intervenção.

o autor aponta os elementos norteadores da análise empreendida nas 12 cidades-sedes da Copa no Brasil², tendo em vista o reconhecimento de um *novo padrão de governança empreendedorista neoliberal*, a saber:

- a. O desmantelamento e a destruição de estruturas urbanas, formas institucionais e regulações vinculadas à trajetória dos diferentes municípios, visando à desregulamentação da economia, a promoção de uma nova rodada de mercantilização das cidades e o fechamento dos espaços públicos de participação a elas vinculados.
- b. A construção de novos espaços urbanos, instituições, modalidades de gestão pública e de regulação institucional adequados aos princípios do neoliberalismo e à governança urbana empreendedorista neoliberal.
- c. A manutenção de espaços urbanos, arranjos institucionais e regulações públicas anteriores que são fundamentais para o exercício do poder da nova coalização empreendedorista, na medida que esta tem que compor com as antigas coalizões de poder vinculadas a trajetória política das diferentes cidades. (SANTOS JR, 2015, p. 24-25)

Assim, os megaeventos teriam a capacidade de contribuir de modo importante na promoção de um novo ciclo de mercantilização nas cidades-sede, embora de modo diferenciado em cada uma delas.

Em Curitiba não foi diferente, sua inclusão como cidade-sede resultou num processo de transformações de alcance limitado e circunscrito a áreas bem definidas da cidade, além de que parte das obras previstas ainda está inconclusa, cerca de um ano depois de finalizada a Copa.

Cidades e megaeventos

Qual é a relação entre um megaevento esportivo, como a Copa do Mundo, e a cidade? Qual é o poder transformador esperado? A que se deve tal expectativa? São perguntas simples, mas de resposta complexa.

Desde meados da década de 1990 tal relação tem sido aprofundada, sobretudo em razão das transformações ocorridas em Barcelona,

² A análise das 12 cidades-sedes foi possível em razão do desenvolvimento em conjunto do projeto "Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016", financiado pela FINEP e desenvolvido no âmbito da rede INCT/Observatório das Metrôpoles.

na Espanha, quando da realização das Olimpíadas no ano de 1992. Um conjunto de obras que alterou a dinâmica urbana, colocou Barcelona como ícone das potencialidades transformadoras ativadas por megaeventos.

Esse período foi também resultado do grande aporte de recursos provenientes da União Europeia de modo a erguer as economias mais atrasadas do bloco, dentre elas Espanha e Portugal. Recursos para infraestrutura foram abundantes, obras se realizavam por toda a Península Ibérica, de modo a dotá-la de condições materiais que aproximassem tais países dos demais. Rapidamente essa relação favorável a Barcelona passou a servir de referencial positivo para os gestores, que também alteraram sua forma de ver e gerir as cidades. O empresariamento e o empreendedorismo passaram a ser a forma de conduzir a política urbana, conforme tratado anteriormente.

Dessa maneira, parcerias público-privadas se tornaram o objeto de desejo de todos os gestores para viabilizar as intervenções nas cidades. Intensificou-se o chamado *planejamento estratégico* e, em seu interior, o *marketing* urbano se destacou. A cidade passou a ser vista como mais uma mercadoria disponível em um mundo globalizado.

Contudo, embora potencializado recentemente e sob novas determinações, a relação entre megaeventos e cidade é antiga. Pode-se apontar a era das Exposições Universais como um momento fundamental para a inauguração de processos de transformação urbana motivado por grandes eventos.

Foi o que ocorreu em Londres no ano de 1851, quando se deu a instalação do Palácio de Cristal, uma grande estrutura temporária em pleno Hyde Park, por ocasião da Exposição Universal. Também o que hoje se considera um ícone urbano mundial, a Torre Eiffel, foi pensado como uma estrutura temporária, instalada para a Exposição Universal de Paris no ano de 1889, o mesmo se deu com o Atomium em Bruxelas, também uma estrutura provisória tornada definitiva e instalada por ocasião da Expo 1958.

Esses exemplos permitem evidenciar a estreita relação entre os grandes eventos e a transformação da cidade, embora todos os exemplos citados sejam de ações pontuais, no sentido mesmo de um monumento. Tal perspectiva, embora seja incapaz, pelos pressupostos apresentados no início deste texto, de transformar toda a cidade, foi sendo ampliada para abranger partes da cidade, tal foi o caso da Expo Lisboa 1998, cujo resultado foi a regeneração de ampla área portuária – o Parque das Nações –, com a implantação de estruturas voltadas aos serviços e comércios superiores, além de atratividade turística com a instalação, dentre outros equipamentos de lazer e cultura, do Oceanário.

Na atualidade, o protagonismo dos megaeventos associa-se, intimamente, às novas dimensões do capitalismo e sua indissociável relação com os interesses da mídia e das grandes empresas.

Embora sejam variadas as possibilidades de definição de megaeventos, valemo-nos da proposta por Hall (1992), para quem os megaeventos se constituem como um conjunto de eventos, não apenas esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, mas também as Exposições ou Feiras Mundiais. Como principais características, aponta o fato de estarem direcionados à criação de novos destinos ou incrementação de destinos já existentes no âmbito do turismo internacional; de terem sua grandiosidade – mega –, relacionada ao público abrangido, à exposição na mídia, à inversão de recursos públicos, além dos impactos sobre a sociedade local em razão dos altos custos das instalações necessárias e, não menos importante, aos efeitos políticos a eles associados.

Parece oportuno associar essa fase do capitalismo ao que Ascher (2004) denominou de hipermodernidade ou Augé (2012), de supermodernidade, que imprimem novas perspectivas aos grandes eventos. A mídia tem papel central na contemporaneidade, potencializada pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, que aceleram processos e formam opinião de modo instantâneo, para eventos que são também consumidos instantaneamente.

Ascher (2004) denomina tal fase de *capitalismo cognitivo*, oriundo de uma Terceira Revolução Urbana, característica da passagem do século XX para o XXI, no interior da qual se destacam elementos de uma economia cognitiva, reflexiva, que mobiliza os avanços da ciência e da técnica e, na qual, “parte crescente das atividades econômicas e dos valores que ela produz, depende do capital cognitivo incorporado aos homens, às máquinas e às organizações” (ASCHER, 2004, p. 46).

Com isso, a sociedade ocidental se transforma passando de um sistema econômico com base na indústria para outro, baseado na economia cognitiva, ou seja, na “produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informações e procedimentos” (ASCHER, 2010, p. 48). Num tal contexto, os “ativos intangíveis”, se destacam, tais como saberes, conhecimentos, criatividade, o que potencializa os megaeventos como atividade intrínseca a esse novo momento, em especial justificado pelo fato de que a crise do Estado,

leva o poder público nacional e local a recorrer cada vez mais a atores privados para assegurar todo tipo de prestações, mesmo tendo que subsidiar esses atores ou mesmo aqueles que devem comprar seus produtos e serviços. As concessões e as parcerias público-privadas multiplicam-se sob diversas formas (ASCHER, 2010, p. 57).

Como resultado, os megaeventos se apresentam como importante estratégia de inserção da cidade na lógica da competição internacional, por meio da qual a cidade teria um rol de vantagens ao sediar os mesmos.

Desde 2008 com as Olimpíadas na China e em 2010 com a realização da Copa do Mundo na África do Sul, fortalece-se a tendência de realizar megaeventos em países fora do eixo tradicional Europa-América do Norte e parte da Ásia (Japão, em especial). Nota-se, assim, o deslocamento dos megaeventos em direção aos *países do sul*, conforme denomina Boaventura de Souza Santos (2000), resultando numa dinâmica de inserção desses países no cronograma das Copas do Mundo: África do Sul, 2010; Brasil, 2014; Rússia, 2018 e Catar, 2022. Nesses países, além da fragilidade das instituições democráticas e da participação social nas decisões, que são facilitadores da imposição de regras e normas

transitórias em favor dos interesses dos promotores dos megaeventos, também o custo do capital é maior e o custo do trabalho menor em razão dos mais baixos salários, assim como os custos operacionais e de infraestrutura (BETARELLI JR e outros, 2011).

Essa mudança de tendência exige também novos referenciais de análise, novos olhares sobre quem ganha e quem perde, sobre a participação da sociedade nas decisões e escolhas, sobre a aplicação de recursos públicos, e sobre o que fica de todo esse processo.

Curitiba e a Copa de 2014

No contexto anteriormente explicitado, e de modo ousado, o Brasil se candidatou a sediar dois dos maiores megaeventos esportivos, com apenas dois anos de diferença entre eles: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de Verão em 2016.

Tais megaeventos produzem diferentes efeitos transformadores nas cidades. Enquanto a Copa do Mundo se configura a partir de uma única modalidade esportiva, cuja competição se desenvolve por diferentes cidades-sede no país anfitrião, as Olimpíadas abarcam distintas modalidades esportivas e as competições estão centralizadas numa única cidade. As Olimpíadas demandam uma infraestrutura mais complexa para viabilizar os jogos, diferentes equipamentos esportivos e, inclusive, alojamentos adequados para os atletas, amadores em sua maioria.

Em 2007, o Brasil foi escolhido pela FIFA como país anfitrião da Copa de 2014, ao que se seguiram os preparativos para a apresentação do plano de ação e das candidaturas das pretensas cidades-sedes. Dentre elas Curitiba, efetivada como sede em 2009, ao lado de outras 11 cidades.

Após o que, teve início a preparação da cidade, com a proposição de projetos a serem efetivados. Um amplo conjunto de obras foi proposto, e dele resultaria uma grande transformação da/na cidade.

Dentre os principais projetos anunciados estavam: 1) o metrô, cujo trajeto ligaria o bairro de Santa Cândida, localizado no extremo norte do município à CIC – Cidade Industrial de Curitiba, ao sul; 2) a conclusão da Linha Verde, antiga BR 116 transformada em avenida em seu trecho urbano e com zoneamento próprio permitindo o adensamento e a verticalização, além de contar com sistema BRT – *Bus Rapid Transit*; 3) a construção da terceira pista do aeroporto Afonso Pena; 4) o anel ferroviário, com vias paralelas ao contorno viário; 5) o corredor metropolitano, obra viária que abrangeria parte dos municípios metropolitanos; 6) o estádio, á época considerado em estágio adiantado de finalização; 7) a avenida das Torres e demais vias (Marechal Floriano, Salgado Filho) que proporcionam o acesso ao aeroporto; 8) as vias radiais de acesso a Colombo e Pinhais, dois municípios conurbados a Curitiba; 9) a reforma e ampliação da Rodoferroviária; 10) a transformação da avenida Cândido de Abreu, artéria importante que liga o Centro Cívico ao Centro Comercial de Curitiba, com a implantação de um calçadão e readequação das vias para veículos e ônibus.

Ao se observar a quantidade de intervenções previstas e sua distribuição pela cidade, concluíam-se sobre o potencial transformador inerente aos preparativos para a Copa. Importante ressaltar que os projetos não eram novos, mas faziam parte de um conjunto de obras já pensadas desde há muito para a cidade e que, de fato, pouca relação tinham com a Copa. Nesse sentido, as diversas fontes de recursos públicos disponibilizadas por meio dos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), tanto específico para a Copa como o de Mobilidade, seriam os grandes financiadores dos projetos.

O menor problema de Curitiba à época, era o estádio, que já estava praticamente pronto, resultado de uma ampla reforma que disponibilizou, no ano de 1999, a nova arena multiuso, uma das mais modernas do país. Portanto, o mais próximo daquilo que se imaginava como concluído.

Desse modo, em 2009 acreditava-se que os projetos transformariam Curitiba, resultando em ganhos para o conjunto da sociedade e em melhorias urbanas desde há muito necessárias.

Contudo, o tempo passou, o ano da realização da Copa chegou e uma grande mudança pode ser observada entre a intenção das propostas e a efetividade das ações (Quadro 1).

QUADRO 1 - CURITIBA OBRAS PREVISTAS NA MATRIZ DE RESPONSABILIDADE NOS ANOS DE 2010, 2012 E 2014

2010	2012	2014
Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)
BRT: Corredor Aeroporto/Rodoferroviária	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	Corredor Aeroporto/Rodoferroviária (Gov. Estadual e Gov. Municipal)
Sistema Integrado de Monitoramento	Sistema Integrado de Monitoramento	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual e Gov. Municipal)
BRT: Av. Cândido de Abreu	Corredor Avenida Cândido de Abreu	
Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)
BRT: Extensão da Linha Verde Sul	BRT: Extensão da Linha Verde Sul	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano
Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)
Requalificação do Corredor Marechal Floriano	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual e Gov. Municipal)
Corredor Metropolitano (Requalificação de Vias Existentes)	Corredor Metropolitano (Requalificação de Vias)	
Vias de Integração Radial Metropolitanas	Vias de Integração Radial Metropolitanas	Vias de Integração Radial Metropolitanas
Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário Ampliação do Sistema de Pátio e Pista de Taxi	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táxi e Obras Complementares	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares Restauração das Pistas de Pouso e Decolagem e de Taxi

FONTE: Portal da Copa. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobrecopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

O Quadro 1 mostra que o metrô nunca foi parte componente da Matriz de Responsabilidades, embora o projeto de implantação tenha sido, no início, associado à Copa. Apenas no dia 9 de maio de 2014 é que o edital de licitação do metrô foi lançado, porém, nenhuma ação efetiva se deu até o presente, evidenciando que será um projeto de longo prazo e de difícil execução.

Mudanças importantes podem ser observadas nas demais obras programadas: nota-se a previsão inicial de três obras relacionadas à implantação do BRT - *Bus Rapid Transit*, das quais apenas uma se realizou parcialmente, a extensão da Linha Verde Sul. O BRT Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, não se viabilizou, limitando-se a obras de ampliação viária da Av. das Torres com supressão do canteiro central, remoção das torres antigas e substituição por postes, nada parecido com as discussões originais de enterramento das torres e construção de pista exclusiva de ônibus expresso para ligar o centro ao aeroporto. Igualmente o BRT Av. Cândido de Abreu foi suprimido da Matriz, aliás nenhuma obra foi realizada nessa avenida central de Curitiba.

De grande prejuízo para a integração metropolitana foi a supressão do Corredor Metropolitano, obra que possibilitaria novas opções de deslocamento metropolitano, sobretudo em face da multiplicação dos trajetos desenrolados no interior do Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

Por outro lado, algumas obras que permaneceram na Matriz tiveram alterações importantes, tanto nos montantes envolvidos quanto nos projetos implantados.

Não havia um viaduto estaiado no projeto do Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, mas trincheiras e(ou) viadutos para transposição da Av. das Torres, o viaduto estaiado surgiu com um considerável impacto em termos de custo, cerca de 84 milhões de reais, segundo a Prefeitura de Curitiba.

O estádio passou da situação de o mais adiantado nacionalmente para o mais atrasado, e estava inacabado há poucos dias do início da competição.

Os padrões impostos pelo Caderno de Encargos da FIFA denominado *Estádios de Futebol – Recomendações e Requisitos Técnicos*, revelaram sua inadequação e, praticamente, sua completa reconstrução foi necessária (FIFA, 2011). Uma grande engenharia financeira foi colocada em marcha para viabilizar sua finalização, pois dos 234 milhões de reais previstos na Matriz de 2012, chegou-se ao montante de 391 milhões na Matriz de 2014: dinheiro público para as desapropriações das propriedades localizadas no entorno imediato, venda de potencial construtivo para financiar parte da obra, intermediação em empréstimos junto ao BNDES, mudança na legislação para favorecer as empresas envolvidas, dentre outros. Cerca de um ano após a finalização do mundial, a Prefeitura de Curitiba tem ações na justiça contra o Clube Atlético Paranaense relativas a duas questões principais: o ressarcimento dos valores pagos para viabilizar as desapropriações no entorno da Arena e a utilização de parte da estrutura da Arena para abrigar a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ambos constantes dos acordos assinados no contrato firmado entre o Clube, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal.

O aeroporto passou por reformulações nas áreas internas e nos estacionamentos, contudo, sua ampliação efetiva ainda está distante da conclusão, as obras de construção da terceira pista também estão suspensas.

As obras previstas para reforma e ampliação do Terminal de ônibus Urbano de Santa Cândida ainda não foram concluídas.

Concretamente, como resultado de todo o processo previsto de transformações urbanas relacionado à Copa, foram efetivados: o novo estádio, agora chamado arena; um viaduto estaiado, implantado no corredor Aeroporto-Rodoferroviária em meio as obras de remodelação da Av. das Torres; a reforma da Rodoferroviária (instalada no ano de 1972), que foi mantida num local central e cada vez menos adequado para sua função; o SIM (Sistema Integrado de Monitoramento do tráfego), composto por câmeras instaladas em diferentes pontos das vias urbanas.

Portanto, nota-se que os impactos da Copa de 2014 em Curitiba tiveram uma expressão muito reduzida, além de circunscritos a áreas específicas

da cidade, reiterando as considerações iniciais de Santos (2015) sobre a nova lógica de intervenção na cidade, que privilegia pontos específicos do espaço urbano e cada vez menos conseguem implementar projetos capazes de abarcar porções mais amplas da cidade e daqueles que nela vivem.

Nenhum processo que indique o surgimento de novas centralidades urbanas foi identificado, pelo contrário, porções já dotadas de infraestrutura foram intensificadas.

Ganhadores e perdedores da Copa 2014 em Curitiba

Em Curitiba as obras relacionadas à Copa consumiram pouco mais de 1 bilhão e 100 milhões de reais, dos quais mobilidade urbana, estádio e aeroporto, responderam, respectivamente, por 47%, 35% e 14% do total, segundo dados da Matriz de Responsabilidades de dezembro de 2014.

Num contexto de investimentos elevados e de participação majoritária do poder público, é recorrente a discussão sobre quem ganhou e quem perdeu com a realização da Copa de 2014, não só em Curitiba, como também nas demais cidades e mesmo no Brasil.

Defensores argumentavam que a realização do megaevento teria repercussões consideráveis no ritmo de crescimento econômico medido pelo PIB (Produto Interno Bruto). Não foi o que revelou a apuração do PIB no período da Copa, que demonstrou que alguns setores de fato ganharam (turismo, hotelaria, bares e restaurantes), mas outros perderam em razão dos feriados e pontos facultativos, em particular setores da indústria e comércio.

Não se trata de uma visão mecânica entre quem ganhou e quem perdeu, há ganhos e há perdas, sempre. Talvez o ideal fosse avaliar que segmentos sociais e econômicos ganharam e quais perderam.

Como em todo processo orquestrado pelos interesses de grandes grupos empresariais de atuação mundial, em Curitiba também ganharam os

grupos hegemônicos e perderam os grupos hegemonzados ou, como proposto por Milton Santos (1996); ganharam os homens e as firmas do tempo rápido e perderam os homens e as firmas do tempo lento; ganharam os homens e setores afinados com as dinâmicas mais globais da economia e perderam os homens e setores que estão à margem dessas dinâmicas, embora para esses tenha sobrado a genuína paixão pelo futebol, pois passaram longe das novas arenas, tendo em vista os altos preços dos ingressos.

Ganharam as grandes empresas, que acompanham a FIFA pelo mundo em suas ações; ganharam as empresas nacionais e locais mais bem preparadas para responder às exigências pautadas em padrões internacionais; perderam os pequenos comerciantes e os vendedores ambulantes, cuja permanência não foi permitida no entorno da arena; as empresas menores que não conseguem responder às exigências formais de contratação pública, aqueles que foram excluídos do “novo ciclo de mercantilização das cidades [traduzido] na incorporação de determinadas áreas e de serviços urbanos parcialmente desmercantilizados aos circuitos de valorização do capital.” (SANTOS JR, 2015, p. 27).

Disso resulta, na maioria das vezes, uma inversão de prioridades e a criação de novas urgências na cidade para atender às – igualmente novas – demandas por infraestrutura urbana relativas ao megaevento.

As urgências da sociedade local são ultrapassadas pelas demandas decorrentes da viabilização do megaevento. A ordem de prioridades não é necessariamente aquela capaz de responder à implantação dos objetos necessários a promover melhoria da qualidade de vida da população, mas se limitam a embelezar parcelas da cidade em nome da visibilidade internacional e das relações da cidade com o exterior.

A Copa terminou cerca de um ano atrás, algumas obras ficaram pelo caminho, inconclusas, outras de grande necessidade não foram sequer iniciadas, como o metrô e o corredor metropolitano. Aliás, a dimensão metropolitana passou ao largo de qualquer empreendimento, exceção

feita aos investimentos em aeroportos que, pela natureza e dimensão dos projetos, normalmente estão localizados fora das cidades-sedes da Copa.

Preferimos não utilizar ao longo do texto o termo *legado*, por duas razões principais: primeiro, porque tal termo passou a compor os discursos hegemônicos e de legitimação da realização dos megaeventos no Brasil, portanto, o *legado* estava dado de modo *apriorístico*; em segundo lugar, porque temos dificuldade de entender como *legado* obras realizadas com dinheiro público e que, para ser realizadas, tiveram que se impor sobre outras necessidades e urgências da sociedade, inverter ou adiantar a ordem de prioridades de modo a acelerar aquilo que interessa para a viabilização do megaevento.

Referências

ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme**. Paris, Éd. De l'Aube, 2004.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 2012.

BETARELLI JR; DOMINGUES, E.; MAGALHÃES, A. Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa o Mundo 2014 no Brasil. **Estudos Econômicos** (USP. Impresso), v. 41, p. 409-439, 2011.

FIFA - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL. **Estádios de Futebol – Recomendações e Requisitos Técnicos**. 5ª Edição. Suíça: FIFA, 2011. Disponível em: <http://pt.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf>

HALL, C. M. **Hallmark Tourist Events: Impacts, Management, and Planning**. London: Belhaven Press, 1992.

PORTAL da Copa. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS JR, Orlando Alves dos. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In: SANTOS JR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q.; **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p. 21- 40.

MORADIA POPULAR, PROJETO DE CIDADE E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A INVISIBILIDADE DOS CONFLITOS URBANOS NA CIDADE-MODELO¹

Fernanda Keiko Ikuta

O capital hoje tem renovado seus mecanismos para que a sua expansão avance por novas fronteiras, tanto no urbano como no rural, perpassando as múltiplas escalas (do local ao global) e dimensões (econômica, política, social, cultural, ambiental). Em todos esses âmbitos, essa expansão do capital revigora com força seus ideais legitimadores: o desenvolvimento e a modernização. Ambos carregados de uma aura positiva e crença no progresso, como se os limites e as contradições intrínsecas ao capital pudessem ser dissolvidas sem que este se dissolva. No urbano, os grandes projetos de desenvolvimento, como as intervenções urbanas acionadas para os megaeventos esportivos, são uma emblemática expressão da atual forma de expansão do capital.

O domínio do modelo neoliberal de gestão empresarial da cidade leva a cabo operações de grande envergadura para capacitar as cidades técnica e infraestruturalmente para receber os megaeventos esportivos. Tais processos ocorrem sempre amparados pelo *city marketing*, que cumpre o papel de instrumento simbólico ideológico e busca justificar os processos de ampliação da segregação urbana e da desigualdade

¹ Este texto apresenta parte das reflexões e resultados da pesquisa de Pós-Doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (Curitiba), com a supervisão da Prof.^a Dr.^a Olga Firkowski e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

socioespacial, a exemplo das frequentes e massivas expulsões e despejos forçados. Somente a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 ameaçam a remoção, em todo o país, de cerca de 170.000 pessoas (ARTICULAÇÃO, 2012).

Ainda que o quadro levantado acima se revele como uma tendência, que parece ser acelerada neste momento de preparação para os megaeventos nas cidades brasileiras, é preciso considerar que as formas de expressão do capital e sua ode ao desenvolvimento e à modernização são, de fato, multiescalares, multidimensionais e multifacetadas. Ao jogarmos luz nos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014 no Brasil, é possível dar alguns passos no sentido de desvendar tais nuances do capital no urbano do século XXI e, sem perder de vista os processos macros e estratégicos, apreendermos, também, os processos e as especificidades locais. Em outras palavras, é possível perceber que os projetos de implementação dos megaeventos têm apresentado aspectos claros de dinamização do empreendedorismo, de apropriação da cidade por interesses privados, enfim, de radicalização da valorização capitalista do espaço urbano. Todavia, tal processo está permeado de dialeticidade e complexidade.

Se, por um lado, é possível identificarmos processos similares da atual fase de expansão do capital no urbano por todo o globo, por outro lado, o Brasil apresenta particularidades em relação a outros países que também estão se orientando a partir da gestão empresarial das cidades. Complexificando ainda mais a análise, há que se considerar as especificidades existentes entre as próprias cidades-sede brasileiras. A falácia do desenvolvimento e da modernização parece ser uma tendência geral no momento de organizar os megaeventos, porém há diferenças de dimensão, de táticas e do resultado territorial que as coalisões políticas locais provocam.

As diferenças entre a dimensão das intervenções urbanas, por exemplo, no Rio de Janeiro e Recife, de um lado, e em Curitiba, do outro, são nítidas e emblemáticas: o número e o porte das obras, o volume de investimento etc. Mas as táticas também não coincidem. Na “Cidade Olímpica” e na “Cidade da Copa”, as rupturas urbanísticas, para atender

aos interesses que permeiam a realização dos próximos megaeventos esportivos, são abruptas, explícitas e, talvez, possamos considerar que subordinam projetos urbanos outros que supostamente o Rio ou o Recife poderiam levar a cabo caso não estivessem sediando tais megaeventos. Já na “cidade modelo” paranaense, as obras da Copa parecem estar subordinadas aos projetos urbanos anteriores e ao modo de fazer-se política urbana nas últimas décadas.

Em Curitiba, não há grandes rupturas urbanísticas, ao contrário, as obras são pontuais e obedecem a projetos de longa data que encontraram na Copa da FIFA a oportunidade de “sair do papel”. Mas, além disso, podemos inferir que também está em processo a reiteração da política urbana de Curitiba que busca invisibilizar as desigualdades socioespaciais e os conflitos urbanos por ela gerados, além de garantir a retórica oficial do poder público de que sua experiência de planejamento urbano é um sucesso e se deve à competência técnica de seus arquitetos e urbanistas (OLIVEIRA, 2000). A apreensão da dinâmica da moradia popular no contexto dos preparativos para o megaevento futebolístico contribui para que sejamos claros e ilustrativos quanto ao pressuposto anterior: oficialmente, mas apenas *oficialmente*, as obras da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba não irão causar remoções significativas! As remoções e outras violações do direito à moradia são ocultas na capital paranaense. E mesmo outros direitos, como o acesso à informação e a participação nos espaços de decisão, também estão sendo violados e ocultos.

Como é possível notar, nosso objetivo com este texto é compreender o processo recente de expansão do capital no urbano e seu projeto de cidade no contexto dos megaeventos a partir da análise da dinâmica da moradia popular em Curitiba durante as ações preparatórias para a Copa. Ou seja, embora nosso ponto de partida seja a moradia, entendemos que para além das remoções geradas no bojo do megaevento em questão “[...] estão em curso transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades, envolvendo, de um lado, novos processos de mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais” (SANTOS JÚNIOR; SANTOS, 2012,

p. 288). Como apontado anteriormente, tais transformações na dinâmica urbana têm expressões diversas nas cidades brasileiras que sediam os megaeventos esportivos e é justamente a especificidade de Curitiba que iremos abordar.

Os aspectos macros do processo de expansão do capital são o pano de fundo para compreendermos a dinâmica da moradia popular em Curitiba e Região Metropolitana; dessa maneira, cabe perguntar: quais os reflexos deste contexto para a população de mais baixa renda que historicamente tem sido excluída do acesso à cidade formal? Como ficam os pobres e os sem teto da “cidade modelo” em tempos de Copa?

Na maioria das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, apesar do discurso dos legados e das oportunidades de solução de alguns dos problemas urbanos (inclusive de questões básicas enfrentadas pelas classes populares), as violações do direito à moradia, direta e explicitamente decorrentes deste megaevento (somados aos Jogos Olímpicos no caso do Rio de Janeiro), sobretudo no que concerne às remoções, à periferização e (ou) precarização e o aumento da insegurança do direito de morar dos mais pobres, são notórias, massivas e intensificam a desigualdade socioespacial e a segregação urbana. Já em Curitiba, se nos restringirmos à análise dos projetos oficiais da Copa, isto é, os que constam da Matriz de Responsabilidades², a conclusão pode ser que este processo de violações de direito e intensificação das desigualdades socioespaciais urbanas será praticamente inexistente (o que refutamos abaixo).

Como o objetivo é compreender o processo de expansão do capital no urbano e seu projeto de cidade no contexto dos megaeventos, iniciamos o presente texto discutindo os padrões recorrentes de tais processos no urbano brasileiro e as especificidades de Curitiba, no que respeita às alianças políticas expressas no modelo curitibano de planejamento e construção do mito da cidade modelo. Na sequência, apresentamos um

² “Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo de Futebol em 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações”. CONTROLADORIA (2010a). Cf. <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/saibamais.seam?textoIdTexto=24>>.

breve panorama da dinâmica da moradia popular e dos conflitos urbanos de Curitiba e sua região metropolitana. Em seção posterior, tratamos os casos de violações do direito à moradia nas obras oficiais e oficiosas (isto é, que não constam na Matriz de Responsabilidades ou PAC Copa, mas que estão diretamente relacionadas ao megaevento esportivo) da Copa na capital paranaense e sua região metropolitana. Por fim, à guisa de considerações finais, apresentamos alguns aspectos que caracterizam a dinâmica da moradia no ambiente de preparação para a Copa de 2014 em Curitiba.

O processo recente de expansão do capital no urbano

Com a crise do capital e a introdução das políticas neoliberais, vivemos uma tendência global do capital em buscar novos nichos antes inexplorados ou sujeitos a um “novo ciclo de mercantilização” (como o esporte, a natureza, determinadas áreas ou setores urbanos e rurais etc.), ao mesmo tempo em que diversos circuitos econômicos (e também políticos) se mesclam, como a inserção da valorização capitalista da cidade nos circuitos financeiros globalizados.

No Brasil, [...], a acumulação urbana estaria passando por um processo de reconfiguração, através da inserção das cidades “nos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão da acumulação, diante da permanente crise do capitalismo financeirizado”. O Brasil apareceria com atrativas fronteiras urbanas, tanto em razão do ciclo de prosperidade e estabilidade da economia, como da existência de ativos urbanos passíveis de serem espoliados, ou seja, comprados a preços desvalorizados, e integrados aos circuitos internacionalizados de valorização financeira. O contexto urbano brasileiro seria caracterizado por “um novo ciclo de mercantilização que combina as conhecidas práticas de acumulação urbana baseada na ação do capital mercantil local com as novas práticas empreendidas por uma nova coalização de interesses urbanos na direção da sua transformação em *commodity*”. A crise imobiliária verificada nos EUA e na Europa reforçaria essa atração pelo mercado imobiliário brasileiro, e a associação entre agentes econômicos internacionais e locais estariam na base da emergência da governança empreendedorista fundada no empresariamento urbano. (SANTOS JUNIOR; SANTOS 2012, p. 293-294).

Esse processo de avanço do capital sobre o urbano não acontece sem que uma parcela representativa dos cidadãos seja espoliada, mas a lógica do empreendedorismo urbano busca garantir a legitimação das intervenções espoliativas levadas a cabo pelas coalisões locais. Os princípios do mercado (competitividade), do desenvolvimento e da modernização são os sustentáculos do discurso legitimador das práticas atuais. Embora esses princípios sejam acionados sob a égide da inexorável globalização, no Brasil, combinamos esses novos padrões para pensar, planejar e gestar nossas cidades de modo a inseri-las nos circuitos financeiros globalizados com:

[...] a manutenção parcial de padrões de gestão vinculados à modernização conservadora que caracterizou o desenvolvimento urbano nacional, resultando em uma governança empreendedorista empresarial com traços muito particulares em relação a outros países que vêm vivenciando processos similares. Pode-se observar nas cidades brasileiras, com efeito, a emergência de uma governança empreendedorista empresarial que mantém as antigas práticas patrimonialistas de acumulação urbana e de representação baseadas no clientelismo, e às vezes incorpora parte do discurso universalista em torno da cidadania, ao mesmo tempo em que promove novas práticas orientadas pela transformação das cidades em *commodities*. (SANTOS JUNIOR; SANTOS 2012, p. 294).

Há duas “leituras” (complementares) que contribuem para que percebamos as nuances do empresariamento urbano e a presença dos princípios da competitividade, do desenvolvimento e da modernização que orientam os projetos das cidades-sede da Copa no Brasil: a governança empreendedorista empresarial e os grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs).

Os megaeventos esportivos no contexto da governança empreendedorista empresarial e dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano

Os megaeventos esportivos são uma das vias pelas quais se realiza o processo de expansão das fronteiras do capital no urbano. Desde os anos setenta do século XX, a combinação da organização de eventos esportivos internacionais com os processos de transformação urbana se torna mais nítida, mas é a partir dos anos 1990 que a prática de organização de

megaeventos como componentes do planejamento competitivo, também conhecido como planejamento urbano estratégico, se torna hegemônica.

É por isso que, “tomadas como alavanca para a dinamização da economia local e, sobretudo, para redefinir a imagem da cidade no competitivo cenário mundial” (MASCARENHAS, 2011, p. 27), as cidades almejam serem escolhidas para sediar Olimpíadas e Copas. “As competições olímpicas [e também a Copa do Mundo de Futebol] são megaeventos e, como tal, têm inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizadas. Resultam em clara oportunidade para o novo modelo de planejamento e gestão das cidades, calcado na lógica do mercado” (MASCARENHAS, 2011, p. 27).

Mas quais as características desse novo modelo de planejamento e gestão das cidades? Podemos apreendê-las tanto a partir das formulações do geógrafo David Harvey (2005) sobre o novo empreendedorismo, também sistematizado por Santos Junior e Santos (2012) como a *governança empreendedorista empresarial*, como por meio da análise dos *grandes projetos urbanos* de Vainer, Oliveira e Lima Júnior (2012). Iniciamos apresentando os elementos principais do novo empreendedorismo apontados por Harvey (2005, p. 172-173): a) a “parceria público-privada” é a integração da iniciativa privada com os poderes públicos locais “buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego”; b) a atividade da parceria público-privada é empreendedora e especulativa, o que significa a tendência do setor público de assumir os “riscos associados ao desenvolvimento especulativo”, enquanto o setor privado fica com os benefícios; c) o empreendedorismo “enfoca muito mais a economia política do lugar [partes específicas da cidade capazes de oferecer melhores retornos econômicos] do que o território [a cidade no seu conjunto]”.

Ao tratar das estratégias para a governança urbana, Harvey (op. cit) é enfático ao argumentar que a competição interurbana, na verdade, a concorrência entre as localidades, estados, regiões (e países, podemos acrescentar) se tornou a maior orientação da governança empreendedorista empresarial.

As intervenções urbanas realizadas no âmbito dos megaeventos esportivos também podem ser compreendidas a partir das análises que são feitas a respeito dos grandes projetos de desenvolvimento urbano. Neste sentido, Vainer, Oliveira e Lima Júnior (2012) contribuem sobremaneira ao nos apresentar algumas notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos (GPUs³). Segundo os autores, esses GPUs são mais do que “uma grande obra” e têm como características principais não somente o tamanho/porte da intervenção e o volume de investimento, mas há, em suas características, aspectos qualitativos específicos que nos permitem reconhecê-los como tal. Destacamos três características: 1) promovem uma série de rupturas (nos espaços físico e social) na cidade; 2) as formas de envolvimento estatal na formulação, operação ou gestão dos GPUs também sofrem descontinuidades; 3) expressam certo pensamento, planejamento e gestão urbana, tomados pela concepção competitiva, desenvolvimentista e modernizante que tem o mercado como seu cerne.

É importante nos debruçarmos sobre cada uma dessas características. Quanto às rupturas que os grandes projetos urbanos promovem, “intencionalmente ou não”, os autores assinalam que são várias e explicam uma a uma: *rupturas institucionais* – geram “novos tipos de arranjo institucional e administrativo, cuja marca é a parceria público-privada, mas cujas formas podem ser as mais variáveis”; *rupturas urbanísticas* – geram “descontinuidades na malha e paisagem urbanas preexistentes”, por meio da geração de espaços, da monumentalidade, etc.; *rupturas legais* – “criação de regras *ad hoc* que geram descontinuidades no espaço legal da cidade; *rupturas na dinâmica imobiliária e no gradiente de valores fundiários* – os determinantes dos preços e distribuição espacial dos modos de uso do solo são alterados; *rupturas políticas* – rearranjos “nas coalisões políticas que disputam legitimidades e hegemonia no espaço urbano”; *rupturas simbólicas* –

³ Aqui cabe esclarecer que, em geral, os autores têm empregado a noção *grandes projetos urbanos* (GPUs), todavia, achamos fundamental enfatizar a dimensão do *desenvolvimento* que tais projetos carregam, pois, como explicado logo no início do presente texto, a noção de desenvolvimento traz consigo um ideal legitimador das ações do capital. Enfatizar essa dimensão cumpre aqui o papel de desvelá-la e desconstruí-la. Neste sentido, ao trazermos as reflexões dos autores, respeitaremos e utilizaremos a noção empregada por eles, isto é, GPUs, mas ao explicitarmos nosso posicionamento e reflexão pessoal, utilizaremos GPDU.

produz “novas representações e imagens da cidade”; *rupturas escalares* – “ao introduzir novas relações entre as esferas local, nacional e internacional, tanto do ponto de vista financeiro-econômico quanto do ponto de vista cultural” (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JÚNIOR, 2012, p. 16).

Sobre as formas de envolvimento estatal nos grandes projetos urbanos, os autores afirmam que elas também sofrem descontinuidades, pois além da participação financeira do Estado, este atua como “facilitador” e promove uma espécie de urbanismo *ad hoc*, produzindo exceções ou renúncias fiscais ou urbanísticas (LUNGO, 2004, p. 44⁴ *apud* VAINER; OLIVEIRA; LIMA JÚNIOR, 2012, p. 15).

Os GPUs (incluindo aqui a organização da Copa e das Olimpíadas) expressam “um novo pensamento urbano e uma nova concepção de planejamento”, guiados pelo “reconhecimento das *virtudes* do mercado capitalista” (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JÚNIOR, 2012, p. 12, grifo nosso). Por esta perspectiva, como virtude do mercado, considera-se sua capacidade racional para alocar recursos escassos. Uma vez presentes no pensamento urbano e no planejamento, tais *virtudes* do mercado capitalista também são introduzidas na gestão do urbano, que passa a orientar-se pelos princípios do mercado: livre concorrência ou competitividade, produtividade, consenso a qualquer custo devem ser empregados no planejamento urbano, na gestão urbana. A cidade é vista como uma mercadoria a ser vendida e deve ser administrada como uma empresa e por empresários (VAINER, 2000), tanto que a iniciativa privada toma a frente da gestão urbana e coloca seus interesses (privados e não coletivos) como prioritários.

Ou seja, as intervenções urbanas vão ser direcionadas pelo direito à propriedade privada, ao lucro, ao livre empreendimento que estarão acima dos interesses coletivos, das prioridades com saúde, educação, moradia da grande maioria dos cidadãos. Tudo é mercantilizado ao máximo: a cidade, o esporte, a natureza... e o fim é articular todos eles e em diferentes escalas e dimensões (política, econômica, cultural) para que se tornem um “grande negócio”.

⁴ LUNGO, Mario. **Grandes proyectos urbanos**: una visión general. In: _____. (Compilador). *Grandes proyectos urbanos*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2004, pp. 15-68.

Dessa maneira, um grande projeto urbano cumpre o papel de articulador que facilita os rearranjos para que o capital possa se expandir por novas fronteiras ou nichos antes pouco explorados.

No caso do esporte, a radicalização de sua mercantilização e elitização ocorreram nas últimas décadas do século passado.

A grande transformação do campo esportivo pode ser localizada na década de 1970. Ao mesmo tempo em que o capital passava por uma crise com a diminuição de suas taxas de lucro e orquestrava uma reestruturação produtiva da economia, a Federação Internacional de Futebol [Fifa] e o Comitê Olímpico Internacional [COI] foram assumidos por gestões que as alinharam plenamente aos interesses mercantis. A partir daí abriu-se um modelo de organização esportiva em que agentes privados controlam a organização dos torneios e a gestão de equipes através de uma lógica empresarial. (LEAL, 2010, p. 2).

Com a natureza, a sua mercantilização também está explícita e anunciada. O *city marketing* brasileiro da Copa de 2014 lança uma novidade no mercado mundial de cidades: a primeira *Copa Verde*⁵! Se o selo “verde” vende, negociemos mais essa imagem. É a associação entre competitividade e sustentabilidade, entre “cidade empreendedora” e “cidade sustentável”, imagens e discursos já correntes em Curitiba (SÁNCHEZ, 2003, p. 410).

Como vemos, os interesses mercadológicos são legitimados porque há uma racionalidade que os apresenta de forma abstrata e neutra, por meio do discurso falacioso do desenvolvimento. A busca pelo desenvolvimento justifica qualquer estratégia mercadológica, pois os interesses privados são dissimulados na suposição de que o desenvolvimento pode ser alcançado por “todos”. Essa racionalidade está expressa nos discursos do poder. O Ministério do Esporte explicita como benefício da Copa, a visibilidade internacional do Brasil por meio da “Adição de novos atributos à imagem brasileira: competência, organização e desenvolvimento” (MINISTÉRIO, 2010, p. 10).

Cabem aqui, então, alguns apontamentos sobre a noção de desenvolvimento, até mesmo porque encontramos teóricos que o incluem na análise dos grandes projetos, denominando-os como grandes

⁵ Cf. BRASIL (2010) e PRADA (2009).

projetos de *desenvolvimento* (NOVAIS, 2006; NOVAIS; OLIVEIRA, 2007). O desenvolvimento apregoado nos discursos e nas práticas governamentais e analíticas está atrelado ao modelo, ao projeto, aos objetivos e à cultura hegemônica, que é a da realização plena da sociedade econômica. Ou seja, é um desenvolvimento que toma a esfera econômica como uma esfera autônoma e instalada como eixo da política e da ética.

A emergência da sociedade econômica, sabemos, “é uma estória de violência e destruição” (ESTEVA, 2000, p. 74). Os valores/princípios econômicos são sinônimos de desvalorização de outras formas de vida social. O “homem econômico”, submetido à mediação do mercado, representa a mercantilização de tudo e de todos. E o contexto atual parece ter alcançado o ápice desta lógica mercadológica. Já vimos anteriormente que as forças do mercado são as propulsoras do novo pensamento urbano.

É pertinente considerar, ainda, que os grandes projetos de desenvolvimento estão acontecendo não só na cidade, mas também no campo. Na cidade: os megaeventos esportivos, as exposições mundiais. No campo: hidrelétricas, mineração, monoculturas para a produção de agrocombustíveis, projetos turísticos litorâneos, os projetos de desenvolvimento sustentável que em nome de uma suposta preservação ambiental, expulsam comunidades e povos tradicionais (índios, quilombolas, camponeses, pescadores artesanais) para implantarem verdadeiros “latifúndios genéticos” (PORTO-GONÇALVES, 2002). Nesse sentido, avaliamos que todo esse processo descrito acima sinaliza que, para além das intervenções geradas no bojo dos megaeventos, estão em curso transformações mais profundas não só na dinâmica urbana das cidades como também na dinâmica rural.

Planejamento urbano e o mito da cidade-modelo

Vistos a escala e o contexto macro em que a organização dos megaeventos esportivos se apresenta como meta de política pública e conhecidos alguns dos mecanismos nos quais sua legitimação é construída, agora nos indagamos sobre as especificidades de Curitiba neste processo. Quais os traços das alianças de classes locais? Que territorialidades e imagens (des)constroem?

Apesar de Curitiba ser avaliada pela ONU como a 17.^a cidade mais desigual do mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010), a imagem prevalecente é a da cidade-modelo, cujo suposto êxito seria resultante da política de planejamento urbano desenvolvida na capital paranaense desde 1965.

A imagem de Curitiba como “cidade-modelo” foi erigida já no início dos anos 70. À época do chamado “milagre econômico”, durante o regime militar, a cidade de Curitiba foi escolhida como vitrine urbana do Brasil desenvolvido e moderno. Em outras palavras, a experiência de renovação ali realizada passou a ser veiculada como a versão urbana do milagre brasileiro. (SÁNCHEZ, 2003, p. 153).

Para Sánchez, esse projeto de cidade começa a ser forjado localmente já na década de 1960, quando Curitiba teve a maior taxa de crescimento populacional do país. Segundo a autora, a origem desse crescimento foi o êxodo rural decorrente da mecanização da agricultura.

Com o objetivo manifesto de fazer frente a este processo, foi realizado em 1965 o Plano Preliminar de Urbanismo. Esse plano propunha, segundo seus formuladores, uma estruturação global para a cidade, que combinava diretrizes de uso do solo, transporte coletivo, localização industrial e de áreas de lazer. O plano Diretor, derivado desse primeiro plano e aprovado no ano de 1966, apresentava um modelo linear de expansão urbana por meio dos chamados “eixos estruturais”. (SÁNCHEZ, 2003, p. 154).

Segundo o historiador Dennison de Oliveira (2000), na retórica oficial do poder público, o sucesso desse planejamento deve-se essencialmente ao talento e à competência de seus arquitetos e urbanistas. Tal versão é refutada por Oliveira que identifica uma aliança entre os urbanistas e as elites econômicas da cidade que consegue impor o seu projeto de cidade à sociedade local.

Nesse projeto de cidade, destacamos a planejada absorção das mazelas sociais e ambientais pelos municípios vizinhos a Curitiba, o que

teria criado na cidade uma estrutura social favorável para o planejamento urbano.

[...] se constata que Curitiba é a região metropolitana que tem menos pobres no Brasil. Mais ainda, que a maioria dos seus pobres não se encontra no núcleo, mas espalhada pela sua periferia, confirmando a funcionalidade do papel desempenhado pelos municípios vizinhos na absorção de mazelas sociais e ambientais. (OLIVEIRA, 2000, p. 188).

Curitiba não é um todo homogêneo como o discurso dos grupos hegemônicos querem fazer crer. Existem muitas “outras Curitiba” que não estão contempladas nas imagens da cidade que acumula uma série de rótulos e prêmios: “capital brasileira com a melhor qualidade de vida”, cidade “sustentável”, “inovadora”, propícia aos negócios etc. Apesar das desigualdades socioespaciais intraurbanas do município de Curitiba e dos municípios que a circundam, ainda pode-se apontar que, na relação metropolitana entre núcleo e periferia, o núcleo de Curitiba representa um território hegemônico, enquanto os municípios vizinhos cumprem o papel de territorialidades excludentes.

E quais foram as relações sociais e de poder que propiciaram esse arranjo territorial? Para Oliveira (2000, p. 73), se, “numa abordagem preliminar” a “reforma” urbana realizada em Curitiba impressiona, em uma análise mais detalhada “percebe-se que seus maiores méritos não são propriamente de ordem urbanística, mas de natureza política”. Ao nos debruçarmos sobre o contexto institucional e político para a instauração do projeto curitibano, percebemos o importante papel que a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) teve ao operar uma linha de planejamento, de corte tecnocrático, cujas “representações que [o] cercavam [...] o citavam como ‘lugar pensante’” (SÁNCHEZ, 2003, p. 165-166). Apesar da ideologia valorizadora da tecnocracia (que lhe confere legitimidade como instrumento do poder político), as transformações urbanas promovidas pelo Plano Diretor e suas subseqüentes modificações teriam sido sempre fruto da aliança dos interesses das elites empresariais da cidade, com destaque para os setores da indústria, da incorporação imobiliária, da construção civil e do transporte público (SÁNCHEZ, 2003, p. 171).

Nesse sentido, é bastante pertinente a indagação de Oliveira:

Como entender então a prevalência da ideia de que existiria uma elite de técnicos não comprometidos e sinceramente empenhados na luta pelo bem-estar dos cidadãos como os únicos responsáveis pelo destino da cidade? A tese deste trabalho é a de que tal imagem se mantém não contestada por nenhum setor dominante precisamente porque ela é a que atende melhor ao ocultamento dos jogos de interesses aqui desenvolvidos. (OLIVEIRA, 2000, p. 189).

Na contramão do mito da técnica, Sánchez apresenta exemplos concretos que demonstram a subordinação da técnica às necessidades das empresas nas opções políticas dos planejadores. A autora cita as alterações abruptas na legislação para que *shoppings centers* fossem construídos em áreas anteriormente proibidas: Shopping Müller na década de 1980 e vários outros *shoppings*, hipermercados e empresas automobilísticas, como a Renault, que na década de 1990 se instalaram “[...] em áreas até então protegidas por legislação ambiental como mananciais de abastecimento metropolitano” (URBAN, 1999⁶ *apud* SÁNCHEZ, 2003, p. 174).

Para sintetizar as origens e o desenvolvimento do projeto hegemônico de cidade que veio sendo forjado por um grupo particular, desde a década de 1960 (com interrupção de apenas alguns anos na década de 1980), Oliveira aponta três elementos conjuntos: “a acomodação de uma ampla gama de interesses dominantes em torno de uma mesma proposta política; a disseminação massiva de uma imagem determinada da cidade pelos meios de comunicação; [e] alguma retribuição material às classes populares” (OLIVEIRA, 2000, p. 190). Complementa essa leitura, o apontamento a seguir: “Sob o manto da eficiência administrativa e da competência, o lernismo⁷ estreitou os laços clientelistas entre o poder público e alguns setores da iniciativa privada, ao tempo em que bloqueou os espaços de participação popular” (SAMEK, 1999⁸ *apud* SÁNCHEZ, 2003, p. 174).

⁶ URBAN, T. A região metropolitana de Curitiba, o meio ambiente e a água. **Cadernos de gestão pública**, Curitiba de verdade, v. 1. Curitiba: Fundação Pedroso Horta, 1999, p. 53-63.

⁷ Referência a Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, foi prefeito de Curitiba por três vezes (1971-75, 1979-84 e 1989-92) e governador do Paraná por duas (1995-1999 e 1999-2003).

⁸ SAMEK, J. **Curitiba entre o mito e a realidade**. Curitiba: Fotolaser, 1999.

Mesmo no contexto da década de 2000, sob um governo federal que criou expectativas de redirecionamento da política urbana (com o Estatuto da Cidade, com a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Diretores pelos municípios, com a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional das Cidades e outros espaços públicos supostamente de participação etc.), o cenário não sofreu grandes alterações. O governo, que se esperava mais democrático, passou a ter uma atuação híbrida, mesclando instrumentos e espaços que carregavam certa aura participativa (mais do que de gestão democrática da cidade, porque tais instrumentos e espaços ficam no plano da intenção, mas não são efetivamente aplicados), com ideais neoliberais. Essa gestão híbrida serve para legitimar decisões e ações verticais que mantêm o estreito âmbito do capital.

Compreendido o contexto institucional e político em que o planejamento urbano e o projeto hegemônico de cidade se impõem, se apresenta a necessidade de abordarmos as territorialidades excludentes (resultantes da cidade-modelo) e os conflitos pelos quais os grupos sociais dominados buscam gerar identidades e construir projetos coletivos que se contraponham ao projeto imposto. No próximo item deste texto entramos no mérito dessa questão, mas cabe ainda antes pontuar brevemente como a organização da Copa se encaixa no projeto da cidade-modelo. Para tanto, resgatemos o atual processo de expansão do capital.

Claro está que a nova agenda do capitalismo se realiza por meio de uma nova agenda urbana⁹. O discurso sobre a “modernização globalizadora” da cidade elaborado hoje pelos consultores urbanos e pelos poderes públicos municipais é fruto do ideário construído no contexto das novas estratégias para a realização da acumulação. A competitividade urbana passa a ser o nexos central do modo de pensar e planejar a cidade (VAINER, 2000, p. 76). Nesse sentido, sediar a Copa de 2014 comparece como uma grande oportunidade de resolver a problemática

⁹ Não é demais destacar que a política agrária também segue um modelo neoliberal focado na expansão do agronegócio, na “reforma agrária” de mercado, na produção de alimentos transgênicos ou intoxicados por agrotóxicos. O capital, afinal, não se limita por fronteiras setoriais, administrativas ou dicotomias entre campo e cidade.

da competitividade urbana no mercado mundial de cidades: “um salto de modernização, de capacidade de organização e força econômica para captar investimentos e se tornar um grande destino turístico” (PORTAL 2014, 2010).

Curitiba, uma das “expressões emblemáticas das novas formatações urbanas do capitalismo contemporâneo”¹⁰, é também uma das cidades que sediará a Copa do Mundo de Futebol de 2014 da FIFA. A cidade-modelo é também cidade-sede.

Esse megaevento tem o formato ideal para que o *city marketing* possa realizar sua tarefa de lançar *mais* uma imagem positiva da cidade. Ele serve como um reforço das promessas de aumento da urbanidade, da modernidade e das oportunidades na cidade-modelo-sede¹¹.

É oportuno traçar um possível paralelo entre o discurso do planejamento estratégico e o discurso que aponta a realização da Copa do Mundo como uma incontestável vantagem para as cidades-sedes. Segundo Vainer (2000, p. 77), “o discurso [do planejamento estratégico] se estrutura basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria”. Logo, ser cidade-sede de uma Copa significa, dentro desta perspectiva, a oportunidade de levar a cabo esse projeto mercadológico de cidade baseado na competitividade, na produtividade e no consenso (“ou subordinação dos fins à lógica do mercado”). Em outras palavras, ser cidade-sede é realizar plenamente o ser cidade-mercadoria/empresa/pátria¹².

¹⁰ Essa é a tão apropriada definição dada a Curitiba e Barcelona por Glauco Bienenstein na divulgação da obra de SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

¹¹ O discurso da Prefeitura Municipal, explicitado na propaganda veiculada no site oficial da Copa, é ilustrativo: “Uma nova Curitiba surgiu no intervalo entre 1950, quando a cidade sediou duas partidas da Copa do Mundo, e este início de século XXI, quando novamente se prepara para receber um Mundial de futebol. A capital do Paraná, então tranquila, com ares provincianos e áreas de perfil rural dentro de seu perímetro, transformou-se numa cidade totalmente urbanizada, moderna e cheia de oportunidades. Uma metrópole com 1,8 milhão de habitantes que é a sétima cidade mais populosa do Brasil” (<http://www.copa2014.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curitiba-a-sede-da-copa-do-mundo-da-fifa-2014T/706>).

¹² A cidade-sede requer ainda mais um atributo para que sua imagem seja contundente e capaz de bem posicioná-la no competitivo mercado mundial de cidades: ela precisa ser pacífica, apolítica, ela

Mas e os moradores de baixa renda da cidade? Será que eles de fato compartilham desse projeto de cidade-modelo ou há outros projetos de cidade em disputa? Quais demandas e conflitos urbanos estão em pauta?

Moradia popular e conflitos urbanos na Região Metropolitana de Curitiba

Se as alianças políticas hegemônicas de Curitiba buscam invisibilizar e isolar territorialmente as desigualdades socioespaciais que geram, além de barrar o acesso dos hegemonzados nos espaços de decisão e gestão da cidade, a única forma que estes últimos têm para dar visibilidade às suas pautas:

[...] é a luta social, o conflito aberto [é] o principal, senão o único, caminho através do qual grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público – isto é, enquanto sujeitos políticos. Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, ação política (VAINER, 2007).

Como se vê, a perspectiva adotada aqui é de valorização e positividade do conflito social. Segundo Vainer (2007), há ao menos duas concepções opostas sobre o lugar e o papel do conflito social na vida social. De um lado, teríamos a visão *normativa* que, rejeitando o conflito, irá entendê-lo como uma manifestação de uma disfunção social. “Se há conflito é porque algo está funcionando errado, há um desequilíbrio sistêmico” (VAINER, op. cit., p. 1). Do outro lado, teríamos a visão *antípoda* cujos “[...] conflitos constituem dinâmicas, processos e sujeitos sociais que viabilizam e operam o permanente aperfeiçoamento do sistema ou, mesmo sua superação – através de reformas ou revoluções” (VAINER, op. cit., p. 1).

precisa ser cidade-pátria, que significa ser a “negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto polis” (VAINER, 2000, p. 91). O papel do futebol na sociedade é bastante favorável para a promoção dessa pacificação planejada. Sobre o futebol como um mecanismo de identidade nacional cf. (ROSAS, 1998). Durante os megaeventos esportivos, o ufanismo futebolístico e o ufanismo nacional são mobilizados de forma intensa e com declarado propósito de dissolver as diferenças sociais, políticas e econômicas, como pode ser ver nas declarações do texto “Porque o Brasil” na página <<http://www.copa2014.org.br>>.

Nesse sentido, se nos identificamos com a visão antípoda, a luta social ou o conflito social também traz consigo a positividade da *política*, logo, deflagrar um conflito social é uma ação política, em outras palavras, é permitir a construção de sujeitos coletivos no espaço público. De acordo com tais pressupostos, Vainer diferencia os grupos de interesses com estratégias *negociais* dos sujeitos políticos coletivos com estratégias *políticas*. O grupo de interesse não faz política, ele negocia interesses na cidade.

De fato, a cidade-modelo-sede é a expressão da “cidade do pensamento único”, do consenso que busca se impor e impor que o direito ao lucro é mais importante que o direito à vida. Se restringirmos nossa análise ao direito à moradia, então o conflito aqui em pauta pode ser o direito à propriedade *x* o direito à posse de um imóvel urbano: é o conflito fundiário, objeto que leva Vainer (2007) à reflexão apresentada anteriormente.

Sem pretender enquadrar linearmente os movimentos sociais urbanos de Curitiba e região metropolitana, pensamos que é válido conhecer algumas situações de conflitos aqui existentes. Quais são as principais demandas e questões em pautas? Que projetos de cidade estão em disputa? A chamada da Marcha Nacional pela Reforma Urbana de Curitiba de 2013 pode nos dar algumas pistas. Como os movimentos sociais que se articulam em torno desta Marcha percebem o problema da moradia na capital? Vejamos.

Apesar dos programas habitacionais implementados pelo governo federal, o déficit habitacional continua sendo um dos maiores problemas das cidades paranaenses. Em 2011, a carência de moradia era de 272.542, segundo a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Na capital, mais de 170 mil pessoas vivem em favelas, loteamentos clandestinos ou assentamentos que aguardam regularização fundiária, o que resulta em uma demanda de mais de 42 mil casas. Em contraponto ao gritante déficit, Curitiba tem quase 50 mil imóveis ociosos, entre público e privado, segundo levantamento da União Nacional por Morádias Populares (UNMP). Além da falta de moradia e regularização fundiária, moradores da periferia da cidade enfrentam baixa qualidade de serviços públicos, falta de espaços de cultura e lazer e inacessibilidade às pessoas com deficiência (MARCHA, 2013).

Os movimentos sociais apontam o déficit habitacional fazendo o contraponto com os imóveis ociosos na capital, ou seja, é o princípio constitucional da função social da propriedade e da função social da cidade x os interesses privados, o exercício individual do direito de propriedade. Imóvel ocioso é especulação. A bandeira carregada pelos movimentos defende que a cidade e a propriedade cumprem a sua função quando atendem às necessidades fundamentais dos cidadãos, colocando o interesse coletivo acima do interesse individual, propiciando um uso socialmente justo do espaço urbano, garantindo o que está previsto na Constituição brasileira e em mais de 12 textos legais pelo mundo. Por essa perspectiva, em um conflito fundiário, a prioridade deve ser da posse (que é o poder de fato de quem usa um imóvel ainda que não seja dono dele) em detrimento da propriedade, que é o poder de direito.

Este debate é fundamental para compreendermos o contexto da dinâmica de produção do espaço metropolitano e dos conflitos fundiários de Curitiba, que é permeado por ocupações irregulares nos municípios. A tese de Silva (2012), sobre a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba, contribui sobremaneira para entendermos que a população de baixa renda irá ocupar irregularmente os municípios periféricos da capital, onde, então, o preço da terra urbana é mais baixo, já que não há interesse do mercado neste momento e que são áreas de preservação ambiental, o que também significa dizer que são áreas de risco para a vida dessa população que se vê sem alternativa.

Esta dinâmica é fruto do planejamento excludente, da especulação imobiliária respaldada pelo poder público e da falta de investimentos e de ações coordenadas pelos municípios componentes do território metropolitano. Todavia, o poder público, negligenciando todos esses elementos e distorcendo suas causas geradoras, responde os conflitos fundiários com ações violentas de remoção da população mais vulnerável econômica e socialmente, utilizando o discurso de proteção do meio ambiente. Já vimos anteriormente que são fartos os exemplos de que o poder público não se inibe em alterar a legislação a favor da especulação imobiliária, permitindo a instalação de grandes empresas

em áreas ambientalmente frágeis. O que demonstra que o discurso da proteção do meio ambiente só é acionado para remover a população de baixa renda das áreas que passam a interessar ao capital imobiliário.

Destacamos aqui dois casos emblemáticos na Região Metropolitana de Curitiba de conflito fundiário e resposta diferenciada do poder público por tratar-se de ocupação do solo e meio ambiente.

O Jardim Itaqui está localizado no município de São José dos Pinhais, nas margens do Rio Ipê. Lá residem irregularmente cerca de 150 famílias, desde 2001, em área de preservação permanente. Exatamente na mesma área onde estão as famílias, que vivem sob a ameaça de despejo uma vez que ocupam área de APP, a Mineradora Saara obteve licença ambiental do órgão estadual responsável pelo licenciamento (IAP - Instituto Ambiental do Paraná) para trabalhar na região e passou a exercer grande pressão para expulsar os moradores de lá. Com a colaboração de organizações de Direitos Humanos, os moradores conseguiram a paralisação das atividades da empresa, mas não foi possível resolver a situação de irregularidade, tampouco garantir acesso a serviços públicos básicos, como água, luz e esgoto para todos. Recentemente a empresa Renault comprou uma grande área próxima com a intenção de se instalar no local, sendo que atividade industrial é proibida em região de proteção ambiental (COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA, 2012b, p. 23-24).

O tratamento também não é isonômico no caso do Jardim Graciosa no município de Pinhais, localizado na Bacia do Altíssimo Iguaçu. O loteamento, que é da década de 1960, já teve vários lotes desapropriados, que ficaram ociosos. Cerca de 70 famílias ocuparam a área na década de 1990 e hoje sofrem ameaça de remoção por se tratar de área de preservação ambiental. Mas o mesmo não aconteceu com o Alphaville Graciosa, condomínio de alto padrão, instalado ao lado da comunidade que está sobre a mesma região de mananciais.

Além desses casos descritos, o Dossiê do Comitê Popular da Copa (op. cit.) traz um conjunto de outros casos concretos de conflitos fundiários urbanos na Região Metropolitana de Curitiba (Ilha, Guarituba

Pequeno - Vila Mariana, Portelinha, Xaxim, Moradias Camargo, Vila 7 De Setembro, Vila Eldorado, Vila Esperança/Nova Conquista, Vila Zippin, Vila Nova Costeira, Santa Quitéria), demonstrando que o Estado tem sido um agente de violação de direitos ao remover violentamente centenas de famílias, por toda a Região Metropolitana de Curitiba, sem viabilizar projetos de habitação e reassentamento adequado de moradia e omitindo o uso de ferramentas de regularização.

Podemos complementar que o Estado, além de produzir a exclusão e de ser agente de violação de direitos, ele também criminaliza as ações populares organizadas que buscam deflagrar o conflito para dar visibilidade às suas demandas (seja por meio de ocupações, manifestações de rua, abaixo-assinados etc.). Várias ações organizadas pelas comunidades dos casos relatados no referido dossiê foram violentamente reprimidas, numa clara demonstração de que o conflito social é tomado como uma disfunção social e não como manifestações políticas de outros projetos urbanos em disputa.

Já vimos que esta atuação do Estado tende a ser velada em vários aspectos: seja quando o poder público de Curitiba busca ocultar a exclusão que produz ao expulsar seus trabalhadores pobres para os municípios vizinhos e ao mesmo tempo se eximir de sua especial responsabilidade com a dinâmica metropolitana em que pese ser ele o principal polo de atração de pessoas, mercadorias e investimentos da região; seja quando ele busca justificar as violações de direito que comete utilizando-se de um discurso ambiental que se pretende neutro, mas é arbitrário.

Nesse sentido, a organização da Copa na capital paranaense é herdeira desse modo de planejar e produzir a cidade e ainda conta com a tentativa de se legitimar via o ufanismo patriótico e futebolístico para potencializar a ocultação de suas mazelas sociais.

Violações do direito à moradia durante os preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba¹³

Por questões de recorte temático enfocamos o direito à moradia, todavia, com um necessário olhar sobre o direito à cidade como um todo. Não há como tratar do acesso à moradia, sem considerar o acesso à cidade. Para a população de baixa renda (que sofre a precariedade ou a ausência da escola, da unidade de saúde, do transporte coletivo, do saneamento básico, das áreas de lazer etc.), é evidente que morar com dignidade é muito mais que ter quatro paredes e um teto. Da mesma maneira, não basta discutir e mapear o acesso (ou a falta dele) ao conjunto dos equipamentos, dos serviços, da mobilidade e tudo o que condiz ao urbano. Há que se colocar também em evidência as relações sociais e de poder que conformam as territorialidades urbanas e nos permitem captar e apreender, por exemplo, que a cidade pertence cada vez menos ao morador de baixa renda e cada vez mais à valorização capitalista do espaço.

A forma como David Harvey (2005) entende as remoções, que é uma grave violação do direito à moradia e à cidade, é elementar para a compreensão do processo de valorização capitalista do espaço urbano. Para Harvey, as remoções são vistas como um processo de espoliação urbana, porque seriam provenientes da acumulação por espoliação. Ou seja, as áreas ocupadas pelos moradores de baixa renda são terras com valor de uso e que, ao passarem pela remoção, são espoliadas e apropriadas como valor de troca. Isto é, mesmo que se trate de moradias irregulares, os moradores, ao ocuparem essas áreas para morar, estão dando a elas uso, usufruindo do direito legal de uso. Quando acontece a remoção voltada para a valorização capitalista da área, a prioridade é o valor de troca dessas terras, em outras palavras, está prevalecendo o processo de acumulação do setor imobiliário que só é possível, ao espoliar os moradores do seu direito de uso.

¹³ Os casos apresentados abaixo têm como principais fontes: informações levantadas a partir da participação direta da autora em visita a essas comunidades (a maior parte dessas visitas ocorreu via o nosso envolvimento junto ao Comitê Popular da Copa de Curitiba); e documentos como o Relatório Parcial do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles (OBSERVATÓRIO, 2012), o Dossiê Copa do Mundo e violações de direitos humanos em Curitiba (COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA, 2013) (dos quais a autora também participou como coautora) e o Dossiê Curitiba, elaborado para a Auditoria Externa da Presidência da República (COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA, 2012b). Como explicado anteriormente, os casos abaixo se referem a projetos oficiais da Copa.

Assim como enfocamos o direito à moradia entendido no âmbito do direito à cidade, destacamos as violações de direito à moradia em si, mas cientes de que elas fazem parte de um rol de violações de direitos humanos que estão sendo cometidos durante a execução dos projetos relacionados à Copa¹⁴.

Quando foram anunciadas, pela primeira vez, as obras que “preparariam” Curitiba e Região Metropolitana para sediar a Copa de 2014, um prognóstico realizado pelo Comitê Popular da Copa de Curitiba (CPC) e Observatório das Metrôpoles/Núcleo Curitiba (2012) estimava que entre 2.000 a 2.500 famílias, em sua maioria de baixa renda, estariam ameaçadas de desapropriação ou remoção. Ainda que, sem informações sobre os detalhes dos projetos e, portanto, sem informações sobre as áreas e o número exato de famílias que o poder público pretendia remover de suas casas, na Matriz de Responsabilidades já estava previsto que desapropriações ocorreriam nas obras do Corredor Metropolitano (requalificação de vias existentes), na reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães, conhecido como Arena da Baixada ou estádio do Atlético Paranaense, na requalificação da Rodoferroviária, na construção do BRT (*Bus Rapid Transport*) do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária e da ampliação do sistema BRT de transporte da Extensão da Linha Verde Sul, como mostra o Quadro 1.

Além das obras que previam a remoção de famílias, outras violações do direito à moradia adequada estiveram e se mantêm ameaçando moradores. É o caso da construção de uma das obras que fazem parte do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária: o projeto de construção de uma trincheira (passagem viária subterrânea) na Rua Araçongas, no bairro São Cristóvão, em São José dos Pinhais (município da Região Metropolitana de Curitiba). A **trincheira do São Cristóvão** é uma obra viária que não prevê remoções e reassentamentos habitacionais, mas que causaria impactos negativos para a população por criar uma via expressa e de trânsito direto. O aumento do fluxo e da velocidade de veículos intensifica a possibilidade de acidentes e atropelamentos e dificulta o acesso aos locais de moradia, serviços e práticas religiosas violando o

¹⁴ O dossiê do Comitê Popular da Copa de Curitiba (2013) elencou oito tipos de violações: direito à informação, direito à participação, direito à moradia, direito ao trabalho, patrimônio público, ordem urbanística, mobilidade e alterações normativas (leis, regulamentos, decretos etc.).

direito à moradia adequada no que respeita à qualidade das condições de moradia, assim como das atividades comerciais e do cotidiano escolar (risco no transporte e locomoção de crianças da Escola Municipal Pe. Pedro Fuss e Colégio Estadual São Cristóvão) e religioso existentes no local. Os impactos negativos à qualidade das condições de vida no local atingiria muito mais do que os moradores da rua em questão, pois alteraria a dinâmica de tráfego da região.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO AMEAÇADA DE REMOÇÃO PELAS OBRAS OFICIAIS DA COPA EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

OBRAS	POPULAÇÃO AMEAÇADA	ÁREA	RECURSO PREVISTO PARA DESAPROPRIAÇÕES	RESPONSÁVEL
Requalificação de vias do Corredor Metropolitano (Municípios: Colombo, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Curitiba e Araucária)	Matriz de Responsab.: sem informações. Prognóstico CPC e Observatório das Metrôpoles/ Núcleo Curitiba: cerca de 1000 famílias em 1.173 imóveis (sem localização definida)	Aprox. 37,66 Km	R\$ 6,9 milhões	Governo Estadual
Reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada)	16 imóveis predominante residenciais	Aprox. 5.325m ² de áreas privadas e 2.359m ² de áreas da União	R\$ 14 milhões	Município de Curitiba, Estado do Paraná, Clube Atlético Paranaense, CAP/SA - Sociedade Anônima de Propósito Específico, BNDES
Requalif. da Rodoferroviária	Sem informações	Sem informações	R\$ 0,80 milhões	Município de Curitiba, Governo Federal
Construção do BRT (Bus Rapid Transport) do Corredor Aeroporto - Rodoferroviária	Sem informações	Sem informações	R\$ 1,2 milhões	Município de Curitiba
Ampliação do sistema BRT de transporte da Extensão da Linha Verde Sul	Sem informações	3 Km da Linha Verde entre o bairro Pinheirinho e o Contorno Sul	Sem informações	Município de Curitiba, Governo Federal

FONTE: Matriz de Responsabilidades (1ª versão, 2010)

A abrangência desses impactos é tão evidente que a comunidade se mobilizou e mais de duas mil pessoas aderiram a um abaixo-assinado demonstrando-se afetadas e contrárias à implementação da trincheira. Com o intuito de barrar a construção da obra que estava para ser licenciada sem o conhecimento e a consulta da comunidade e sem estudos ambientais e de impactos de vizinhança, a comunidade, em ação conjunta com o Comitê Popular da Copa, realizou um ato público em dezembro de 2011 que gerou repercussão local e um comunicado oficial da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) firmando um compromisso político de não execução da trincheira. Todavia, no início de 2013 surge a informação de que a obra seria efetivada, o que desencadeou uma nova mobilização dos moradores, que voltaram a ser organizar e demandar nova reunião com o Ministério Público Estadual e a COMEC. Esta última se demonstrou intransigente com a retomada da obra, ainda que os moradores tenham apontado a existência de alternativas para a construção da obra viária em outras ruas que já possuem maior tráfego e que apresentam maior interligação com outras vias.

À falta de informação que imperou desde o lançamento dos projetos, somou-se uma sequência de alterações da Matriz de Responsabilidades, o que dificultou o acompanhamento e aumentou a insegurança da população que sabia que seria impactada (como os moradores do entorno do estádio). No caso do **Corredor Metropolitano**, que seria a obra que mais desapropriações e remoções provocaria (envolvendo famílias de diferentes municípios da Região Metropolitana de Curitiba), o projeto sequer definia a área exata e a população afetada.

No final de 2012, esse cenário, até então ainda bastante incerto, sofre modificações: em dezembro de 2012, o Governo Estadual desiste da realização do projeto do Corredor Metropolitano e, após ações de litigância por parte de moradores desapropriados, em maio de 2013 todas as indenizações aos proprietários dos imóveis do entorno do estádio já haviam sido feitas. Quanto às demais obras, todavia não houve divulgação pública dos projetos finais, mas, após diversas solicitações coletivas (Comitê Popular da Copa, Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, Núcleo de Prática Jurídica da UFPR e população afetada)

junto aos órgãos competentes, tivemos acesso ao Projeto Executivo de Engenharia do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Em tal Projeto, agora estão previstos somente desapropriações para alinhamento predial. As exceções são as obras da **Linha Verde Sul** com desapropriação apenas de parte de 01 imóvel comercial e a construção do **Viaduto Estaiado** (que também consta da Matriz de Responsabilidade), antes sem desapropriações previstas, mas atualmente há a informação de que alguns moradores (sem confirmação do número exato) foram desapropriados em função das obras e outros 11 que tiveram suas casas alagadas por erro de execução¹⁵.

As violações de direitos cometidas durante a **reforma e a ampliação do Estádio do Clube Atlético Paranaense** merecem destaque. No que respeita às violações de direito, é curioso notar que os proprietários dos imóveis alvos de desapropriações no entorno do estádio (Figura 1, Anexo), mesmo tendo o perfil de população de classe média a alta, também sofreram violações do direito à moradia uma vez que as desapropriações foram impostas aos moradores (alguns deles residindo no local há mais de 30 anos), assim como violações de direito à informação e à participação: o dossiê do CPC aponta as diversas negativas de acesso aos documentos e a informações precisas referentes à engenharia financeira para reforma do estádio pelos órgãos responsáveis; desrespeito à Lei de Acesso à Informação pelo TCE; desrespeito a encaminhamentos tomados em audiência pública; não participação da população afetada nas decisões, esvaziamento dos espaços deliberativos como o Conselho das Cidades e Câmaras Temáticas específicas sobre análise da matéria, notadamente a utilização do potencial construtivo (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013).

Cabe destacar ainda, no tocante às desapropriações dos imóveis do entorno do estádio, o conflito entre o interesse público e o interesse privado. FIFA, governos e apologistas do “legado” da Copa apontam as desapropriações para ampliação do estádio de futebol como de interesse público. Assim sendo, teríamos que supor que a reforma e ampliação do estádio para a Copa é de interesse de todos (curitibanos e, em última instância, sociedade brasileira como um todo). Todavia, a

¹⁵ Cf. Dossiê do CPC (2013) e reportagem veiculada em <<http://www.bandab.com.br/jornalismo/geral/moradores-protestam-contra-erro-de-projeto-na-ponte-estaiada-que-pode-inundar-11-casas-51339/>>.

despeito da utilização massiva de recurso público, a sociedade não foi consultada para decidir se este é um interesse prioritário e, sobretudo, não se considera nesta equação o evidente interesse privado da CAP S/A¹⁶, ente que detém a propriedade do estádio¹⁷.

Dessa maneira, num balanço geral, oficialmente não há um número significativo de remoções decorrentes da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba. Todavia, desde 2012 estamos denunciando (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/NÚCLEO CURITIBA, 2012) que outros tipos de violações do direito à moradia, no âmbito dos preparativos para a Copa, estão ocorrendo (uma vez que as remoções não são a única forma de violação deste direito) e que obras oficiosas da Copa, ou seja, que não constam na Matriz de Responsabilidades ou PAC Copa, mas que estão diretamente relacionadas ao megaevento esportivo, estão ameaçando de remoção centenas de famílias, em sua grande maioria de baixa renda. Apontar e diferenciar as obras oficiosas e as diversas violações do direito à moradia por elas provocadas, como fazemos nos subitens abaixo, é fundamental para apreendermos as especificidades do contexto curitibano, isto é, a reiterada tentativa de manter os conflitos urbanos na invisibilidade.

¹⁶ A CAP S/A é a gestora das obras da Arena para a Copa. Em suas próprias palavras: “No dia 25 de julho de 2011, na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense, foi escolhida a proposta dos conselheiros para a Autogestão da construção da ARENACOPA para a Copa do Mundo de 2014. Dentro do modelo de autogestão foi formada uma comissão composta de um presidente e oito conselheiros (e suplentes) responsáveis pelas áreas de Secretaria Geral, Finanças e Controladoria, Jurídico, Planejamento, Engenharia, Marketing, Institucional e Construção. Além da Comissão para Assuntos das Copas, foi criada uma Sociedade para Propósitos Específicos (SPE) com participação acionária total do Atlético Paranaense (subsidiária integral). Esta SPE foi nominada CAP S/A ARENA DOS PARANAENSES ficando responsável por todas as questões relacionadas a viabilidade econômica financeira da obra, administração de recebíveis, garantias para o projeto, contratação de fornecedores, responsabilidade técnica, responsabilidade comercial, civil e penal” (Disponível em: <<http://www.arenacap.com.br/>>).

¹⁷ O CPC aponta ainda violações de direito envolvendo outros segmentos sociais como os trabalhadores ambulantes que serão impedidos de realizar seu trabalho durante a realização da Copa devido à zona de exclusão e profissionais do sexo que trabalham no entorno do estádio. A obra também gera um impacto de ordem urbanística. Segundo o Comitê, “a utilização do instrumento do potencial construtivo de forma perversa impacta a ordem urbanística provocando prováveis adensamentos não programados e ausências de compensações socioambientais previstas no Estatuto da Cidade” (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013). O CPC também tem denunciado vigorosamente essa engenharia financeira da obra que inclui a utilização de cotas de “potencial construtivo”, criadas pela prefeitura em favor da Arena - CAP S/A. A conclusão do Comitê Popular é que com as obras avançadas, fica evidente que o volume de investimento é majoritariamente público, constando entre as contrapartidas da Arena a disponibilização de camarote para governador e prefeito (COMITÊ POPULAR DA COPA, op. cit.).

Comunidade Vila Nova Costeira, São José dos Pinhais (projeto de construção da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena)

O projeto de implantação de uma nova pista de pouso e decolagens no Aeroporto Internacional Afonso Pena (localizado em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba) é antigo¹⁸, mas somente com o anúncio de que Curitiba sediaria a Copa é que ele começou a “sair do papel”. O projeto de construção da terceira pista do aeroporto não está inserido na Matriz de Responsabilidades, mas sua vinculação e posterior desvinculação¹⁹ com o megaevento chegou a ser veiculada na imprensa local e alardeada pelo secretário especial para Assuntos da Copa, Mário Celso Cunha.

O projeto prevê desapropriações²⁰ nas comunidades Vila Suissa, Vila Quississana, bairro Jurema e Vila Nova Costeira. Todavia, estamos enfocando o caso da Vila Nova Costeira onde a situação é mais crítica uma vez que os moradores não possuem o título de propriedade de suas casas. Só na Vila Nova Costeira são cerca de 300 famílias ameaçadas de remoção. A comunidade é um reassentamento consolidado (as Figuras 2 e 3, Anexo, são ilustrativas) que ocorreu há mais de 20 anos, quando as famílias que residiam no assentamento Cidade Jardim foram realocadas por iniciativa da COMEC, pois no antigo assentamento ocorria a construção do Canal Extravisor (retificação dos leitos dos rios Atuba e Iraí que formam o rio Iguaçu).

A maior parte das unidades habitacionais e da infraestrutura urbana (como a pavimentação das ruas e a instalação das manilhas), que deveriam ter sido feitas pelo poder público, foi autoconstruída pela comunidade durante esses anos.

¹⁸ Encontramos informações de que já na década de 1980 surge uma primeira proposta de expansão do aeroporto (BACHTOLD, 2012, p. 82), mas segundo a Aviation News em informação noticiada no site <http://desastresaereosnews.blogspot.com.br/2009_10_17_archive.html> (DIANTE, 2009), o projeto da terceira pista existe desde 1996.

¹⁹ O jornal O Estado do Paraná (<oestadodoparana.com.br>) divulgou em 25/03/2011 que a obra estava sendo desvinculada da Copa porque embora os recursos (R\$ 320 milhões) estivessem previstos no Plano de Aceleração Crescimento (PAC) 2, eles ainda não teriam sido liberados.

²⁰ O Decreto Estadual n.º 3.409 de 09 de dezembro de 2011 declara como utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 751.547.29 m².

A irregularidade fundiária do local tem sido utilizada pelo poder público para dificultar o fornecimento de informações sobre o projeto (prazo, área e população afetada, propostas de realocação). Além da violação do direito à informação, a comunidade também está sendo violada quanto ao seu direito de participação das decisões sobre o projeto, sobre as desapropriações e seus impactos. Tais violações estão acontecendo mesmo com a mobilização popular, pois, diante da ameaça de remoção, a comunidade fortaleceu e ampliou sua Associação de Moradores e se colocou à frente das negociações junto às entidades responsáveis. Um dos resultados da mobilização da comunidade foi o levantamento de informações sobre a área. Segundo o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Habitação e Urbanismo (CAOP) do Ministério Público do Paraná, a área onde a comunidade se localiza pertencia ao governo municipal, mas na década de 1980 foi doada à União e repassada à Infraero, na ocasião da elaboração do primeiro projeto de ampliação do aeroporto. Como o referido projeto não foi executado e a área ficou sem utilização, a propriedade voltou para o município (BACHTOLD, 2012).

Como os moradores moram na área desde 1995, eles têm o direito legítimo à posse dos bens²¹. Como a área é pública e não cabe o processo de Usucapião, o instrumento jurídico de garantia da posse, no caso, é a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM). O Comitê Popular da Copa de Curitiba tem auxiliado a comunidade no requerimento da CUEM (Figura 4, Anexo), no acompanhamento de suas ações e na denúncia (organização de visitas da relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, do Grupo de Trabalho vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Auditoria Participativa da Secretaria Interna da Presidência da República e produção de documentos diversos).

Além da também remoção de famílias pertencentes às demais comunidades supracitadas, outras violações de direitos podem ser

²¹ “As posses são legítimas porque os imóveis estavam em processo de regularização fundiária, consoante atesta o Decreto municipal n.º 2.347/08, que definiu a região da Nova Costeira como Zona Especial de Interesse Social e o consequente processo de regularização fundiária n.º 865/2008 instaurado pela Prefeitura. Ademais, decretos municipais de 1992 (ex: Decreto n.º 310 de 09/10/1992) e termos de recebimento de lote entregues aos moradores reforçam sua condição regular” (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013).

observadas: o isolamento dos moradores do entorno do aeroporto com a construção da terceira pista (a obra fecha ruas que hoje fazem a interligação entre bairros da região e o Centro de São José dos Pinhais) e o aumento do nível de ruídos e tremores provocados pelos aviões, intensificando os problemas auditivos e de comprometimento da estrutura material das casas.

Comunidade Vila Audi/União, Bairro Uberaba/Curitiba (Parque da Imigração Japonesa)

A comunidade Vila Audi/União (composta por um conjunto de vilas), onde reside mais de três mil famílias, está localizada no bairro do Uberaba, entre a rodovia BR 277 (caminho das praias paranaenses) e a Avenida Comendador Franco (conhecida como Avenida das Torres), contornado pelo rio Iguaçu e pela linha ferroviária (Figura 5, Anexo). É considerada uma das maiores ocupações irregulares de Curitiba. É nesta comunidade que, no final de 2012, foi construído o Parque da Imigração Japonesa (Figura 6, Anexo). Uma obra que não consta na Matriz de Responsabilidades, mas que também possui vinculação direta com os preparativos para a Copa.

O Ministério do Turismo noticiou em outubro de 2009²² que recursos foram transferidos aos municípios para a promoção turística das cidades-sede da Copa de 2014 e o Parque da Imigração Japonesa está incluído nas obras de infraestrutura turística. O próprio poder público e a mídia apresentam a área como um “cartão de visitas” para quem chega à cidade pelo aeroporto Afonso Pena.

Para a construção do Parque, 855 famílias foram removidas pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB Curitiba), parte delas, 473, estão sendo remanejadas dentro da própria comunidade²³. Segundo notícia do Centro de Mídia Independente (CMI, 2008), 130 famílias foram despejadas e levadas para o município de Contenda,

²² Cf. em: <<http://www.eventos.turismo.gov.br/copa/acoes/Curitiba/detalhe/acao4.html>>. BRASIL (2009).

²³ A notícia é do site da Prefeitura: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/centro-da-juventude-e-parque-da-imigracao-transformam-o-uberaba/27840>>.

a cerca de 50 Km de Curitiba. A realocação das famílias para Contenda foi confirmada por moradores²⁴. As violações de direito neste caso também são de várias ordens: em primeiro lugar, o direito à moradia foi violado porque a área estava em processo de regularização fundiária judicial e ainda assim centenas de famílias foram removidas; os direitos à informação e participação também não foram respeitados, pois as famílias não foram envolvidas na elaboração do projeto do Parque e tampouco no processo de regularização da área; e o direito ao trabalho dos moradores realocados para Contenda é violado uma vez que, segundo depoimento coletado em trabalho de campo, parte significativa dos moradores trabalhava como catador de materiais recicláveis e o deslocamento para outro município os distanciaram das fontes de grande coleta (Centro de Curitiba).

Resgatamos brevemente o histórico desta comunidade, até mesmo para que fique evidenciado que a área passa por um projeto antigo de “urbanização e regularização fundiária”, mas que tem causado prejuízo para boa parte dos moradores por seu caráter de “limpeza” social e de “maquiagem” da paisagem para privilegiar o turismo.

Localizada na bacia hidrográfica do rio Iguaçu (área de proteção ambiental), já foi local de extração de areia para a construção civil e de construção do Canal Extravasor. Nesse sentido, as remoções nesta localidade sempre foram justificadas por serem apontadas como área de risco de inundação e de proteção ambiental. Todavia, é importante complexificar esse apontamento por dois motivos que mostram a potencialização externa dessa situação de risco. Primeiro, a presença das cavas formaram lagos profundos que certamente contribuem para o aumento das inundações “naturais” decorrentes da presença do rio. Segundo, de acordo com os depoimentos dos moradores, o poder público, na ocasião das escavações para a realização do Canal

²⁴ Realizamos duas visitas de campo na comunidade, uma em 16/06/2012 e outra em 27/07/2012. Nas duas ocasiões, diferentes moradores entrevistados confirmaram a informação. Na primeira visita, entrevistamos quatro moradores, sendo um deles representante da Associação de Moradores e outro representante da comunidade na Regional do bairro. Na segunda visita, entrevistamos uma antiga moradora realocada e que hoje é representante da Associação dos Moradores das Ilhas das Margens do Rio Iguaçu. Optamos por manter o anonimato dos moradores.

Extravasor, teria feito algumas aberturas deste canal em direção às casas dos moradores, que intervieram para impedir a continuidade da ação.

Quanto ao histórico de ocupação da comunidade, esta ocorreu no final da década de 1990. Segundo os moradores entrevistados, após a ocupação, eles se organizam formando associações de moradores para construir uma igreja católica e reivindicarem junto ao poder público (COHAPAR, Ministério Público, Copel) a medição das ruas e a instalação da rede de água e energia elétrica. Em 2001, acontece a primeira remoção de famílias da Vila Ilha do Mel (uma das vilas que compõem a Audi/União)²⁵. A justificativa, então, é a retirada dos moradores de área de risco e de proteção ambiental. De 2003 a 2006, mais de 800 famílias também são removidas e inicia-se na localidade um conjunto de intervenções de longo prazo. Após várias remoções, a própria COHAB noticia em 2010 que “o bolsão Audi é uma das áreas na cidade que concentra mais investimentos do município”²⁶.

Tais investimentos chegam após muita mobilização popular. Segundo depoimento de moradores, em 2011 eles se mobilizaram por meio de passeata e abaixo-assinado para que as remoções cessassem e também para reivindicar acesso a serviços básicos como água encanada, energia elétrica, entrega dos Correios. A presença de tráfico de drogas e a consequente ocorrência de um alto índice de homicídios também fazem parte dos problemas enfrentados pela comunidade, e para os moradores por nós entrevistados, a construção de escolas e a implementação de

²⁵ “Em 11 de setembro de 2001, cerca de 700 Guardas Municipais cercaram a Vila Ilha do Mel e retiraram violentamente os moradores para, em seguida, demolir os barracos das famílias. O despejo da Vila Ilha do Mel foi realizado sem qualquer plano de relocação das famílias por parte da Prefeitura Municipal. [...] Contenda é um município eminentemente rural, porte pequeno, com poucos recursos para atender à população local e para fornecer serviços essenciais, como saúde e educação. A relocação 85 famílias representou um grande desequilíbrio para Contenda, pois além de implicar a privação de acesso aos serviços essenciais para as pessoas relocadas houve também prejuízo para a efetivação desses serviços para as pessoas que já habitavam a cidade. Devido a esse desequilíbrio, as famílias relocadas sofrem discriminação dos habitantes locais, uma vez que representam um desequilíbrio para Contenda. Por outro lado, não há trabalho na cidade para as pessoas relocadas e tampouco transporte público adequado que possibilite a manutenção de seus trabalhos na Capital, distante 50 km. Foi relatado por diversos moradores, que na oportunidade da realocação de famílias despejadas da Vila Ilha do Mel para a área da Contenda, há três anos, as ruas, as demarcações dos lotes e a cobrança de contas de água e luz era realizada por funcionários da COHAB/Curitiba. Inclusive foi relatada a existência de contratos de compra e venda desses terrenos entre COHAB e moradores” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

²⁶ Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba. Cf. <www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=173>.

políticas públicas voltadas para os jovens e as mulheres (que chefiam a maioria das famílias) seria a solução²⁷, ao contrário da saída dada pelo poder público com a instalação da primeira Unidade Paraná Seguro (UPS)²⁸. Na avaliação dos moradores, a construção comunitária de uma igreja e do projeto Obra Social Santo Aníbal (OSSA) tiveram uma implicação efetiva na comunidade no sentido de tirar as crianças da rua (Figura 7, Anexo).

A recente instalação de equipamentos e serviços urbanos (Figura 8, Anexo) e construção de novas unidades habitacionais na comunidade também têm abrigado moradores de outros bairros da cidade (numa estratégia de minar a mobilização popular), ao mesmo tempo em que moradores mais antigos permanecem em condições extremamente precárias de moradia (Figuras 9 e 10, Anexo).

Como vemos, a urbanização da área está se iniciando posteriormente à remoção de centenas de famílias e, segundo depoimento dos próprios moradores que permanecem no local, já é possível perceber a valorização imobiliária da área. Em trabalho de campo, foi comum escutar dos moradores que “as casas estão valendo mais”. É sabido que há forte tendência de que após a valorização capitalista de áreas que passam a receber investimentos públicos sem uma política de manutenção dos moradores, termina por expulsá-los, direta ou indiretamente.

Essa possibilidade de valorização da área já havia sido anunciada em 2008 por Hayakawa e Ultramarí (2008, p. 18) no que respeita ao projeto de implantação do Parque da Imigração Japonesa. Se naquele momento os autores inferiam que a presença do Parque podia gerar tanto a melhoria das condições ambientais e de vida dos moradores como a expulsão destes, hoje já temos alguns elementos a mais que demonstram a tendência de um longo projeto de “limpeza social” ou no mínimo de maquiagem da parte mais exposta e visível da área (a região é avistada desde a Avenida Comendador Franco, como já observado na Figura 6, Anexo).

²⁷ “O desafio hoje é não deixar nossos jovens morrerem tão cedo [...] precisamos de política para os jovens e para as mulheres” (moradora entrevistada em 16/06/2012).

²⁸ A Unidade Paraná Seguro (UPS) é um projeto desenvolvido pelo Governo do Paraná assemelhado às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) fluminense. A UPS Uberaba (bairro onde se localiza a Vila Audi/União e o Parque da Imigração Japonesa) foi a primeira a ser instalada em 1 de março de 2012 (<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5935>).

A ordem da condução das ações, primeiro remoções em massa e depois urbanização, transformação de imóveis financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Hotel (caso descrito a seguir), construção do Parque e instalação da primeira Unidade Paraná Seguro (UPS), são indícios claros de que a área está passando por um processo de “limpeza” social e valorização capitalista, ao invés da valorização do patrimônio dos moradores.

Área da primeira Unidade Paraná Seguro (UPS), no Uberaba, vence com rapidez zonas de favelização e se firma como “bairro pobre”, longe dos estereótipos de miséria. Dados levantados pela Cohab-CT, a partir de 2006, para atender exigências do Programa de Aceleração de Crescimento, o PAC, apontaram que bolsão *tinha* sim zonas miseráveis, como o Icarai e parte da Vila Ferroviária, mas que no geral tem características sociais na média da capital. Fragilidade maior é no campo educacional. A porcentagem de alfabetização é alta, mas o tempo de permanência na escola equivale às mais baixas do estado (BOLSÃO, 2012, p. 1, grifos nossos).

A informação noticiada pelo jornal local “A Gazeta do Povo” sobre os efeitos da implantação da UPS no bairro, reitera nossa hipótese de que o conjunto das intervenções urbanas realizadas está expulsando os mais pobres e representando uma externalidade negativa para os moradores de baixa renda da área.

Hotel Bristol Portal do Iguaçu

O caso do Hotel Bristol Portal do Iguaçu (Figura 11 e 12, Anexo), situado ao lado do Parque da Imigração Japonesa, também é ilustrativo. O Hotel, localizado na Rua Velcy Bolívar Grandó (Curitiba), está situado em um SEHIS (Setor Especial de Habitação de Interesse Social) e foi construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida para fins de moradia social. No entanto, quando o empreendimento, que seria o residencial Parque do Iguaçu, já estava cerca de 95% concluído, a construtora Opcional Engenharia e Construções Ltda recebe proposta da rede de hotéis Slaviero para adaptação da obra a um empreendimento hoteleiro.

A construtora solicita à rede de hotéis Bristol um estudo comparativo que termina sendo aprovado. O fato de o local estar a 4km do aeroporto e a 12km do centro de Curitiba é, sem dúvida, o definidor para o interesse

da construtora em investir em um empreendimento mais rentável e do poder público em atender ao mercado hoteleiro, uma vez que a realização da Copa supostamente exige a expansão da rede hoteleira da cidade-sede.

Ocorre, por fim, a liberação de licenciamento, a favor da mudança de finalidade do uso e ocupação do solo (parecer emitido pelo Conselho Municipal de Urbanismo). O licenciamento ocorreu sem a mudança na Lei de Zoneamento que qualifica a área como Setor Especial de Habitação de Interesse Social e mesmo com a existência de pessoas que já tinham celebrado o contrato e obtido o financiamento do Programa²⁹.

Aqui o direito à moradia é violado, uma vez que se tirou a oportunidade de moradia de várias famílias, além do caso demonstrar claramente que esta é mais uma das intervenções no eixo Aeroporto-Rodoferroviária e entorno da Vila União/Audi, com o intuito de “limpeza” social e de “maquiagem” da paisagem para favorecer o turismo em detrimento do direito à moradia das 96 famílias de baixa renda que residiriam no local.

Considerações finais

Os casos tratados acima demonstram claramente que os megaeventos estão se apresentando como um campo oportuno para violações de direitos humanos.

No que respeita ao direito à moradia, Curitiba, mesmo que a partir de projetos oficiosos, não foge ao padrão que temos visto nas demais cidades-sede: sempre ferindo o Estatuto da Cidade, o Direito Urbanístico e outros marcos regulatórios internacionais.

No sentido de avaliarmos as violações que vêm sendo cometidas em Curitiba, cabe considerar que, se a violação ao direito à moradia mais grave é a remoção forçada, há outras violações que também desrespeitam o direito à moradia que devem ser levadas em conta. Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, parte da

²⁹ Para maiores informações, consultar o dossiê do CPC (COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA, 2013).

definição de moradia adequada para, então, apontar o que considera como violação do direito à moradia. A relatora produziu documentos informativos especialmente para moradores de cidades-sede de megaeventos esportivos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011). No site “Direito à moradia” (<http://direitoamoradia.org>), Rolnik aponta que a moradia adequada deve conter: a segurança da posse; a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; o custo acessível; boas condições de habitabilidade; a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; uma localização adequada; e adequação cultural.

Na Curitiba em tempos de Copa, essas regras que definem o que é moradia adequada estão sendo sistematicamente violadas e a atuação do poder público é central no desrespeito a esse direito e, na verdade, ao direito à cidade. A Prefeitura, a COHAB-Curitiba, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e a Secretaria Municipal Extraordinária da Copa do Mundo, estão afinadas e aliançadas politicamente com os interesses dos agentes privados envolvidos nas intervenções urbanas oficiais ou officiosas do Mundial de Futebol. Podemos indicar que, afinadas com os rumos políticos anteriores, as coalisões que regem as intervenções urbanas que preparam, direta ou indiretamente, Curitiba para sediar a Copa de 2014, são legitimadas pelo discurso da cidade-modelo, do desenvolvimento e da modernização, mas também do combate à disfunção social da ilegalidade fundiária e do risco ambiental.

Em síntese, consideramos que a dinâmica da moradia no ambiente de preparação para a Copa de 2014 em Curitiba se revela complexa, permeada de contradições e conflitos. No entanto, é possível perceber um padrão desta dinâmica: ela tem sido de violação de direitos humanos, de espoliação urbana dos setores populares e, portanto, de intensificação das desigualdades socioespaciais. Há, ao menos, quatro aspectos que podem caracterizar o contexto deste padrão em Curitiba.

Desde a perspectiva do discurso oficial, poderíamos supor que não seria relevante debater processos de remoção e outras violações do direito à

moradia decorrentes da Copa em Curitiba. Todavia, identificamos que tais processos estão ocorrendo no âmbito das intervenções oficiais da Copa.

Embora as intervenções urbanas para a Copa apresentem um porte menor que não chegam a reconfigurar urbanisticamente a cidade, se comparadas com a grandiosidade do que vem sendo realizado no Rio de Janeiro e Recife, por exemplo, tais intervenções contêm, igualmente, o cerne da governança empreendedora empresarial e dos grandes projetos de desenvolvimento urbano: parceria público-privada comprometida com os interesses e princípios do mercado; intervenções nucleadas apenas em áreas da cidade propícias aos negócios; produção de novas representações e imagens da cidade etc. Nesse sentido, quanto ao acesso à terra, à moradia, à cidade como um todo, se lançam mão de velhos e novos mecanismos capazes de sobrepor o exercício individual da propriedade privada ao cumprimento da função social da cidade.

Ainda em comparação com outras cidades-sede, podemos apontar que não há uma imposição marcante de um “projeto FIFA” na cidade. Na verdade, neste contexto de preparação para a Copa, as intervenções urbanas de um modo geral e não apenas no que respeita à moradia expressam uma continuidade do projeto de cidade anterior ao megaevento, o qual também está inteiramente afinado ao planejamento e à gestão da “cidade-empresa-mercadoria” que se pretende global. Não estar integralmente submetidas (urbanisticamente falando) ao que estamos denominando “projeto FIFA”, tampouco significa a existência de um ambiente de politização e(ou) de resistência das alianças de classes hegemônicas na cidade, uma vez que o comprometimento local já estava voltado para a “produtividade e a competitividade” urbana.

A partir do ponto de vista institucional, pode-se considerar que vivenciamos um contexto nacional de afirmação do direito à moradia. As avaliações oficiais apontam que os programas federais “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alavancaram, nos últimos anos, o acesso à moradia para a população com menor faixa salarial e os investimentos em urbanização

e regularização de favelas e assentamentos precários. Porém, no contexto nacional, há severos e pertinentes questionamentos a respeito não apenas da efetividade de tais programas, mas dos seus objetivos em si³⁰. No contexto da Grande Curitiba, os programas também têm sido alvo de uma série de denúncias, a mais grave delas talvez seja o licenciamento ilegal que transformou imóveis financiados pelo MCMV em Hotel. Além disso, nas últimas décadas, os espaços informais de moradia em Curitiba cresceram expressivamente³¹, o que nos permite afirmar que Curitiba e sua região metropolitana não vivenciam um contexto afirmativo do direito à moradia.

Não há um contexto afirmativo do direito à moradia em Curitiba e, agravando este cenário, em tempos de Copa, a negação (ainda que oculta ou oficiosa) desse direito se respalda na legitimação que se busca construir sobre o megaevento: oportunidade inquestionável de desenvolvimento e modernização! Para quem? Dizem que para todos! Um *todos* abstrato e neutro, sem contradições e conflitos.

Diante do exposto, se nos perguntarmos se as intervenções urbanas para a Copa de 2014 serão benéficas para os curitibanos, podemos concluir que o projeto de cidade em curso em Curitiba já apresentava sua faceta baseada nas desigualdades socioespaciais, mas, a cidade-modelo, maximizando seu *status* de cidade-sede, tem se empenhado em deixar para seus cidadãos um *plus* de: dívida pública; remoções, sobretudo das famílias de baixa renda; concentração de infraestrutura e projetos de renovação urbana que priorizam o embelezamento urbano em detrimento das necessidades dos moradores locais e que, em geral, buscam eliminar toda e qualquer manifestação de pobreza; além de punir e discriminar grupos marginalizados e considerados indesejáveis socialmente como a população em situação de rua e os profissionais do sexo. Acreditamos que em uma cidade cujo planejamento e gestão tem se baseado, nos últimos anos, numa proposta de cidade-mercadoria, a Copa potencializa os rumos que já vinham sendo tomados pela política urbana e, neste sentido, não só o acesso à terra e à moradia, mas a

³⁰ Para um debate profundo a respeito do programa MCMV, consultar: (ARANTES; FIX, 2009). Sobre as repercussões em Curitiba cf. CARRANO (2012).

³¹ Cf. Silva (2012), que aponta que o crescimento não foi tanto em número de novos assentamentos, mas em número de domicílios em assentamentos informais.

existência de serviços, equipamentos e tudo o que condiz ao urbano, pertence cada vez menos ao morador de baixa renda e cada vez mais à valorização capitalista do espaço. Tal dinâmica explícita conflitos e revela desigualdades. As desigualdades forjadas e agravadas pelo processo de expansão do capital no urbano e seu projeto de cidade no contexto dos megaeventos.

Contudo, as mobilizações em Curitiba e em todo o Brasil sinalizam que, apesar da tentativa, das coalisões políticas hegemônicas, de construção da cidade do pensamento único, do estabelecimento do consenso, da apolítica, as “experimentações inventivas” não estão estancadas. Os pesos, na balança dos pactos políticos, são desiguais e desfavoráveis aos hegemonizados, mas levantar, disseminar esse debate e propor projetos alternativos, como as comunidades atingidas e os Comitês Populares têm feito, é um primeiro passo na contra direção dos valores e princípios da cidade-mercadoria que coloca o mercado e o direito à propriedade à frente do direito à vida.

Referências

ARANTES, P. F.; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. 2009. Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171>. Acesso em: 12 fev. 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/>. Acesso em: 18 jan. 2012.

BACHTOLD, M. V. **Produção de habitação de interesse social e direito à moradia** – o caso da Vila Nova Costeira em São José dos Pinhais. 2010. 121 f. Monografia (Conclusão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOLSÃO Audi-União é zona popular atípica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1295221>>. Acesso em: 09 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Veja o que está sendo feito para que as cidades sejam mais conhecidas e atraentes. 2009. Disponível em: <<http://www.eventos.turismo.gov.br/copa/acoes/Curitiba/detalhe/acao4.html>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Copa 2014: verde, amarela e sustentável. Brasília, 10 jul. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100710.html>. Acesso em: 12 jul. 2010.

CARRANO, P. Programas habitacionais não contemplam os “de baixo”. In: **Brasil de Fato**, 30 mar. 2012. <<http://www.brasildefato.com.br/content/programas-habitacionais-n%C3%A3o-contemplam-os-%E2%80%9Cde-baixo%E2%80%9D>>.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal Transparência**. Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/saibamais.seam?textoIdTexto=24>>.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA. **Ameça ao direito à moradia adequada**: diagnóstico de conflitos fundiários em Curitiba e Região Metropolitana. [S.l.: s.n.], 2012a.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA. **Dossiê Curitiba para a Auditoria Externa da Presidência da República**. [S.l.: s.n.], 2012b.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA. **Copa do Mundo e violações de direitos humanos em Curitiba**. [S.l.: s.n.], 2013. No prelo. (Dossiê).

DIANTE de outras obras, terceira pista do aeroporto Afonso Pena é esquecida. **Aviation News**, 2009. Disponível em: <http://desastresaereosnews.blogspot.com.br/2009_10_17_archive.html>. Acesso em: 12 set. 2011.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

HAYAKAWA, I. F.; ULTRAMARI, C. Situações de risco como definidoras de inflexões no planejamento e na gestão urbana: um estudo em Curitiba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1248.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEAL, L. Copa e Olimpíada: cidades injustas. In: **Brasil de Fato**, 11 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/copa-e-olimpiada-na-producao-de-cidades-mais-injustas>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

MARCHA Nacional pela Reforma Urbana de Curitiba. Release. Curitiba: [s.n.], 2013.

MASCARENHAS, G. Inventando a “cidade esportiva” (futura cidade olímpica): grandes eventos e modernidade no Rio de Janeiro. In: MASCARENHAS, Gilmar, BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 59-82.

MINISTÉRIO do Esporte. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

NOVAIS, P. et al. Survey. **Relatório de Pesquisa “Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano**: o que se pode aprender com a experiência brasileira?” Apresentado ao Lincoln Institute of Land Policy, maio 2006. Rio de Janeiro: IPPUR, 2006.

NOVAIS, P.; OLIVEIRA, F. et al. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. In: ENANPUR, 12., 2007, Belém do Pará. **Anais...** Belém do Pará: ANPUR, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/NÚCLEO CURITIBA. **Relatório parcial do Projeto Metropolização e Megaeventos: Impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa Do Mundo 2014.** Curitiba: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/Relat_Curitiba2012.pdf>. Acesso em: 02 maio 2012.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Grupo de Especialistas em Despejos Forçados da ONU - Advisory Group on Forced Evictions - AGFE/UN,** 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório ONU-HABITAT.** 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório temático. **Megaeventos.** Informe da Relatora Especial sobre moradia adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito, Sra. Raquel Rolnik. 2009. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?page_id=1200&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2011.

PORTAL 2014. **Porque o Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Latifúndios Genéticos y existencia indígena.** In: Revista Chiapas, México: UNAM/Ediciones Era, 2002, n. 14.

PRADA, R. Lançamento da Copa Verde. In: Portal 2014, 25 mar. 2009. Disponível em: <http://www.copa2014.org.br/noticias/94/LANCAMENTO+DA+COPA+VERDE.html>. Acesso em: 20 abr. 2010.

ROSAS, María Cristina. Geopolítica del fútbol. In: Etcétera, 18 jun. 1998. Disponível em: <<http://www.etcetera.com.mx/articulo.php?articulo=3947>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS JÚNIOR; O. A. dos; SANTOS, M. R. M. dos. Megaeventos e o direito à moradia: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, F. L. de; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. de M.; VAINER, C. B. (org.) **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 287-313.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba.** 2012. 259 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 -103.

VAINER, C. B. **Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos.** In: Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades /Ministério das Cidades. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Palestra.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F.; LIMA JÚNIOR, P. de N. **Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos.** In: OLIVEIRA, F. L. de; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. de M.; VAINER, C. B. (org.) **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 11-23.

ANEXOS

FIGURA 1 - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS NA REFORMA DO ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO

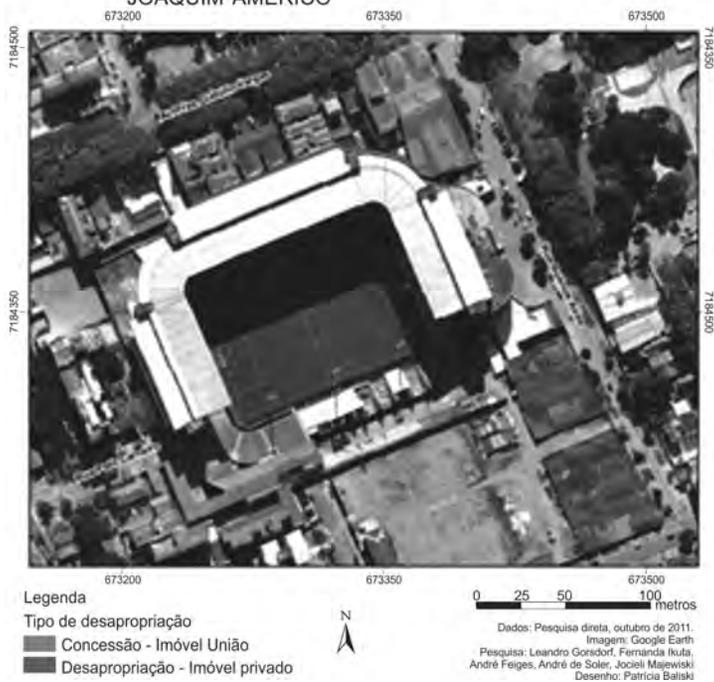


FIGURA 2 - RUA A, VILA NOVA COSTEIRA



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 24/03/2012.

FIGURA 3 - RUA C, VILA NOVA COSTEIRA



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 24/03/2012.

FIGURA 4 - ASSEMBLEIA E OFICINA SOBRE A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA NA COMUNIDADE NOVA COSTEIRA



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 24/03/2012.

FIGURA 5 - VILA AUDI/UNIÃO



Foto: Arquivo da Associação dos moradores das Ilhas das Margens do Rio Iguaçu.

FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA



FONTE: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1576991>

FIGURA 7 - PRÉDIO DA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL
(OSSA)AUDI/UNIÃO



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 16/06/2013.

FIGURA 8 - CENTRO DA JUVENTUDE AUDI/UNIÃO



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 16/06/2013.

FIGURA 9 - MORADIAS PRECÁRIAS VILA AUDI/UNIÃO



Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 16/06/2013.

FIGURA 10 - À DIREITA, NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS NA VILA AUDI/UNIÃO



Foto: Arquivo da Associação dos moradores das Ilhas das Margens do Rio Guaçu.

FIGURA 11 - FOLDER COMERCIAL ANUNCIANDO O EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL



FIGURA 12 - FOTO DO ATUAL HOTEL BRISTOL PORTAL DO IGUAÇU



FONTE: <http://www.malapronta.com.br/hotel2963-bristol-multy-portal-do-iguacu>

CENTRALIDADE E DINÂMICA IMOBILIÁRIA EM CURITIBA: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS IMPACTOS DAS OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014¹

Gislene Pereira, Jussara Maria Silva,
Anabelli Simões Peichó, Maicon Leitoles e Talissa Faszank

A cidade de Curitiba será uma das sedes do Campeonato Mundial de Futebol que acontecerá em 2014, no Brasil. Para a realização desse evento estão previstas grandes obras de infraestrutura em Curitiba e Região Metropolitana. Entretanto, dentre os investimentos anunciados para as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, Curitiba configura-se como aquela que terá menor participação. Segundo as informações existentes na Matriz de Responsabilidades², Curitiba receberá apenas 3,8% do total de gastos previstos para o país (aproximadamente 970 milhões de Reais).

Este trabalho apresenta uma discussão sobre as alterações na centralidade e dinâmica imobiliária dos bairros da cidade de Curitiba onde estão localizadas as obras vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

¹ Os resultados apresentados no presente texto são referentes ao período anterior ao da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

² A Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo FIFA 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações. Fonte: Portal da Transparência/Copa 2014.

Utilizando instrumental da análise sintática, foram definidos os subcentros morfológicos da cidade de Curitiba. A centralidade demográfica foi identificada a partir das informações dos Censos de 1970 até 2010. Para permitir uma comparação das centralidades com a dinâmica imobiliária, esses dados foram relacionados ao preço médio do metro quadrado da terra na cidade. A comparação das três situações (centralidade, preço da terra e localização das obras) permitiu uma análise exploratória do impacto das obras na estrutura urbana.

O texto está organizado em três partes: a parte 1 apresenta um breve resumo das obras da Copa do Mundo FIFA 2014 que serão implantadas na cidade de Curitiba, de acordo com as informações disponíveis no Portal da Transparência/Copa2014, por meio da Matriz de Responsabilidades. Na parte 2, buscou-se caracterizar as centralidades demográfica e morfológica identificadas em Curitiba. Na parte 3, são expostos os resultados do cruzamento entre centralidades, preço da terra e localização das obras da Copa do Mundo FIFA 2014. Para finalizar, o texto expõe algumas conclusões decorrentes da discussão apresentada.

As obras da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba

Os projetos contidos na Matriz de Responsabilidades a serem implantados em Curitiba e Região Metropolitana contemplam obras no aeroporto, mobilidade urbana e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães. Conforme descrito no quadro 1, a obra que apresenta maior valor é o estádio, sendo seguida do Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, a qual consiste em melhorias na principal via de acesso à cidade.

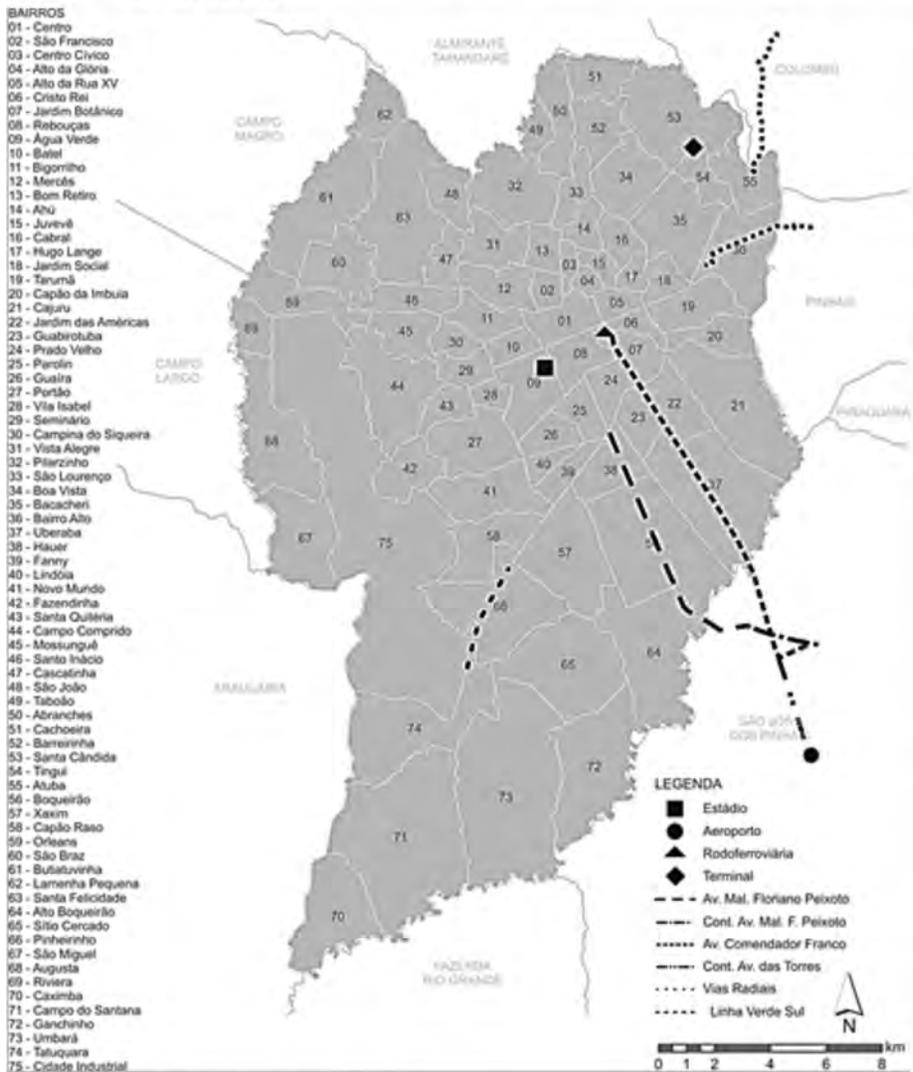
QUADRO 1 - RELAÇÃO DAS OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 E RESPECTIVOS CUSTOS. REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

TEMA	EMPREENHIMENTO (OBRA, PROJETO E DESAPROPRIAÇÃO)	INVESTIMENTO GLOBAL PREVISTO (R\$ MI)
Mobilidade Urbana	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	51,5 (trecho estadual) 131,7 (trecho municipal)
	Sistema Integrado de Monitoramento	20,4 (trecho estadual) 61,6 (trecho municipal)
	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,9
	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	24,2
	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,6
	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	23,4 (trecho estadual) 38,6 (trecho municipal)
	Vias de Integração Radial Metropolitanas	53,3
Estádio	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	326,7
Aeroporto	Ampliação do Terminal de Passageiros e Sistema Viário	110,16
	Pátio de Aeronaves	28,04
	Pistas de Pouso e Decolagem e de Táxi	19,06

FONTE: Portal da Copa 2014, Matriz de Responsabilidades. Disponível em:
<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/131126_anexo2_resolucao_gecopa.pdf>

A figura 1 identifica a localização das obras, demonstrando que a maioria delas está relacionada à melhoria na mobilidade intraurbana. Na verdade, grande parte dos projetos contidos na Matriz refere-se a obras previstas com anterioridade pelas municipalidades locais. Nesse sentido, verifica-se que houve um aproveitamento das linhas de financiamento voltadas para a Copa do Mundo FIFA 2014, com o objetivo de viabilizar obras já previstas no planejamento da cidade.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 - CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA



FONTE: Portal da Transparência/Copa 2014

NOTA: Elaborado pelos autores

A estruturação das centralidades em Curitiba

Para caracterizar a configuração urbana de Curitiba e relacioná-la à localização das obras da Copa do Mundo FIFA 2014 e ao preço da terra, propõem-se duas leituras para a centralidade de Curitiba: demográfica e morfológica.

A **centralidade demográfica** é compreendida, nesta pesquisa, como a identificação do conjunto dos bairros de Curitiba que apresentam maiores densidades demográficas. Considera-se que o local de moradia da população é onde ocorre a concentração de atividades e funções urbanas.

A **centralidade morfológica**, de acordo com Holanda (2010), é o ponto mais acessível fisicamente, em média, a todos os demais pontos da cidade, considerando o sistema viário. Neste estudo, as centralidades morfológicas foram identificadas utilizando-se o instrumental da Sintaxe Espacial, conforme explicitado a seguir.

Centralidade demográfica

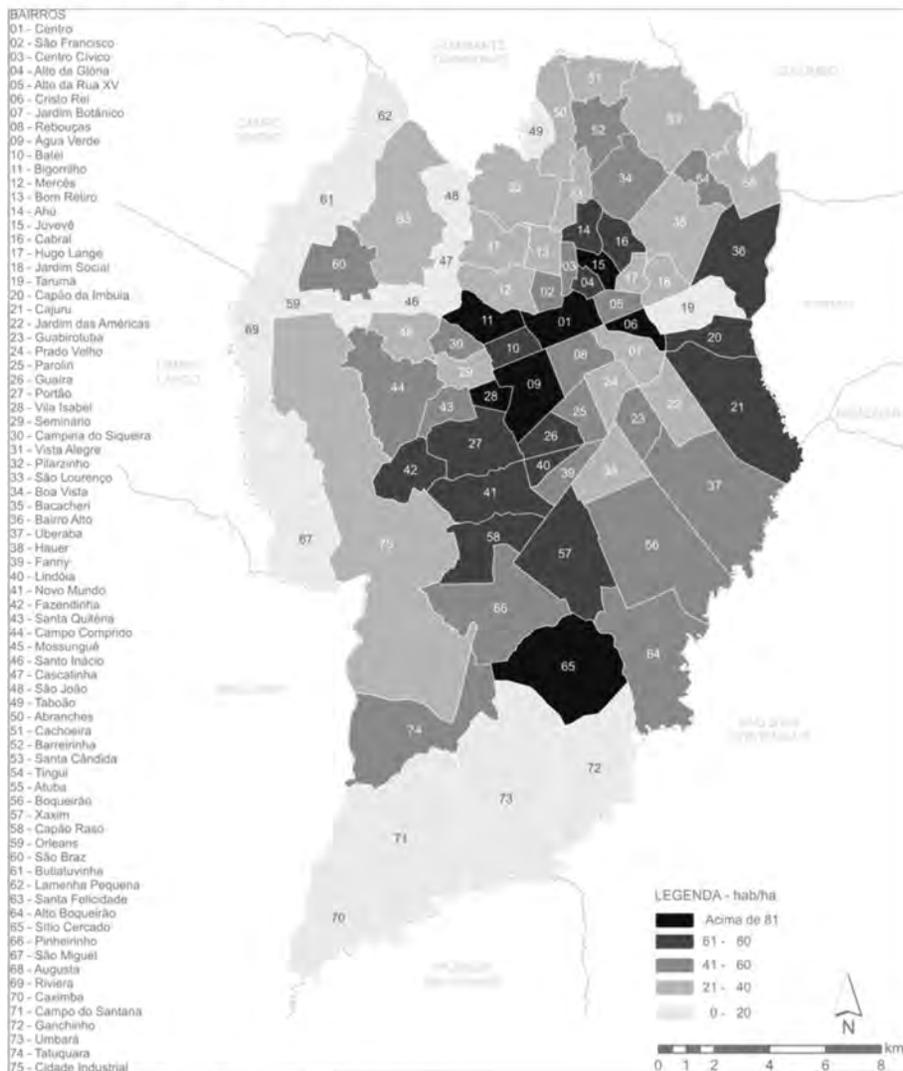
A centralidade urbana pode ser apreendida em escalas tanto regionais quanto interurbanas, sendo geralmente entendida como característica ligada à concentração de diversos tipos de fluxos numa dada área, ganhando intensidade a partir da intensificação do processo de urbanização e de concentração/desconcentração populacional.

As centralidades urbanas são derivadas da própria natureza de mutabilidade das diferentes áreas de uma cidade. O centro geralmente é caracterizado pelo que se encontra fixo no território; já a centralidade é caracterizada pelo que se movimenta. A centralidade absorve as modificações que acontecem em espaços temporais curtos, podendo-se dizer que é redefinida continuamente. De acordo com Sposito (2001), a centralidade é resultante não apenas das relações decorrentes da articulação entre o que está fixo e o que está em movimento, mas das variações impressas e expressas nessa articulação no decorrer de determinados intervalos de tempo.

A intensidade da centralidade não é apenas função do porte demográfico e econômico de um determinado centro, mas também é dependente do grau de conexão que os centros possuem dentro de uma rede urbana.

Neste estudo, o recorte para análise da configuração demográfica são os bairros. Primeiramente, foram identificadas as densidades demográficas para os 75 bairros de Curitiba (figura 2). Em seguida, foram identificados os dez bairros mais densos para o período de 1970 a 2010 (quadro 2).

FIGURA 2 - CENTRALIDADE DEMOGRÁFICA



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010

NOTA: Elaborado pelos autores.

QUADRO 2 - RANKING DOS DEZ BAIRROS DE MAIORES DENSIDADES DEMOGRÁFICAS. CURITIBA-1970 A 2010

Ranking	1970	1980	1991	2000	2010
1	Centro	Centro	Centro	Água Verde	Centro
2	São Francisco	São Francisco	Água Verde	Centro	Água Verde
3	Rebouças	Lindóia	Juvevê	Bigorriho	Sítio Cercado
4	Alto da Rua XV	Alto da Rua XV	Vila Izabel	Cristo Rei	Bigorriho
5	Juvevê	Juvevê	Lindóia	Juvevê	Vila Izabel
6	Batel	Água Verde	Cristo Rei	Sítio Cercado	Cristo Rei
7	Mercês	Vila Izabel	Batel	Vila Izabel	Juvevê
8	Água Verde	Capão Raso	Cajuru	Cajuru	Cajuru
9	Lindóia	Rebouças	Capão Raso	Novo Mundo	Fazendinha
10	Alto da Glória	Alto da Glória	Alto da Rua XV	Lindóia	Novo Mundo

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

NOTA: Elaborado pelos autores.

Num segundo momento, fez-se a comparação das alterações na densidade demográfica, no período de 1970 a 2010, exclusivamente para os bairros que receberão as obras da Copa do Mundo FIFA 2014 (quadros 3 e 4).

QUADRO 3 - COLOCAÇÃO NO RANKING DE DENSIDADES - BAIRROS COM OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

Ranking	1970	Ranking	1980	Ranking	1991	Ranking	2000	Ranking	2010
25	Hauer	26	Guabirota	27	Bairro Alto	23	Bairro Alto	16	Bairro Alto
31	Prado Velho	35	Hauer	31	Boqueirão	29	Pinheirinho	27	Uberaba
32	Guabirota	36	Bairro Alto	35	Pinheirinho	30	Boqueirão	31	Boqueirão
37	Jardim Botânico	38	Boqueirão	36	Guabirota	37	Alto Boqueirão	32	Pinheirinho
40	Boqueirão	41	Pinheirinho	40	Alto Boqueirão	38	Uberaba	33	Tatuquara
46	Uberaba	42	Prado Velho	41	Hauer	44	Guabirota	36	Alto Boqueirão
47	Bairro Alto	48	Jardim Botânico	47	Prado Velho	45	Hauer	37	Guabirota
49	Atuba	49	Uberaba	50	Uberaba	48	Tatuquara	44	Atuba
51	Pinheirinho	50	Alto Boqueirão	52	Jardim Botânico	51	Atuba	48	Hauer
56	Santa Cândida	53	Santa Cândida	53	Atuba	53	Prado Velho	50	Santa Cândida
64	Alto Boqueirão	57	Atuba	55	Santa Cândida	55	Santa Cândida	61	Prado Velho
77	Tatuquara	67	Tatuquara	66	Tatuquara	60	Jardim Botânico	62	Jardim Botânico

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

NOTA: Elaborado pelos autores.

QUADRO 4 - RANKING ENTRE OS BAIRROS QUE RECEBERÃO AS OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

BAIRRO	1970	1980	1991	2000	2010	
Hauer	1	2	6	7	9	↓
Prado Velho	2	6	7	10	11	↓
Guabirota	3	1	4	6	7	
Jardim Botânico	4	7	9	12	12	↓
Boqueirão	5	4	2	3	3	
Uberaba	6	8	8	5	2	
Bairro Alto	7	3	1	1	1	↑
Atuba	8	11	10	9	8	
Pinheirinho	9	5	3	2	4	
Santa Cândida	10	10	11	11	10	
Alto Boqueirão	11	9	5	4	6	
Tatuquara	12	12	12	8	5	↑

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

NOTA: Elaborado pelos autores.

Posteriormente, confrontaram-se esses indicadores de adensamento populacional com a espacialização da centralidade morfológica, com o objetivo de verificar se existe uma correspondência entre estas duas centralidades.

O quadro 2 mostra as alterações da centralidade demográfica para o período de 1970 a 2010, sendo destaque o bairro Água Verde, o qual está recebendo a obra de maior valor – Estádio Joaquim Américo Guimarães. O bairro Água Verde, nos anos 1970, 1980 e 1990 apresentou uma taxa de crescimento populacional maior que a de Curitiba. A partir dos anos 1990 a taxa do bairro vem sendo menor que a de Curitiba: no período 1991-2000, Curitiba ficou com 2,11% ao ano e o Água Verde 1,04%; no período de 2000 a 2010, Curitiba apresentou uma taxa de 0,99% ao ano e o bairro 0,31%.

O setor de serviços é a principal atividade econômica no bairro, seguido pelo comércio. O comércio varejista e a reparação de objetos pessoais e domésticos é a atividade principal. No setor serviços, a principal atividade são os serviços prestados principalmente a empresas, seguidos do alojamento e alimentação.

O quadro 3 mostra o *ranking* da centralidade demográfica dos demais bairros que receberão as obras da Copa do Mundo FIFA 2014. O quadro 4 apresenta as mudanças de posição dos doze bairros, no *ranking* de centralidade demográfica.

Os bairros que perderam posição de centralidade demográfica são: Hauer, Prado Velho e Jardim Botânico. Em relação ao Hauer a posição de destaque nas décadas de 1970 e 1980 deveu-se à implantação, na época, do eixo de adensamento – Avenida Marechal Floriano Peixoto, acompanhado do sistema de transporte.

A subida de posição no *ranking* de centralidade demográfica do Bairro Alto e do Tatuquara pode ser explicada pela implantação de grande número de empreendimentos de habitação social nesses bairros.

Centralidade morfológica

A Sintaxe Espacial, que é a base de um modelo de descrição da forma espacial, compreendida como um sistema relacional, apareceu na década de 1980 como uma teoria descritiva pertencente a um corpo teórico metodológico mais amplo: o da lógica social do espaço (HILLIER e HANSON, 1984). A ideia defendida por Hillier e Hanson (1984) é que a Sintaxe Espacial pode constituir-se num meio genérico de investigação das relações entre a estrutura e o funcionamento das cidades. Nessa teoria, a construção sintática se refere à localização de determinada unidade (rua, praça) ou a um conjunto de unidades em relação à estrutura da cidade. Segundo Holanda (2002), a Sintaxe Espacial estuda a articulação dos elementos, tanto global (articulação dos elementos entre si e o papel que cada um representa no sistema) quanto localmente (características dos elementos em si mesmo).

Na análise sintática, a organização é capturada por meio de entidades descritivas que possibilitam a identificação de uma configuração espacial, mediante a qual é possível avaliar as relações existentes entre as unidades espaciais. Essas unidades espaciais estão contidas nos espaços públicos da cidade e a análise da configuração da malha destes espaços públicos (ruas e praças) pode indicar a existência de condições tanto para a integração como para a segregação socioespacial.

Com a abordagem configuracional, e com o objetivo de revelar atributos do sistema urbano de Curitiba, este sistema foi avaliado quanto à sua estrutura hierarquizada, isto é, os graus de acessibilidade topológica. As categorias de análise adotadas foram o mapa axial (sistema composto pelas linhas axiais do município de Curitiba), por meio de seu valor de integração local.

A configuração espacial da cidade de Curitiba em 2010 era um sistema de 19.975 linhas axiais. Processados os mapas de axialidade, obteve-se como resultado a medição da acessibilidade topológica. Os aplicativos do programa (*Dephmap*) têm saídas gráfica e numérica. Na saída gráfica, cores indicam a integração dos eixos: mais quentes (tendentes ao vermelho) indicam eixos mais integrados; cores mais frias (tendentes ao azul) indicam eixos mais segregados.

Eixos integrados indicam vias permeáveis e acessíveis no espaço urbano, de onde mais facilmente se alcançam as demais vias. Implicam, em média, caminhos topologicamente mais curtos, a serem alcançados a partir de qualquer eixo do sistema. Eixos mais integrados tendem a assumir uma posição de controle, uma vez que podem se conectar a um maior número de eixos e, hierarquicamente, apresentam um potencial de integração superior. As linhas mais integradas do sistema, por hipótese, são as vias que possuem alto fluxo de veículos e pessoas.

A medida de integração tem por objetivo demonstrar a relação entre a estrutura configuracional de uma malha urbana e o movimento urbano, revelando os estímulos e os desestímulos da malha ao movimento. Um espaço mais integrado revelará uma maior diferenciação espacial, estimulando o “fluxo natural” de pessoas e induzindo o surgimento de diversas atividades, segundo a apropriação do uso do solo. Nos espaços com menos integração, há pouca diferenciação espacial, provocando ausência de movimento.

A Integração Local revela as propriedades potenciais “locais” de integração, podendo identificar áreas consideradas como subcentralidades do sistema urbano.

Sobre a estrutura das cidades, cabe destacar que Villaça (2001) considera como elementos da estrutura espacial urbana o centro principal urbano (a maior aglomeração de empregos ou de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomerações diversificadas de comércios e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e as áreas industriais.

No mapa de integração local HH3 (figura 3), verifica-se a gradação cromática das linhas: vermelho = mais acessível/integrado; azul = menos acessível/segregado). O subconjunto de linhas mais integradas forma um subcentro. Os subcentros foram hierarquizados em cinco grupos, conforme o número de eixos considerados mais permeáveis (linhas vermelhas): Grupo 1, praticamente todos os eixos são vermelhos – neste grupo foram enquadrados quatro bairros; Grupo 2, mais de 50% de linhas vermelhas – enquadrando cinco bairros; Grupo 3, menos de

50% de linhas vermelhas – neste grupo têm-se 33% dos bairros, o que corresponde a 25 bairros; Grupo 4, poucas linhas vermelhas – contendo 21 bairros e Grupo 5, inexistem linhas vermelhas – correspondendo a 20 bairros.

FIGURA 3 - CENTRALIDADE MORFOLÓGICA. CURITIBA



FONTE: Silva, 2008

NOTA: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar, a sequência de subcentros do Grupo 1 (Centro; Rebouças; Hauer; Parolin e Boqueirão) acompanha a direção sudeste, divisa entre Curitiba e o município de São José dos Pinhais, onde se localiza o Aeroporto Internacional. Essa sequência de subcentros indica uma maior integração entre sistema viário e funções urbanas.

O preço da terra em Curitiba

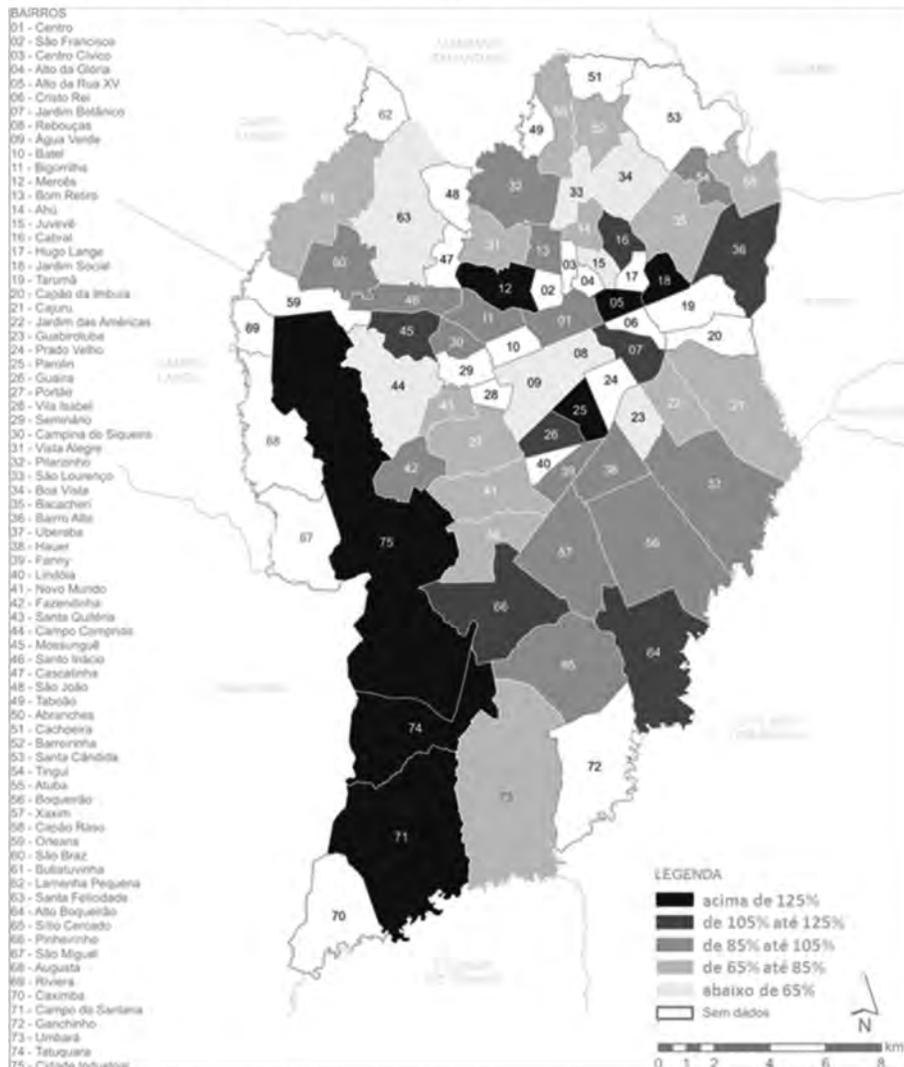
Para identificação da dinâmica do preço da terra em Curitiba foram utilizadas informações do Inpespar³, que publica um boletim mensal em que são apresentados dados sobre o mercado imobiliário na cidade.

Foram selecionados os dados relativos aos preços de oferta de terreno na cidade (por metro quadrado), nos meses de janeiro de 2010, 2011, 2012 e 2013. Em seguida, calculou-se a variação dos preços no período, para os bairros que receberão obras da Copa do Mundo FIFA 2014. A figura 4 demonstra os resultados da análise realizada.

Todos os bairros da cidade apresentaram variação positiva nos preços da terra. Apesar do destaque de alguns bairros próximos ao centro, chama a atenção que a maioria dos bairros com maior variação esteja localizada na periferia da cidade (CIC, Tatuquara, Campo de Santana e Bairro Alto). Uma das explicações para esse resultado é o grande número de empreendimentos de habitação social implantados nestas áreas nos últimos cinco anos. Esses empreendimentos contribuíram para o aumento do preço da terra, da mesma forma que o fizeram as obras viárias implantadas na região sudeste, especialmente o corredor Aeroporto/Rodoferroviária (bairros Boqueirão e Alto Boqueirão) e Linha Verde (Bairro Alto e Atuba).

³ Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial - INPESPAR. **Mercado Imobiliário em Números**. Curitiba: INPESPAR, 2010/2013.

FIGURA 4 - VARIAÇÃO DO PREÇO DA TERRA POR M² ENTRE JANEIRO DE 2010 E 2013. CURITIBA



FONTE: INPESPAR, 2010/2013

NOTA: Elaborado pelos autores

Explorações: centralidades x obras da Copa do Mundo FIFA 2014 x preço da terra

Para uma análise comparativa entre os temas centralidade (demográfica e morfológica), obras da Copa e variação do preço da terra, foi organizado o quadro 5, apresentado a seguir. Para a comparação, foram definidas cinco graduações, que correspondem à intensidade de relação dos temas em cada bairro. Assim, a presença do número 1 na linha do bairro indica que o tema tem maior expressão naquele bairro. O número 5 indica o bairro onde o tema é menos relevante. A análise comparativa indicou os seguintes resultados:

- a) Centralidade (demográfica e morfológica): é possível dividir os 13 bairros que receberão as obras da Copa2014 em quatro situações:
- O Bairro Água Verde (destaque no quadro 5) pertence ao intervalo 1 na centralidade demográfica, o que significa que é um dos bairros mais densos; e ao intervalo 2 na centralidade morfológica, o que significa que possui integração local de bom desempenho, isto é, fácil acessibilidade na região;
 - Os bairros Alto Boqueirão, Atuba, Guabirota, Pinheirinho, Prado Velho e Tatuquara (destaque no quadro 5), pertencem à situação oposta ao bairro Água Verde, isso significa baixos valores de centralidade demográfica e morfológica - praticamente todos pertencem ao intervalo 4;
 - Bairro Alto, Jardim Botânico, Santa Cândida e Uberaba apresentam também uma equivalência nas centralidades demográfica e morfológica, dentro do intervalo intermediário (3);
 - Os bairros: Boqueirão e Hauer (destaque no quadro 5) apresentam extremos opostos: quanto à centralidade morfológica estão no intervalo 1, isto é, os bairros possuem facilidade de acessibilidade local; e quanto à centralidade demográfica, estão no intervalo 4.

b) Centralidades (demográfica e morfológica) e variação do preço da terra:

- Percebem-se poucas coincidências entre os intervalos, exceto quando confrontadas a centralidade demográfica e a variação do preço da terra nos bairros do Boqueirão, Hauer e Uberaba;
- Cabe ressaltar a posição do bairro Água Verde: ele se encontra nos primeiros intervalos para as centralidades e no último para a variação do preço da terra;
- Observa-se que 67% dos investimentos (destaque no quadro 5), correspondente às obras do Estádio Joaquim Américo Guimarães e do Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, estão inseridos em estruturas urbanas diferenciadas: a primeira obra (Estádio) está numa área de grande centralidade morfológica e demográfica, e no menor intervalo de variação do preço da terra para o período de 2010 a 2012. A segunda obra - Corredor Aeroporto/Rodoferroviária - está em área de centralidades menores, com variação do preço da terra em patamar superior.

QUADRO 5 - CENTRALIDADES X OBRAS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 X PREÇO DA TERRA

BAIRRO	CENTRALIDADE		VARIÇÃO DO PREÇO DA TERRA	LOCAL	INVEST. GLOBAL PREVISTO	
	MORFOLOGICA	DEMOGRAFICA			TOTAL - R\$ mi	percentual
56 Boqueirão	1	4	4	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	62	8,73%
38 Hauer	1	4	4	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária		
9 Água Verde	2	1	5	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	326	45,90%
36 Bairro Alto	3	3	2	Vias de Integração Radial Metropolitanas	53,3	7,50%
7 Jardim Botânico	3	5	2	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,9	6,88%
53 Santa Candida	3	4	5	Requalificação do Terminal Sta. Cândida (reforma e ampliação)	12,64	1,78%
37 Uberaba	3	4	4	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	183,2	25,79%
64 Alto Boqueirão	4	4	2	Requalificação do Corredor Marechal Floriano		
55 Atuba	4	4	3	Vias de Integração Radial Metropolitanas		
23 Guabirota	4	4	5	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária		
66 Pinheirinho	4	4	2	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalif. do Corredor Marechal Floriano	24,2	3,41%
24 Prado Velho	4	5	3	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária		
74 Tatuquara	4	4	1	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalif. do Corredor Marechal Floriano		
CUSTO TOTAL DE OBRAS EM CURITIBA					710,24	100%

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010; Portal da Copa 2014, Matriz de Responsabilidades

NOTA: Elaborado pelos autores.

Referências

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Londres, 1984.

HOLANDA, F. **O Espaço da Exceção**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, F. **Brasília: cidade moderna, cidade eterna**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2010. Censo Demográfico. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial – INPESPAR. **Mercado Imobiliário em Números**. Curitiba: INPESPAR, 2010/2013.

MEDEIROS, V. A. S de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil**. Brasília. Tese – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.fredericodeholanda.com.br>>. Acesso em: 09/12/2013

Portal da Copa 2014, Matriz de Responsabilidades. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/131126_anexo2_resolucao_gecopa.pdf> Acesso em: dezembro de 2013.

SILVA, J. **Por uma Cidade Amigável: configuração urbana, andabilidade e atropelamentos em Curitiba**, Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ed. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 2001.

REFLEXÕES SOBRE OS CASOS DO VIADUTO ESTAIADO E DO PARQUE DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA DO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM CURITIBA

Elena Justen Brandenburg e Ana Caroline de Oliveira Chimenez

Este texto apresenta reflexões sobre duas novas intervenções em Curitiba. No contexto das dinâmicas do espaço urbano, principalmente daquelas decorrentes das transformações relacionadas à preparação da cidade para receber a Copa do Mundo FIFA 2014, permeia uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que merecem reflexão. Entende-se que tal megaevento pode agir como instrumento legitimador para que políticas urbanas de caráter mercantil se reproduzam amplamente no espaço urbano, moldando-o a partir da flexibilização de normas referentes ao seu ordenamento, diferente do previsto pela Lei n.º 10.25/2010, denominada Estatuto da Cidade. Nesse sentido, há necessidade de compreensão e análise do impacto desse processo.

A busca dos atores políticos da cidade pela atração de investimentos estrangeiros, num contexto de acentuada competitividade no cenário internacional, explica, em parte, o empenho para a realização do megaevento e a necessidade de manutenção da imagem positiva de Curitiba. Assim, o que poderia ter sido um evento impulsionador de políticas públicas e de ações voltadas para o desenvolvimento do esporte, transformou-se em um período de Estado de Exceção

(VAINER, 2011), no qual intervenções paliativas de curto e médio prazo foram desenvolvidas buscando solucionar embates conjunturais como os relacionados à mobilidade urbana e à periferização em áreas de ocupações irregulares. Compreende-se que a política urbana da cidade de Curitiba está historicamente atrelada ao Planejamento Estratégico (PE) e a mecanismos que primam pela adaptação e flexibilização do Estado para o mercado, como o empreendedorismo urbano e o *city marketing*. Tais características podem se materializar no espaço por meio de intervenções urbanas conceituadas como “proposições e ações voltadas à reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e realização do capital” (MOURA, 2011, p.9). Segundo a mesma autora, na contemporaneidade tais intervenções podem incluir processos chamados requalificação, reabilitação, revitalização ou gentrificação¹, estar associadas às adequações exigidas para a realização de grandes eventos esportivos, culturais, comerciais ou religiosos, e resultar na produção de ícones arquitetônicos e urbanísticos².

Ressalta-se que o caráter pontual de alguns empreendimentos nas cidades de países subdesenvolvidos ou emergentes compete diretamente com ações relacionadas ao bem-estar social da população, tendo em vista que eles acabam dividindo atenção e investimentos com demandas básicas, mas ainda deficientes nas cidades, como moradia, saúde e educação de qualidade. Nesse contexto, as intervenções no espaço urbano contemporâneo despertam constante atenção quanto às suas implicações, visto que podem agir como importantes instrumentos reguladores e potencializadores de processos socioespaciais nas cidades.

O objetivo do presente texto é proporcionar, junto com os demais, diferentes alicerces visando, sobretudo, empoderamento social a partir do acesso à informação. As intervenções urbanas realizadas na cidade

¹ “A gentrificação envolve transformações de centros urbanos em suas dimensões materiais, econômicas, sociais e simbólicas (ZACHARIASEN, 2006), bem como uma reconfiguração socioeconômica no contexto no qual se manifesta, resultando no deslocamento de moradores das classes populares do centro (SMITH, 2006) e o enobrecimento destas áreas antes degradadas (VARGAS; CASTILHO, 2009).” (CRESTANI, 2014).

² Quando intervenções urbanas com esse perfil são implantadas de maneira articulada, ou seja, quando são partes de um projeto específico voltado para reestruturação de um fragmento do espaço urbano, estas podem compor Grandes Projetos Urbanos, conceito utilizado por Moura (2011) para definir intervenções consonantes a esse padrão.

de Curitiba por ocasião da Copa de 2014 acompanharam discursos específicos que acarretaram muitas vezes na desatenção da maioria da população quanto aos reais impactos, legados, e violações de direitos essenciais. Este material atenta para tais embates e aproxima a população das dinâmicas recorrentes no espaço urbano da cidade.

Planejamento Estratégico e megaeventos

Harvey (2006) aponta os anos 1970 como ponto de inflexão e reestruturação da economia mundial. Devido às dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas e a capacidade declinante do Estado-Nação, foi a partir de tal década que, segundo o autor, as governanças urbanas passaram a ter ações mais empreendedoras que administrativas. Nesse contexto, Vainer (2000) destaca a emersão de uma nova concepção de cidade e planejamento urbano inserida em um contexto de crise da cidade entre 1970/1980. O novo modo de pensá-la, pautado no empreendedorismo urbano como conceito norteador das estratégias de desenvolvimento, contribuiu para o detrimento dos planos diretores e denominações oficiais como a Lei n.º 10.257/2001 do Estatuto da Cidade, e para a disseminação da ideia hegemônica do PE.

Para Vainer (2000), o empreendedorismo urbano pode ser entendido a partir da analogia entre cidade e empresa. As cidades passam a adotar práticas de gestão empresarial, pautadas na competitividade do mundo globalizado, em resultados a curto prazo, na desqualificação da política, na flexibilidade e na perspectiva de empreendedores. Nesse contexto, Moura (2011) afirma que o *master plan* e as políticas territoriais foram substituídos por *master projects*, que em teoria seriam as soluções para os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais das cidades, principalmente a partir das três últimas décadas do século XX.

Compartilhando tais reflexões, Sánchez (2004) afirma que o PE fundamentado no empreendedorismo e na venda de empreendimentos urbanísticos globais se torna padrão e é, assim, aplicado por diversas cidades em contextos bastante distintos, pois se configura como um receituário, devido ao aparente sucesso obtido em algumas localidades. Assim, o modelo de PE pautado em intervenções que priorizam a dinamização do fluxo de capital é difundido por consultores internacionais,

financiado por agências multilaterais, voltado para parcerias público-privadas, sendo também indutor de competição entre as cidades por meio de instrumentos como o *city marketing* (MOURA, 2011).

Nesse sentido, é possível fazer alusão às reflexões de Milton Santos (1999) a respeito dos objetos técnico-científico-informacionais. Desenvolvidos originalmente com o objetivo de atender a demandas conjunturais, priorizando uma visão de totalidade para suprir demandas básicas da sociedade, os objetos atuais são implantados para se relacionarem entre si. Ou seja, “voltam-se à finalidade de quem os concebe e implanta, que pode ser contrária às necessidades de quem os recebe, e sua energia é a informação” (MOURA, 2011, p.8-9).

Desse modo, como afirma Moura (2011), os megaeventos – que não são proposições novas – ganham destaque na agenda urbana por estarem associados a grandes obras de infraestrutura e, portanto, por serem vistos como grandes oportunidades para a realização de novas intervenções urbanas. Com o objetivo de garantir espaço no cenário econômico mundial, governantes de diversos países instituem formas de atração do capital internacional para suas respectivas cidades. O Brasil, por exemplo, mediante um exercício de fabulação intenso em torno de suas principais metrópoles, ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016 (na cidade do Rio de Janeiro). Nesse contexto, acentua-se a concorrência entre as cidades para sediar megaeventos como a Copa do Mundo, Olimpíadas, feiras de exposições etc. Sendo assim, o debate entorno das grandes obras envolve principalmente questões a respeito da sua efetiva transformação e benefício para a cidade e sociedade como um todo, tendo em vista que elementos urbanos como esses têm sido utilizados para nutrir um modelo de planejamento urbano que visa prioritariamente atender interesses do capital internacional.

As críticas a tal processo são recorrentes, nesse contexto, destacam-se as reflexões de Whitaker (2010) e Sánchez (2010), que atentam para o fato de que as intervenções voltadas para a realização de megaeventos atendem, como já citado, prioritariamente ao interesse de grandes empresas em detrimento da população local. A infraestrutura (muitas vezes relacionada à mobilidade urbana) é voltada para a logística de

acontecimentos efêmeros como a Copa do Mundo FIFA 2014 – que geralmente se concentram em porções específicas da cidade –, não atendendo necessariamente aos reais problemas urbanos. Sob a justificativa do curto prazo para a implantação das obras, a maioria das intervenções urbanas não envolve a participação da população local no processo, sendo pautadas também por um consenso social que se mostra, na maioria das vezes, despolitizado. Portanto, são intervenções pouco democráticas e transparentes, podendo legitimar processos de corrupção e flexibilização da legislação local. Além disso, devido ao caráter pontual de muitas dessas intervenções, estas podem reproduzir impactos negativos a longo prazo como o aumento da desigualdade socioespacial entre regiões distintas da cidade na busca, dentro do contexto de megaeventos, pela qualificação de espaços específicos dela.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, onde existe a carência de recursos elementares como saneamento básico, saúde, educação, moradia, parte da população indaga-se quanto a real necessidade de haver gastos milionários com algumas intervenções. Os investimentos em empreendimentos estratégicos poderiam ser destinados para suprir demandas básicas e urgentes da cidade e da sociedade, as quais não estão necessariamente vinculadas ao modo de produção capitalista e sim, ao desenvolvimento social.

Em resumo, no atual contexto urbano, além da reprodução de intervenções que objetivam prioritariamente a dinamização do capitalismo global, assistimos a diversas formas de gestão urbana que supõem ser mais eficientes que os planos diretores e o Estatuto da Cidade e priorizam o desenvolvimento econômico. Sendo assim, com a crise do planejamento urbano mais abrangente, fortalece-se a concepção de cidades fragmentadas, e desiguais – fenômeno também chamado de arquipelização (CORRÊA, 2013) – reflexo de intervenções pontuais e de gestões que favorecem os interesses do grande capital em detrimento de problemas urbanos conjunturais. Tendo em vista tal cenário, questiona-se a respeito das alternativas para a resolução das questões urbanas no contexto da produção capitalista do espaço. Já que, à luz do caso brasileiro, após dez anos de Estatuto da Cidade, os planos diretores não demonstraram tanta eficiência quanto ao acesso a terra (OLIVEIRA,

2011), tampouco o PE pautado em grandes obras urbanas tem sido eficiente no processo de uma urbanização justa, democrática e baseada na equidade socioespacial.

O planejamento urbano de Curitiba

Considera-se que o planejamento urbano de Curitiba se caracteriza, sobretudo a partir da década de 1990, como um exemplo do PE fundamentado no empreendedorismo urbano. Isso porque, a partir desse período, a cidade passou a aproximar os interesses locais aos globais e inseriu-se no contexto de cidades contemporâneas apoiada no discurso de vanguarda envolvendo o planejamento urbano, derivado de propostas do Plano Preliminar de Urbanismo de 1965. Segundo Oliveira (2000), o período entre 1971 e 1983 ficou conhecido pela eficiência técnica devido à materialização das estratégias do plano de 1965 (também conhecido como Plano Seret) e da implementação do Sistema Trinário, do Plano Massa e da Rede Integrada de Transporte. Entre 1988 e 1992 a cidade foi reconhecida pela ênfase das intervenções de ordem estética e pelas políticas ambientais. Sendo assim, no contexto da competitividade, o diferencial da cidade como mercadoria passa a ser atribuído à solução de problemas urbanos frequentes em países subdesenvolvidos, como o caso do transporte público e da qualidade de vida (FIRKOWSKI, 2009).

No entanto, ressalta-se que os processos de metropolização e internacionalização da cidade, iniciados a partir da década de 1990, foram acompanhados de importantes transformações socioespaciais (FIRKOWSKI, 2009). A promoção da imagem positiva da cidade por meio do marketing urbano somada aos incentivos fiscais para a entrada de capitais industriais acarretou também na disseminação de fatores como a especialização e tecnificação da mão de obra industrial, da implantação de novas atividades voltadas a interesses internacionais e de um intenso processo de periferização da cidade. Lima e Mendonça (2001) afirmam que a cidade de Curitiba apresentou a partir da década de 1990 um crescimento mais baixo do que sua região metropolitana. A partir disso é possível observar que a capital paranaense passa a abrigar

especificamente o setor terciário, sendo que os espaços urbanos de moradia entram em uma valorização constante, expulsando segmentos mais pobres para vazios urbanos, com destaque para municípios vizinhos de Curitiba e áreas de mananciais localizadas a leste da cidade (TEIXEIRA, 2011), como veremos mais adiante com o exemplo do parque em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil.

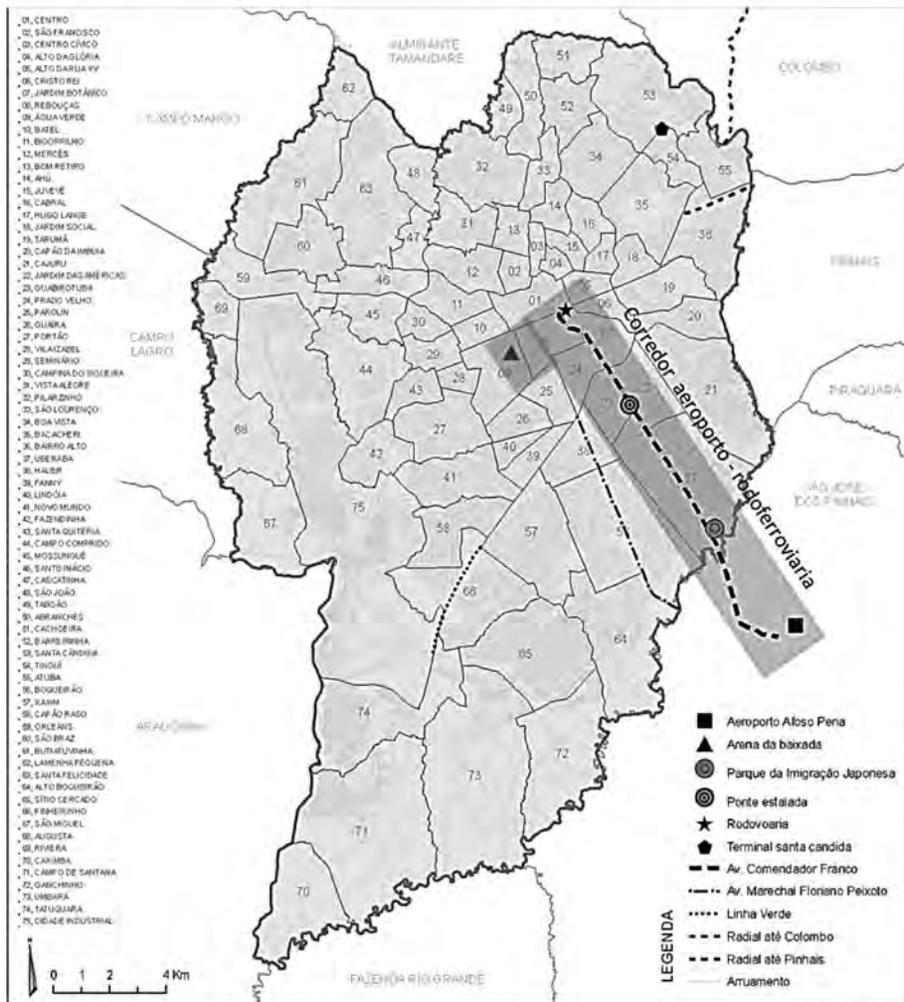
Sendo assim, apesar de se acentuarem os conflitos urbanos principalmente a partir da década de 1990 e “a despeito do esgotamento do Plano Diretor, persiste a mística de uma cidade planejada” (OLIVEIRA, 2000, p.61). Portanto, apoiada no mesmo discurso de tal década, Curitiba consegue mais uma vez se inserir na nova etapa do processo de urbanização contemporâneo, conquistando a oportunidade de sediar parte do grande evento da Copa do Mundo de 2014. Nesse contexto, pode-se dizer que a cidade continua mantendo sua posição no cenário mundial a partir, principalmente, da estratégia do *city marketing*, ao exaltar sempre a sua imagem de cidade modelo e bem planejada a partir da construção permanente de equipamentos urbanos simbólicos.

Em Curitiba os projetos relacionados à Copa localizam-se principalmente num eixo entre o aeroporto e a rodoferroviária, incluindo a região onde está o estádio Joaquim Américo Guimarães (local onde ocorreram os jogos), apesar de, no total, serem 11 obras oficiais³. Logo, no contexto da Copa de 2014, o Corredor Aeroporto-Rodoferroviária se tornou local estratégico para investimentos, já que é o principal corredor de acesso à cidade a partir do aeroporto e, inevitavelmente, parte do circuito dos turistas que chegaram para o megaevento. Tal corredor mostra-se, portanto, como vitrine da cidade, onde foram justificadas flexibilizações na legislação urbana para qualificação e embelezamento da área. É neste trajeto que se configurou o “espaço luminoso” (SANTOS, 2009)

³ 1) Aeroporto - Ampliação do Sist. de Pátio e Pista de Táxi; 2) Aeroporto - Ampliação do Sist. de Passageiros e do Sist. Viário; 3) Aeroporto - Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares; 4) Requalificação do Terminal Santa Cândida; 5) BRT: Extensão da Linha Verde Sul; 6) Requalificação do Corredor Marechal Floriano; 7) Requalificação da Rodoferroviária; 8) Vias de Integração Radial Metropolitanas; 9) Sistema Integrado de Monitoramento; 10) Corredor Aeroporto/Rodoferroviária; 11) Reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2012).

da cidade de Curitiba, em função das intervenções urbanas decorrentes da Copa do Mundo FIFA 2014, tendo em vista que é neste percurso que se concentraram momentaneamente os maiores investimentos e onde se reproduziu a ideia de legado para a cidade, apesar de estes não terem envolvido, de fato, as demandas mais urgentes da população (Figura 1).

FIGURA 1- MAPA DE CURITIBA COM AS OBRAS DA COPA DE 2014



FONTE: Portal da Transparência, 2013

NOTA: Elaboração: BRANDENBURG, 2013.

Portanto, sabendo-se que muitas das grandes intervenções contemporâneas visam prioritariamente projetar a imagem da cidade no cenário mundial para alavancar o desenvolvimento econômico dela, entende-se, no contexto da realização da Copa de 2014, o Corredor Aeroporto-Rodoferroviária como uma delas. Destaca-se que todos os projetos que a integram, superaram os gastos previstos, apresentaram atraso recorrente quanto ao **cronograma** original, não envolveram a população no processo de estudo e implantação da obra (ou envolveram irrisoriamente), e tiveram um aumento progressivo de seu valor ao longo do tempo. A arquitetura simbólica, o *city marketing*, a revitalização e a nova dinâmica econômica são aspectos considerados historicamente recorrentes e, por isso, relevantes para o planejamento local, e aparecem atrelados às intervenções que compõem o corredor. Além disso, ressalta-se que tanto no estádio quanto na obra do viaduto estaiado houve a transferência da população original do entorno imediato para outros lugares.

Apesar de o Parque da Imigração Japonesa não constar na matriz de responsabilidade, ele também pode ser considerado uma obra relacionada à Copa, isso porque além de localizar-se no Corredor Aeroporto-Rodoferroviária, parte de sua obra foi financiada por projeto do governo federal, que visa à qualificação turística das cidades-sede da Copa de 2014. Sendo assim, tendo em vista que historicamente a imagem da cidade bem planejada esteve pautada principalmente em soluções técnicas relacionadas à questão da mobilidade urbana e no discurso ambiental, serão analisados a seguir as obras do viaduto estaiado e do Parque da Imigração Japonesa. Busca-se a partir destes exemplos evidenciar a utilização de equipamentos urbanos simbólicos como instrumentos do planejamento urbano de Curitiba até os dias atuais, na medida em que estes são prioritariamente implantados para exaltar a imagem da cidade no cenário mundial objetivando a atração de investimentos estrangeiros, mais do que para a formulação de soluções de longo prazo que atendam a demandas básicas da população local (como políticas de habitação eficazes, melhorias na saúde e educação de qualidade).

Como dito anteriormente, tanto o viaduto estaiado como o Parque da Imigração Japonesa estão localizados em um dos “espaços luminosos” de maior destaque, portanto, ambos fazem parte do processo de revitalização espacial da Av. Comendador Franco, conhecida também pelo nome “Av. das Torres” devido à presença de grandes torres de distribuição de energia elétrica. O viaduto situa-se na confluência da Av. Comendador Franco com a Rua Coronel Francisco H. dos Santos, no bairro Guabirota (Figura 2). O parque, no bairro Uberaba, em uma das principais entradas da cidade, no limite entre Curitiba e São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana onde está o Aeroporto Internacional Afonso Pena (Figura 3).

O viaduto estaiado⁴ de Curitiba foi inaugurado em abril de 2014. Tal intervenção viária se deu a partir de pequenas obras ao longo da via, como, por exemplo, a construção das alças de acesso, reforma e ampliação das pistas da Av. Comendador Franco, a construção da trincheira na Rua Guabirota e retornos. A extensão do viaduto propriamente dito é de 129 m, com quatro pistas de rolagem, suspensas por 21 cabos de aço ancorados em um pilar de 74 m de altura (Figura 2). Este empreendimento se faz presente atualmente como uma das principais intervenções urbanas relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e é a principal aposta de legado para a capital paranaense após o megaevento esportivo.

O Parque da Imigração Japonesa demorou mais de quatro anos para ser inaugurado pelo então prefeito Luciano Ducci (2010-12). No entanto, mesmo após a inauguração, realizada em dezembro de 2012, o parque continua fechado para uso público tendo em vista que o projeto arquitetônico do centro de eventos que compõe a intervenção estava incompleto. Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, a obra em aço e vidro de arquitetura marcante remete à imagem de um navio, meio de transporte utilizado pelos imigrantes japoneses para chegar ao Brasil (Figura 3). Vista de cima, a parte superior da edificação remete à imagem de um leque, um dos símbolos da cultura nipônica, e vista de dentro, a obra representa uma grande Araucária (símbolo do Paraná) estilizada. Apesar de não ter sido implantado, visto de cima o desenho do parque remetia a ilhas japonesas e à costa do Brasil.

⁴ O viaduto estaiado é um tipo de viaduto suspenso por cabos de sustentação ligados a um mastro (HIPÓLITO, s/d).

FIGURA 2 - VIADUTO ESTAIADO



NOTA: Elaborado por BRANDENBURG, 2013.

FIGURA 3 - PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA



NOTA: Elaborado por BRANDENBURG, 2013.

Sendo assim, pode-se afirmar que a revitalização da avenida em questão parte tanto de intervenções de ordem estética quanto funcional. A obra do viaduto e das demais intervenções viárias na Av. Comendador Franco têm a função de contribuir para um melhor escoamento do fluxo de veículos entre os bairros Boqueirão, Xaxim, Uberaba, Jardim das Américas, Cajuru, Hauer e a BR 277, além de facilitar a circulação específica do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária. Já intervenções como a substituição das grandes torres de alta tensão por postes menores, pintura das residências da antiga ocupação irregular da Vila Torres (no princípio, apenas as adjacentes à avenida) e a implantação do Parque da Imigração Japonesa funcionam como qualificadores da paisagem urbana.

Quanto ao Parque do Centenário da Imigração Japonesa, ressalta-se que, segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba⁵ (2010), tal obra integra parte do pacote de intervenções relacionadas à urbanização e à revitalização que o governo municipal executa na área da Vila Audi/União. A concepção do Parque foi pautada no discurso ambiental de modo a promover a “reestruturação socioambiental” a partir requalificação de áreas degradadas na região. Segundo Teixeira (2011), a Prefeitura de Curitiba, em parceria com a COHAB-CT (Companhia de Habitação Popular de Curitiba), realizou obras para a reurbanização da área como relocação, pavimentação, construção de galerias e canais de drenagem. Do ponto de vista institucional, a partir do decreto n.º 894/2007 parte da ocupação irregular foi definida, pelo então prefeito de Curitiba, como área de interesse público com a função de amortecimento das águas pluviais, contenção de cheias, controle da degradação do solo, a fim de evitar a ocupação desordenada na área de risco e promover o turismo ambiental e cultural com a implantação do Parque do Centenário da Imigração Japonesa.

Levando-se em conta o município de Curitiba e seu histórico de planejamento urbano estratégico implantado desde 1990, entende-se que o parque é mais do que uma homenagem aos nipônicos ou uma obra de proteção e preservação ambiental, e a implantação do viaduto estaiado, mais que uma solução para o tráfego. A obra do Parque faz parte

⁵ Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticiaimpressao.aspx?codigo=20993>> Acesso em 19/05/2013.

de uma antiga prática do governo local, de apropriação e “revitalização” de áreas (sobretudo de interesse ambiental) ocupadas irregularmente ou que corriam risco de ocupação, para posterior transformação em elemento simbólico emblemático. No contexto da Copa do Mundo FIFA 2014, a implantação do parque foi oportuna, já que este localiza-se em uma das entradas da cidade, área de destaque para quem chega pelo Aeroporto Afonso Pena, a qual tornou-se um verdadeiro “cartão de visitas”.

Assim como a obra do parque, a implantação do viaduto estaiado também significou a construção de mais um símbolo para compor o cenário da cidade e promovê-la no mercado internacional. Estima-se que uma ponte ou viaduto de modelo estaiado (que traduz a ideia de suspensão) chega a ter o custo de pelo menos três vezes superior a um modelo tradicional de viaduto ou ponte que cumpriria a mesma função (HIPÓLITO s/d). Todavia, intervenções urbanas desse tipo carregam consigo não só a eficiência de um equipamento urbano, mas também o significado simbólico. Portanto, percebe-se que o viaduto estaiado de Curitiba foi construído com o intuito de apresentar toda a modernidade e a ideia de cidade cosmopolita e arrojada, apresentando este discurso tanto para olhares estrangeiros como para a população local que se convence da função estética que tal empreendimento proporcionará à cidade.

Portanto, é possível vislumbrar no discurso oficial o conceito de *city marketing*, ou seja, a reprodução de um argumento que visa, sobretudo, destacar a suntuosidade da obra aliada à imagem de Curitiba como cidade modelo de planejamento urbano, modernidade, qualidade de vida (entre tantos outros adjetivos). No caso do Parque da Imigração Japonesa, para o poder público local tal intervenção é símbolo de uma transformação social e urbana positiva realizada na região. No entanto, pelas constantes práticas urbanas de valorização de áreas específicas, justificadas pela promoção do *marketing* em detrimento da resolução de problemas urbanos conjunturais, pode-se também interpretar a implantação do parque como uma ação estratégica que visa embelezar este corredor da cidade, principalmente levando-se em consideração a chegada dos milhares de turistas para a Copa do Mundo de 2014.

Sendo assim, a exemplo dessas duas intervenções, percebe-se que a partir de um consenso social historicamente construído, de um discurso apoiado na eficiência técnica e na qualidade de vida, o poder público local intervém no espaço urbano, apoiando-se prioritariamente nas demandas e nos interesses do mercado de cidades. Portanto, associado aos interesses de empresários, empreendedores e investidores imobiliários, sem a devida participação da população local, reproduz elementos simbólicos emblemáticos para manter a imagem positiva no cenário mundial em detrimento de atender às demandas da população residente nesse espaço urbano. Entende-se que a partir dessa prática o desenvolvimento local é visto como consequência do desenvolvimento econômico, o que nem sempre se dá em uma relação de causa e efeito. Portanto, atrás do cenário positivo construído e exaltado com apoio da mídia, reproduzem-se cenários de desenvolvimento desigual, segregação socioespacial e violação de direitos essenciais como o direito à informação e à moradia.

A contraface das intervenções urbanas em Curitiba

Assim como tantas outras ocupações irregulares, a origem do Bolsão Audi-União (hoje regularizada e localizada atrás do Parque da Imigração Japonesa) se deu no auge do desenvolvimento econômico pautado no crescimento industrial de Curitiba e Região Metropolitana. Segundo dados levantados por Teixeira (2011), o bairro do Uberaba, onde se localiza a área ocupada por volta de 1998, foi o quinto mais populoso da cidade em 2000 (com aproximadamente 70.000 hab) e está entre os que mais cresceram, atingindo entre 1991 e 2000 7,21% como média anual de crescimento (IPPUC, 2000). Tal crescimento deve-se principalmente à localização da dinâmica industrial que se instalou na porção leste da cidade (região que se encontra o bairro), sobretudo no município de São José dos Pinhais. O Bolsão originado no período de maior crescimento do bairro é formado pelas vilas Audi, Jardim União/União Reno, União Ferroviária, Icarai, Alvorada II, Lorena e Savana, totalizando cerca de 2.554 domicílios (aproximadamente 11 mil pessoas), segundo o Cadastro Único do Governo Federal de 2007, aplicado pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT). Tal território contém exímios fatores para desencadear conflitos relativos à ocupação e ao uso do solo, tendo em vista que se trata de contingente populacional assentado em uma área de mananciais (FIRKOWSKI, 1997).

No contexto da produção capitalista do espaço urbano, Lima (2007) afirma que a área em questão só foi ocupada quando deixou de ser atraente ao capital. Aproximadamente até meados da década de 1980 era utilizada por empresas para extração de areia e saibro. Tal atividade foi responsável pela degradação ambiental da área, alteração da paisagem, pelo surgimento de cavas que posteriormente se configuraram como lagoas devido às enchentes do rio Iguaçu, e pela conseqüente desvalorização do local, que foi abandonado após atingir o limite da exploração. Sendo assim, Lima (2007) aponta que a área foi ocupada pela população de baixa renda (que não podia pagar pelos altos custos da terra no centro da cidade) a partir do momento em que a área deixou de ter valor comercial. Apesar do risco ambiental, os habitantes se instalaram no local aterrando a área de cavas com entulhos de materiais oriundos das sobras de construção civil da Região Metropolitana de Curitiba. Como aponta a autora, para as empresas de construção civil era um grande negócio ter onde descarregar entulhos, enquanto para os novos moradores as “caçambas de sobras” eram fundamentais para a construção de suas casas.

Sendo assim, à luz do caso em questão, entende-se que o papel regulador do Estado mostra-se como principal agente reprodutor de segregação socioespacial (TEIXEIRA, 2011). Antes, por interesse do poder público aliado ao capital privado, a área foi explorada por empresas de mineração sem qualquer controle ambiental, causando impactos extremamente nocivos ao meio ambiente. Na sequência, pela ineficiência de um controle e por falta de interesse do poder público na área degradada, esta foi ocupada irregularmente. Atualmente, o poder público volta a interessar-se pela área que é então revitalizada e urbanizada e passa a fazer parte da cidade formal. Como aponta Teixeira (2011), a intervenção seletiva do Estado (representada também pelos governos gestores locais) se mostra extremamente nociva. Já que, além de promover políticas públicas focadas principalmente para as necessidades do grande capital (serviços urbanos e de infraestrutura), é negligente no controle do crescimento urbano quando permite que o espaço seja organizado pela especulação imobiliária - que não tem interesse nem incentivo para investir em moradias populares -, tornando insalubre também o preço da terra.

De acordo com Pereira e Silva (2011, p.127), “a produção da cidade dentro da lógica capitalista se baseia na maximização do lucro que o solo pode gerar e na exigência de uma renda mínima para ter acesso a esse solo”. Portanto, a distribuição espacial dos grupos sociais se dá de acordo com a capacidade destes em arcar com os custos de cada localidade. Nesse sentido, grandes projetos de requalificação espacial agregam valor ao espaço urbano, tendem a interferir na dinâmica imobiliária local e favorecer investidores, empreendedores e parte da população com maior poder aquisitivo, quando não há interesse do poder público em distribuir os ônus e bônus da intervenção ou qualquer questionamento da população como um todo a seu respeito.

É o caso do Parque da Imigração Japonesa, implantado com a intenção de proporcionar a “reestruturação socioambiental” da região. Portanto, para além de promover a qualidade de vida e a preservação ambiental, ou prestar homenagem aos nipônicos, o parque valoriza a região como um todo, embeleza a paisagem, dinamiza o mercado imobiliário local, além de impedir novas ocupações irregulares. Como afirma um membro do conselho consultivo do Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (Secovi-PR) “aquele ponto da cidade era o ‘fim de Curitiba’. Com o parque haverá interesse para novos empreendimentos” (NOGUEIRA 2010), a exemplo do condomínio residencial Parques do Iguaçu implantado no terreno vizinho ao parque.

Destaca-se que tal empreendimento que atendia aos requisitos do programa Minha Casa Minha Vida sofreu mudança de uso: de habitação de interesse social para habitação transitória, transformando-se no Hotel Bristol Portal do Iguaçu. A mudança foi acordada entre o interesse privado e o poder público e concedida pelo Conselho Municipal de Urbanismo, apesar de localizar-se no Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), o qual não permite empreendimento hoteleiro, já que a obra tinha testada para a Av. Comendador Franco. No entanto, se por um lado a legislação urbana foi flexibilizada para atender à demanda de empreendedores, por outro também foi para contornar o direito à justa distribuição dos ônus e bônus, à informação e à participação democrática⁶ dos moradores locais no processo de implantação do parque e de reurbanização e revitalização do Bolsão Audi/União.

⁶ A distribuição dos ônus e bônus das intervenções urbanas, o direito à informação e à participação democrática estão previstos na Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, do Estatuto da Cidade.

De acordo com o Centro de Mídia Independente⁷ (2008), 130 famílias foram reassentadas a 40 km de Curitiba, no município de Contenda, sem qualquer assistência social ou discussão prévia, tal população se afastou das originais relações de vizinhança e de trabalho. Contudo, a mídia local destacou que 855 famílias que viviam em condições irregulares e insalubres foram transferidas pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB) no município de Curitiba e 473 famílias foram remanejadas dentro da própria comunidade.

Além disso, de acordo com informações disponibilizadas no site “Copa Transparente” (2013), constatou-se que, para a implantação das trincheiras e do viaduto estaiado, quatro decretos de desapropriações foram elaborados, somando um total de 43 imóveis declarados pela prefeitura como de utilidade pública. No entanto, apesar de “pacífica”, tal intervenção não envolveu participação da população, estudo de impacto de vizinhança ou qualquer outro mecanismo para distribuir os ônus e os bônus dos impactos do projeto. Em curto prazo, houve transtornos e desapropriações; em longo prazo, pode haver melhoria no tráfego e valorização imobiliária. Nesse caso, o papel do planejamento urbano seria de antever tais acontecimentos e utilizar mecanismos de gestão do solo urbano, como o tributo de contribuição de melhoria, por exemplo, promovendo a justa distribuição da valorização imobiliária da intervenção sem privilegiar parte da população, como é frequente na implantação de obras pontuais.

No contexto da Copa de 2014, a gestão pública municipal associa o megaevento a um negócio estratégico, na medida em que este justifica grandes intervenções urbanas que podem contribuir para o objetivo permanente do planejamento, de promover a imagem de cidade. A obra do parque aproveitou recursos de programa do governo federal que visam promover o setor turístico das cidades-sede para alavancar o desenvolvimento da obra. Por ocasião do megaevento, a localização do parque (em uma das principais entradas da cidade para os turistas que chegam pelo aeroporto) se potencializou como uma justificativa para a realização da obra. Pela análise das autoras do presente texto, a imagem da cidade é a principal preocupação.

⁷ Disponível em <<http://midiaindependente.org/pt/blue/2008/06/422002.shtml>> Acesso em: 20/05/2013.

Para a viabilização do viaduto estaiado, o momento da Copa de 2014 também foi estratégico, já que justificou o progressivo valor da obra e a falta de envolvimento da população local pelo curto prazo para concretização do projeto. Assim como as demais obras que constituem o corredor Aeroporto-Rodoferroviária, a obra do viaduto estaiado superou cerca de 60% o seu custo no projeto original, sem qualquer discussão com os habitantes locais.

Portanto, pode-se dizer que a implantação do viaduto estaiado e do Parque do Centenário da Imigração Japonesa buscaram prioritariamente alavancar dinâmicas econômicas específicas, já que não respeitam direitos da população local, e aproveitam o ensejo da realização da Copa de 2014 para isso. O viaduto, localizado na metade do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária (eixo viário no qual ocorreu o maior fluxo turístico e de serviços durante o megaevento de 2014), proporciona o fortalecimento de dinâmicas econômicas relacionadas ao setor terciário de lazer, cultura e serviços. O parque fortalece também a dinâmica turística e a imagem positiva da cidade ao embelezar uma das principais entradas do município. Apesar de inacabado e inutilizado, para os turistas parece mais uma intervenção positiva que melhora a qualidade de vida dos habitantes locais, resta saber quais.

Sendo assim, a partir das obras realizadas para a Copa de 2014, que inclui o viaduto estaiado e o Parque do Centenário da Imigração Japonesa, o poder público local aproveitou o momento do megaevento para reforçar para o mundo que Curitiba continua sendo uma 'boa mercadoria'. Possui boas soluções no quesito planejamento urbano, é cidade moderna, inovadora, possui grandes oportunidades para o desenvolvimento do mercado imobiliário, implantação de empresas e negócios corporativos, com a ressalva que está continuamente preocupada com o meio ambiente e a qualidade de vida. A contraface de tal processo parece secundária tanto para a governança municipal quanto para parte da população local, muitas vezes, desinformada, desarticulada e desinteressada. No entanto, em longo prazo, ao invés da Copa, é ela - a contraface - que ocupará o centro da cena e será a protagonista do espetáculo urbano. O planejamento urbano efetivo, sempre procrastinado, é transformado em gestão e, portanto, tratará de resolver os problemas depois que eles

se apresentarem como críticos, ao invés de utilizar instrumentos urbanos legais para promover um processo de urbanização justo que prime pela equidade social.

Considerações finais

Desse modo, a partir do exposto, percebe-se que as implicações do chamado empreendedorismo urbano presente em cidades que primam por governanças atreladas ao planejamento estratégico – com destaque especial para as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, como Curitiba – são preocupantes. Sobretudo, quando se consideram os legados dessas ações pontuais, movidas pelo Estado de Exceção (VAINER, 2011) e motivadas por acontecimentos efêmeros como a Copa do Mundo 2014.

Esse megaevento apresenta-se, dentro da dinâmica exposta neste texto, como instrumento legitimador para que o capital internacional molde, conforme seus interesses, porções do espaço urbano que lhes são atrativas. Destaca-se que o modelo abordado de gestão urbana proporciona impactos não apenas a dinâmicas econômicas ou de infraestrutura, mas recria uma das “amarras” mais difíceis de se desvencilhar: a despolitização dos atores sociais presentes nas cidades (VAINER, 2000).

Impactos e legados são gerados a todo o momento, na mesma medida em que as cidades reproduzem o modelo mercantil de planejamento. No entanto, dependendo da maneira como são feitas as intervenções, com ou sem participação popular ou análise detalhada dos resultados do projeto, por exemplo, as implicações podem ser positivas ou negativas para o espaço e para a população que dele usufrui. Nesse sentido, destacam-se as considerações do economista Marcelo Weishaupt Proni⁸ (2013) sobre a problemática. Segundo o pesquisador, pode-se entender como legado atividades que têm perspectiva de duração, uma espécie de herança deixada à cidade e sua população. Já impacto se refere aos efeitos diretos ou indiretos causados pela preparação e realização de um megaevento. Os impactos podem ser positivos ou negativos, temporários ou duradouros.

⁸ Palestra “Os impactos econômicos da Copa do Mundo no Brasil” realizada em Curitiba no dia 07/05/13.

No entanto, destaca-se que, sobretudo a partir da década de 1990, a concepção de legado foi associada ao perfil moderno dos megaeventos esportivos. Isso porque, em países como o Brasil, acredita-se que impacto e legado estão associados diretamente aos aspectos de infraestrutura urbana e econômica, muitas vezes decorrentes das intervenções implantadas na cidade para receber megaeventos. Nesse contexto, eventos como a Copa de 2014 estão cada vez mais atrelados às demandas mercadológicas e promoção de bens e serviços nas cidades por isso, são bastante concorridos.

Tendo em vista a acirrada disputa pela realização de megaeventos, que significa disputa pelo destaque da imagem da cidade e pelos investimentos em infraestrutura, portanto, pelo legado estrutural e econômico, esquece-se da concepção de legado social, de incentivo ao esporte – principal motivo que abarca na teoria a necessidade de implantação de megaeventos esportivos – que são deixados de lado ou tratados de forma superficial, sem todo o aparato político e burocrático que deveria existir para a cobrança e aplicação dos mesmos.

A associação do legado à infraestrutura urbana, física e concreta, é significativa quando relacionamos tal fato ao modelo de planejamento urbano atual. O PE pautado na implementação de projetos pontuais se aproxima do conceito de gestão, que preza pelos resultados imediatos, de curto prazo, por obras de grande visibilidade, de impacto nos mais diversos âmbitos. Destaca-se também o interesse político nesse processo, a exemplo do último prefeito de Curitiba que inaugurou diversas obras, até o último dia de seu mandato. O planejamento de resultados de longo prazo, pautado em discussões políticas com a população local, é entendido por alguns gestores como um empecilho para desenvolvimento do urbanismo de resultados.

Nesse contexto, as consequências socioespaciais positivas de longo prazo são destacadas, justificando os possíveis transtornos e impactos negativos do momento presente. No entanto, não se sabe ao certo se essas ocorrerão, já que normalmente os projetos são implantados para terem a forma e a estética fundamentais para se tornar um símbolo

capaz de projetar a imagem da cidade, e não são necessariamente projetados para cumprir com uma função social relevante que atenda às reais demandas locais.

Sobre o viaduto estaiado, pode-se apontar impactos negativos temporários no espaço urbano, em razão dos transtornos causados pelas obras, tais como lentidão no tráfego, desvios em diferentes vias da cidade, desapropriações, falta de água, entre outras. Considerando uma perspectiva em longo prazo e que leve em conta apenas a função operacional da obra, podem existir legados positivos, como afirma o discurso oficial. Todavia, é necessário destacar o alto custo desse viaduto – que segundo Hipólito (s/d) equivale a pelo menos três vezes mais do que um viaduto simples com a mesma função – para garantir a formação de mais um símbolo para a cidade, além do investimento em um equipamento urbano que só reforça o atual sistema calcado no transporte individual. Curitiba tem a proporção de 1 carro para cada 1,3 habitante, significa que são 1.746.896 curitibanos para 1.315.305 veículos (DIONÍSIO, 2012).

Quanto à implantação do Parque do Centenário da Imigração Japonesa, este exemplifica a prática vinculada ao discurso ambiental e à qualidade de vida, características do modelo de planejamento urbano de Curitiba. No entanto, expõe os interesses e as contradições associadas a tal discurso, tendo em vista o processo de periferização, a violação ao direito à moradia e à informação. A falta de comunicação e participação da população local na implantação do projeto não garante a apropriação e o uso do espaço público pelos vizinhos do parque. Nesse sentido, destaca-se que o termo periferização não define apenas um «locus», mas um processo de segregação e diferenciação social no espaço que possui causas econômicas, políticas e culturais; estado no qual reproduz-se a também precarização da força de trabalho (TEIXEIRA, 2011).

Sendo assim, como aponta Moura (2011), é possível inferir que o planejamento urbano de Curitiba caracteriza-se pela busca constante da renovação do imaginário urbano entorno da cidade a partir da criação de equipamentos simbólicos para ela. Essa prática reforça não só a imagem de Curitiba como um polo atrativo ao mercado internacional,

mas também como indutora do pensamento único (SANTOS, 2000). Ou seja, a população que reside ou não em Curitiba, concebe-a como cidade mitificada, e o sucesso do seu modelo de planejamento como um dogma.

Tal pensamento se reproduz graças ao *marketing* urbano que reforça adjetivos como a “capital social, “ecológica”, “cidade sorriso”, entre outras alcunhas. Desse modo, o poder público local prioriza imagens sínteses promovidas pelos equipamentos urbanos simbólicos, em detrimento da real solução das problemáticas que envolvem a cidade. Além disso, tal modelo de política urbana cria espaços homogêneos dentro da cidade, estes, por sua vez, são uniformizados em função do preço da terra e dos equipamentos urbanos presentes em cada região, criando áreas melhor localizadas (mais caras) e ocupadas pela população de maior renda; as áreas com dificuldade de acesso a bens e serviços urbanos (mais baratas) são a alternativa das parcelas mais pobres (TEIXEIRA, 2011).

É idêntica a situação dos equipamentos esportivos que se dissociam por completo de uma política de incentivo ao esportista, que tenha continuidade e favoreça a população dos países-sede (SÁNCHEZ, 2010). Em todo caso, percebe-se que a grande oportunidade a ser aproveitada no caso dos megaeventos no Brasil relaciona-se fundamentalmente a investimentos na infraestrutura viária urbana. Exemplo disso é o PAC da Mobilidade da Copa de 2014, imediatamente formulado para dar suporte ao mundial (MOURA, 2011).

A partir das reflexões descritas anteriormente, cabe inserir a ideia de Vainer e Capanema (2010), que destacam a necessidade de emersão de outro modo de planejamento, que não se centra no tradicional planejamento urbano, muito menos no de práticas essencialmente mercantis, é o chamado planejamento insurgente ou conflitual. Esta versão concebe o conflito, os deserviços da política urbana estratégica, como objeto de estudo a fim de reunir diversos conceitos e instrumentos buscando a abertura de espaços para a construção de políticas e práticas avessas ao planejamento hegemônico. Sendo assim, é de grande valor destacar a urgência de um novo modelo de política urbana reconhecendo, sobretudo, outros modos de produção de cidade, outros modelos de estruturação do espaço urbano. Nesse sentido, a inclusão social é um fator

essencial para o modo ideal de gerir-se uma cidade, estado, país. Toma-se Lefebvre (2008) como principal base para tais considerações já que este prima pela politização da produção social do espaço, contribuindo para a formação da concepção do direito à cidade.

Referências

CORRÊA, L. R. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: _____. **A cidade contemporânea – Segregação Espacial**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 39-59.

CRESTANI, A.M.Z. Riachuelo, da (in)visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção. **E-metropolis, Revista Eletronica de Estudo Urbanos e Regionais**, n.º 16, ano 5, março de 2014. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n16.pdf> Acesso em: 03/06/14.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **Industrialização e ação do Estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba**. RA EGA (UFPR), Curitiba, v. 1, p. 119-131, 1997.

_____. Considerações sobre o grau de integração da região metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, R. e FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Anablume, 2006. p. 163-190.

HIPÓLITO, M. V. Viaduto estaiado com estrutura mista. **Infraestrutura urbana**. s/d. Disponível em: <<http://www.infraestruturaurbana.com.br/solucoes-tecnicas/26/artigo280935-1.asp>>. Acesso em: 04/05/13.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba em dados: dados populacionais do bairro Uberaba. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm> Acesso em: 17/09/14.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª Edição. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, C. A, MENDONÇA, F. Planejamento Urbano-Regional e crise ambiental: Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.1, Jan./Mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392001000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 01/02/2013.

LIMA, R.M. **Conflitos Sócio-ambientais Urbanos: O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icarai**. 215 páginas. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MOURA, R. **Grandes projetos urbanos e planejamento territorial**. Boletim Campineiro de Geografia. v.1, n.1., 2011. Disponível em <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/22/pdf_4> Acesso em: 10/07/2013.

NOGUEIRA, D. **Novo parque para regularizar ocupação**. Gazeta do Povo, Curitiba, 2010. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/imobiliario/conteudo.phtml?id=1020955&tit=Novo-parque-para-regularizar-ocupacao>> Acesso em: 07/07/2013.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, F. L. de. **Os Novos Planos Diretores Municipais Brasileiros: Uma Avaliação Preliminar**. Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

PEREIRA, G.P; SILVA, M.N. **Pobreza urbana e degradação ambiental: algumas reflexões sobre Curitiba, Brasil**. Cadernos de Vivienda y Urbanismo, v. 4, n. 7, janeiro-junho 2011. Disponível em: <https://www.javeriana.edu.co/viviendayurbanismo/pdfs/CVU_V4_N7-08.pdf> Acesso em: 20/07/2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. 2013. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/home.seam;jsessionid=AC4DC4AA162008571283C1A447AA24ED.portalcopa?cidadeSede=4>> Acesso em: maio de 2013.

SÁNCHEZ, F. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004.
Disponível em: <www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/fernanda_outros.pdf> Acesso em: 12/05/2010.

_____. Notícias. **Megaeventos, o jogo continua**. Entrevista com a Prof.^a Fernanda Sánchez (UFF). PPLA 2010. Disponível em: <<http://coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=28>> Acesso em: 13/08/2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SKYSCRAPERCITY, 2012. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1576991>> Acesso em: 12/07/2013.

TEIXEIRA, L. B. **Desigualdade e estratificação sócia. O padrão excludente da urbanização brasileira: o caso do Bolsão Audi-União em Curitiba-PR**. Trabalho apresentado no 15. Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES O. MARICATO E, VAINER C (Org) **A cidade do pensamento único**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. p. 75-103.

_____. **Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro -RJ, 2011.

VAINER, C.; CAPANEMA, L. **Ementa e programa para a disciplina Teorias do Planejamento e Planejamento Insurgente**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRRJ, período 2010/2014. (Mimeo).

WHITAKER, J. Notícias. **Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento**. Entrevista com João Whitaker (USP). PPLA 2010. Disponível em: <<http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29>> Acesso em: 13/08/2013.

A DIMENSÃO METROPOLITANA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS. REFLEXÕES A PARTIR DE CURITIBA NO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014¹

Alexandre Gomes Ferreira

O presente trabalho objetiva analisar criticamente a temática dos megaeventos esportivos sob uma dupla perspectiva; (i) a da contextualização de sua importância como estratégia de desenvolvimento urbano regional (metropolitano); e (ii) a da discussão sobre o impacto provenientes dos processos de preparação da Copa do Mundo FIFA 2014, nas 12 sedes escolhidas e suas respectivas regiões metropolitanas, com ênfase em Curitiba.

Para tanto, o texto foi estruturado em três partes: inicialmente, são apresentadas as bases teóricas capazes de introduzir e possibilitar a compreensão da discussão. Na segunda parte apresenta-se uma análise geral dos projetos da Copa do Mundo FIFA 2014, nas cidades-sede brasileiras e suas respectivas regiões metropolitanas a partir dos dados disponíveis na Matriz de Responsabilidades. A partir de então, a terceira parte, centra a análise em Curitiba, tentando compreender a importância dos projetos da Copa em face da realidade de sua região metropolitana. Por fim, são apresentadas algumas considerações decorrentes da pesquisa apresentada.

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os resultados apresentados foram obtidos antes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014

Os megaeventos e a metrópole: integração ou fragmentação?

A necessidade de se pensar o espaço metropolitano é colocada por Ascher (2010) como um dos princípios e desafios norteadores da atualidade e do “neoplanejamento”, tendo tal escala a função de concentrar as decisões urbanas estruturantes e estratégicas.

Sem sombra de dúvidas, um número cada vez maior de estudos objetiva a análise do fenômeno metropolitano em razão da revalorização da escala local na explicação da mobilidade dos capitais e da tendência de segmentação socioespacial dado o acirramento das contradições nas metrópoles.

Os projetos que costumam vir a reboque dos megaeventos trazem implicações que podem ir além dos limites municipais das cidades-sede que os abrigam. Neste sentido, Oliveira (2010) argumenta que eles geram expectativas metropolitanas, não se restringindo, assim, à produção de novos equipamentos e serviços urbanos, mas também propiciando uma boa oportunidade para a revisão de projetos e planos territoriais, e afirma:

Essa expectativa se amplia quando consideramos que os jogos, embora concentrados em uma cidade, envolvem uma rede de serviços e infraestrutura que atravessa toda a metrópole. Consideramos metrópole um espaço muito além da cidade central que lhe dá origem, pois, são assim consideradas porque se constituem como “uma mancha urbana” e que forma o que podemos caracterizar como um aglomerado urbano ou área metropolitana (OLIVEIRA, 2010, p.2).

O discurso dominante de autoridades públicas e de políticos também converge para tal ponto de inflexão à medida que costuma apregoar os megaeventos como uma oportunidade única capaz de trazer ganhos para toda a sociedade, porém, a análise de grande parte da bibliografia disponível revela que existem importantes dúvidas sobre como eles podem efetivamente qualificar as cidades e melhorar a condição urbana dos seus habitantes, principalmente em áreas metropolitanas e suas adjacências.

Neste contexto, Sanchez (2010) acrescenta:

O chamado renascimento urbano é geralmente vendido como meio para aumentar o retorno de investimentos públicos e também como garantia para a diminuição do desemprego, mas há pouca evidência de que estes benefícios realmente ocorram. Pelo contrário estudos mais específicos desenvolvidos em cidades estadunienses (SMITH, 2006) e européias (GOMEZ 1998) questionam esses lugares comuns acerca do retorno social decorrente da venda dos lugares (SANCHEZ, 2010, p.491)

Em uma análise voltada para os espaços metropolitanos, mais especificamente das regiões metropolitanas das cidades-sede da Copa do Mundo em 1994, nos EUA, Baumann, Engelhardt e Matheson (2004) analisaram a criação de empregos antes durante e depois do evento.

Os autores resumem que em contraste aos relatórios de impacto econômico, anteriores ao evento, não houve nenhum incremento significativo na geração de empregos nas cidades-sede e suas regiões. É possível destacar ainda que a mesma análise em setores específicos da economia, além de não encontrar benefícios dos jogos em relação ao emprego na área de serviços, identifica um impacto significativamente negativo sobre o emprego no comércio varejista, atribuindo tal situação ao ‘efeito *crowding-out*’, ou de deslocamento, relacionado ao grande endividamento público comumente necessário para viabilizar megaeventos, ou seja:

This results in an increase in gross spending on the event but no increase in net economic activity for the city or country as a whole as money is simply shifting from one sector to another (Baumann, Engelhardt e Matheson, 2004, p. 4)².

Assim, não se poderia falar em crescimento econômico ou muito menos em desenvolvimento metropolitano ocasionado pelos megaeventos, mas sim num ganho localizado, em setores, como o do turismo, ao custo do endividamento público.

² “Isso resulta em um aumento no gasto bruto do evento, mas nenhum aumento na atividade econômica líquida para a cidade ou o país como um todo já que o dinheiro é simplesmente mudado de um setor para outro”. Tradução nossa.

Lacerda (2011³) argumenta que a metrópole deve ser compreendida fundamentalmente por um processo de fragmentação, em que o todo está dividido em partes diferenciadas, mas também como espaço de integração entre os fragmentos, o que depende do grau de atendimento das infraestruturas urbanas, particularmente daquelas relacionadas à mobilidade das pessoas, da produção e das informações. Assim, a metrópole do ponto de vista da produção e da apropriação humana do seu espaço é um todo constituído de partes claras e diferentemente caracterizáveis:

Os diversos fragmentos espaciais da cidade não são separados, segregados, excluídos. Eles se integram espacialmente, muitas vezes de forma precária, gerando situações socialmente tensas, contraditórias e conflituosas. Os seus respectivos processos sociais, históricos, políticos e culturais definem as formas de integração de cada um deles nas diversas escalas territoriais (LACERDA, 2011).

O problema maior estaria então na acentuação da fragmentação e, nesse sentido, Logan e Molotch (1996) acenam para o que seria um impacto metropolitano fundamental no contexto globalizado das cidades-empresa: como os projetos de renovação urbana construiriam ligações econômicas mais importantes de uma cidade específica com outras pelo mundo, acabariam por afastar ou às vezes desconectar completamente o que os autores denominam “vizinhanças decadentes nas redondezas” (LOGAN e MOLOTCH, 1996, p. 298), ou seja, intensificando assim a fragmentação territorial e as desigualdades sociais.

Então, o que poderia ser inicialmente, com base no discurso oficial, um ganho para amplas regiões teria um efeito perversamente contrário, ao centralizar uma série de intervenções dinamizadoras em uma única cidade, ou ainda em partes dela, tender-se-ia a ampliar as disparidades, as contradições e os conflitos.

Buscando exemplos concretos e estudos de caso, Barcelona torna-se paradigmática quando se trata da argumentação sobre o sucesso dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs) diretamente relacionados a um megaevento, mais especificamente às Olimpíadas realizadas em 1992, naquela cidade.

³ Texto extraído durante apresentação sobre os movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras, proferida por Norma Lacerda durante o XIV ENANPUR, em 25/05/2011.

Porém, autores como Capel (2005) e Munõz (2008) convergem ao afirmar que, se por um lado a estratégia de competitividade da cidade de Barcelona assenta-se nos seus espaços centrais, cosmopolitas e voltados para a economia dos serviços, dirigindo-se a uma população bem restrita, por outro lado a sua respectiva área metropolitana, avança sem “qualquer marca” ou projeto como aqueles que foram implementados em Barcelona e resultaram na criação de um modelo paradigmático de reconhecimento mundial.

Assim o “modelo Barcelona” teria deixado à margem um amplo território metropolitano do qual também é dependente.

Para Swyngdoun, Moulaert e Rodriguez (2002), o que está por trás dessa estratégia é um processo de reconcentração territorial e que, dessa forma, a busca para o crescimento transforma a renovação urbana como condição agregada e necessária à regeneração econômica.

Embora essa tendência geral assuma formas muito distintas em diferentes cidades para os citados autores, o projeto baseado em intervenções urbanas geralmente envolve mudanças críticas nas prioridades e a ascensão de uma forma mais agressiva, dinâmica e empreendedora no estilo de governança urbana. Planejadores e autoridades locais passam a adotar uma abordagem mais empresarial visando identificar oportunidades de mercado e auxiliar os investidores privados a aproveitá-las, uma postura temerária para o enfrentamento das contradições em nações com grande nível de desigualdade como o Brasil ou a África do Sul.

Sob tal argumentação, é possível a apropriação, mais uma vez, das ideias de Milton Santos com os conceitos de espaços luminosos e espaços opacos que, *grosso modo*, representam a dubiedade entre aqueles bem servidos pelas redes informacionais – telecomunicações, transporte, infraestrutura urbana – locais onde agentes hegemônicos representados pela população mais rica e organizada ditam as regras em contraposição aos espaços opacos, estes no interstício dessas redes, onde as modernizações e as políticas públicas não chegam, apesar

de seus habitantes participarem da lógica que move a cidade como trabalhadores de baixa qualificação, desempregados ou marginais (SANTOS E SILVEIRA, 2005).

Os investimentos metropolitanos no Brasil

De forma geral, considerando os investimentos para a Copa distribuídos por setor (Tabela 1), são as obras de mobilidade que se sobressaem, na medida em que representavam, segundo os dados de maio de 2012, 43,64% do total.

TABELA 1 - INVESTIMENTOS ASSEGURADOS PELA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, POR CIDADE-SEDE E SETOR (R\$ MILHÕES)

CIDADE-SEDE	AEROPORTO	ARENA/ ESTÁDIO	HOTELARIA	MOBILIDADE URBANA	PORTO	SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL
Belo Horizonte	508,7	695	-	1.388,8	-	4,80	2.597,303
Brasília	651,01	812,2	-	380	-	1,61	1.844,818
Cuiabá	91,31	518,9	-	1.440,1	-	1,95	2.052,262
Curitiba	84,49	234	-	543,9	-	2,11	864,502
Fortaleza	349,8	518,606	-	562	149	2,12	1.581,528
Manaus	394,1	532,2	-	1.844,9	89,4	1,85	2.862,457
Natal	557,8	417	7,86	661,8	53,7	1,32	1.699,478
Porto Alegre	579,27	330	-	560,4	-	2,31	1.471,982
Recife	18,5	500,2	33,46	856,9	25,7	2,35	1.437,11
Rio de Janeiro	813,24	808,4	298,22	1.883,6	314	20,60	4.138,065
Salvador	47,6	591,7	26,9	-	36	2,49	704,6864
São Paulo	3258	820	51,9	1.881,5	235	4,16	6.250,57
TOTAL	7.353,82	6.778,206	418,34	12.003,9	902,8	47,7	27.504,760

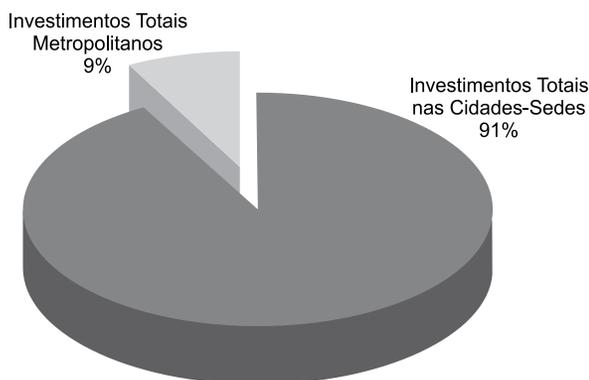
FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria Geral da União (CGU), maio de 2012

A fim de traçar um panorama metropolitano dos investimentos realizados optou-se em separá-los em dois grandes grupos: projetos metropolitanos e projetos exclusivos da cidade-sede. Os primeiros envolvem investimentos em mais de uma cidade – como, por exemplo, os que preveem reforma de vias que ligam um aeroporto de um município vizinho à cidade-sede; já os segundos, são exclusivos da cidade-sede – programados para acontecer apenas no referido município.

Nesse sentido, cabe destacar que o conceito de cidade-sede utilizado pela FIFA e a forma como os investimentos estão disponibilizados na Matriz de Responsabilidades – agrupados sem distinção de municípios ou áreas onde serão executados – dificultam o entendimento de uma análise metropolitana da distribuição dos investimentos. Para se conseguir chegar ao resultado esperado foi necessário pesquisar individualmente cada um dos projetos, tentando entender sua funcionalidade e assim poder classificá-lo como de abrangência metropolitana ou não.

Dessa forma, o Gráfico 1 sintetiza os investimentos totais do evento agrupados, como referido anteriormente.

GRÁFICO 1 - INVESTIMENTOS TOTAIS METROPOLITANOS - EM MILHÕES DE REAIS



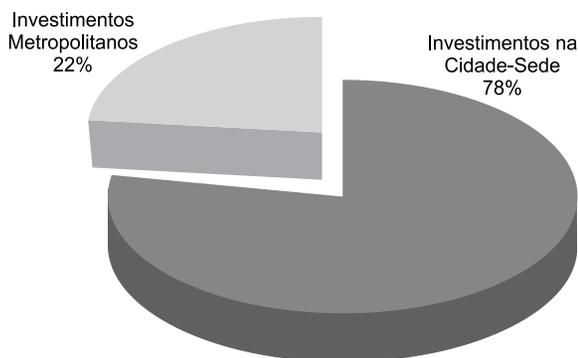
FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria-Geral da União (CGU), dezembro de 2012

Dos cerca de 28 bilhões de reais projetados até o momento para a viabilização do evento, apenas 2,7 bilhões estão relacionados a mais de um município. Em porcentagem, esses números representam nada menos do que 91% dos investimentos totais realizados exclusivamente nas cidades-sede.

Assim, ao que depender dos valores totais investidos em projetos que abordem as regiões metropolitanas não se deveria, de forma geral, esperar grandes impactos provenientes deles. É pertinente salientar que a grande maioria dos projetos classificados como metropolitanos não exclui a cidade-sede, ou seja, são projetos que se estendem da cidade-sede a outros municípios contemplados (vizinhos).

Nesse contexto, a mobilidade metropolitana, pelos números gerais, apresenta-se como o segundo item com o maior percentual de investimentos do evento, como se pode verificar no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - INVESTIMENTOS METROPOLITANOS EM MOBILIDADE URBANA



FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria-Geral da União (CGU), Junho de 2012

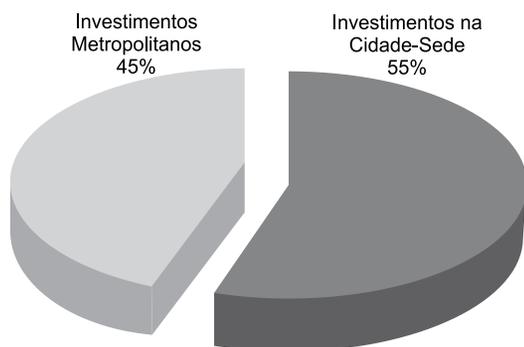
De forma geral, 9,4 bilhões, ou 78% do total de investimentos em mobilidade urbana se dão exclusivamente nas cidades-sede, contra 2,5 bilhões, 22%, realizados no que aqui convencionamos por investimento metropolitano.

Entre a destinação dos recursos, o setor de aeroportos, para o qual estão previstos 26,74% do montante total dos investimentos, é merecedor de destaque. É importante ressaltar que a distribuição dos investimentos também se mostra altamente concentrada neste setor, afinal, somente a cidade de São Paulo receberá 44,3% dos recursos destinados aos aeroportos. Contrariamente, as cidades de Recife e Salvador receberão menos de 1% do total.

No que tange ao referido setor e sua relação com a distribuição de valores para o metropolitano, o Gráfico 3 indica que 45% do total terá este destino, mostrando-se o mais significativo.

Cabe destacar, porém, que os citados valores ajudam a compreender grande parte dos projetos de mobilidade classificados anteriormente como metropolitanos, já que nada menos do que a metade das cidades-sede tem os aeroportos que as servem, localizados em municípios de suas regiões metropolitanas (RMs).

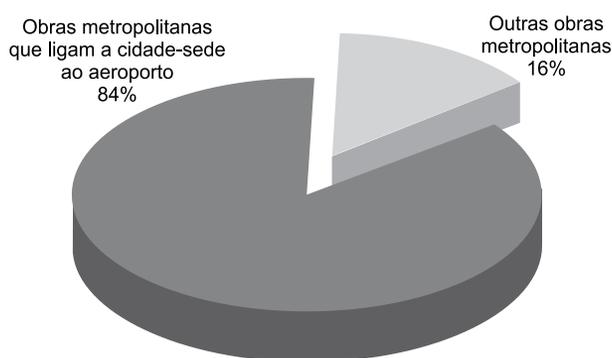
GRÁFICO 3 - INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS



FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria-Geral da União (CGU), Junho de 2012

Buscando entender um pouco melhor como se dá essa relação, classificaram-se todos os investimentos aqui definidos como metropolitanos em dois subtipos: projetos que objetivam o melhoramento de vias que ligam as cidades-sede ao aeroporto e outros projetos metropolitanos, como se pode verificar no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - DIFERENCIAÇÃO ENTRE PROJETOS DE MOBILIDADE METROPOLITANOS



FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria-Geral da União (CGU), Junho de 2012

É claramente perceptível que 84% dos investimentos metropolitanos em mobilidade urbana, o que em números absolutos representa aproximadamente 2,2 R\$ bilhões, objetivam unicamente renovar vias que são a porta de entrada aos turistas advindos para o mundial.

Desse modo, o que poderia parecer a um primeiro olhar, desatento talvez, uma parcela considerável de investimentos em mobilidade para além da cidade-sede, mostra-se extremamente utilitário na medida em que se percebe sua objetiva pontualidade, buscando atender à demanda dos visitantes, não dos moradores da cidade de forma mais ampla.

O terceiro setor mais representativo na recepção de recursos é o ligado à construção de estádios/arenas. Com exceção apenas de Curitiba e Porto Alegre onde os estádios são privados e optou-se pela reforma/ampliação, em todas as outras cidades-sede estão sendo construídos novos estádios com recursos públicos, com capacidade que varia de 43 mil a 76 mil lugares. Em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro estão os estádios com os maiores custos, todos acima de R\$800 milhões.

Nesse aspecto deve-se mencionar que o único estádio construído fora da cidade-sede está localizado no Nordeste do país, trata-se da Arena Pernambuco, no município de São Lourenço da Mata, na RM de Recife. Ao que tudo indica, o citado caso deve ser a única exceção ao quadro de impactos pouco significativos entre as regiões metropolitanas das cidades-sede brasileiras.

Por ter como local escolhido para a implantação dos principais empreendimentos necessários à realização do evento, o município de São Lourenço da Mata, num entroncamento entre outros três importantes municípios da RM de Recife (Camaragibe, Recife e Jaboatão dos Guararapes), boa parte das obras de mobilidade se distribuirá por esses municípios.

A metrópole Curitiba: o poder transformador dos projetos previstos

As relações que se estabelecem na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentam grande intensidade e podem ser demonstradas pelos fluxos cotidianos entre as diversas cidades que compõem a aglomeração.

Sem sombra de dúvidas, a interação dos diferentes pontos que constituem a mancha urbana é capaz de revelar o grau de coesão interna da aglomeração e sua centralidade, podendo evidenciar assim a estruturação do espaço intrametropolitano.

O referido espaço é essencialmente constituído por uma rede de núcleos urbanos que se integram por meio de diversos fluxos relacionados às atividades econômicas, de lazer, de consumo, de estudo, de comunicações. Nesse particular, o movimento pendular ou deslocamento para trabalho e estudo constitui-se em um dos indicadores mais relevantes para se aferir tal nível de integração e interdependência existente entre esses municípios.

Segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), na cidade de Curitiba, apenas 3,56% da população economicamente ativa, que trabalha ou estuda, o faz fora de seu município. Já nas outras cidades que compõem o que Firkowski (2002) definiu como aglomerado metropolitano⁴ este percentual chega a 60% (Figura 4).

Quando se compara o comportamento desses deslocamentos entre os anos de 2000 e 2010 é possível perceber uma intensificação nessa relação de dependência.

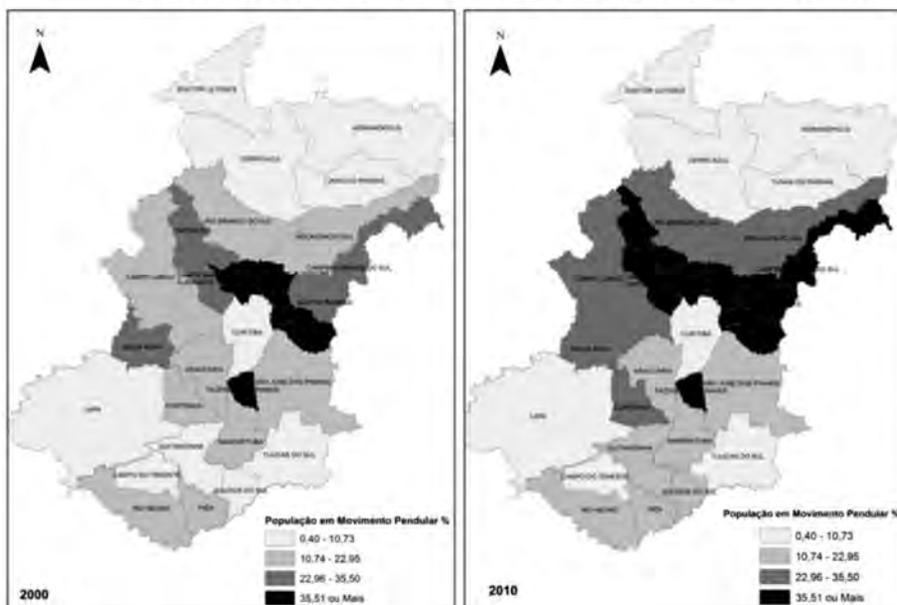
Em 2000, todos os municípios limítrofes a Curitiba detinham pelo menos 15% de sua população economicamente ativa deslocando-se para a capital, principalmente para estudar e(ou) trabalhar - destacando que a grande maioria deles estava em uma faixa superior aos 30% de deslocamentos diários.

⁴ A opção por utilizar a terminologia aglomerado metropolitano de Curitiba ao invés de Região Metropolitana de Curitiba (RMC), se dá por acreditarmos que exista um local merecedor de destaque dentro dessa grande região, apresentando expressiva concentração dos elementos dinâmicos que a compõem. Esse aglomerado representaria uma escala intermediária da RMC, buscando contrapor a espacialidade originária da sua institucionalização, daquela produzida pelo processo de metropolização em curso, ou seja, inserindo-a diretamente dentro da expansão da mancha urbana de Curitiba. Esse recorte compõe-se, inicialmente, além do município de Curitiba, pelos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais, contemplando o raio de alcance total dos projetos definidos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Quando se procura detalhar um pouco mais esses dados, percebe-se que em alguns municípios o percentual era bem superior aos apresentados, no caso de Almirante Tamandaré ele chegava a 51%, em Pinhais 42% e em Colombo era de aproximadamente 45% de sua população, porém, no mesmo município, se considerarmos ainda sua porção mais ao sul, conurbada a Curitiba segmentando-a por setores censitários, é possível encontrar valores que chegam a 60% de pendularidade diária, segundo os dados de 2000.

O Censo de 2010 demonstra a ampliação da polarização curitibana perante os outros municípios⁵. Nesse contexto, a Figura 1 destaca que vários municípios que antes apresentavam taxas de movimento pendular na faixa de até 22% tiveram esse percentual ampliado de forma considerável, ultrapassando os 35%, entre eles, Campo Magro, Campina Grande do Sul e Quatro Barras.

FIGURA 1 - MOVIMENTO PENDULAR DIÁRIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA PROVINDA DOS MUNICÍPIOS DA RMC EM RELAÇÃO A CURITIBA - 2000/2010



FONTE: IBGE, 2000/2010
 NOTA: Organizado pelo autor.

⁵ Deve-se esclarecer que nem todas as pessoas que saem de suas cidades para trabalhar ou estudar tem como destino Curitiba, porém esse índice é superior, em média, a 86%.

Colombo, por exemplo, apresentou uma alta superior a 10% em 10 anos, tendo agora 52% de sua população economicamente ativa trabalhando ou estudando fora do município. Outros municípios também apresentam valores expressivos de ampliação dos movimentos pendulares diários, como Almirante Tamandaré (60%) Pinhais (46%) e Piraquara (55%).

Estudos que traçam um panorama da evolução do aglomerado metropolitano nas décadas de 1990 e 2000 mostram que nesse período houve um intenso crescimento local combinado, por um lado, com o vertiginoso avanço demográfico dos municípios limítrofes (ULTRAMARI & MOURA, 1994; KLEINKE et al., 2000), e, por outro, com o crescimento paralelo e articulado entre núcleo urbano e região metropolitana, o que corrobora a ideia de que Curitiba parece selecionar os seus migrantes, “reservando a Região Metropolitana (RMC) como espaço para as classes populares, enquanto privilegia o recebimento das camadas médias e altas dos novos migrantes” (SOUZA, 2001, p.107).

Pelo exposto, considerando que o espaço metropolitano anteriormente descrito é ocupado por uma aglomeração humana em constante mutação (que cresce, migra e se transforma), submetido a uma lógica cada vez mais caracterizada pela mobilidade e integração, entende-se como fundamental compreender que repercussões a Copa do Mundo FIFA 2014 trará para esse espaço metropolitano em Curitiba.

Nesse contexto, embora a Copa de 2014 se realize exclusivamente nos limites territoriais da cidade de Curitiba, é necessário pensá-la além de seus limites, e, pelo menos no campo do discurso, seus organizadores se mostram preocupados com tal questão. Durante uma audiência pública realizada para discutir os possíveis legados estaduais, realizada em 09/11/2011, na Assembleia Legislativa do Paraná, em que estavam presentes lideranças dos 29 municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, afirmou-se que o evento trará importantes impactos para todo o estado, principalmente para a RMC. Nessa ocasião, o secretário estadual para Assuntos da Copa 2014, Mario Celso Cunha, fez uma explanação contundente sobre os preparativos do estado para o mundial:

Quando assumi a secretaria da Copa, o governador Beto Richa recomendou atenção especial em três objetivos para a realização da Copa no Paraná: transparência nos trabalhos, integração com os municípios e o legado que a Copa irá deixar para a população paranaense (PORTAL DA COPA, 2011).

Acrescentou ainda que:

A Copa não é somente um campeonato de futebol, mas uma grande oportunidade de negócios e investimentos em vários setores, como no turismo, na infraestrutura e no comércio de uma forma geral (PORTAL DA COPA, 2011).

A partir dos fragmentos citados, percebe-se que o objetivo é tornar evidente que o evento influirá positivamente na vida de todos os que habitam o Aglomerado Metropolitano de Curitiba, e até mais do que isso, todo em Estado do Paraná.

A análise dos projetos escolhidos para compor o rol da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba pode nos trazer pistas valiosas de como tal processo tem sido conduzido até o momento.

Os investimentos estão distribuídos em projetos para aeroporto, mobilidade urbana, segurança pública e estádio, totalizando R\$864,502 milhões, em maio de 2012. A especificação dos projetos pode ser visualizada na Tabela 2.

Em se tratando da distribuição dos recursos, os maiores percentuais serão destinados aos projetos de mobilidade urbana, os quais conjuntamente receberão 62,91% do total. Cumpre destacar que em algumas dessas obras, o projeto não se restringe somente à cidade-sede, abrangendo outros municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba – RMC (São José dos Pinhais, Pinhais e Colombo). Tal é o caso do BRT: Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, Requalificação do Corredor Marechal Floriano, Vias de Integração Radiais Metropolitanas.

Uma breve análise dos projetos relacionados à mobilidade metropolitana evidencia um certo caráter imediatista. Aproximadamente 23,7% do montante que será investido em projetos de mobilidade estão sendo gastos na requalificação e embelezamento dos dois acessos que ligam o Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado no município de

São José dos Pinhais, ao centro de Curitiba. Tal situação evidencia um planejamento que se estrutura em favor das necessidades de realização do evento, embora o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), órgão responsável pela coordenação dos projetos para a Copa em Curitiba e a COMEC⁶, responsável pelos projetos de cunho metropolitanos, afirme que tais obras sejam fundamentais à metrópole.

TABELA 2 - PROJETOS PARA CURITIBA ASSEGURADOS PELA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES - MAIO-2012

TEMA	PROJETO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ MILHÕES)
Aeroporto	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba - Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares	25,4
	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba - Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	41,3
	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba – Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táxi e Obras Complementares	17,79
Mobilidade Urbana	BRT: Avenida Cândido de Abreu ⁽¹⁾	14,2
	BRT: Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	160,3
	BRT: Extensão da Linha Verde Sul	15,5
	Corredor Metropolitano (requalificação de vias existentes) ⁽¹⁾	137,6
	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,9
	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	44,5
	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,7
	Sistema Integrado de Monitoramento	71,8
Vias de Integração Radial Metropolitanas	38,4	
Segurança Pública	Capacitação de Policiais Civis e reestruturação da Escola Superior de Polícia Civil	0,28
	Estruturação da Academia de Policial do Guatupê	1,59
	Capacitação dos profissionais Bombeiros Militares em Sistemas de Comando de Incidentes, com foco na Copa do Mundo de 2014.	0,22
Estádio/ Arena	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (reforma e ampliação do estádio)	234

FONTE: Matriz de Responsabilidades/Controladoria-Geral da União (CGU), maio de 2012

NOTA: (1) Projetos excluídos

⁶ A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) foi criada em 1974, pelo governo do Estado do Paraná, por meio da Lei Estadual n.º 6.517, para coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba. Atualmente vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), a COMEC é responsável pelo planejamento e gestão do desenvolvimento integrado dos 29 municípios que compõem a região metropolitana. Entre suas atividades estão o planejamento territorial e a coordenação das funções públicas de interesse comum aos seus municípios, como transporte público de passageiros, sistema viário, habitação, saneamento e elaboração, e o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

É importante destacar que a principal obra de mobilidade classificada como metropolitana (Corredor Metropolitano), que tinha por objetivo integrar vários municípios da RMC (fundamental assim para a melhoria de sua mobilidade), foi oficialmente cancelada com a atualização da Matriz de Responsabilidades divulgada em dezembro de 2012, tendo como principal argumento a demora na elaboração e execução do projeto⁷.

Gil Polidoro, diretor-presidente da COMEC, afirmou à Gazeta do Povo (2012) que este era “o projeto mais equivocado e inviável técnica e financeiramente”, o que mais uma vez nos faz questionar a visão de prioridades que está sendo estabelecida pelos órgãos públicos e técnicos ao que tange o metropolitano.

A partir da Figura 2, que mostra a distribuição dos rendimentos médios mensais por domicílio, segundo os bairros dos municípios que receberão obras da Copa do Mundo FIFA 2014, busca-se uma maior compreensão da distribuição socioespacial dos projetos. A gradação de cores em cinza (do mais claro ao mais escuro) demonstra o aumento dos rendimentos que foram distribuídos a partir de 1 salário mínimo (SM) – que equivalia a 510 reais segundo o censo do IBGE (2010) – chegando a 10 ou mais SM.

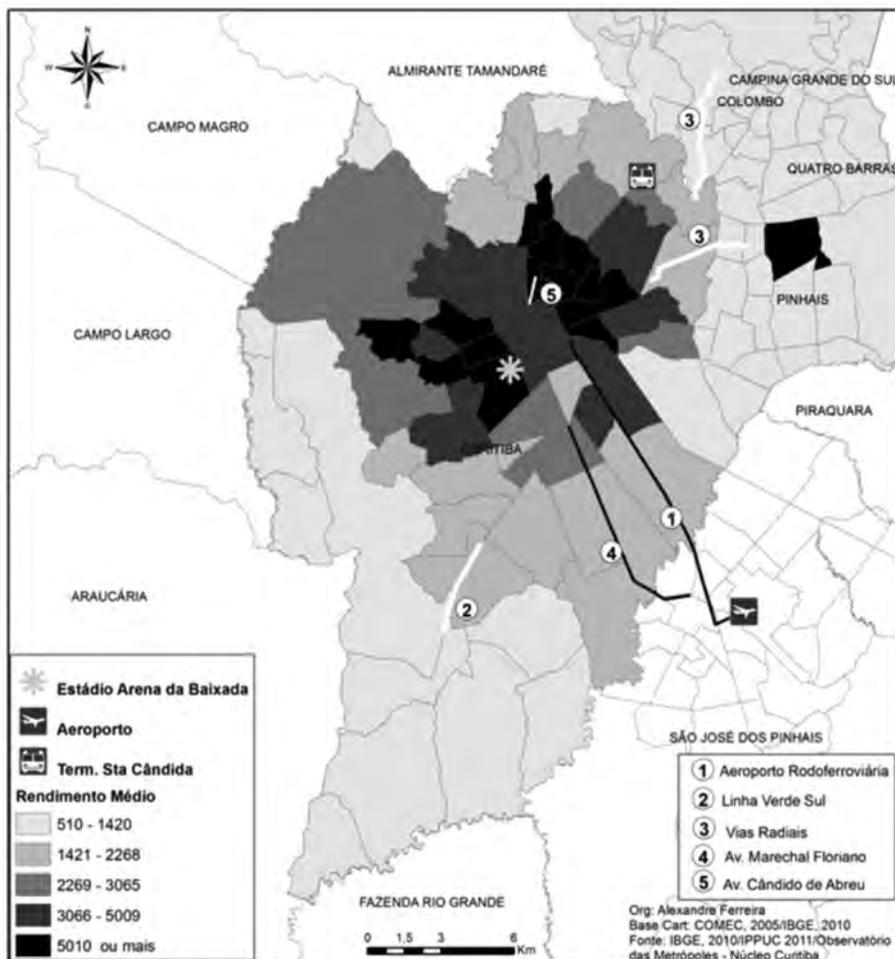
Com essa figura é possível perceber que há uma relação entre os projetos e as áreas privilegiadas da cidade de Curitiba, constatando-se que boa parte dos projetos passa por bairros que figuram entre os mais nobres da cidade, locais que chegam a deter 30% de seus residentes com rendimentos superiores a 10 SM (como nas imediações da Arena da Baixada).

Se considerarmos os bairros da Água Verde e Batel que foram contemplados com diversas reformas e projetos de “embelezamento” locais esses rendimentos médios passam de 20 salários mínimos. Mesmo em boa parte do corredor que segue até o Aeroporto, cortando bairros

⁷ Sem contar seu fantástico incremento de custo. Segundo o último relatório do TCU disponibilizado, o valor da obra estava orçado em 400 milhões de reais, um aumento superior a 300% do montante anunciado inicialmente.

como o Jardim das Américas e porções nobres de São José dos Pinhais⁸, embora não se tenha valores tão vultosos como os descritos nos locais mais nobres, pode-se verificar que os rendimentos são bem superiores aos dos bairros mais pobres da cidade que se concentram na região sul/sudoeste.

FIGURA 2 - RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO POR BAIRROS - CURITIBA E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES



FONTES: COMEC, 2011; IPPUC, 2011; IBGE, 2010.

NOTA: Organizado pelo autor.

⁸ Os dados de rendimento para o mapa não incluem São José dos Pinhais pelo fato de esse município só ter aprovado sua lei de Bairros posteriormente ao limite estabelecido pelo IBGE para que fossem incluídos no Censo 2010; portanto, esses dados ficaram indisponíveis na escala dos bairros.

Essa análise socioespacial nos permite também perceber que no limite da via radial Curitiba/Pinhais (indicada pelo n.º 3 no mapa), localiza-se o bairro Alphaville Graciosa, que abriga um luxuoso condomínio residencial, que o torna o bairro com maior concentração de residências detentoras de rendimentos superiores a 20 salários mínimos da RMC fazendo-o se destacar no mapa como uma ilha cercada por outros bairros em que os rendimentos médios estão todos na faixa entre 1 e 3 SM. Talvez coubesse aqui um questionamento: será que essa via radial atenderá de forma majoritária aos menos favorecidos ou aos nobres moradores do bairro de Alphaville?

Baseado nesse raciocínio e ainda pensando que a mobilidade é amplamente divulgada como grande legado a ser deixado pelo evento foi construída a Figura 3, que traz a sobreposição da acessibilidade na Região Metropolitana de Curitiba, desenvolvida pelo PDI em metodologia elaborada pela COMEC, em relação aos projetos de mobilidade definidos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Dessa forma, quando se verifica que as diretrizes prioritárias para a ampliação da mobilidade/acessibilidade definidos pelo PDI, se dão fundamentalmente pela expansão da malha e investimento nas porções menos privilegiadas da metrópole, não se percebe como os projetos da Copa do Mundo FIFA 2014 poderão trazer significativas contribuições a essa perspectiva. De forma geral, esses projetos restringem-se, como já afirmado anteriormente, à renovação (reforma/ampliação) de vias já existentes e na maioria dos casos em boas condições de conservação e também em locais dotados de acessibilidade privilegiada, segundo a própria metodologia da COMEC (2006).

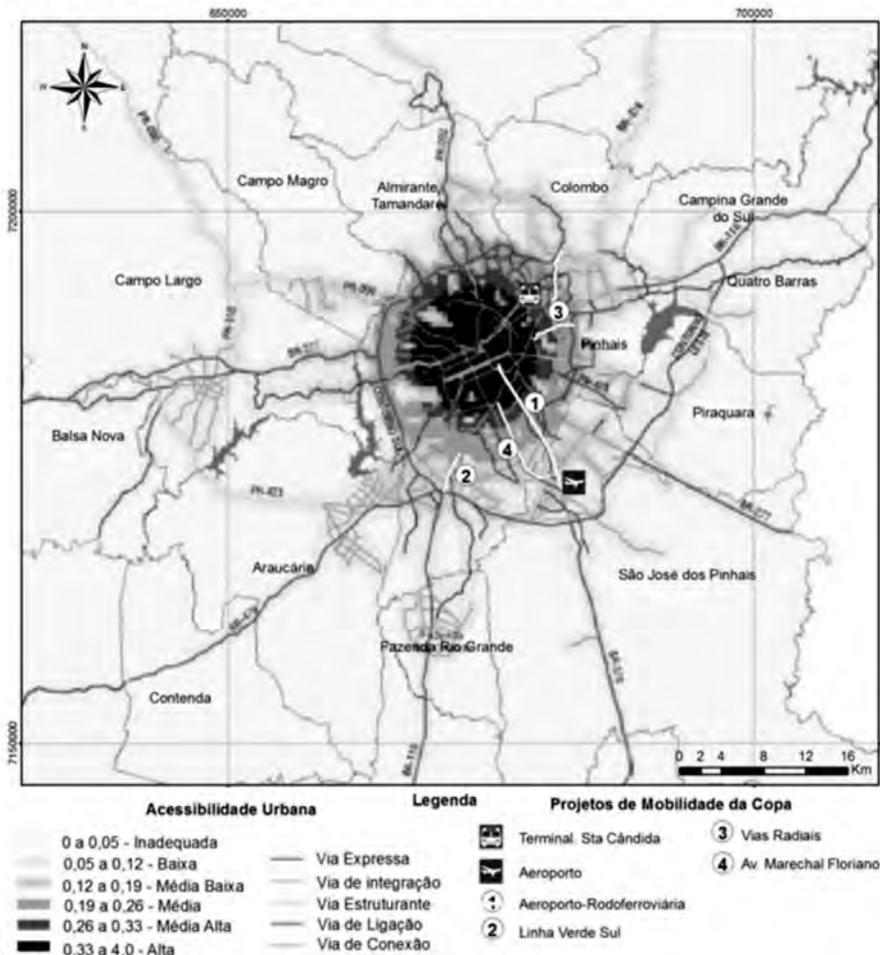
Nesse sentido não haveria por que esperar contribuição significativa dos projetos do evento para a acessibilidade da RMC, embora a COMEC tenha afirmado que as obras tenham como maior legado a melhoria das condições viárias de acordo com as prioridades do PDI, beneficiando a mobilidade no aglomerado metropolitano⁹.

É fundamental destacar que os projetos viários que ligam Curitiba aos municípios vizinhos não trazem esclarecimentos sobre a sua utilização

⁹ Essa afirmação foi feita durante uma apresentação realizada na COMEC para exposição dos projetos do evento definidos para a Região Metropolitana de Curitiba para um grupo de pesquisadores do Observatório das Metrópoles em 28/09/2012.

para o transporte público, como a criação de novas linhas de ônibus, o que adicionaria ganhos ao deslocamento das classes menos favorecidas, elemento fundamental à realidade da metrópole.

FIGURA 3 - ACESSIBILIDADE NA RMC E OS PROJETOS DA COPA 2014



FORNTE: COMEC/PDI (2006)
NOTA: Organizado pelo autor.

Os citados projetos ainda apresentam outra característica merecedora de destaque: a tendência de reforço e a ampliação da centralidade de Curitiba diante de sua região metropolitana, mais uma vez contradizendo o que sugere todo o planejamento proposto pelo Plano de Desenvolvimento Integrado.

Considerações

A estratégia de utilização de megaeventos esportivos como motores de desenvolvimento urbano traz consigo uma fundamentação que apresenta fragilidades. Os relatórios oficiais e a literatura econômica provam que os investimentos associados a eles não contribuem para a redução das desigualdades regionais, pois a concentração de gastos nas áreas dinâmicas de determinadas nações tende a reter os efeitos multiplicadores dentro de suas próprias fronteiras, ao contrário do que é esperado quando o aporte é realizado nas regiões menos dinâmicas. Esses efeitos são indubitavelmente mais cruéis para as nações pobres ou em “desenvolvimento” as quais carregam enormes disparidades sociais em seu território.

A descrição e análise da Copa do Mundo FIFA 2010 na África do Sul mostram que as cidades foram ordenadas não exatamente para o megaevento, mas sim a partir destes que lhe conferiram tanto a imagem urbana perseguida como a legitimidade para realizar os ajustes espaciais próprios para a modernização capitalista. A síntese analítica dos estudos que trataram da Copa na África apontou, antes de mais nada, para a produção de um espaço que atendesse aos ciclos de valorização do capital, ainda que fosse necessário para tal incorrer em violação de direitos.

Dessa forma, em muitos casos o megaevento não ocorre em favor da ampliação da sociabilidade ou da maior garantia de direitos como seus organizadores anunciam para os cidadãos a fim de ampliar o apoio, mas sim em detrimento destas dimensões apoiados nas parcerias público-privadas, da sobrevalorização de terras, da expulsão de pobres de suas moradias, da privatização de espaços públicos e de processos de gentrificação.

Dentro desse contexto e retomando a hipótese central, a Copa do Mundo FIFA 2014 não trará contribuições significantes para a já precária integração do aglomerado metropolitano de Curitiba ou para planejamento/desenvolvimento regional. Sem a devida inserção de seus

municípios no conjunto de projetos definidos para o evento restará à sua extensão metropolitana alterações pontuais que se limitam a vias expressas de benefícios questionáveis às populações locais.

É importante destacar que o projeto do corredor metropolitano, via expressa que contornaria a capital paranaense – talvez o único com implicações necessariamente metropolitanas – foi cancelado, entre outros motivos, por não ter sido considerado como uma prioridade, revelando o imediatismo das escolhas.

Se, por um lado, é possível argumentar que os projetos analisados deverão trazer ganhos para mobilidade urbana, por outro, pode-se questionar a conflitante relação entre o que seja prioridade local e o que seja imposição da FIFA. Os projetos por ora analisados se resumem a obras de renovação viária, sem propostas claras de investimentos em transporte público.

O descrito cenário, de acordo com diversos autores discutidos ao longo do texto, tende apenas a colaborar com a manutenção das disparidades entre Curitiba e seus municípios vizinhos, que têm na contradição um ponto característico. Nesse contexto destaca-se a evidenciada onipresença da cidade polo, rica e reconhecida internacionalmente como um modelo de planejamento e gestão, cercada por um grupo de cidades que patinam em relação ao desenvolvimento, sofrem com a baixa atividade econômica, concentram a maior parcela da pobreza da Região Metropolitana e que terão poucas chances de beneficiar-se com as propaladas melhorias divulgadas pelos gestores públicos.

Desta forma o que poderia ser inicialmente, com base no discurso oficial, um ganho para amplas regiões, teria um efeito perversamente contrário, ao centralizar uma série de intervenções dinamizadoras em uma única cidade, ou ainda em partes dela, tender-se-ia a ampliar as disparidades, contradições e conflitos, ficando esquecida assim, definitivamente, a promessa de melhorias urbanas e legados, que justificavam as vultosas quantias de investimentos públicos.

A falta de informações e conseqüentemente de transparência dos processos também merece destaque na análise. Segundo “o Indicador de Transparência Municipal”, lançado pelo Instituto Ethos – uma espécie de ferramenta criada com o intuito de medir a disponibilidade dos dados públicos e o funcionamento dos canais de participação da população em relação aos investimentos dos governos Municipais e do governo Federal necessários para a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 –, dez das doze cidades-sede fizeram, segundo o indicador, menos de 19 pontos numa escala que varia de 0 a 100, sendo sua transparência classificada como “Muito Baixa”. Somente duas prefeituras foram avaliadas com nível “Médio” nos Índices, mesmo assim não passaram dos 50% dos pontos: Belo Horizonte e Porto Alegre.

Tais indicadores mostram de maneira muito prática e sistemática o que é facilmente perceptível por quem busca informações sobre o evento: a falta de transparência e informação como uma regra, quiçá uma estratégia.

Algumas prefeituras, como Cuiabá e Fortaleza, não possuem sequer uma página específica para divulgar as ações para a Copa do Mundo FIFA 2014.

É importante frisar que 80% das perguntas dos indicadores foram relacionadas ao cumprimento de três leis em vigor: Lei n.º 12.527, de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação Pública; Lei Complementar n.º 101 de maio de 2000, que complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal; e a Lei n.º 8.666 de junho de 1993, a Lei de Licitações Públicas.

Neste contexto torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios, em razão da desqualificação da política e da desconstituição das formas “normais” de representação de interesses. Não se sabe onde, como e quem toma as decisões, reconfigurando as relações entre interesses privados e públicos no exercício hegemônico. A política propriamente dita é progressivamente substituída pela administração técnica e

inquestionável do “gestor político” que tem no consenso forjado por discursos ufanistas que justificam os altíssimos gastos em nome do bem comum, seu maior mérito.

Com a proximidade do evento, já se anuncia a desistência de boa parte dos supostos legados em infraestrutura e mobilidade urbana e de forma definitiva, aceleram-se os prazos para a realização das obras assim como aumentam seus custos.

Desta forma, contraditoriamente ao discurso oficial, o que predomina são os investimentos em estádios que já chegam a 28% de tudo que será gasto, enfatizando que esses valores ainda tendem a subir até o evento, como apontado anteriormente, em virtude de atrasos e revisões de projetos.

O cenário que se evidencia a partir do exposto não poderia ser otimista: na Copa do Mundo FIFA 2014 o dinheiro de todos financiará o lucro de poucos, como aconteceu na África do Sul, que ficou com uma dívida de US\$ 4 bilhões, os mesmos US\$ 4 bilhões que a FIFA anunciou de lucro. Mas o Brasil terá novos estádios, argumentarão alguns, sem considerar que ao menos quatro deles fadados a virar elefantes brancos, em Cuiabá, Brasília, Natal e Manaus.

Com perspectivas como essas as cidades passam então a ser ordenadas a partir da primazia do espetáculo que se orienta pelo consumo e pela conformação de espaços que possam servir para a acumulação capitalista. Grupos hegemônicos se formam tomando as normas da acumulação como as regras do jogo que definem a produção das cidades para consumidores e espectadores, em detrimento dos cidadãos que, nesse contexto, sofrem com as ameaças de flexibilização de seus direitos em nome de um questionável bem comum.

Referências

ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M.J.; HEYING, C.H. **Olympic Cities: lessons learned form mega-event politics**. *Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, 113-13, 2001.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Proposta Estratégica de Organização Turística para Copa do Mundo de 2014**: Curitiba. Brasília, 2010.

BAUMANN, R; ENGELHARDT, B.; MATHESON V. **Labor Market Effects of the World Cup: A Sectoral Analysis**. Working Papers 1113, International Association of Sports Economists & North American Association of Sports Economists, 2011.

CAPEL, H. **El Modelo Barcelona: un Examen Crítico**. Barcelona: Ed. del Serbal, 2005.

CASTELLS, M.; BORJA, J. E. **Planes estratégicos y proyectos metropolitanos**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v.11, n.1/2, p.207-231, jan./dez. 1997.

CGU - **Controladoria-Geral da União**. *Matriz de Responsabilidades*, 2012. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/Copa2014/matriz/>> Acesso em: maio de 2012.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI)**. Curitiba: COMEC, 2006.

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Projetos de mobilidade para a Região Metropolitana de Curitiba assegurados pela Matriz de Responsabilidades**: apresentação. COMEC, 2011.

FERNANDES, A. C. **Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo**. In: Espaço e Debates, n.º 41, São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O.L.C.F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 103, Curitiba, 2002.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Região Metropolitana no Brasil: Assim é se lhe parece.....In: I SEURB,8, 2011, Campo Mourão. **Anais...**Campo Mourão:FECILCAM-PR, 2011. 1 CD-ROM.

GALVÃO (2004), A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação. A experiência européia**. Rio de Janeiro, Garamond.

GAZETA DO POVO. Por arenas, FIFA esquece legado.
Edição de 31/05/2012.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. *Espaço & Debates*, ano XVI, n. 39, 1996.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Projetos de mobilidade de Curitiba assegurados pela Matriz de Responsabilidades**: apresentação. IPPUC, 2011.

KLEINKE, M. L., Weneck, D. Z., MOURA, R.; DESCHAMP, M. V. Movimento migratório na região metropolitana de Curitiba: 1986-1991 e 1991-1996. **Metrópolis em revista**, Curitiba, ano 2, n.1, p. 21-29, 2000.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. The City as a growth machine. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. (org.). **Urban Theory**. Oxford: Blackwell, 1996.

MUÑOZ, F. **Barcelona: de la reconstrucción urbana al urban sprawl**. In: Degen M, García M (eds.) *La Metaciudad: Barcelona. Transformación de una Metrópolis*. Anthropos, 2008.

NUNES, P. **Conceito de Crowding Out**. Disponível em: <<http://www.know.net/cienceconempr/economia/crowdingout.htm>>. Acesso em: Abril de 2012.

OLIVEIRA, A. A economia dos megaeventos: Impactos setoriais e regionais. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.º 120, p.251-269, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, F.J.G. **A cidade metropolitana do Rio de Janeiro e as perspectivas com os Jogos Olímpicos**. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, n. 895 (24), nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-24.htm>>

PORTAL DA COPA. Audiência pública debate os possíveis legados do Mundial de 2014 no Paraná. 10/11/2011.

QUEIRÓS, Margarida. **Barcelona(s): cidade dos projectos ou projectos da cidade?** *Finisterra*, Lisboa, XLV, 90, 2010. Disponível em: <<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>>. Acesso em: agosto de 2011.

RAEDER, S. **Jogos e Cidades: Ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro.

RANCIÈRE, J. **Post-Democracy, Politics and Philosophy: an interview with Jacques Rancière**. *Angelaki* 1 (3):171-178, 1994.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. **Governar as metrópoles: dilemas da recentralização**. *Cadernos de Metrópole*, n.8, pp. 107-117, 2.º sem. 2002.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. 5.ª reimpressão, Edusp, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, Nelson Rosário de. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista de Sociologia e Política**, 2001, n.16, pp. 107-122.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F., RODRIGUEZ A. **The Globalized City - Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities**. Oxford: University Press, 2000.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRIGUEZ A. **Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy**, *Antipode*, 34(3), p. 542-577, 2002.

TCU - Tribunal de Contas da União. **O TCU e a Copa do Mundo de 2014: relatório de situação: abril de 2011**. Brasília: TCU, 2011.

TCU - Tribunal de Contas da União. **O TCU e a Copa do Mundo de 2014: relatório de situação: junho de 2012**. Brasília: TCU, 2012.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole**: Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. 154 p.

VAINER, Carlos. **A Cidade da Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2010. *Anais*

UM ESPAÇO EM DISPUTA: A TERRITORIALIDADE DOS VENDEDORES AMBULANTES E DAS PROSTITUTAS TRAVESTIS E A ZONA DE RESTRIÇÃO NA COPA DO MUNDO FIFA 2014¹

Anni Caroline Hiramí

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil ocorre, por parte do poder público, a preocupação em apresentar cidades-sede “limpas” aos olhos do mundo, e vinculada a ela, uma série de regras impostas pela FIFA para a realização dos jogos. Regras estas que deslegitimam a Constituição Federal Brasileira, desrespeitando conquistas sociais, violando e flexibilizando direitos do povo brasileiro.

O tema a ser abordado no presente texto relaciona-se a dois grupos de trabalhadores informais em Curitiba, os vendedores ambulantes informais e as prostitutas travestis, que usam a rua como espaço de trabalho, mais especificamente na área prevista como zona de restrição ao comércio determinada pela FIFA e a ser implementada nos dias de jogos e que se constitui num raio de aproximadamente 2km em torno do Estádio Joaquim Américo Guimarães - Arena da Baixada.

¹ As considerações presentes neste texto foram elaboradas entre novembro de 2011 e setembro de 2013, portanto, são anteriores ao período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

O objetivo deste texto é trabalhar a questão da territorialidade constituída pelos vendedores ambulantes e pelas prostitutas travestis na capital paranaense, além de abordar a falta de políticas públicas destinadas aos diversos setores da informalidade e de direitos dessas pessoas que possivelmente serão violados com o advento da Copa do Mundo.

Espaço dividido: trabalho formal e informal

Escolhido para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, o Brasil garante mudanças e oportunidades positivas a toda a população brasileira. Segundo pesquisa encomendada pelo SEBRAE à Fundação Getúlio Vargas, o Mundial deve gerar somente em Curitiba mais de 500 novas oportunidades de negócios. O SEBRAE apoiará pequenas empresas que tenham o interesse em usar a marca do mundial em seus estabelecimentos, em parceria com a Globo Marcas, agente de licenciamento oficial da FIFA que realiza a avaliação das propostas.

O SEBRAE preocupado em orientar pequenas empresas a se preparar para as oportunidades do mundial, possui um site destinado a assuntos da Copa, no qual oferece dicas de investimentos no mercado, apresenta oportunidades aos empresários, licitações etc. As oportunidades são focadas em nove setores da economia, sendo eles: agronegócio, comércio varejista, construção civil, madeira e móveis, produção associada ao turismo, moda, serviços, tecnologia da informação e comunicação e turismo, tendo por objetivo promover oportunidades nos negócios e a justa competitividade entre as empresas.

Em análise do material utilizado para palestras informativas sobre a Copa do Mundo em Curitiba promovidas pelo SEBRAE, nota-se o conteúdo voltado quase exclusivamente para empresários, tendo em vista a promoção de uso de tecnologias inovadoras para atrair o olhar do consumidor, a estrutura e investimentos necessários, o que exclui completamente uma possível participação de vendedores ambulantes informais.

Trabalho informal - entre dados e conceitos

No início da década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou estudos sobre o setor informal, nos quais as atividades informais foram pensadas como constituindo um setor, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (SALAS, 2003).

A OIT criou no fim dos anos de 1960 o *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (Prealc)* que considera o setor informal urbano como resultado do grande contingente de mão de obra nos países latino-americanos. Defende ainda que a grande heterogeneidade dessa estrutura informal origina dois subsetores: um estrato superior, em que produtores informais empregam de três a nove trabalhadores e um estrato inferior, com menos participantes e de baixa produtividade. Lembrando que em nenhum momento é tratada a questão da informalidade em relação às profissionais do sexo pela organização, apesar de ser uma das atividades mais antigas de toda a humanidade.

Devido às várias explicações e variações no próprio setor informal, suas definições também mudam a partir de novas circunstâncias sociais, econômicas e políticas, e o uso diferenciado de termos como setor, trabalho e economia informal dificultou uma única definição, sendo esta mutante e em constante atualização. O que se sabe é que ambos os setores, formal e informal, necessitam de políticas públicas e proteção social que estejam ligadas primeiramente às pessoas e não às condições as quais ocupam.

A falta de políticas públicas para o setor informal e, além disso, a tentativa de combater a informalidade, significa reduzir essa questão à ilegalidade, evidenciando o significado do Estado, sua finalidade e a quem ele serve. Nesse sentido, o Estado deve preocupar-se em atender a todas as variações do mercado informal, não se restringindo apenas ao que ele considera como sendo ilegal e, portanto, passível de proibição.

O Brasil é um dos países campeões na questão da informalidade, o que é confirmado por estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseados em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que apresentam uma taxa de 52,6% de brasileiros que exercem alguma atividade remunerada e gravitam em ambientes informais. As estimativas indicam que dentro do setor informal circule de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB).

Preocupado em entender o funcionamento de países subdesenvolvidos, como o Brasil, o geógrafo brasileiro Milton Santos, criou a teoria dos dois circuitos da economia urbana, dividindo-os entre circuito superior que é composto por grandes empresas, dotadas de alta tecnologia, com trabalho duradouro e bem remunerado e o circuito inferior caracterizado por formas não convencionais do capitalismo moderno, acompanhado pela intensidade de mão de obra, escassez de capital, pequenos lucros, intermitente, fazendo com que grande parte da população busque maneiras alternativas de sobreviver, como a criação de trabalhos não regulamentados e até mesmo os mais antigos que caminham no âmbito da informalidade, como no caso dos vendedores ambulantes e das prostitutas.

Segundo o autor,

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 2004, p.37).

Esses dois sistemas são formas de produzir, distribuir, comercializar e consumir, relacionam-se dialeticamente a partir da complementaridade, mas ao mesmo tempo são segregados no espaço urbano. Segundo o autor, o circuito superior pode entender o inferior como uma oportunidade de apropriar-se do trabalho desprotegido, uma maneira de burlar as leis e a fiscalização, enquanto o inferior, apesar de enfrentar a subordinação, cria alternativas econômicas para homens e mulheres que não estão mais dentro do sistema do mercado.

Vendedores ambulantes informais

Prevendo o impacto da Copa do Mundo na África do Sul em 2010 e as inúmeras questões referentes à informalidade em diversos países, a *StreetNet Internacional*, aliança de organizações de vendedores informais fundada em 2002, lançou a campanha “Cidades para todos e todas”, com intuito de instigar a população mundial no que diz respeito ao planejamento urbano e de serviços para os megaeventos em países em desenvolvimento. A campanha buscou pressionar o Comitê Local Organizador da FIFA e os governos federal e municipal a repensar a zona de restrição que envolve os vendedores ambulantes no entorno do estádio e espaços públicos destinados a eventos da Copa, reivindicando alternativas e oportunidades aos vendedores informais, atuando na proteção e promoção de direitos desses trabalhadores.

No Brasil, a campanha foi lançada em 2011, contando com o apoio de várias organizações trabalhistas e sociais, tendo como principal objetivo, contribuir para a mobilização e organização de vendedores ambulantes em todas as cidades-sedes para possíveis negociações e reivindicações de tratamento justo durante o mundial. O estudo apresenta um panorama da situação dos vendedores ambulantes no Brasil, mostrando quem são, o que querem e como serão afetados pelo megaevento em 2014.

O relatório da aliança ressalta que “nas cidades estudadas, desde o início de 2011, diversas prefeituras têm revogado unilateralmente as permissões de comerciantes de rua, principalmente dentro desses perímetros que tendem a ser espaços cedidos à FIFA durante a Copa” (*StreetNet Internacional*, 2012, p.15).

A coordenadora da pesquisa, Nora Wintour, que acompanhou a Copa na África do Sul relata a falta de informação da FIFA aos anfitriões do evento: “Acredito que ao menos 100 mil ambulantes foram afetados pelas zonas de restrição comercial e *fan parks*. Mas somente na metade de 2009 (menos de um ano antes da Copa da África do Sul, portanto) os ambulantes ficaram sabendo do que iria acontecer. Por isso não houve tanta mobilização”².

² Copa do Mundo Para Todos - o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, p. 5. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf>.

Outro fato importante a destacar é a divisão que existe dentro da categoria dos vendedores ambulantes, sendo eles separados entre legalizados e não legalizados. Questão identificada por meio de entrevista com um ambulante legalizado³, que é também um dos representantes da Comissão Permanente do Comércio Ambulante de Curitiba, e que atende vendedores ambulantes cadastrados e licenciados na Prefeitura, segundo o qual não há proteção por parte dessa comissão aos vendedores informais, tendo em vista que na lógica do pensamento formal os não legalizados são vistos como uma classe que não assume um compromisso com o trabalho, sendo classificados até mesmo como ilegais por outros ambulantes que possuem cadastro na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Percebe-se que não há preocupação em olhar os diversos segmentos do setor informal e classificar como sendo ilegal ou não dentro dos padrões do Estado, todo o setor é classificado como ilegal, tendo em vista que a Prefeitura apresenta restrições quanto aos produtos que podem ser comercializados pelos ambulantes e suas localidades.

O ambulante legalizado de Curitiba possui até mesmo uma carteirinha de identificação providenciada pela Comissão, que contém informações como a localidade de seu ponto, seu horário de trabalho, produto que vende, possuindo validade e data de renovação. O entrevistado informou ainda que a fiscalização da Prefeitura passa diariamente em seu ponto averiguando se ele está trabalhando dentro do horário acordado, pois o excesso de quebra de regras pode resultar na perda do ponto. Informou ainda que só lhe é permitido vender um determinado produto, não podendo vender nem mesmo água, se não lhe for consentido, tendo em vista a localização próxima de um quiosque de revistaria que já oferece o produto, ou seja, alguém que já estava ali antes de sua chegada, que também é credenciado pela Prefeitura, já oferece esse produto aos clientes e, portanto, não há necessidade de concorrência dentro da mesma localidade.

³ José Santos (nome fictício). Entrevista concedida a Anni Caroline Hiramí. Curitiba, 11 de junho de 2013.

De acordo com o Ministério Público do Estado do Paraná⁴, por meio da Secretaria Municipal Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA 2014, algumas atividades serão proibidas dentro do perímetro da zona de restrição durante a realização do megaevento e nos dias em que a cidade sediará os jogos. Dentre elas, as atividades dos vendedores ambulantes informais e das profissionais do sexo.

O documento apresenta a informação de que a Prefeitura de Curitiba tentará promover a relação entre os vendedores ambulantes licenciados ao projeto Copa 2014, sendo que sua efetiva participação dentro da zona de restrição dependerá de autorizações prévias e será fiscalizada nos dias de jogos.

A fim de entender a questão dos vendedores ambulantes não legalizados que, de acordo com o perfil de vendedores em dias de jogos, representa a maioria dos ambulantes, foram realizadas duas visitas ao estádio escolhido para a realização dos jogos em Curitiba antes de seu fechamento para as obras e mapeados os vendedores ambulantes que trabalham nas proximidades da Arena da Baixada, dando atenção aos produtos que vendiam, bem como as suas expectativas para a Copa do Mundo FIFA 2014.

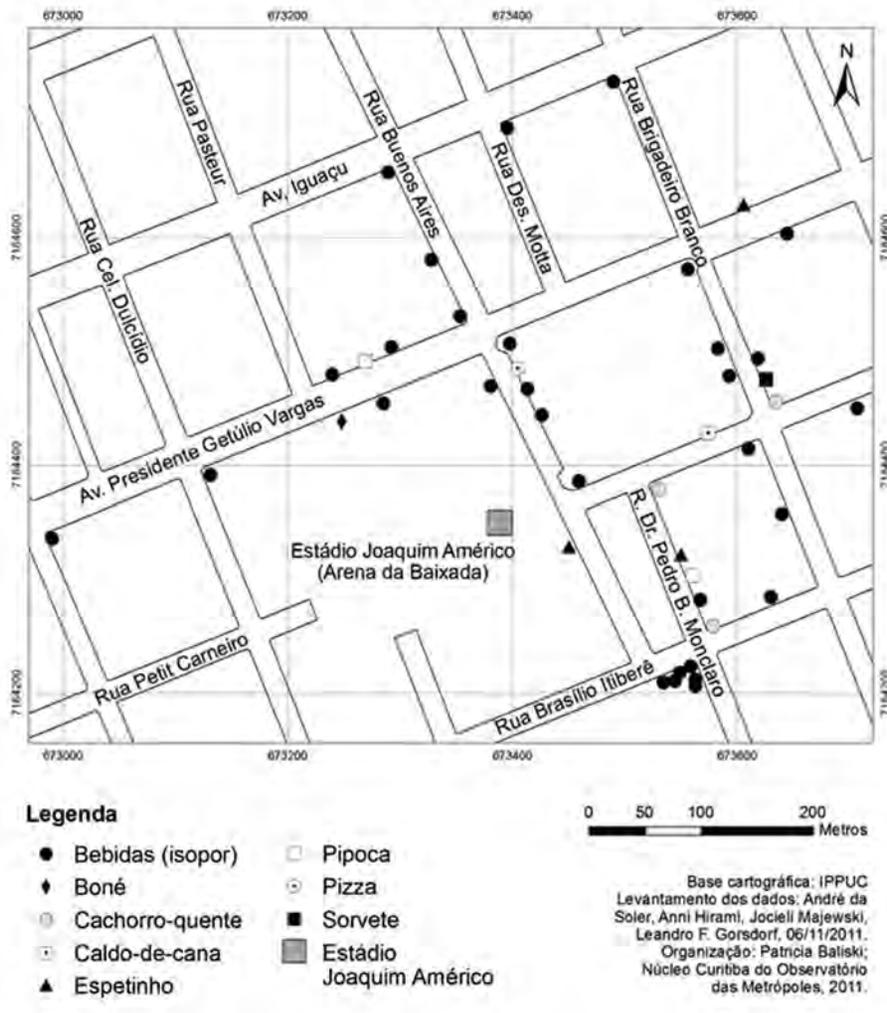
Em entrevista informal perguntou-se a alguns dos vendedores ambulantes se estavam ansiosos com a oportunidade de ampliação de vendas que a Copa do Mundo FIFA 2014 promoverá, e sobre a existência de alguma forma de organização preparatória para o megaevento, do ponto de vista da representatividade da classe ou mesmo por algum sindicato e, ainda, se algum órgão da Prefeitura havia entrado em contato e lhes fornecido alguma informação.

A partir da análise geral do mapa (figura 1) e das entrevistas realizadas com os vendedores, que abrangeu 41 trabalhadores, constatou-se que a maioria vende bebidas – água, refrigerante, cerveja – e os demais são produtos alimentícios, lembrando que no Artigo 11.º da Lei Geral da

4 Ofício endereçado ao Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles/INCT da Universidade Federal do Paraná, por ocasião da solicitação de esclarecimentos acerca de vários pontos relativos à Copa do Mundo 2014.

Copa, há uma proibição de venda ou exposição de qualquer mercadoria nas áreas de restrição comercial que não obtenham permissão expressa da FIFA, já que esta garante exclusividade às marcas patrocinadoras.

FIGURA 1 - ARENA DA BAIXADA: LOCALIZAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES (06/11/2011)



Constatou-se ainda que todos os vendedores ambulantes possuem perspectiva de grande movimento para a Copa de 2014, contudo, mostraram-se confusos quanto ao lucro que será gerado com as vendas em dia de jogos, tendo em vista que alguns já tinham conhecimento sobre a limitação dos espaços para venda (zona de restrição) e pela

proibição até mesmo em dias de jogos considerados clássicos da capital, em que fiscais juntamente com a Polícia Militar proíbem a permanência desses vendedores no entorno do estádio. Outra informação coletada foi a de que a Prefeitura Municipal de Curitiba até aquele momento não havia estabelecido nenhum contato, nem fornecido nenhum dado sobre a situação deles com relação à Copa de 2014.

Os vendedores entrevistados informaram que não existe um ponto fixo de cada trabalhador, cada ponto é definido por ordem de chegada e isso é respeitado entre eles, até porque muitos deles se conhecem por trabalharem em outros eventos, jogos, shows etc. Ainda não possuem organização com representatividade, contudo entre os próprios há uma interação, além da tentativa em obter informações com a Prefeitura Municipal de Curitiba, que, de acordo com o Ministério Público, tais vendedores ambulantes não legalizados estarão vulneráveis a fiscalizações já existentes na cidade, com intuito de coibir tais atividades.

Prostitutas travestis em Curitiba

O território pode ser entendido, segundo Ribeiro e Mattos (1996), como apropriação de uma parcela do espaço (ruas, praças etc.) por um determinado grupo de pessoas e por determinado período, legitimando-o como prática de uma atividade, reconhecido posteriormente pela comunidade e pela sociedade. No caso em questão, trata-se da prostituição das travestis em Curitiba, sustentado também pela estigmatização e localizada dentro da zona de restrição imposta pela FIFA nas proximidades do estádio que sediará os jogos na cidade de Curitiba.

Segundo o cientista social Erving Goffman, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 2004 [1891], p.12). Portanto, pode-se dizer que os indivíduos relacionam-se com o mundo a partir de sua vivência, de suas tradições e seus costumes. Desde muito cedo, quando ainda crianças, são introduzidos em padrões de cultura e maneiras de comportamentos preestabelecidos pelo todo social do qual agora fazem parte.

Sabe-se que toda e qualquer sociedade é composta por diversidades, a diferença entre elas é até onde o diferente é “normal”, ou seja, até onde ele é aceito. E no caso das prostitutas travestis, o estigma começa muitas vezes dentro da escola e até mesmo no âmbito familiar. Por vezes não completam o ensino médio devido ao constrangimento a que são expostas diariamente e à exclusão social da qual são vítimas, sendo raros os casos em que chegam ao ensino superior.

Diante dessa perspectiva, a prostituição acaba sendo o caminho mais rápido e fácil para garantir o sustento e torna-se um trabalho permanente para uma grande parte dessa população, tendo em vista a garantia da sobrevivência e o valor que ganham, e que normalmente não ganhariam em um emprego convencional com a escolaridade que possuem.

A movimentação desse grupo na cidade se dá de maneira conjunta, a maioria das travestis encontra-se próxima, “os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida” (GOFFMAN, 2004 [1891], p. 23). Isso não significa que trabalhem juntas ou se conheçam, mas prevalece uma questão de identificação e até mesmo de proteção, sentem-se mais seguras umas próximas das outras, não são raros os casos de violência e até mesmo assaltos vindos dos próprios clientes.

Convém lembrar que o início dos pontos de prostituição das travestis em Curitiba foi a década de 1970⁵, no Bairro São Francisco próximo ao Clube Operário, seguido pela mudança para a Rua Saldanha Marinho devido à forte estigmatização sofrida na localidade anterior, sendo esse o principal motivo de deslocamento das prostitutas de um determinado local.

Prosseguindo a busca por um território e a fim de exercer o trabalho, na década de 1980 as prostitutas travestis deslocaram-se para a Av. Getúlio Vargas, entre a Av. Marechal Floriano Peixoto e a Rua João Negrão,

⁵ Dados da entrevista com Carla Amaral - presidente da ONG Transgrupo Marcela Prado - realizada em 13 de junho de 2012. Concedida a Anni Caroline Hiram e Jocieli Majewski.

onde permaneceram por mais de dez anos. Contudo, nova mudança foi necessária por reclamação de uma empresa privada localizada na região, devido ao grande número de funcionários, principalmente caminhoneiros, permanecerem em frente à empresa e estarem próximos às prostitutas travestis.

O novo local escolhido por elas foi entre os quarteirões das ruas Piquiri e Chile, espaço que posteriormente também gerou conflito com moradores, envolvendo a mobilização de vereadores e da polícia, que abordaram e intimidaram os clientes com várias viaturas estacionadas nas principais esquinas de acesso às prostitutas travestis, ocasionando queda de movimento de até 80%. Tendo em vista tal acontecimento ocorrido em 2006 e a fim de revertê-lo, a (ONG) Transgrupo Marcela Prado, representando as travestis, acordou⁶ com o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) a transferência dessas profissionais para as ruas Dario Lopes dos Santos e Maurício Fruet, nas proximidades da Rodoferroviária de Curitiba. No acordo mencionado estava previsto a segurança das travestis, tendo em vista o perigo que o local apresentava, assim como banheiros químicos e cobertura para os dias de chuva. Contudo, o acordo durou pouco tempo, já que nada do que havia sido dito foi cumprido, em especial o policiamento que era o principal requisito, ocasionando o retorno para a Av. Getúlio Vargas, local reconhecido como território pelas próprias travestis e ocupado até os dias atuais.

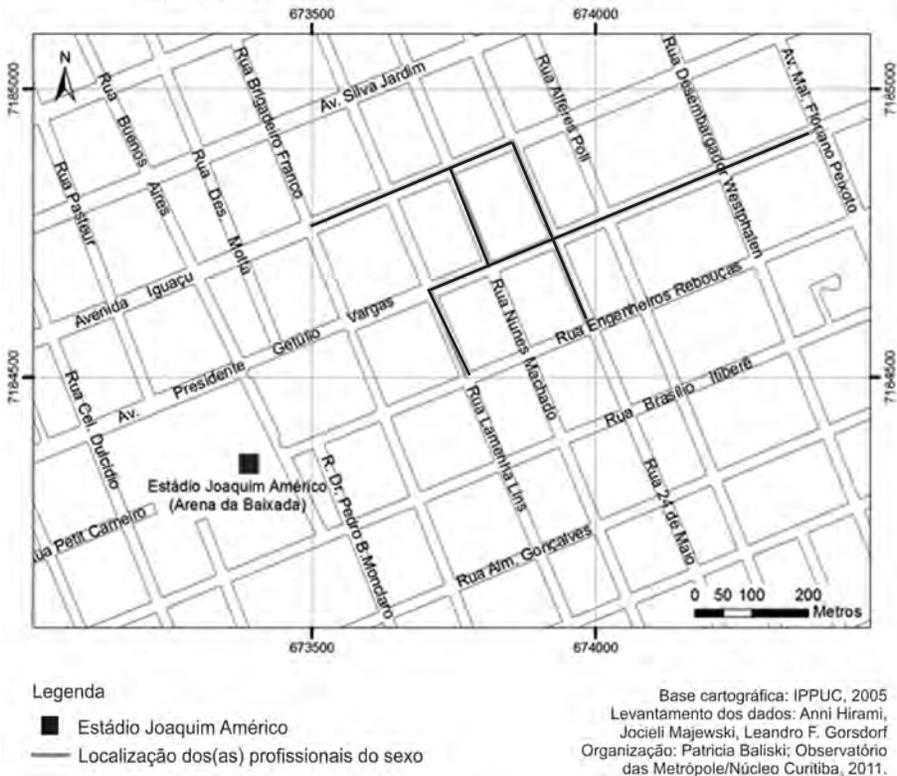
O local de escolha de trabalho das travestis movimenta também a mudança da demanda dos que procuram o serviço. Um novo território é constituído, é demarcado quando um grupo se une e permanece em um determinado local em uma recorrência de tempo, quando é reconhecido e identificado pela comunidade.

A Av. Getúlio Vargas é reconhecida como um ponto de trabalho há anos pelas prostitutas travestis. Há uma alta rotatividade dessas profissionais, tendo em vista que a maioria delas não permanece no mesmo local por muito tempo, e ainda assim, todas que chegam a Curitiba, de maneira

⁶ Notícia publicada na Gazeta do Povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=629929>>.

independente ou não, reconhecem a localidade das prostitutas travestis como um ponto de trabalho e fazem parte da constituição de identidade desses locais, deixam sua marca, fazem parte do histórico de tais ruas, fazem parte da história da cidade. Afirmam-se enquanto cidadãs em espaços públicos, reservadas do direito de ir e vir, constituindo o próprio território por meio da presença diária na localidade.

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE TRABALHO DAS PROSTITUTAS TRAVESTIS - CURITIBA-PR



Em mapeamento (figura 2) e entrevista realizados com as prostitutas travestis que trabalham nas proximidades do estádio que sediará os jogos, foi-lhes perguntado nome, o tempo que estão na cidade, conhecimento da zona de restrição e quais suas expectativas para a Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba com relação à prostituição.

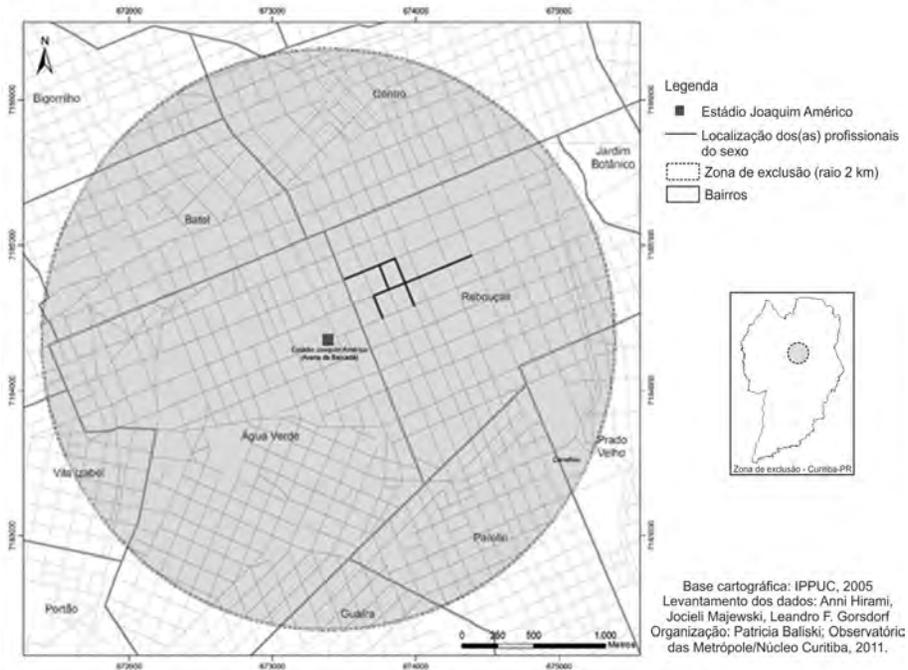
Dentre oito prostitutas entrevistadas, apenas duas estavam naquele local há três anos, e todas as outras eram de fora da cidade e não permaneceriam ali por muito tempo. Em conversa posterior com a presidente do Transgrupo Marcela Prado, foi informado que uma característica marcante do território das prostitutas travestis é a rotatividade dessas profissionais, devido à demanda do mercado e a procura permanente de novidade, portanto, muitas das entrevistadas não souberam dizer onde estariam na época do evento da Copa, se em alguma cidade-sede ou não, e todas elas negaram ter algum conhecimento sobre a zona de restrição imposta pela FIFA, mas acreditavam que o evento proporcionará um aumento no número de clientes.

Contudo, acredita-se que as profissionais do sexo estarão mais vulneráveis na Copa do Mundo, conforme pesquisas realizadas no centro do Rio de Janeiro, outra cidade-sede dos jogos, onde já estão sofrendo violência por parte da polícia, vinculados às tentativas de “limpar” o centro em preparação dos jogos⁷.

De acordo com informação apresentada pelo Ministério Público, por conta da prostituição não ser uma atividade legalizada não é vista como previsão no escopo da Copa do Mundo FIFA 2014. Sendo que atuais fiscalizações terão continuidade no período do megaevento e com maior intensidade e especificidade dentro da zona de restrição imposta pela FIFA (figura 3).

⁷ Pesquisa realizada pelo antropólogo Thaddeus Gregory Blanchette - publicada no Jornal Brasil de Fato, edição de 3 a 9 de maio de 2012 (LIMA, 2012).

FIGURA 3 - PROSTITUTAS TRAVESTIS - ZONA DE RESTRIÇÃO (FIFA) - CURITIBA-PR



O Direito à cidade, para todos e todas

A partir da análise da perspectiva dos grupos pesquisados – os vendedores ambulantes e as prostitutas travestis –, e com embasamento teórico pautado na obra de Henri Lefebvre “O Direito à Cidade”, pode-se afirmar que todos os cidadãos possuem o pleno direito de criação e uso do espaço social, podendo cada um manifestar suas diferenças e apropriar-se do espaço de maneira coletiva ou individual (LEFEBVRE, 1991).

Lefebvre (1991) pensa o espaço como uma forma de inscrição do tempo no mundo, onde os ritmos urbanos ligados à população definem seu cotidiano, gerando uma nova sociedade urbana, baseada em novos ritmos, de acordo com seu tempo e duração nos espaços; contudo, para sua realização é necessário afastar o *status quo* de segregação e uniformização do cotidiano.

É lutando pelo direito à cidade, que afastamos o fantasma da indiferença e caminhamos para uma estrutura diferenciada na produção do espaço urbano, marcado, quem sabe, pela diversidade na maneira de apropriação de um determinado espaço, e mais igualitário com os diferentes ritmos da vida. Isso sem discriminar *citadins* (todos os habitantes da cidade) ou *citoyens* (aqueles a quem o Estado reconhece a cidadania política), tendo em vista que o direito à cidade é de todos os seus habitantes, não importando a quem esse direito é reconhecido ou não, pois todos são cidadãos, em maior ou menor extensão, independentemente de serem vendedores ambulantes informais ou prostitutas travestis.

Referências

DIP, Andrea. **Os ambulantes e as zonas de exclusão da FIFA**. Disponível em: <<http://streetnetbrasil.wordpress.com/2012/04/16/os-ambulantes-e-as-zonas-de-exclusao-da-fifa/>> Acesso em: 20/05/2013.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Brasil **Sustentável, impactos socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014**. Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/922.pdf>> Acesso em: 17/06/2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Data de publicação original: 1891. Data de digitalização: 2004. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/guimaraespamela/livro-completo-estigma-erving-goffman>> Acesso em: 17/04/2013.

KREIN, José Dari. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf> Acesso em: 14/06/2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, Eduardo S. A Copa do turismo sexual? Brasil de Fato, edição 3 a 9 de maio de 2012.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do governo federal. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABBAC51731E4/Informalidade2.pdf>>. Acesso em: 18/06/2013.

OTTONI, Fernandes. Economia - Brasil Dividido. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=823:reportagens-materias&Itemid=39> Acesso em: 14/06/2013.

RIBEIRO, Miguel A. C.; Mattos, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do rio de Janeiro. **Revista Território**, n.1, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo, SP: Edusp, 2004. 2ª Ed. Primeira reimpressão; 430p.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Manual da FIFA para uso de marcas oficiais da Copa do Mundo 2014. Disponível em: <http://www.sebraepr2014.com.br/regras_da_fifa.aspx> Acesso em: 16/06/2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Feira do Empreendedor, bons ventos para o seu negócio** - SEBRAE - Curitiba - 2013. Disponível em: <https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=6369efb731&view=att&th=13f42c16e8cd451a&attid=0.4&disp=inline&safe=1&zw&saduie=AG9B_P94S-XWEiDhstWO_PL4luw8&sadet=1375272401036&sads=Fhwf3jm2V8YR1BgPnSJLiHu2HSA> Acesso em: 16/06/2013.

RIBEIRO, Roberto Name. Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitoeseComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>> Acesso em: 17/06/2013.

STREETNET INTERNATIONAL. **Copa do Mundo para todos**. O retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf> Acesso em: 20/05/2013.

MEGAEVENTOS E ESPAÇO: ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES METROPOLITANAS DECORRENTES DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM CURITIBA¹

Gleyton Robson da Silva

O presente texto marca o encerramento da pesquisa sobre as ações das empresas ligadas às obras da Copa do Mundo FIFA 2014; pesquisa que foi dividida em dois momentos: o primeiro momento teve como foco a análise da ação das empresas vencedoras dos editais licitatórios em Curitiba, bem como origem, escala de atuação e valores atribuídos às obras por cada empresa. O segundo momento teve como objetivo expandir a mesma pesquisa para as demais cidades-sede.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre as obras do megaevento e a atuação das empresas que venceram as licitações nas cidades-sede, partindo-se da hipótese de que um mesmo conjunto de grandes empresas atuaria em todo o país. Desse modo, os ganhos econômicos relativos ao megaevento ficariam circunscritos a um pequeno grupo de empresas de atuação nacional ou internacional e haveria pouca possibilidade de inserção das empresas locais.

¹ Texto derivado da análise de duas pesquisas de Iniciação Científica realizadas entre 2011 e 2013 e escrito antes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Os megaeventos na lógica da manutenção do capitalismo

As cidades a partir do século XX começam a se estruturar de maneira diferenciada da forma predominante até então, com ênfase na atividade industrial. Se para Lefebvre (1969, p. 16) no início do processo de urbanização moderno “[...] a indústria a toma de assalto”, para Sanchez (2003) com o desenvolvimento capitalista as cidades passam a se inserir em um modelo urbano competitivo, a partir do qual podem ser caracterizadas como cidades-mercadoria. Atenta-se aqui para o fato de que Lefebvre refere-se a uma cidade pulsante no ritmo da indústria, a cidade que se reestrutura para atender aos interesses de uma fase do capitalismo a que chamamos de capitalismo industrial, enquanto Sanchez trata das cidades no fim do século XX e início do século XXI.

As cidades na contemporaneidade tornam-se locais onde a economia se manifesta de diversas maneiras e por isso entendê-las somente pela lógica da indústria apresenta-se insuficiente. No início do século XXI com a ascensão econômica de países antes ditos subdesenvolvidos deu-se início à formação de um grupo distinto da economia mundial caracterizado por serem países de atração de investimentos, pois na atual fase capitalista regiões mundiais de economia dinâmica, como a União Europeia, passam a experimentar crises constantes e retração econômica o que obriga as grandes empresas transnacionais a buscar novos mercados que passam a experimentar uma abertura econômica nunca antes vista, tais como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

Os megaeventos esportivos surgem em um contexto específico do desenvolvimento capitalista mundial. Em geral, a partir do momento em que grandes marcas constatam que os esportes são práticas que têm um alcance psicológico e emocional muito forte na população de um país, essas empresas passam a patrocinar equipes em troca de visibilidade por meio dos clubes. Inúmeros são os times de futebol, por exemplo, que estampam em suas camisas muitas vezes mais de um patrocinador como forma de ampliar suas receitas.

Se o setor privado experimentou uma lucratividade ímpar ao associar seus produtos e serviços a equipes esportivas, o setor público passou a elaborar estratégias para atrair tais eventos esportivos para as cidades. Como os eventos esportivos passam a ter um alcance mundial em termos de visibilidade, a cidade ou país que o receber também se valerá dessa visibilidade para atração turística e de investimentos, sobretudo, internacionais.

Contudo, ressalta-se que, na maioria das vezes, as cidades que recebem megaeventos esportivos não possuem todos os elementos e as exigências que os órgãos organizadores (COI, FIFA etc.) estabelecem como padrões para que o evento ocorra com êxito. Tais requisitos vão desde a capacidade de público nos estádios até obras que facilitem acessos estratégicos dentro da cidade e que sejam importantes para a circulação na época do megaevento, tais como ligações com o aeroporto, rodoviária e o próprio estádio. O incremento na segurança geralmente é verificado pela grande quantidade de policiais e outros grupos de operação que servem exclusivamente à segurança dos turistas durante a realização dos jogos.

Sanchez (2003) afirma que sediar um megaevento nos moldes capitalistas atuais nada mais é do que se apropriar de uma oportunidade ímpar de promoção de projetos de renovação urbana, bem como aquecer a economia local por conta do grande número de turistas e trabalhadores de diversas áreas que estarão na cidade em decorrência da competição. A partir do Pan Americano de 2007 uma série de estudos ligados à gestão urbana e o esporte começou a se desenvolver visto a transformação pela qual a cidade do Rio de Janeiro passou para poder receber tal evento, e nisso se destacam os estudos de Gilmar Mascarenhas, Glauco Bienenstein e Carlos Vainer. Acompanhando todo o processo de preparação do Rio de Janeiro para a competição continental, Mascarenhas (2007) conclui que os megaeventos resultam de uma clara oportunidade para o novo modelo de planejamento e gestão das cidades, baseados na lógica capitalista vigente, bem como também representam uma oportunidade de pensar e enfrentar crônicos problemas urbanos. Mascarenhas *et al.* (2011, p.17) relatam que “para conquistar o direito de se tornarem provisoriamente grandes ‘centros

midiáticos globais,' países e cidades (representando governos com suas coalizões de interesses localizados) se esmeram na construção de projetos fabulosos”.

Pelo exposto, fica evidente que um megaevento tem este nome não somente por conta do alcance emocional para com os amantes do esporte, mas também pelo fato de que a sua realização implica uma série de transformações urbanas. Sendo assim, é nítido que há a necessidade da contratação de empresas e escritórios de arquitetura e engenharia que garantam a prontidão de todos os projetos e obras necessários para que o megaevento ocorra sem problemas, tais como prazo de entrega das obras e a qualidade delas. No Brasil, no âmbito da Copa do Mundo FIFA 2014, o procedimento adotado pelo Governo Federal para a contratação das empresas que trabalharam com as obras da Copa foi a abertura de editais de licitação, nos quais foram levados em consideração o melhor serviço e o menor preço.

Os editais divulgados foram de livre concorrência favorecendo a possibilidade de participação tanto de empresas nacionais quanto internacionais. Nesse sentido, houve um interesse de análise sobre a representatividade de participação de empresas internacionais nas obras da Copa em todo o Brasil, tomando como ponto de partida o cenário observado em Curitiba. Destaca-se que, nesta pesquisa, a internacionalização é compreendida como um processo contínuo que, no entanto, se acelerou no Brasil a partir da redemocratização do país nos anos 1980 por ocasião do fim do Regime Militar que culminou, alguns anos depois, na ascensão de governos mais liberais, no que tange às relações econômicas e comerciais, possibilitando uma abertura do mercado nacional para empresas de capital estrangeiro.

A partir do fim da bipolaridade derivada da Guerra Fria, no início da década de 1990, e a adoção de um modelo de gestão pública neoliberal, com início na Inglaterra no fim da década de 1970, alguns países começaram a ser muito atrativos para investimentos, pois até então eram países que não tinham experimentado a abertura econômica mencionada no parágrafo anterior, e ao mesmo tempo caracterizavam-se

por seus mercados terem uma elevada quantidade de potenciais consumidores, e que ainda não haviam se inserido totalmente no formato econômico capitalista contemporâneo, sobretudo no modelo norte-americano, europeu e oriental asiático. Como exemplo dessas economias em ascensão podem-se citar África do Sul, Brasil, Rússia, Índia e China, denominados atualmente BRICS.

Os organizadores e patrocinadores dos megaeventos esportivos passaram a compreender que, assim como outros setores, os megaeventos poderiam ser realizados em tais países, pois estes teriam mercados mais abertos a receberem os investimentos derivados da realização dos megaeventos. Dessa forma, mais especificamente a partir da primeira década dos anos 2000, países dos BRICS começam a receber eventos, tais como as Olimpíadas de Verão (China, 2008 e Brasil, 2016) e Copa do Mundo FIFA (África do Sul, 2010; Brasil, 2014 e Rússia, 2018), o que confirma o interesse em tais nações para a recepção dos megaeventos esportivos.

A Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil

Com a confirmação do Brasil como sede da Copa de 2014 e posteriormente com a abertura dos editais de licitação para obras relacionadas ao evento, levantou-se uma hipótese a respeito de todo esse processo de preparação para os jogos: “haveria um protagonismo de empresas internacionais para a execução das obras ligadas à Copa, o que acentuaria o processo de internacionalização das cidades-sede?” Num primeiro momento a hipótese foi elaborada para Curitiba, onde o grupo de pesquisa está instalado, e posteriormente ampliado para as demais cidades-sede.

Com a hipótese construída e as empresas como objeto a ser estudado, e potencializadoras de uma possível acentuação da internacionalização das cidades, foi necessário escolher uma metodologia e também os materiais que permitiriam refutar ou confirmar a hipótese. Primeiramente foi necessário ter uma base de dados confiável para se consultar. Não se poderiam ter dúvidas sobre as informações pesquisadas, pois qualquer erro poderia alterar a qualidade da busca

e dos resultados finais; logo, optou-se por duas bases para consulta. A primeira foi a Matriz de Responsabilidades disponibilizada pelo governo federal no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/>), no qual estavam atribuídos os valores dos investimentos financeiros às cidades-sede para realização de obras da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como a porcentagem de recursos das instâncias de governo (Município, Estado e União) para cada cidade e obra. A outra fonte foi o portal Copa Transparente do Senado Federal (<http://www.copatransparente.gov.br/>) que continha informações sobre as empresas contratadas para cada obra, levando em consideração aquelas que já estavam com suas licitações em andamento.

A pesquisa ocorreu entre agosto de 2011 e julho de 2013 e foi composta de três momentos distintos: pesquisa teórica, busca de ações e elaboração de gráficos e tabelas. A pesquisa teórica se assentou na necessidade de conhecer mais sobre a história dos megaeventos esportivos e sobretudo seus impactos no espaço das cidades que os sediaram. A busca de ações foi a pesquisa em si, envolvendo dados sobre as origens das empresas ganhadoras dos editais, portfólio das empresas e seus principais parceiros, possíveis negociações internacionais etc. Por fim, após os resultados encontrados nas buscas de ações foi elaborada uma série de gráficos, tabelas e quadros que procuraram mostrar ao leitor de forma simplificada os resultados obtidos.

Muitas das obras da Copa necessitaram de serviços especializados de escritórios de engenharia e arquitetura, e algumas também demandaram serviços mais sofisticados, como por exemplo, aquelas ligadas a sistemas de monitoramento integrado, com investimentos em câmeras, tecnologia, capital humano etc. Sendo assim, para Curitiba, notou-se que grande parte das empresas que ganharam os editais tinha sede no Brasil, inclusive muitas delas sendo de atuação local ou regional (Quadro 1). Os tons de cinza do quadro visam diferenciar as empresas estaduais e nacionais das estrangeiras (do tom mais claro ao mais escuro).

QUADRO 1 - EMPRESAS VENCEDORAS DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO EM CURITIBA/PR, SUAS PARTICIPAÇÕES E ESCALA DE ATUAÇÃO

EMPRESA	ORIGEM	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES NAS OBRAS DA COPA EM CURITIBA	ESCALA DE ATUAÇÃO
Beck de Souza Engenharia	Porto Alegre/RS	1	Nacional
Sial	Curitiba/PR	1	Regional
J. Malucelli	Curitiba/PR	1	Nacional
C.R. Almeida S/A	Curitiba/PR	1	Nacional
Esteio	Curitiba/PR	3	Nacional
Dalcon	Curitiba/PR	4	Nacional
Tramo	Curitiba/PR	3	Sem informações
Afirma	Curitiba/PR	1	Regional
Cetepplan	Curitiba/PR	2	Sem informações
Paralela	Curitiba/PR	2	Regional
Mavillis	São José dos Pinhais/PR	2	Sem informações
EMPO	Curitiba/PR	2	Local
Unidec	Colombo/PR	2	Regional
Engefoto	Curitiba/PR	1	Nacional
Engemim	Pinhais/PR	3	Regional
Conspel	Pinhais/PR	2	Regional/ Nacional
Iessa	Curitiba/PR	1	Regional
Dataprom	Curitiba/PR	1	Nacional/Mercosul
Indra Sistemas	Espanha	1	Internacional
Tectrans	Curitiba/PR	1	Regional
ICI	Curitiba/PR	1	Local
DP Barros	São Paulo/SP	1	Nacional/Internacional
Telear	Porto Alegre/RS	1	Nacional
São Paulo Engenharia	São Paulo/SP	1	Nacional/Internacional

FONTE: Portal Copa Transparente (2012)

Grande parte das obras em Curitiba foi vencida em consórcios realizados pelas empresas, por isso o número de participações empresariais supera o número de obras. Sendo assim, não é de se surpreender com a participação de até três empresas numa mesma obra, como é explicitado no Quadro 2.

QUADRO 2 - EMPRESAS VENCEDORAS DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO EM CURITIBA-PR E SUAS OBRAS CORRESPONDENTES

continua

PROJETO	OBRA	EMPRESA(S) CONTRATADA(S)	VALOR DO CONTRATO (R\$)
Requalificação da Rodoviária e acessos	Projeto de engenharia e arquitetura	Beck de Souza Engenharia	854.265,25
	Obra de engenharia meta 1	Sial	34.478.403,24
Corredor Aeroporto - Rodoferroviária	Obra de engenharia (trecho municipal)	J. Malucelli/ C.R. Almeida S.A	94.758.092,69
	Projetos de engenharia (Trecho municipal)	Esteio	2.495.661,79
	Obra de engenharia (divisa municipal/ aeroporto)	Sem informações	Sem informações
	Projetos de engenharia (divisa municipal/ aeroporto)	Dalcon/Tramo/Afirma	1.181.325,49
Corredor Av. Cândido de Abreu	Projetos de engenharia viária	Dalcon/Ceteplan	111.960,00
Requalificação da Av. Mal. Floriano Peixoto	Projetos executivos de engenharia viária (trecho municipal)	Paralela	256.539,13
	Projeto executivo de obra de arte especial	Tramo	124.850,00
	Obras de engenharia – trecho 1	Mavillis	6.416.719,54
BRT - Extensão da Linha Verde Sul	Obras de engenharia (trecho 1)	EMPO	15.423.251,83
	Projetos de engenharia de obra de arte especial	Tramo	409.170,91
	Projetos executivos de engenharia viária	Dalcon/Ceteplan	214.283,60
Reforma e ampliação do Terminal Santa Cândida	Obras de engenharia	EMPO	11.311.359,24
	Projeto executivo	Paralela	147.000,00
Via Radial - Rua da Pedreira	Projeto básico e executivo	Dalcon	729.120,87
Via Radial -	Projeto básico e executivo	Unidec	537.628,33
	Obra de engenharia	Mavillis	Sem informações
Corredor Metropolitano	Projeto básico e executivo - Lote 1	Engefoto/Unidec	908.570,00
	Projeto básico e executivo - Lote 2	Esteio/Engemim/Conspel	2.199.000,00
	Projeto básico e executivo - Lote 3	Esteio/Engemim/Conspel	2.009.907,47

QUADRO 2 - EMPRESAS VENCEDORAS DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO EM CURITIBA-PR E SUAS OBRAS CORRESPONDENTES

PROJETO	OBRA	EMPRESA(S) CONTRATADA(S)	VALOR DO CONTRATO (R\$)
SIM - Sistema Integrado de Monitoramento	Implantação e fornecimento de materiais	Lessa/Dataprom/Indra	37.994.405,88
	Contagem de tráfego de veículos	Tectrans	157.525,25
	Contrato de Conectividade	ICI - Instituto Curitiba de Informática	23.000.000,00
INFRAERO/ Aeroporto Internacional Afonso Pena	Projetos executivos de engenharia dos pátios e pistas de taxi	Engemim	1.406.585,04
	Ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves e pista	EMPO	23.037.898,66
	Iluminação e sinalização da pista	DP Barros/São Paulo Engenharia/Telear	15.546.668,08

FONTE: Portal Copa Transparente (2012)

Com isso pode-se concluir que para a capital paranaense o megaevento esportivo de 2014 não contribuiu significativamente para uma aceleração do processo de internacionalização da cidade, levando em conta a análise das empresas, pois estas são majoritariamente locais e de atuação nacional ou regional. Nota-se também que a única empresa internacional que ganhou edital de licitação em Curitiba trabalha com sistemas informacionais, serviço que exige um grau de tecnologia maior do que a construção civil, o que pode justificar o fato desta ser a única empresa a participar do edital, pois detém maior conhecimento tecnológico, uma vez que já está habituada a participar de obras do mesmo gênero em outros países.

Com a mesma hipótese e os mesmos materiais e metodologia, ampliou-se a pesquisa para além de Curitiba, analisando as demais onze cidades-sede da Copa de 2014. Com o aumento do leque de possibilidades, os resultados encontrados foram interessantes. Em um contexto geral, houve a participação expressiva de empresas nacionais de atuação Nacional, seguidas por empresas nacionais de atuação internacional e por último, a participação reduzida de empresas estrangeiras, somente três em todas as onze cidades analisadas. O Quadro 3 expressa a relação de todas as empresas envolvidas nas obras da Copa de todas as

idades-sede no Brasil, exceto Curitiba, bem como a origem destas e a respectiva escala de atuação. Atenta-se neste quadro que muitas vezes a empresa só tinha atuação dentro do próprio estado, como é o caso da maioria das empresas que venceram os editais em Porto Alegre, porém, neste quadro todas as empresas de ação local, estadual ou regional são tratadas como de atuação nacional, pois o objetivo aqui é apenas demarcar que elas não contribuem diretamente para o processo de internacionalização nem por via de suas atuações.

QUADRO 3 - LISTA DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DAS OBRAS EM ONZE CIDADES-SEDE continua

EMPRESAS	PARTICIP. NAS OBRAS DAS ONZE CIDADES ANALISADAS	ORIGEM	ATUAÇÃO
Marquise	1	Nacional	Nacional
Agrimat	1	Nacional	Nacional
Andrade Gutierrez	7	Nacional	Internacional
Arteleste	1	Nacional	Nacional
Astep	1	Nacional	Nacional
ATA Service	1	Nacional	Internacional
Aterpa	1	Nacional	Nacional
ATP Engenharia	2	Nacional	Internacional
Atrativa	2	Nacional	Nacional
Barbosa Mello	1	Nacional	Nacional
Beck Aços	1	Nacional	Nacional
Brasília-Guaíba	3	Nacional	Nacional
BWA	1	Nacional	Internacional
C.R Almeida	1	Nacional	Nacional
CAF Brasil	1	Nacional	Nacional
CC Pavimentadora	2	Nacional	Nacional
Centersul	1	Nacional	Nacional
Cetenco	1	Nacional	Nacional
CGP	4	Nacional	Nacional
Christiani Nielsen	1	Nacional	Nacional
Chroma	1	Nacional	Nacional
CL Mineirão	1	Nacional	Internacional
Concremat	2	Nacional	Internacional
Concrepoxi	1	Nacional	Nacional
Conectel	1	Nacional	Nacional
Conpasul	3	Nacional	Nacional
Consbem	2	Nacional	Nacional

QUADRO 3 - LISTA DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DAS OBRAS EM ONZE CIDADES-SEDE

continua

EMPRESAS	PARTICIP. NAS OBRAS DAS ONZE CIDADES ANALISADAS	ORIGEM	ATUAÇÃO
Consol	1	Nacional	Nacional
Constral	1	Nacional	Nacional
Constran	4	Nacional	Nacional
Constremac	3	Nacional	Nacional
Construcap	1	Nacional	Nacional
Construtora cidade	2	Nacional	Nacional
Construtora Giovanella	1	Nacional	Nacional
Construtora NM LTDA.	1	Nacional	Nacional
Construtora OAS	2	Nacional	Internacional
Contern	1	Nacional	Internacional
Convap	3	Nacional	Nacional
Cowan S.A	2	Nacional	Nacional
CR Almeida	2	Nacional	Nacional
Delta	4	Nacional	Nacional
EBEI	2	Nacional	Nacional
Econtep	1	Nacional	Nacional
Egesa	1	Nacional	Nacional
EIT	1	Nacional	Nacional
EMSA	1	Nacional	Internacional
Encalco	1	Nacional	Nacional
Engeglobal	2	Nacional	Nacional
Engemin	1	Nacional	Nacional
Engeponte	1	Nacional	Nacional
Engesolo	1	Nacional	Nacional
Engevix	6	Nacional	Internacional
Engexata	1	Nacional	Nacional
Enpa	1	Nacional	Nacional
EPC	1	Nacional	Nacional
EPT - Engenharia	1	Nacional	Nacional
Eximia	1	Nacional	Nacional
Funsolos	1	Nacional	Nacional
Galvão	1	Nacional	Internacional
GCP Arquitetura	1	Nacional	Internacional
Ghimel	1	Nacional	Nacional
Globo Engenharia	1	Nacional	Nacional
IQS	1	Nacional	Nacional
JAG Empreendimentos	1	Nacional	Nacional

QUADRO 3 - LISTA DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DAS OBRAS EM ONZE CIDADES-SEDE

continua

EMPRESAS	PARTICIP. NAS OBRAS DAS ONZE CIDADES ANALISADAS	ORIGEM	ATUAÇÃO
Kallas	1	Nacional	Nacional
Logann	1	Nacional	Nacional
LOGIT	1	Nacional	Internacional
LPC-Latina	1	Nacional	Nacional
Magna	1	Nacional	Nacional
Maia Melo	1	Nacional	Nacional
Marvillis	1	Nacional	Nacional
Mendes Junior	6	Nacional	Internacional
MHW	1	Nacional	Nacional
MPE	2	Nacional	Nacional
Normatel	1	Nacional	Nacional
Odebrecht	3	Nacional	Internacional
Oficina	2	Nacional	Nacional
Passareli	1	Nacional	Nacional
Paulo Octávio	1	Nacional	Nacional
Pedrasul	1	Nacional	Nacional
Pelotense	2	Nacional	Nacional
Petra	1	Nacional	Nacional
PJJ Malucelli	1	Nacional	Nacional
Planway	1	Nacional	Nacional
PROCON	2	Nacional	Nacional
Projetec	1	Nacional	Nacional
Quattro	1	Nacional	Nacional
Queiroz Galvão	1	Nacional	Internacional
Remaster	1	Nacional	Nacional
RMG Engenharia	1	Nacional	Nacional
RTA Engenharia	1	Nacional	Nacional
Santa Bárbara	2	Nacional	Nacional
Scomi Engineering	2	Internacional	Internacional
Serenge	1	Nacional	Nacional
Serki	1	Nacional	Nacional
Serveng Civilsan	4	Nacional	Nacional
Servix	2	Nacional	Nacional
Sistema PRI Engenharia	1	Nacional	Nacional
Sogel	1	Nacional	Nacional
Souza Neto	1	Nacional	Nacional
Ster	4	Nacional	Nacional

QUADRO 3 - LISTA DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DAS OBRAS EM ONZE CIDADES-SEDE

conclusão

EMPRESAS	PARTICIP. NAS OBRAS DAS ONZE CIDADES ANALISADAS	ORIGEM	ATUAÇÃO
Sutelpa	7	Nacional	Nacional
Tecnenge	1	Nacional	Nacional
Tecnotran	2	Nacional	Nacional
Tectran	1	Nacional	Nacional
Tesc	1	Nacional	Nacional
Thyssenkrupp	1	Internacional	Internacional
Toniolo, Busnello	8	Nacional	Nacional
Tratenge	1	Nacional	Nacional
Três Irmãos	2	Nacional	Nacional
UFC	1	Nacional	Nacional
Van der Lande	1	Internacional	Internacional
Via Engenharia LTDA	2	Nacional	Nacional
Victória Tássara	1	Nacional	Nacional
WTR LTDA	1	Nacional	Nacional
Sem informações	17	X	X

FONTE: Portal Copa Transparente (2013)

Algumas peculiaridades foram constatadas nessa fase da pesquisa. Por exemplo, para as obras de Porto Alegre quase todas as empresas que ganharam os editais de licitação foram empresas gaúchas e de atuação restrita ao estado. Já no caso de Manaus todas as empresas eram externas ao Estado do Amazonas. As obras em Natal foram as que mais tiveram falta de informações nos portais pesquisados, o que comprometeu a análise do impacto da Copa nesta cidade. As cidades que mais tiveram obras em decorrência da realização do megaevento esportivo foram Porto Alegre, Belo Horizonte e Cuiabá. No caso das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a maior parcela das obras foi gerida por empresas nacionais de atuação internacional, destacando-se a Odebrecht, Mendes Junior e Andrade Gutierrez e demais empresas do Sudeste, sem atuação em nível internacional².

² É importante ressaltar que para o Rio de Janeiro ocorreu um problema no final da pesquisa, pois nem todas as obras puderam ser levantadas, pelo fato de que no mês de abril de 2013 o Portal Copa Transparente modificou toda sua forma de disponibilização dos dados das obras. Assim, muitas das informações que existiam desapareceram ou foram fragmentadas, impossibilitando sua busca, de modo que se apuraram apenas as obras que já haviam sido pesquisadas anteriormente à mudança do Portal.

O quadro a seguir (Quadro 4) mostra em ordem decrescente as empresas que mais participaram das obras da Copa no Brasil inteiro, com exceção de Curitiba.

QUADRO 4 - EMPRESAS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO EM OBRAS DA COPA EM ONZE CIDADES-SEDE continua

EMPRESAS	PARTICIP. NAS 11 CIDADES ANALISADAS	EMPRESAS	PARTICIP. NAS 11 CIDADES ANALISADAS
Toniolo, Busnello	8	ATA Service	1
Andrade Gutierrez	7	Aterpa	1
Sutelpa	7	Barbosa Mello	1
Engevix	6	Beck Aços	1
Mendes Junior	6	BWA	1
CGP	4	C.R Almeida	1
Constran	4	CAF Brasil	1
Delta	4	Centersul	1
Serveng Civilsan	4	Cetenco	1
Ster	4	Christiani Nielsen	1
Brasília-Guaíba	3	Chroma	1
Conpasul	3	CL Mineirão	1
Constremac	3	Concrepoxi	1
Convap	3	Conectel	1
Odebrecht	3	Consol	1
ATP Engenharia	2	Constral	1
Atrativa	2	Construcap	1
CC Pavimentadora	2	Construtora Giovanella	1
Concremat	2	Construtora NM LTDA	1
Consbem	2	Contern	1
Construtora cidade	2	Econtep	1
Construtora OAS	2	Egesa	1
Cowan S.A	2	EIT	1
CR Almeida	2	EMSA	1
EBEI	2	Encalso	1
Engeglobal	2	Engemin	1
MPE	2	Engeponte	1
Oficina	2	Engesolo	1
Pelotense	2	Engexata	1
PROCON	2	Enpa	1
Santa Bárbara	2	EPC	1
Scomi Engineering	2	EPT - Engenharia	1
Servix	2	Eximia	1
Techotran	2	Funsolos	1
Três Irmãos	2	Galvão	1
Via Engenharia LTDA	2	GCP Arquitetura	1
Marquise	1	Ghimel	1
Agrimat	1	Globo Engenharia	1
Arteleste	1	IQS	1
Astep	1	JAG Empreendimentos	1

QUADRO 4 - EMPRESAS EM ORDEM DECRESCENTE DE PARTICIPAÇÃO EM OBRAS DA COPA EM ONZE CIDADES-SEDE

conclusão

EMPRESAS	PARTICIP. NAS 11 CIDADES ANALISADAS	EMPRESAS	PARTICIP. NAS 11 CIDADES ANALISADAS
Kallas	1	Remaster	1
Logann	1	RMG Engenharia	1
LOGIT	1	RTA Engenharia	1
LPC-Latina	1	Serenge	1
Magna	1	Serki	1
Maia Melo	1	Sistema PRI Engenharia	1
Marvillis	1	Sogel	1
MHW	1	Souza Neto	1
Normatel	1	Tecnenge	1
Passareli	1	Tectran	1
Paulo Octávio	1	Tesc	1
Pedrasul	1	Thyssenkrupp	1
Petra	1	Tratenge	1
PJJ Malucelli	1	UFC	1
Planway	1	Van der Lande	1
Projetec	1	Victória Tássara	1
Quattro	1	VTR Ltda	1
Queiroz Galvão	1		

FONTE: Portal Copa Transparente (2013)

Pelo exposto no quadro, percebe-se que somente as quinze primeiras empresas da relação participaram de 69 obras nas onze cidades-sede, ou seja, 36,30% das obras tiveram a participação de uma dessas empresas. A empresa Toniolo, Busnello foi a única a alcançar oito participações em obras da Copa pelo Brasil e curiosamente todas foram em Porto Alegre, cidade-sede que teve a maior concentração de empresas do próprio estado que venceram os editais de licitação. Mas, no geral, a maior parte das empresas que venceram as licitações atuou somente em uma ou duas obras, ou seja, a característica marcante foi a participação de várias empresas, sendo muitas delas de atuação estritamente estadual.

Considerações finais

Ao final de dois anos de pesquisa é possível apontar algumas considerações a respeito da influência do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA 2014 no processo de internacionalização das cidades, bem como do rearranjo do espaço urbano destas.

Primeiramente, a partir da análise dos quadros disponibilizados no texto fica evidente que, ao menos por via dos editais de licitação, o Brasil como um todo não terá contribuições diretas e significativas para aceleração do processo de internacionalização mediante a participação de empresas de capital estrangeiro, o que leva a supor que este processo poderá ser impulsionado pela visibilidade que o país terá no momento dos jogos e por seus atrativos turísticos. Pode-se reforçar o fato de que as obras ligadas à Copa utilizam serviços de engenharia que, em geral, existem em grande quantidade no Brasil e são de boa qualidade, não havendo a necessidade de contratar-se empresas de fora. Quando se tratou da necessidade de envolver tecnologia, como em um sistema de monitoramento ou algum serviço mais sofisticado, se fizeram presentes as poucas empresas internacionais que participaram das obras da Copa de 2014.

Um segundo ponto a ser levando em consideração é que como os estádios devem ter um padrão estabelecido pela FIFA (padrão internacional), fica claro que pode haver uma contribuição de outras empresas para a acentuação de relações internacionais no Brasil. Muitas vezes, tais empresas são responsáveis por pequenos ajustes e serviços dentro dos próprios estádios, mas não são contratadas via editais de licitação e por isso não entraram nesta pesquisa.

Não há dúvidas sobre a relação entre recepção da Copa do Mundo e alteração do espaço urbano. Em muitas das cidades-sede houve várias obras que alteraram significativamente o rearranjo de sua malha viária urbana. Além disso, outros fatores também devem ser levados em conta, como, por exemplo, a zona de restrição delimitada pelo governo atendendo às exigências da FIFA, como parte da exclusividade de propaganda garantida aos patrocinadores do evento, e as desapropriações que ocorreram em razão das obras e a possível valorização da terra urbana por conta dos novos espaços criados e da requalificação de vias. São questões que não fizeram parte desta pesquisa, mas que devem ser lembradas.

Por fim, é essencial entender que se a internacionalização é concebida como processo, é então mais do que necessário analisar

não somente a preparação, mas também o durante e o depois de todo este acontecimento, para posteriormente se compreender as reais contribuições do megaevento para o processo supramencionado e mais amplamente considerar o que pode ser aproveitado, o que se deve melhorar e como gerir os próximos eventos desta magnitude que o país receber.

Referências

BRANDENBURG, E. J. **Produção e reestruturação do espaço urbano: Curitiba - cidade sede da Copa do Mundo de Futebol 2014**. 171 f. Trabalho de graduação (bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CARLOS, Ana Fani. Cidade: uma perspectiva histórica. In: _____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992, p. 56-66.

CORREA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? In: _____. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.145-152.

DOMINGUES, E. P.; BETARELLI JUNIOR, A. A.; MAGALHAES, A. S.. Quanto Vale o Show? Impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. **Estudos Econômicos** (USP. Impresso), v. 41, p. 409-439, 2011.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n. 107, jul./ dez.2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MASCARENHAS, Gilmar. Megaeventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos - 2007. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (13). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24513.htm>>.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHEZ, Fernanda. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. EDUERJ, 1.ª edição, Rio de Janeiro, 2011.

MATRIZ de Responsabilidades da Copa. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades>> Acesso em: 14/01/2013.

PORTAL Copa transparente do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.copatransparente.gov.br>> Acesso em: 17/01/2013.

_____. Disponível em: <<http://www.copatransparente.gov.br>> Acesso em: 25/11/2012

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SILVA, Gleyton Robson da. **Curitiba 2014: Transformações espaciais decorrentes do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA**. Trabalho apresentado no 17.º ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

_____. **Os megaeventos e a internacionalização das cidades: análise preliminar dos impactos previstos para a Copa de 2014 em Curitiba**. In: 20.º EVINCI - Evento de iniciação científica e 5.º EINTI, 2012, Curitiba. Livro de Resumos do 20.º EVINCI E 5.º EINTI. Curitiba: Editora da UFPR, 2012. v. 1.

AS OBRAS PARA A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E A LEGISLAÇÃO URBANA: ENCONTROS E DESENCONTOS¹

Anabelli Simões Peichó e Jussara Maria Silva

Sabe-se que existe uma carência de estudos que busquem uma averiguação mais apurada, e além dos aspectos econômicos, do legado deixado para as cidades-sede de megaeventos esportivos, o Observatório das Metrôpoles lançou um projeto denominado Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. O tema encontra-se em evidência no cenário urbano brasileiro por conta dos inúmeros investimentos para dois dos mais importantes Megaeventos Esportivos: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014, com sede em 12 cidades, e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os diversos eixos de pesquisa desenvolvidos neste projeto do Observatório das Metrôpoles, este estudo pretende contribuir com a pesquisa do eixo temático - Governança Urbana e Metropolitana - verificando a interface das obras para a Copa do Mundo FIFA 2014 na Região Metropolitana de Curitiba e a legislação urbanística dos municípios contemplados com estas obras.

¹ As considerações presentes neste texto foram elaboradas entre meados de 2011 e setembro de 2013, portanto, são anteriores ao período de realização da Copa do Mundo de 2014.

Os projetos assegurados pela Matriz de Responsabilidades a serem realizados em Curitiba e Região Metropolitana contemplam obras no aeroporto, mobilidade urbana, segurança pública e reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães (CAP - Clube Atlético Paranaense).

Não são todas as obras que possuem interface direta com a legislação urbana, e como o objetivo principal desta pesquisa é confirmar os desencontros entre as obras e a legislação urbana, a reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães (CAP - Clube Atlético Paranaense) será a obra discutida. Busca-se observar em que medida as diretrizes e definições presentes na legislação urbana foram obedecidas ou não na elaboração do projeto e implantação desta obra.

O texto está organizado em três partes: A parte 1 apresenta um breve resumo das obras selecionadas para análise. Na parte 2 buscou-se demonstrar a relação do Complexo Esportivo Curitiba 2014 - Estádio Joaquim Américo Guimarães com o espaço urbano. Na parte 3 são utilizadas reportagens do Jornal Gazeta do Povo para uma análise quantitativa da repercussão desta obra nos meios de comunicação de massa. Finalmente, são apresentadas as principais conclusões do estudo, demonstrando as fragilidades do processo que envolve as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães.

Aspectos gerais das obras selecionadas

O discurso dominante de autoridades públicas e de políticos costuma apregoar que os megaeventos são uma oportunidade única e acabam por trazer ganhos para toda a sociedade, porém, análise de grande parte da bibliografia disponível revela que existem importantes dúvidas sobre como eles podem efetivamente qualificar as cidades e melhorar a condição urbana dos seus habitantes, principalmente em áreas metropolitanas e suas adjacências.

Em Curitiba serão investidos mais de 760 milhões de reais², segundo a última atualização da Matriz de Responsabilidades, cerca de 60%

² Valor em fevereiro de 2012, exibido no Portal da Transparência. Presidência da República. CGU.

serão investidos em Mobilidade Urbana e 37% apenas com a reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães.

De acordo com o objetivo da pesquisa, selecionamos dentre todas as obras, as que teriam interface direta com a legislação urbana (Quadro 1). Esta seleção se deu após a análise das informações no Portal da Transparência da Copa do Mundo FIFA 2014, onde foram identificados três tipos de interface:

- As obras que se utilizarão do instrumento *transferência de potencial construtivo*³ a fim de obter verbas para realização da obra;
- As obras passíveis de obrigações com a *legislação de uso e ocupação do solo*⁴, de acordo com seus projetos aprovados para a Copa do Mundo FIFA 2014, nesta interface apenas podem ser consideradas as inseridas em lotes urbanos;
- As que têm previsto em seus projetos aprovados para a Copa do Mundo FIFA 2014 áreas de *desapropriação*, estas obras (Quadro 1) devem atender à legislação específica do tema, nesta interface podem ser consideradas as inseridas em lotes urbanos ou não (neste caso, podem ser consideradas obras de requalificação viária).

O Quadro 1 mostra o resumo das obras civis e os valores de investimentos destas obras, bem como os valores de desapropriações.

Após a identificação desses três tipos de interface, foram separadas as obras em três grupos. Cada grupo deverá ter a análise do quadro jurídico normativo específico de acordo com os tipos de interface já apresentados.

³ Transferência de potencial construtivo ou transferência do direito de construir é um instrumento urbanístico utilizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba desde a década de 1980, em suma, é a transferência de m² que um imóvel está 'impedido' de construir (por ser classificado pela Prefeitura ou outra instituição como imóvel de valor histórico, cultural ou arquitetônico), para a construção em outro local mediante pagamento.

⁴ Legislação de uso e ocupação do solo é a ferramenta que norteia o planejamento urbano de uma cidade, nela são definidas as diretrizes a serem seguidas pela população para estarem em conformidade com o Plano Diretor da cidade.

QUADRO1 - RELAÇÃO DE OBRAS DE ACORDO COM O TEMA E INVESTIMENTOS

TEMA	OBRA	RESUMO	INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES) ⁽¹⁾
Estádio	Complexo Esportivo Curitiba 2014 - Estádio Joaquim Américo	Conclusão do setor de arquibancadas paralelo ao gramado, remodelação da cobertura do estádio e a ampliação da capacidade para 41.375 pessoas.	234
		Desapropriações	14
Aeroporto	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares.	25,4
		Ampliação do sistema viário e do sistema viário.	41,3
		Restauração da pista de pouso e decolagem e de taxi e obras complementares.	17,8
		Desapropriações ⁽²⁾	?
Mobilidade Urbana	BRT: Corredor Aeroporto-Rodoferroviária	Construção de uma nova linha BRT entre o Aeroporto Afonso Pena e a Rodoferroviária.	167,3
		Desapropriações	2,4
	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	Requalificação com extensão de 8 km será realizada nos trechos Linha Verde/Divisa Municipal/Aeroporto.	52,2
		Desapropriações	1,9
	Requalificação da Rodoferroviária	Ampliação da acessibilidade do equipamento.	48,9
Requalificação do Terminal Santa Cândida	Reforma e ampliação.	12,6	

FONTE: Portal da Transparência Copa 2014

NOTAS: (1) Valores de fevereiro e 2012.

(2) Obra não possui orçamento discriminado para desapropriação no Portal de Transparência Copa 2014.

Adaptado pelas autoras.

Obras sujeitas à análise de acordo com três tipos de interface: potencial construtivo, uso e ocupação do solo e desapropriação. Neste grupo, apenas uma obra se encaixa - Estádio Joaquim Américo Guimarães (CAP - Clube Atlético Paranaense): Complexo Esportivo Curitiba 2014.

- Obras sujeitas à análise de acordo com dois tipos de interface: uso e ocupação do solo e desapropriação. Novamente apenas uma obra se encaixa - Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba.

- Obras sujeitas à análise de acordo com o tipo de interface desapropriação. Neste grupo, qualificamos duas obras: (i) BRT: Corredor Aeroporto-Rodoferroviária; e (ii) Requalificação do Corredor Marechal Floriano.
- Obras que estão sujeitas à análise de acordo com o tipo de interface uso e ocupação do solo. Novamente duas obras: (i) Requalificação da Rodoferroviária; e (ii) Requalificação do Terminal Santa Cândida.

A obra do Complexo Esportivo Curitiba 2014 – Estádio Joaquim Américo Guimarães é a que possui interface com as três tipologias definidas nesta pesquisa. É o maior valor em investimentos e também em indenizações para desapropriados. E ainda, esta obra causa a maior repercussão na mídia. Portanto, o volume de informações sobre o Complexo, relacionado com as demais obras, é muito maior e para que se explore de maneira eficiente esse conteúdo – nesta pesquisa, apenas esta obra será abordada.

O Complexo Esportivo Curitiba 2014 – Estádio Joaquim Américo Guimarães no espaço urbano

A obra de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães se trata de uma intervenção pontual localizada no bairro Água Verde, próximo ao centro da cidade. Portanto, os maiores investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014 de Curitiba estão sendo aplicados numa região que já possui as melhores infraestruturas da cidade.

De acordo com a Figura 1, o Estádio está situado na ZR4 – Zona Residencial 4 (Lei Municipal 9800/00), caracterizada por ser uma zona de transição entre a alta densidade da SE – Setor Especial Estrutural e a densidade intermediária da ZR3 – Zona Residencial 3, e pela predominância de comércios e serviços de médio e pequeno porte e residências.

Esta região pode ser considerada como bem servida de infraestruturas de transporte coletivo e sistema viário devido à proximidade com o eixo estrutural – oeste da cidade, característicos do sistema de crescimento adotado pela cidade no Plano Diretor de 1966 (CURITIBA, 1966).

FIGURA 1 - ZONEAMENTO DE CURITIBA E A INSERÇÃO DA OBRA DO ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO



■ 1. Complexo Esportivo Curitiba 2014 - Estádio Joaquim Américo

Setores especiais do sistema viário

- ■ SE - Vias Setoriais
- SE - Vias Prioritárias 1
- SE - Vias Prioritárias 2
- SE - Vias Coletoras 1

Zonas

- SE - Setor Especial Estrutural
- ZR4 - Zona Residencial 4
- ZR3 - Zona Residencial 3
- SE - MF - Setor Especial Mar, Floriano
- ZC - Zona Central

FONTE: Mapa de zoneamento da cidade de Curitiba de 2000 (LEI 9800/00). IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

NOTA: Adaptado pelas autoras.

A imagem aérea, Figura 2, ilustra qual é a realidade do entorno imediato onde estão inseridas as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães, quanto a vários âmbitos, como: densidade, morfologia, uso do solo e altura das edificações. Assim, é possível avaliar, mesmo que de forma superficial, o impacto que essas obras trouxeram no cotidiano das pessoas que residem neste entorno imediato.

Como podem ser observadas na Figura 2, as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães incorporam novas áreas a seu terreno atual, podem-se identificar as residências que foram desapropriadas e também a inclusão da Praça Afonso Botelho. Segundo o projeto apresentado nas audiências públicas realizadas em 2011, a praça será revitalizada para abrigar a área comercial dos patrocinadores e da FIFA durante o evento.

FIGURA 2 - CONTEXTO FÍSICO-TERRITORIAL DA OBRA DO ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO



Legenda

Complexo 2014

FONTE: Google Earth. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>

NOTA: Adaptado pelas autoras

Análise quanto ao uso do potencial construtivo

Para a realização das obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães a Prefeitura Municipal de Curitiba (mediante a criação de diversas leis específicas) autorizou a utilização do instrumento urbanístico, teoricamente de indução de desenvolvimento, de transferência do potencial construtivo. Esse instrumento permitirá a captação de recursos financeiros pelo Clube Atlético Paranaense.

O primeiro preceito para análise desta interface é verificar se o lote é autorizado a utilizar deste instrumento, ou seja, se o zoneamento onde ele está inserido permite o uso deste instrumento, sendo assim, a pesquisa se iniciou com a consulta à *Guia Amarela*⁵.

⁵ Documento que disponibiliza ao cidadão informações de um determinado terreno, tais como: localização, enquadramento na Lei de Zoneamento, sistema viário, usos permitidos, parâmetros construtivos, parâmetros de parcelamento do solo e informações complementares.

A Guia Amarela, como documento de orientação e parâmetros, solicita observar o contido na Lei n.º 9.803/00, que dispõe sobre a Transferência de Potencial Construtivo, ou seja, o lote está autorizado para utilizar o instrumento.

Segundo o Art. 1.º da Lei n.º 9.803/00, que define quem poderá se utilizar deste benefício segue a seguinte descrição: *O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento e Uso do Solo, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas as disposições desta lei.*

Cabe lembrar que a Prefeitura de Curitiba regulamentou esse instrumento por meio da Lei n.º 6.337/1982 e sua função principal seria incentivar a preservação dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico da cidade. Mediante esse instrumento, vários edifícios de Curitiba foram restaurados, tais como a Reitoria da UFPR, a Catedral Basílica de Curitiba, a Sociedade Garibaldi, o Antigo Paço Municipal e a Casa Rosada (ainda em processo de restauração) e outros. A lógica do instrumento, de maneira simplificada, consiste em duas fases:

- O proprietário do imóvel considerado como Patrimônio entra em contato com a Prefeitura para ‘transferir’ os m² que ele está impedido de utilizar no lote em outro lote de sua propriedade ou para um terceiro, mediante pagamento;
- No caso de o proprietário decidir por oferecer para um terceiro, um investidor pode ‘comprar’ estes m² diretamente com a Prefeitura e o pagamento feito para o proprietário deve ser destinado (na maior parte) para restauração do imóvel.

Em 2000, por meio da Lei n.º 9.802/00, a Prefeitura instituiu uma segunda função para este instrumento, o incentivo à implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social. Para esta nova função, a

lógica é mais simples: os proprietários de lotes urbanos definidos na lei que tivessem interesse em ultrapassar o coeficiente de aproveitamento (Outorga Onerosa do Direito de Construir) poderiam transferir terrenos ou pagar importâncias em dinheiro para a COHAB - CT (Companhia de Habitação), mediante negociações com a Prefeitura, para que a COHAB implantasse Habitações Sociais dentro da cidade.

No caso do Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), o potencial construtivo não se encaixa na segunda função, pois não serão transferidos terrenos ou pagas importâncias em dinheiro para a COHAB, portanto, o uso do instrumento se encaixa *aproximadamente* de acordo com a primeira função, pois o valor em dinheiro arrecadado será investido na própria edificação. Diz-se aproximadamente, pois a reforma do estádio não se trata exatamente de uma restauração e o estádio não foi definido por nenhum órgão competente como de valor cultural, histórico ou arquitetônico para a cidade.

Entretanto, a categoria definida para a Arena da Baixada é a de Potencial Construtivo de Natureza Especial, reservada a “*imóveis ícones*”⁶ e que permite a venda do benefício para construções com fins comerciais e residenciais. O estádio foi enquadrado como de interesse esportivo para a cidade.

De acordo com a Lei n.º 9.803/00, para atribuir ao proprietário do imóvel o valor da transferência de potencial construtivo deverá ser observada a Lei n.º 7.291/88 - No Art. 4º em seu Parágrafo Único - *O valor venal será determinado mediante avaliação, observados os seguintes elementos: I. Preço corrente do mercado; II. Localização; e III. Características do imóvel, tais como: área, topografia, edificações e acessibilidade a equipamentos urbanos.*

O valor instituído do potencial construtivo da Arena da Baixada foi oficializado na Lei Ordinária n.º 13.620 de 09 de novembro de 2010:

Art. 2º. O Programa autoriza a concessão de potencial construtivo de, no máximo, R\$ 90.000.000,00, referentes ao valor previsto para execução das

⁶ Não foi encontrada em bibliografia oficial e definição de *imóvel ícone*, bem como outros imóveis que teriam se enquadrado nesta categoria para utilização do instrumento de Potencial Construtivo.

obras exigidas para adequação do Estádio selecionado para sediar a Copa do Mundo 2014.

§ 1º. O valor do potencial construtivo referido no caput deste artigo será vinculado à variação do CUB - Custo Unitário Básico de Construção.

§ 2º. A concessão do potencial construtivo fica condicionada à apresentação e aprovação do Projeto Executivo e o seu respectivo orçamento, acompanhado de estudos e análises de impactos sociais, econômicos e ambientais, conforme prevê o Plano Diretor Municipal.

(...)

Art. 7º. Caberá ao Clube Atlético Paranaense, beneficiário da concessão dos créditos do potencial construtivo, a devida compensação e contrapartidas sociais ao Município de Curitiba.

A Lei n.º 13.620/10 teve parte do seu artigo 2.ª alterada, em dezembro de 2012. Esta alteração autoriza um novo valor para a concessão do Potencial Construtivo de, no máximo, R\$ 123.066.666,67.

Nessa ocasião, também foram aprovadas quatro emendas aditivas ao projeto relativo à Copa do Mundo:

1. O Município de Curitiba deverá enviar a cada trimestre informações sobre o andamento das obras de reforma e conclusão da Arena;
2. Os dados das obras da Arena deverão ser divulgados de forma ampla;
3. O Clube Atlético Paranaense efetuará a devida compensação e contrapartidas sociais ao Município de Curitiba;
4. Estipula que o Clube Atlético Paranaense reverta 2% dos benefícios recebidos em ações da Prefeitura Municipal ou entidades associadas nas áreas de Saúde, Esporte, Cultura e Inovação Científica.

O relatório do TCE-PR⁷ classifica como “imateriais” as contrapartidas oferecidas pelo Atlético na condição de beneficiário do financiamento público. Entre eles, estariam a parceria em eventos, em escolinhas de futebol e a cessão de um espaço no estádio para abrigar a secretaria de esporte municipal, que merecem, segundo o texto do relatório, uma explicitação melhor sobre o legado da obra.

⁷ O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) definiu o potencial construtivo como recurso público (Processo n.º 229047/12).

Análise quanto ao uso e ocupação do solo

Vale destacar uma curiosidade singular. De acordo com a Guia Amarela do terreno, a Arena da Baixada está localizada na Zona Especial Desportiva - Clube Atlético Paranaense, entretanto, na Lei 9.800/2000, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município, a área está inserida na Zona Residencial 4 (ZR-4), como demonstrado anteriormente.

Investigando sobre esta Zona Especial Desportiva - Clube Atlético Paranaense, descobrimos que ela foi regulamentada pela Lei n.º 11.997/2006, em que várias outras zonas desportivas também são regulamentadas, uma para cada estádio de origem particular de nossa cidade: Zona Especial Desportiva - Clube Atlético Paranaense; Zona Especial Desportiva - Coritiba Foot Ball Club; Zona Especial Desportiva - Paraná Clube; Zona Especial Desportiva - Paraná Clube - Boqueirão.

Os parâmetros construtivos são definidos conforme a Tabela 1. Para a análise completa do atendimento às exigências a esses parâmetros, é necessário o projeto executivo completo aprovado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, infelizmente, ao entrar em contato com o órgão competente, recebemos as informações de que por se tratar de uma obra privada, a prefeitura não tem nenhum acesso a estes projetos e mesmo se tivesse esses dados não poderiam ser disponibilizados para consulta (informações fornecidas por funcionário do IPPUC).

TABELA 1 - QUADRO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ESPECIAL DESPORTIVA (ZED)

USOS			ZONA ESPECIAL DESPORTIVA - ZE-D							
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	PORTE (m2)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (pavimentos)	RECUBO MÍNIMO ALIN. PREDIAL (m)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	AFAST. DIVISAS	LOTE MÍNIMO testada/ área
Habituação Transitória 1 e 2 Comunitário 1 e 2 - Lazer e Cultura Comunitário 3 - Lazer Usos vinculados às atividades desportivas Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro (1)	Uma habituação unifamiliar por lote		200	0,5	30	4 (1)	10	25	H/6 atendido o mínimo de 2,50m	-2

(1) A critério do Conselho Municipal de Urbanismo - CMU, ouvido Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, poderão ser autorizadas edificação com altura superior a 4 pavimentos desde que apresentado um plano de ocupação para a área.

(2) Para os novos parcelamentos, unificações e subdivisões, o tamanho mínimo do lote será estabelecido pelo Conselho Municipal de Urbanismo - CMU, ouvido o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

(3) Em loteamentos existentes na Zona Especial Desportiva, os parâmetros de ocupação do solo serão os de ZR-2.

FONTE: Lei Municipal N.º 9800/00 - ANEXO - QUADRO XX

Sendo assim, o estudo será feito por meio do Alvará de Construção disponível no Portal da Transparência da Copa 2014. De acordo com este documento, o projeto da reforma foi caracterizado com o uso Comunitário 3 – Lazer, portanto, está entre os usos permitidos segundo a legislação vigente (ver Tabela 1).

Para comparação entre os parâmetros a serem cumpridos *versus* os aprovados no Alvará de Construção, foi construída a tabela seguinte.

TABELA 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PARÂMETROS A SEREM CUMPRIDOS X APROVADOS NO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

SITUAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO						
	Coefic. de Aproveitamento	Taxa de Ocup. máxima (%)	Altura máxima (pavimentos)	Recuo mínimo Alinhamento Predial (m.)	Taxa de Permeabilidade mínima (%)	Afastamento das divisas (m.)	Lote mínimo (testada x área) (m./m. ²)
A serem cumpridos	0,5	30%	4 (1)	10 m	25%	h/6 atendido o mínimo de 2,5m	(2)
Aprovados no Alvará de Construção	0,85	60,91%	6	*	12,45%		não se aplica

(1) A critério do Conselho Municipal de Urbanismo - CMU, ouvido o Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPPUC, poderão ser autorizadas edificações com altura superior a 4 pavimentos desde que apresentado um plano de ocupação para área.

* Estes dados não são identificados em Alvará de Construção.

FONTE: Lei Municipal N.º 9800/00 - ANEXO - QUADRO XX E PORTAL DA COPA TRANSPARENTE

NOTA: Adaptado pelas autoras.

Na Tabela 2, pode-se observar que os parâmetros de coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação estão em desacordo com a legislação vigente. Pode-se afirmar que houve uma grande flexibilização da legislação para a concessão deste Alvará de Construção nos itens de coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação.

Porém, outros itens aparentemente estão em desacordo: altura máxima e taxa de permeabilidade mínima. Para análise do item altura máxima, segundo a observação (1), deve-se entrar em contato com o CMU e IPPUC, porém, como já citado, não conseguimos ter acesso a essas informações.

Já no item taxa de permeabilidade mínima, que foi apresentada abaixo da obrigatória (ver Figura 4), segundo a Lei n.º 11.997/2006 (regulamenta as Zonas Especiais Desportivas):

Art. 3 (...)

§ 2º. A taxa de permeabilidade poderá ser substituída por mecanismos de contenção de cheias.

Portanto, apenas consultando o projeto executivo aprovado teríamos como comprovar a obediência a este parâmetro.

Além destes itens, na Guia Amarela há observação que o projeto deverá atender ao número mínimo de vagas de estacionamento exigidas no Decreto n.º 582/90. Estas vagas de estacionamento mínimas exigidas pela legislação poderão ser comercializadas?

E vale aqui destacar outras curiosidades:

- O Decreto n.º 838/97 estabelece que o licenciamento das atividades comerciais, de prestação de serviços e comunitárias, com porte superior a 5.000,00 m² dependerá da elaboração de Relatório Ambiental Prévio - RAP. Não foi dado conhecimento público da satisfação desta exigência.
- O lote é atingido no lado direito por faixa não edificável de drenagem (Bacia do rio Belém) de 20,00 metros (10,00 para cada lado do eixo). Não se conhece como essa necessidade de natureza construtiva está sendo tecnicamente tratada.

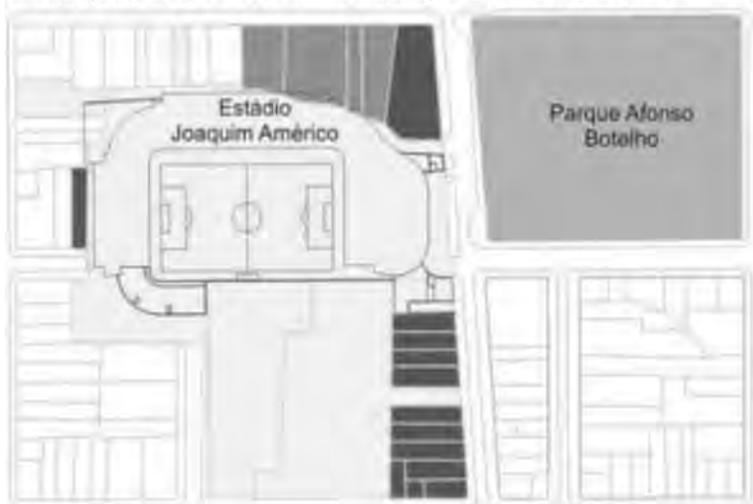
Análise quanto às desapropriações

O ato de desapropriação é regulamentado no nosso sistema constitucional pelo Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, esta dispõe no Artigo 2.º, que todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, mediante declaração de utilidade pública e no Artigo 6.º que esta declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

Os imóveis a serem desapropriados no entorno do Estádio Joaquim Américo Guimarães (Figura 4) foram declarados de utilidade pública pelo Decreto n.º 1.957/2011.

FIGURA 5 - DESAPROPRIAÇÕES PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO

Desapropriações para a reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo



Legenda

Lotes

- Sem desapropriação
- Propriedade do CAP - Clube Atlético Paranaense
- Parcialmente desapropriados
- Integralmente desapropriados

FONTE: Decreto Municipal N.º 1957/2011 - ANEXO

NOTA: Adaptado pelas autoras.

Este decreto é acompanhado por justificativa elaborada pela Prefeitura Municipal de Curitiba. No Quadro 1 destacam-se algumas informações desse documento, bem como algumas observações, principalmente pelo caráter subjetivo do texto.

Após essa série de informações, entre outras, infográficos e estudos de uma empresa terceirizada. Segue a conclusão do relatório elaborado pela Prefeitura:

Concluindo, em vista das considerações acima baseadas em estudos técnicos, estimativas e compromissos assumidos pelo Município perante a FIFA e o Comitê Organizador Brasileiro para a consecução do objetivo de sediar e realizar em Curitiba o evento Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, entendemos como necessária e imprescindível continuidade das tratativas relacionadas à desapropriação de imóveis no entorno do

Estádio Joaquim Américo sem as quais não há condições de atendimento às exigências de segurança e espaços previamente estabelecidos (Decreto Municipal n.º 1957/2011).

QUADRO 2 - ANÁLISE CRÍTICA DO ANEXO DO DECRETO N.º 1957/2011

INFORMAÇÃO DADA PELO ANEXO	OBSERVAÇÃO
A escolha do estádio para sediar os jogos foi dada pelo Governo do Estado do Paraná por sua estrutura construída estar com as melhores condições e, portanto, teria os menores investimentos financeiros.	De acordo com a Matriz de Responsabilidades, o orçamento inicial de 2011 teve aumento de quase 50 milhões de reais (26%) em 2012. Esta justificativa apresentada obteve um estudo tecnicamente aprofundado?
Devido aos lotes a serem desapropriados estarem localizados na Zona Especial Desportiva, eles podem ser utilizados para fins de interesse esportivo.	Como demonstrado anteriormente, este zoneamento foi implantado em 2006, pela Lei n.º 11.997, e não constam informações a respeito de desapropriações. Nem mesmo a população em geral tomou conhecimento deste zoneamento Este critério pode justificar a desapropriação destes imóveis?
Alguns benefícios supostamente trazidos pelo evento: aumento na visibilidade da marca da cidade; aumento na <i>autoestima</i> da população; ampla mobilização e envolvimento social.	Consideramos que essas informações podem ser classificadas como extremamente subjetivas. Este tipo de informação pode ser considerado como critério para a justificativa para as desapropriações?
De acordo com uma pesquisa, realizada em 2009, 67,73% dos entrevistados achavam que o estádio do Atlético era o melhor da cidade para receber jogos do mundial.	Acreditamos que esta afirmativa pode ter um caráter ambíguo, pois a população pode ter relacionado a pergunta com a preferência pelo time de futebol e não ao estádio. Foram apresentados os orçamentos e estudos de impacto para população, para que ela pudesse fazer uma avaliação criteriosa antes de realizar a pesquisa?

Vale lembrar que a opinião de alguns moradores (que vivem há mais de 20 anos nesse endereço), contrária a esta decisão tomada pelo Poder Público, pediram a suspensão do decreto acima mencionado conforme publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, no dia 19 de junho de 2012 (Página 68), alegando não haver utilidade pública que justificasse as desapropriações, porém, o pedido foi indeferido e algumas citações retiradas do mesmo relatório citado anteriormente foram colocadas como justificativas a essa decisão.

A luta dos moradores ainda continuou nas negociações dos valores de indenizações e alguns conseguiram reajustar em mais de 80% o valor inicial ofertado, de acordo com uma reportagem da Gazeta do Povo em abril de 2012.

O Complexo Esportivo Curitiba 2014 – Estádio Joaquim Américo Guimarães na mídia

A repercussão na mídia das obras da Copa em geral tem sido frequente e cada vez maior, devido à proximidade do evento. A análise desta repercussão se faz importante, pois é o veículo de informações que a população possui de mais fácil acesso. O período de análise das reportagens foi do mês de setembro de 2012 a maio de 2013, a fonte utilizada foi o jornal Gazeta do Povo, por se tratar do veículo de informações de maior repercussão e tiragem em Curitiba. Nesse período foi coletada a maioria das reportagens publicadas em diversas categorias do jornal, como: Vida e Cidadania, Vida Pública, Economia, Esportes e Colunistas.

A partir da coleta destas reportagens, percebemos a disparidade em relação à quantidade sobre as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), aproximadamente 70% do total das reportagens coletadas. Para o presente estudo, apenas as reportagens relativas ao Estádio serão analisadas, de duas formas: número de reportagens mês a mês (Tabela 3) e outra referente aos temas abordados (Tabela 4).

TABELA 3 - QUANTIDADE DE REPORTAGENS SOBRE A ARENA DA BAIXADA

ANO	MÊS	QUANTIDADE
2012	Setembro	4
	Outubro	7
	Novembro	9
	Dezembro	6
2013	Janeiro	8
	Fevereiro	1
	Março	4
	Abril	9
	Maio	5
TOTAL		53

FONTE: Jornal Gazeta do Povo

NOTA: Adaptado pelas autoras.

TABELA 4 - TEMAS DAS REPORTAGENS SOBRE A ARENA DA BAIXADA

TEMA	2012				2013					TOTAL
	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	
Potencial Construtivo	4	3	3	2		1				13
Orçamento/ custos		1			1		1	2		5
Atrasos obra/ pagamentos		2	2	2	4		2	3	4	19
Visitas técnicas			4							4
Empréstimos				1	2			1		4
Desapropriações					1			2	1	4
Outros		1		1			1	1		3
TOTAL	4	7	9	6	8	1	4	9	5	53

FONTE: Jornal Gazeta do Povo

NOTA: Adaptado pelas autoras.

De acordo com as tabelas 3 e 4, podemos observar que as reportagens relativas à Arena tiveram muita variação quanto à quantidade no período analisado, isso se deve às fases da obra e aos temas que respectivamente abordam estas fases, como as fases de aprovação do orçamento, visitas técnicas e etapas de construção da obra.

Os temas mais abordados nas reportagens são relativos aos atrasos na obra/pagamentos, ao uso do Potencial Construtivo e ao orçamento/ custos da obra.

Considerações finais

Esta pesquisa trouxe, ainda que de maneira pontual, a discussão de Megaeventos e o reflexo de um gerenciamento da cidade privilegiando um urbanismo fragmentado econômico e socialmente.

Também merece ser alertada a falta de informações e conseqüentemente de transparência que todo o processo vem enfrentado. Segundo “o Indicador de Transparência Municipal”, responsabilidade do Instituto

Ethos⁸ - uma ferramenta que mede a disponibilidade dos dados públicos e funcionamento dos canais de participação da população em relação aos investimentos dos governos, tanto na esfera federal como municipal, para a realização das obras -, dez das doze cidades-sede, segundo este indicador, fizeram menos de 19 pontos (escala varia de 0 a 100 pontos), o que corresponde a um nível “muito baixo”. Somente as cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre foram avaliadas com nível “médio”, mas não passaram de 50% dos pontos.

De acordo com os estudos aqui apresentados, há pelo visto, no projeto de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães, questões pendentes que implicam considerações de natureza técnica e jurídica. A ausência de clareza e transparência na observação da legislação e da forma como estão sendo conduzidas as providências para a construção do estádio da Copa em Curitiba deveria servir de alerta para as melhores práticas na gestão da coisa pública.

Referências

BATISTA, Rodrigo. Richa assina desapropriação de terrenos para ampliação do Aeroporto Afonso Pena. **Gazeta do Povo**, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1204175>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

BRASIL, Presidência da República. (1941). Decreto-Lei Nº 3.365. Dispõe sobre Desapropriações por Utilidade Pública.

COPA 2014 - Transparência em 1.º lugar. In Portal da Transparência. **Presidência da República**. CGU. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA. **Impactos da Copa do Mundo de 2014 no direito à moradia**. Diagnóstico Curitiba. Curitiba, out. 2011 (Relatório).

CURITIBA, Câmara Municipal. (1966). Plano Diretor de Curitiba 1966. Processo n.º 91/1966 - Projeto de Lei n.º 72/1966. Curitiba, Brasil.

⁸ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

CURITIBA, Câmara Municipal. (1982). Lei n.º 6337. Institui Incentivo Construtivo para a Preservação de Imóveis de Valor Cultural, Histórico ou Arquitetônico.

CURITIBA, Câmara Municipal. (1990). Decreto n.º 582. Estabelece normas para estacionamento ou garagem de veículos. Curitiba, Brasil.

CURITIBA, Câmara Municipal. (2000). Lei n.º 9800 dispõe Sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba de 03 de janeiro de 2000. Curitiba, Brasil.

CURITIBA, Câmara Municipal. (2006). Lei n.º 11.997 Inclui como Zonas Especiais Desportivas - ZE-D as Áreas que Especifica, e dá Outras Providências.

CURITIBA, Câmara Municipal. (2010). Lei ordinária n.º 13.620 de 09 de novembro de 2010. Curitiba, Brasil.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. (2000). Lei n.º 9803 dispõe Sobre a Transferência de Potencial Construtivo de 03 de janeiro de 2000. Curitiba, Brasil.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. (2000). Lei n.º 9802 dispõe Institui incentivos para a implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social de 03 de janeiro de 2000.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. (2011). Decreto n.º 1957. Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação o Imóvel Abaixo Especificado.

INSTITUTO ETHOS. Indicador de Transparência Municipal. Disponível em: <<http://www.jogoslimpos.org.br/transparencias/>>. Acesso em: janeiro de 2013.

MIKOS, Ana L.; VICELLI, Carlos E.; KOHLBACH, Karlos. Impasse sobre custo atrasa licitação para conclusão da Arena. **Gazeta do Povo**, 20 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/conteudo.phtml?id=1117946>> Acesso em: agosto de 2011.

OLIVEIRA, A. A economia dos megaeventos: Impactos setoriais e regionais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.º 120, p. 251-269, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Adriano. TCE promete aumentar fiscalização sobre obras da Arena. **Gazeta do Povo**, 02 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/arena/conteudo.phtml?id=1153669>> Acesso em: agosto de 2011.

ROCHE, M. **Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture**. New York: Routledge, 2000.

RUDNICK, Fernando. Vizinhos da Arena resistem e pedem mais por desapropriação de terrenos. **Gazeta do Povo**, 15 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/arena/conteudo.phtml?id=1244307&tit=Vizinhos-da-Arena-resistem-e-pedem-mais-por-desapropriacao-de-terrenos>> Acesso em: abril de 2013.

SEIXAS, J. **Os Megaeventos na cidade: Imagética social, Política e Governança Pública**. In: Revista e-metrópoles, nº 2, ano 1, Setembro de 2010.

Sites consultados:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/>

http://www.copatransparente.gov.br/busca_de_acoes

<http://www.copa2014.org.br/noticias/7/NO+RN+TUDO+PELA+COPA.html>

<http://www.valor.com.br/empresas/982508/parque-olimpico-do-rio-tera-projeto-da-britanica-aecom>

<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/>

<http://blogs.lancenet.com.br/blogdojanca/2012/01/29/capital-estrangeiro-na-copa/>

<http://www.ippuc.org.br/default.php>

<http://www.leismunicipais.com.br/>

<http://www.copatransparente.gov.br/acoes/reforma-e-ampliacao-do-estadio-joaquim-americo-guimaraes>

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/37995244/djpr-19-06-2012-pg-68>

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, ESPAÇO URBANO E SEGURANÇA: CURITIBA NO CONTEXTO DA COPA 2014¹

Nelson Argentino Soares Junior

A Geografia vem apresentando mudanças e incorporando novas perspectivas de análise, suscitando novos recortes temáticos, gerando um quadro de crescente diversificação. Particularmente, neste trabalho, interessam as temáticas associadas à promoção de megaeventos esportivos como uma estratégia para a atração de diversos investimentos e benefícios para as localidades que os sediam, especialmente no campo da segurança pública.

Assim, se visualiza um horizonte de investigação que não se limita a uma renovação temática, mas também apresenta um olhar com legitimidade geográfica, considerando primeiramente a relevância social do objeto a ser investigado e depois pela sua pertinência e importância ao oferecer um olhar geográfico sobre os megaeventos esportivos no ambiente urbano e seus reflexos sobre a segurança urbana. Esta abordagem segue a percepção da necessidade da Geografia Urbana de envolver-se nos debates sobre como as cidades devem ser organizadas, como os problemas urbanos são definidos e quais as políticas públicas a serem adotadas quando tratamos de megaeventos esportivos sob o prisma da segurança urbana.

¹ Texto originado da Tese de Doutorado apresentada ao Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná. As discussões apresentadas são anteriores à realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Para sediar um megaevento esportivo, a cidade-sede precisa que seu projeto contemple diversas modificações estruturais abrangendo todo espaço urbano, englobando diversas áreas de gestão e, entre outras, a questão da segurança.

Atualmente, é cada vez maior a quantidade de pessoas que colocam a segurança no mesmo nível de outras necessidades básicas, tendo em vista o aumento da criminalidade e, conseqüentemente, uma crescente sensação de insegurança.

Assim, ao construir o tripé MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, ESPAÇO URBANO e SEGURANÇA, buscou-se compreender como a presença de um grande número de turistas concentrados geograficamente, atraídos pela realização de um megaevento esportivo, pode criar um ambiente que maximize a oportunidade para a ocorrência de crimes.

O foco deste trabalho limita-se ao tema de segurança urbana e nesse sentido, a questão vertebral e orientadora é questionar e tentar responder de que forma os investimentos em segurança urbana serão socialmente utilizados e distribuídos antes, durante e após a realização da Copa 2014; e ainda, como os projetos (a serem desenvolvidos) de reestruturação urbana irão gerar impactos no processo de prevenção ao crime no ambiente urbano, considerando as experiências pretéritas observadas e as manifestações e percepções de diversos atores envolvidos neste processo de produção do espaço urbano.

Com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014, surgiu a possibilidade de estudar-se as implicações deste megaevento e como ele impactará uma cidade que o sedie. Visando delimitar o escopo deste trabalho, escolheu-se analisar somente a cidade de Curitiba, diante da proximidade com a cidade pesquisada, bem como a qualidade e a quantidade das informações obtidas durante a pesquisa.

A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho está essencialmente focada na análise dos possíveis impactos e legados da Copa 2014, em Curitiba, diante da grande expectativa que envolve este megaevento esportivo, destacando que a segurança urbana é um tema de relevante

importância em todos os meios de comunicação por ser um assunto de grande preocupação da sociedade. É possível constatar que são poucos e rarefeitos os estudos que abordam a problemática da segurança urbana num campo de mútua influência com os megaeventos, especialmente os esportivos, bem como se pode constatar que há uma carência de estudos que busquem uma verificação mais apurada dos impactos e legados dos megaeventos esportivos quando falamos em segurança urbana.

Portanto, este estudo procura um equilíbrio entre a teoria e o empirismo procurando ser relevante diante da necessidade de aprofundar-se esta pesquisa em particular.

Megaeventos esportivos e Copa do Mundo – uma trajetória urbana

Numa primeira aproximação ao tema abordado, é interessante notar que os esforços governamentais e empresariais despendidos para a captação de megaeventos esportivos se tornaram rotineiros na agenda política de muitas metrópoles nacionais e mundiais ao longo das últimas décadas, e este fenômeno global se insere numa lógica própria de atuação das práticas atualmente dominantes do planejamento urbano.

A iniciativa está voltada para a inserção, cada vez mais contundente, dos municípios na disputa por atração de capitais e consumidores do espaço urbano, bem como o fortalecimento da competitividade das cidades na rede mundial dentro do chamado *marketing* das cidades ou, nas palavras de Vainer (2002), de maneira a atender às demandas de atração de capitais e consumidores externos, vendendo a cidade-mercadoria² por meio de imagens que procuram enaltecer a identidade local, relacionando-a ao sucesso do megaevento no imaginário coletivo dos residentes.

² Ideia de cidade como uma mercadoria posta à venda num mercado globalizado em que centenas de outras cidades-mercadoria também estão à venda. Como qualquer mercadoria o que passa a interessar fundamentalmente é sua imagem, o marketing em torno do produto e do que ele pode oferecer ao pretense comprador-investidor. Daí a cidade não precisa necessariamente ser pensada em sua totalidade, somente nas partes que interessam ao visitante. Ao residente resta ser tratado como parte do próprio cenário urbano. (VAINER, 2002).

Assim, o espaço urbano ao sediar um megaevento esportivo se torna mercadoria e, neste contexto, Santos (2004, p. 38), ao abordar a cidade-mercadoria, destaca que “os locais [...] de lazer [...] são concebidos como mercadorias para seduzir e atrair o consumidor”.

Existem muitas definições para megaeventos e todas refletem duas linhas básicas (dos eventos como parte do processo de *marketing* e dos eventos socioculturais, mas todo megaevento independente de sua motivação é uma reunião especial planejada), como veremos a seguir.

Para Tenan (2002), Zanella (2003) e Matias (2008), os eventos podem ser entendidos genericamente como qualquer acontecimento que foge ao cotidiano de um lugar, de um espaço, de uma cidade, sempre programado para reunir um grupo de pessoas.

O termo “megaevento” tem sido genericamente empregado como um sinônimo de grandes competições esportivas, daí porque frequentemente ele aparece adjetivado como “esportivo”. Uma abordagem dedutiva a partir do que se tem observado indica que têm sido chamadas de megaeventos esportivos as competições internacionais que reúnem um número de atletas, que atinge a casa das centenas ou milhares, em um espaço de tempo de aproximadamente um mês, com potencial de impacto em diferentes setores da sociedade e que possui significativa carga simbólica (TAVARES, 2011).

Assim, as observações apresentadas pelo *Office of Antiterrorism Assistance* do Departamento de Estado norte-americano (OAA, 2012, p. 02), merecem ser citadas considerando as implicações do fator segurança quando tratamos de megaeventos:

O que torna um evento importante ou especial? O tamanho, a natureza e a importância do evento ditam se ele dever ser considerado um evento especial ou importante. Eventos importantes geralmente têm grande abrangência, vários participantes e duram mais de 6 horas. Eles tendem com frequência a ter participação oficial ou do governo. O público em geral é participante ativo, ou incomodado ou exposto ao evento. O evento atrairá a cobertura da mídia que pode ser nacional e/ou internacional. O próprio evento representa um alvo perfeito para oportunidade de

ameaças deliberadas. Com frequência, a jurisdição local é sobrecarregada pelas operações de segurança necessárias para proteger apropriadamente o evento. (OAA, 2012, p. 02).

Embora esteja claro que um megaevento esportivo possa produzir benefícios tangíveis para diversos segmentos, eles não são obrigatoriamente para a comunidade residente, pois as vantagens apresentadas muitas vezes são vagas (CASHMAN, 2002).

Cashman (2002), por outro lado, adverte que é possível que grupos de pressão façam campanhas para afetar os eventos, alegando que o governo deva gastar o dinheiro dos impostos do povo em outros segmentos como saúde, bem-estar e meio ambiente, em vez de festivais esportivos. Sanchez (2010), em entrevista concedida, também fez referência aos impactos negativos (ou segregadores) dos megaeventos, no sentido de que fazem com que a renda se concentre em algumas áreas da cidade, criando situações de desigualdade socioespacial.

Dentro dos megaeventos esportivos existentes (Olimpíadas de verão e de inverno, campeonatos de diversas modalidades esportivas, campeonatos mundiais etc.), o que realmente vai receber nossa atenção serão as Copas do Mundo de futebol, eventos que estão entre os maiores eventos esportivos do planeta.

Ao se tratar de um megaevento esportivo, como uma Copa do Mundo de futebol, os benefícios podem ser vistos de diversas maneiras, a começar pela seleção das cidades-sede, pois quanto maior o número de cidades candidatas, maiores são as “promessas de investimentos”.

Embora o megaevento Copa do Mundo movimente grande volume de pessoas e de capital, causando consideráveis impactos territoriais nas cidades-sede, tal característica nem sempre esteve presente em sua trajetória, pois ao contrário do que acontece hoje, as primeiras edições deste megaevento esportivo não contavam com recursos oficiais ou de patrocinadores privados e suas dimensões eram, obviamente, mais reduzidas.

Entretanto, uma nova tendência surge com o reconhecimento dos megaeventos esportivos como acontecimentos relevantes, com apelo comercial a partir da disseminação das transmissões televisivas como instrumento de propaganda de diversos produtos e serviços de organizações privadas. Portanto, os esportes vivenciam um “boom” articulado por uma poderosa engrenagem de publicidade em escala planetária que, segundo Proni (1998), é determinada por estratégias globais de *marketing* de grandes corporações transnacionais.

Nesse contexto, Almeida, Mezzadri e Marchi Junior (2009, p. 181) sugerem que os megaeventos se constituem em “campo fértil de investigação de relações sociais complexas e paradoxais da sociedade moderna”.

Fica clara a importância deste estudo para a Geografia, explorando a manifestação de Mascarenhas (1999) para reforçar a concepção deste trabalho,

[...] os megaeventos esportivos apresentando-se como abordagem viável e promissora de pesquisa num amplo caminho de investigações geográficas quando o geógrafo pode analisar as transformações significativas na forma e na dinâmica territoriais, pois os megaeventos esportivos podem ainda constituir importante centralidade física e simbólica no interior do espaço urbano (MASCARENHAS, 1999).

Os megaeventos esportivos habitam o imaginário urbano, marcam a memória do lugar, alteram o *status quo* da cidade e atuam sobremaneira na vida cotidiana, criando e alimentando uma importante rede de comunicação urbana. A cidade, a população, o trânsito, a arquitetura, a saúde e a segurança, entre outros, são aspectos da vida urbana que podem se movimentar em função da sua realização gerando transformações que serão incorporadas à cidade.

Portanto, o megaevento esportivo age como uma ferramenta que possibilita transformações muito grandes e rápidas na cidade que quer se transformar e mudar sua imagem, e o megaevento permite que o resto do mundo note isso. Essa postura é decorrente da sociedade da imagem em que vivemos, na qual o visual é extremamente importante.

Por outro lado, os megaeventos esportivos também são portadores e geradores de inúmeros conflitos, apesar da crença de que megaeventos são portadores somente de benefícios. Whitaker (2010) estabelece uma crítica apontando que os megaeventos resultam de processos pouco democráticos e, portanto, alavancam corrupção, intensificam favorecimentos e relações escusas de todo tipo, assim como exacerbam os conflitos inerentes à cidade envolvida: ao invés de trazerem ordem, inversamente, alimentam a desordem, os impactos perversos e as tensões urbanas.

Um dos efeitos negativos diz respeito aos gastos públicos com a infraestrutura desportiva, que, além de serem elevados, normalmente acarretam aumentos de impostos e podem influir no desenvolvimento econômico da região. Contudo, a imagem dos megaeventos esportivos como potencializadores do desenvolvimento urbano é um forte instrumento que faz desses eventos globais crescentemente midiáticos.

É preciso diferenciar impacto de legado, pois enquanto o primeiro ocorre apenas durante o período do evento, o segundo pode vir a surgir a partir de impacto anterior. A ideia da temporalidade do legado é destacada por MacRury (2008, p. 157), que acredita que o legado “é um processo de se passar para as próximas gerações um presente ou herança de conhecimentos, propriedades e atitudes particulares”.

Parece fora de dúvida que a FIFA, ao apontar o Brasil como sede da Copa 2014, o fez pelo fato de acreditar que o país tem condições para tanto, pois é um país de dimensões continentais com farta oferta de bens e serviços, especialmente turísticos. Caso esse legado não se cumpra, a maior pena será a péssima imagem que os turistas (visitantes) terão do país e das cidades-sede, que por um longo período de tempo poderão não os escolher novamente como destinos de suas viagens.

Assim, a realização da Copa 2014, em Curitiba, representa a possibilidade de elevar a demanda turística da cidade e de diversas regiões do Estado, gerando renda e divisas que movimentarão a economia, bem como permitirão ao poder público a adoção de programas e políticas voltados para a melhoria da segurança urbana para turistas e residentes.

Ao tratar a questão da segurança, Gomes Novo (2010) afirma que oferecer segurança é primordial em um megaevento esportivo, bem como é o maior legado que sua realização pode deixar à localidade-sede. Afirma (GOMES NOVO, 2010, p. 49) ainda que “os atos de violência como roubos e sequestros contra turistas criam um enorme mal-estar para quem procura o Brasil como destino turístico ou em um megaevento”.

A violência e a criminalidade são questões que têm preocupado a sociedade brasileira nos últimos anos, assustando aos cidadãos. Isso se explica pelos seus efeitos sobre qualidade de vida das pessoas, assim como sobre o desenvolvimento socioeconômico de qualquer lugar. São fenômenos que têm atingindo níveis tão intoleráveis que fizeram com que o medo fosse incorporado à rotina do cidadão, produzindo mudanças no comportamento e conduzindo para que diversos esforços sejam realizados para ampliar a capacidade de interpretação dos fenômenos relacionados a sua origem, evolução, prevenção e repressão.

Dessa perspectiva, Felix (1989, p. 01) alerta que “[...] o crime constitui-se talvez no maior problema da sociedade urbana”.

Segundo Pedrazzini (2006), o fenômeno da violência é constituído por uma série de situações conflitantes cada vez mais complexas e incontroláveis tanto para o poder público quanto para os especialistas da iniciativa privada, fazendo com que os habitantes do espaço urbano não consigam mais distinguir as violências que os assustam e, conseqüentemente, perdem a capacidade de identificar o “inimigo” ou o “agressor”.

Assim, em espaços urbanos complexos, conhecer o grau de segurança (ou insegurança) e sua interação com os megaeventos permite propor ações, buscando neles obter um viver urbano saudável (SOARES JUNIOR, 2006). E a promoção de megaeventos esportivos pode servir como mecanismo de regeneração de espaços, mediante a criação de ambientes desejáveis para o lazer dos residentes e ainda para o turismo, podendo ser um componente estratégico de recriação da imagem urbana.

Quando falamos em segurança urbana durante um megaevento esportivo estamos tratando de um amplo leque que envolve a segurança de autoridades e atletas participantes, contra o terrorismo, a criminalidade em geral e a criminalidade específica, como, por exemplo, o turismo sexual e os crimes contra turistas (CAMARGO, 2012).

São diversas as teorias explicativas do fenômeno da violência em espaços onde se realizam megaeventos esportivos. Entre esses estudos se destaca o de Cozac (2010), para o qual os espaços esportivos deixaram de representar um espaço para o lazer, transformando-se em verdadeiros campos de guerra, pois, segundo esse autor, nos estádios, o indivíduo integrante de um grupo assume a identidade do coletivo, dissolvendo muitas vezes seus próprios valores em nome de algo maior que si mesmo.

Garantir a segurança em eventos que reúnem multidões é um dos maiores desafios enfrentados por autoridades no mundo todo, e os especialistas são unânimes em afirmar que é impossível garanti-la com 100% de eficácia. Os megaeventos esportivos, em particular, costumam ser alvo preferencial para ações criminosas de um modo geral e atentados ou ataques terroristas, em particular.

O plano de segurança ideal para o espaço urbano onde se realiza um megaevento esportivo baseia-se (em teoria) na gestão de riscos, pois as análises de risco podem mudar, dependendo da localização onde se realizarão os jogos. Dessa forma, torna-se fator determinante a localização geográfica e geopolítica do país que sediará o megaevento.

Um megaevento esportivo como a Copa 2014 requer o planejamento da segurança, em que abranja não apenas a praça desportiva e seu entorno, mas também um amplo espectro da segurança urbana. A visibilidade que a ostensividade do aparato policial nas ruas proporciona durante um megaevento esportivo leva relativa tranquilidade para certos setores da sociedade local, sendo tal presença massiva de forças de segurança uma necessidade real para o combate à criminalidade urbana num cenário desta natureza (RAEDER, 2009).

Dentro da visão estratégica de que os investimentos em um megaevento devem deixar um legado para a sociedade, o planejamento da segurança precisa ter em vista o compromisso de que toda estrutura, criada ou aperfeiçoada, continue funcionando após o encerramento do evento, com a mesma eficácia.

Assim, o planejamento tem que ser amplo o suficiente para fazer frente à prevenção criminal básica até a especializada prevenção ao terrorismo, com base na capacitação do todo pessoal envolvido na segurança (inclusive profissionais privados e voluntários) para agirem com eficácia preventiva e reativa. Mas, o planejamento de segurança para a Copa 2014, em Curitiba ainda não experimentou um avanço significativo.

No entanto, apesar do planejamento para a Copa 2014 ainda parecer incipiente, é possível afirmar que as responsabilidades de cada órgão na área de segurança da Copa do Mundo FIFA 2014 já foram definidas. Adotou-se um “modelo híbrido” com atuação de agentes privados em diversos perímetros, cabendo às autoridades públicas a garantia da segurança nos aeroportos, nos deslocamentos das delegações e nos perímetros de segurança do estádio onde ocorrerão os jogos da competição.

Curitiba e a Copa do Mundo FIFA 2014: rebatimentos sobre a segurança, os impactos e legados

Curitiba, ao sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, requisita investimentos de caráter elevadíssimo na perspectiva de aproveitar este megaevento esportivo para canalizar benefícios e, segundo o Portal da Transparência da Presidência da República (BRASIL, 2012), se observa que no campo da segurança urbana, os investimentos para o mundial, em Curitiba, estarão voltados para capacitação e o treinamento das forças de segurança contra distúrbios civis, prevenção e combate a atos de terrorismo e para o monitoramento eletrônico e estratégico.

Uma ação importante diz respeito à qualificação dos efetivos policiais para interagirem com os turistas que visitarão Curitiba durante o período

da Copa 2014. Para tanto, foram celebrados diversos convênios entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE, destinados à capacitação de bombeiros na prevenção e no atendimento de incidentes; ainda é planejada a reestruturação dos centros de formação da Escola Superior de Polícia Civil e da Academia Policial Militar do Guatupê/Escola Superior de Segurança Pública.

É necessário destacar também a construção de um Centro Integrado de Comando e Controle³, onde se integrará a gestão dos diversos órgãos de segurança que atuarão na Copa 2014. Esse Centro, instalado em Curitiba, será construído pelo Governo do Estado e equipado pelo Governo Federal e estará integrado a centros idênticos nas 12 capitais que sediarão o evento no Brasil. Contudo, não está previsto que esses centros cuidem da segurança urbana, que continuará sendo tarefa dos sistemas de segurança já existentes, pois esses centros estarão ligados aos serviços policiais de rotina, prestados pelo serviço de emergência 190.

Contudo, é possível afirmar que a área da segurança possui a menor participação no montante de investimentos destinados para a Copa do Mundo FIFA 2014, em Curitiba, com estimativa de R\$ 75 milhões (PARANÁ, 2012), bem como até o momento os projetos apresentados ainda não foram consolidados, pois suas execuções, aparentemente, estão atrasadas.

Como é possível observar, o investimento no item segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014 é reduzido, considerando tanto a importância desse megaevento esportivo, quanto os índices de criminalidade observados em Curitiba, e diante da necessidade de prevenção de crimes e a responsabilidade na proteção de espectadores, jogadores e comitivas, entre outros (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

³ Instalação física com capacidade de prover a gestão integrada de operações e a pronta resposta a incidentes críticos de segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

A ideia é que megaeventos esportivos sirvam como motivadores para investimentos na área de segurança urbana, pois são uma oportunidade para avanços e a realização de projetos que deverão ficar para a comunidade. Segurança urbana é um quesito no qual o Brasil tem grande dificuldade em evoluir, não somente no que se refere à segurança da população em geral, como também à violência dentro dos estádios de futebol.

Importante destacar que a “segurança para o turismo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 13) é considerada um dos “fatores críticos de sucesso” para a Copa 2014 pelo Ministério do Turismo dentro do caderno de propostas estratégicas de organização turística das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, elaborado pelo Ministério em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas.

Ainda não é possível ter uma definição precisa do como será a segurança urbana em Curitiba durante a Copa do Mundo FIFA 2014, pois os efeitos deste megaevento esportivo apenas começam a se desenhar, restando acreditar que novos paradigmas para a segurança surgirão e encontram lastro na observação do modelo de segurança urbana utilizados na Copa 2006, na Alemanha, e na Copa 2010, na África do Sul.

No caso da Copa 2010, na África do Sul, o governo investiu U\$ 115 milhões em treinamento e equipamentos no setor de segurança urbana (FIFA, 2012), já que o país registrava alarmantes índices de criminalidade antes daquele megaevento esportivo.

Também, na Minuta do Caderno de Atribuições (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011), se alerta que a cidade-sede precisa de uma estrutura física e organizacional, com bases sólidas, voltadas para uma complexa operação de segurança, com o objetivo de recepcionar, entre outros, os turistas, procurando minimizar problemas de toda e qualquer ordem.

É possível acreditar que as missões constitucionais das forças de segurança municipais, estaduais e federais não sofrerão muitas alterações, limitando-se, no âmbito estadual e dentro de Curitiba, ao fortalecimento estrutural das unidades da Polícia Civil e a manutenção

das operações de controle de distúrbios civis, ao fortalecimento do policiamento ostensivo na parte externa do Estádio Joaquim Américo Guimarães (local dos jogos), dos hotéis, aeroportos, áreas de treinamento e áreas turísticas pela Polícia Militar, mantendo o devido apoio dos órgãos municipais competentes (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011). De concreto, sabe-se que o governo brasileiro está adotando um plano de segurança para a Copa 2014 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012) que garanta a integração e articulação entre os órgãos de segurança nas três esferas de governo, passando pela aquisição de equipamentos e tecnologias.

A Copa do Mundo FIFA 2014 vai requerer uma das maiores operações de segurança já realizadas em Curitiba e em megaeventos esportivos dessa magnitude, a área de segurança urbana deve ser vista por um prisma abrangente, que também englobe ações voltadas aos serviços de urgência, para que estes sejam capazes de responder a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o megaevento.

Dado o elevado nível de mobilização das forças de segurança, será necessário um incremento substancial de capital humano para o desempenho da missão, pois todo aparato deve estar preparado antes mesmo do período de uso exclusivo e assim manter-se até a fase da desmobilização pós-evento. Evidentemente, tamanha movimentação causará enorme impacto sobre a capacidade de prestação cotidiana da segurança urbana e da manutenção da ordem. Embora o sucesso das ações de segurança durante este megaevento esportivo esteja intimamente ligado aos resultados da totalidade das políticas de segurança, necessária é a distinção das ações ordinárias de segurança pública (combate à violência, ao crime organizado, ao narcotráfico, etc.) das ações de segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014, dadas as especificidades desse megaevento esportivo.

Um megaevento provoca uma metamorfose, marcando sua passagem na cidade e na vida das pessoas. Em outras palavras, existe a ideia de que no calor dos megaeventos a cidade fica mais segura por estratégias

especiais de segurança urbana. A população praticamente esquece os medos da rua, e a mídia, que dispensa espaços significativos às narrativas de violência urbana, aparentemente muda o seu discurso e propaga diariamente que a cidade está mais segura.

Assim, sem dúvida, a preparação das forças de segurança é tarefa de enorme complexidade, que exige planejamento, articulação e integração. Embora essa seja uma tarefa complexa, trata-se de verdadeira oportunidade para que a área de segurança experimente grandes avanços, mediante a qualificação dos recursos humanos, a incorporação de novas tecnologias e a integração de sistemas, dentre outros fatores.

Portanto, em um megaevento esportivo de proporções e visibilidade como a Copa do Mundo, garantir a segurança é essencial, embora as cidades-sede possam apresentar desafios específicos relacionados à violência urbana. Na questão específica sobre segurança, Quintella e Brandão (2009, p. 18) manifestam que “a segurança em qualquer megaevento internacional é fundamental para a avaliação do sucesso nacional e internacional do evento”. Do mesmo modo, aludem que “esse sucesso será avaliado, em grande parte, de acordo com a capacidade dos anfitriões em proteger de forma adequada todos os competidores, funcionários do comitê organizador e espectadores importantes presentes no evento”.

A Copa das Confederações em 2013 foi um grande teste para colocar em prática o plano de segurança em algumas cidades-sede, uma vez que aquela competição teve, aos olhos da FIFA, a mesma importância e envergadura para o desenvolvimento das estratégias planejadas para a segurança urbana. Mesmo considerando que o número de pessoas envolvidas foi menor, foi o momento para testar os planos, os equipamentos e as pessoas envolvidas, executando simulações dos planos táticos e operacionais. E o Brasil foi REPROVADO por toda opinião pública nacional e internacional.

Por outro lado, decorrentes desse planejamento, os investimentos em segurança foram pactuados entre a União, os Estados e as cidades-sede para integrar a Matriz de Responsabilidade de Segurança da Copa 2014

(GECOPA, 2012) e as contrapartidas locais serão a disponibilização da estrutura física para instalação dos Centros Integrados de Comando e Controle, além da disponibilização dos efetivos policiais, viaturas e demais equipamentos.

Considerando que uma possível deficiência na segurança urbana é um dos principais problemas que podem impedir o pleno sucesso da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba, e isso merece atenção de administradores e gestores da área de segurança urbana no Município e no Governo do Estado, vale destacar as palavras do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo (VEJA, 2012, p. 20), ao afirmar que:

A violência é um problema que foi muito reduzido dentro dos estádios e que hoje ocorre mais longe dos campos. Para que se reduza ainda mais o risco, os ministérios do Esporte e da Justiça farão um acordo para colocar câmeras nos estádios, banir os torcedores violentos e acompanhar permanentemente as torcidas que usam a internet para marcar brigas. O combate a esses grupos não pode se restringir aos estádios. É preciso acabar com a impunidade para garantir ao torcedor comum o direito de acompanhar o futebol em paz.

Merece destaque também, o sistema de segurança adotado dentro e no entorno imediato dos estádios de futebol, que, seguindo o padrão imposto pela FIFA, é uma ampliação do uso do setor privado na segurança pública. Esse modelo determina que empresas privadas, agentes devidamente autorizados pelo poder público, se responsabilizem por toda a segurança nesses espaços. As empresas privadas serão contratadas diretamente pela FIFA, estando sob a supervisão da Polícia Federal, num modelo que procura estabelecer uma integração entre as forças de segurança pública e a iniciativa privada.

Esse modelo pode gerar conflitos diante do padrão operacional e legal no qual se pauta a atividade policial no Brasil, pois, segundo Ricardo, Siqueira e Marques (2013, p. 202):

As principais bases para o funcionamento equilibrado de um espaço urbano podem ser resumidas da seguinte forma: demarcação clara entre o espaço público e privado, já que essa delimitação auxilia na definição sobre o privado e a coletiva sobre o público, facilitando a ação dos cidadãos sobre os diferentes espaços [...].

O Brasil não tem tradição com esse modelo integrado de segurança nas praças esportivas, no qual os órgãos públicos promovem a tranquilidade da cidade e das vias públicas, até a entrada dos estádios, e o segmento privado desempenha suas funções de segurança patrimonial e de vigilância no interior do estádio. Esse modelo será algo inédito no país e inaugurar um novo conceito de atuação conjunta. Para tanto, estão sendo realizados estudos que demonstrem a melhor maneira de utilização dos assistentes de ordem, ou “*stewards*”, no trabalho integrado ao da segurança pública.

Assim, as forças oficiais de segurança permaneceriam de sobreaviso e só interviriam quando houver grave tumulto e se faça necessária a manutenção da ordem pública, ou quando necessário o emprego do poder de polícia, ou seja, só atuariam dentro das instalações esportivas sob demanda.

Esse modelo atenderia aos padrões internacionais de segurança em megaeventos esportivos nos moldes da Copa do Mundo FIFA 2014, mediante a diminuição da ostensividade das forças oficiais de segurança, dentro de um princípio do uso progressivo e moderado da força, ou como nominado pelos especialistas, “*low profile*”⁴.

Essa experiência não foi feliz durante a Copa 2010, pois os funcionários privados contratados pela FIFA, logo após um jogo realizado em Durban, protestaram sob a alegação de que a organização do megaevento não estava pagando os salários prometidos (BUENO, 2010). Nesse caso, foi necessário que a polícia local ocupasse a segurança dos estádios onde os funcionários contratados não realizaram o serviço para o qual eram responsáveis.

Essa fragilidade do sistema imposto pela FIFA merece ser considerada, pois um imprevisto dessa magnitude iria refletir sobremaneira na segurança urbana em Curitiba.

⁴ Expressão idiomática da língua inglesa que significa “de pouca ou baixa visibilidade”, ou seja, sem alarde, nos bastidores, de pouca divulgação ou publicidade.

Conclusões

A realização da Copa do Mundo FIFA 2014, em Curitiba, é fato consumado. Diante disto, lembra Tavares (2011) que não se trata mais de debater sobre a pertinência ou não de realizá-la, mesmo que a cidade receba apenas quatro jogos e todos na primeira fase da competição, sem qualquer possibilidade de sediar os jogos mais importantes e decisivos.

Diante dessa realidade, cabe à comunidade acadêmica atuar como produtora de análises críticas destinadas a produzir compreensões a respeito das diferentes dimensões que um megaevento esportivo desta escala alcança, problematizando projetos e processos, identificando contradições e efeitos perversos e produzindo conhecimentos para a solução de problemas. Essa conduta envolve muitas questões e desafios que estimulam novos debates e a consequente produção de conhecimento.

Assim, em razão de seu caráter multifacetado, a investigação sobre megaeventos permite intersecções e superposições de saberes no campo da Geografia, e no caso deste trabalho há espaço amplo para a pesquisa acadêmica que identifique os campos de mútua influência entre megaeventos esportivos, espaço urbano e segurança urbana.

Este trabalho procurou construir uma argumentação de que um megaevento esportivo bem planejado é capaz de ajudar e(ou) acelerar diversos aspectos do desenvolvimento local. Porém, não será o megaevento o responsável pelo desenvolvimento, mas, sim, um facilitador dele, diante da convergência dos interesses público e privado, ambos com desejo em realizá-lo, assim como, a mobilização de diversas estruturas para a adequação da cidade-sede. Para que os megaeventos esportivos deixem um legado saudável para as cidades-sede, quando falamos de segurança urbana, deve haver planejamento desde o princípio da organização. Esse planejamento deve ser feito com anos de antecedência, tamanha a gama de atributos necessários a serem contemplados.

Os legados que ficam de um megaevento esportivo para a população e para a cidade-sede, se bem aproveitados pelos organismos responsáveis pela gestão urbana, irão estimular e beneficiar o desenvolvimento de inúmeros segmentos, inclusive do turismo local, pois esta é uma das principais características desses megaeventos.

Por outro lado, se mal planejados, podem se transformar em um grande peso para o governo local e para a população residente. Como exemplo, quase dois anos depois da Copa da África do Sul, a maioria dos estádios construídos para a competição não conseguem atrair eventos suficientes sequer para cobrir seus custos de manutenção e são mantidos integralmente graças ao dinheiro público, e já se calcula que, em alguns casos, custaria menos demoli-los do que pagar por sua manutenção na próxima década.

Contudo, se a experiência de impactos e legados de um megaevento esportivo é pouco transferível, o referencial teórico e as experiências de pesquisa realizadas podem perfeitamente servir de referência. Da mesma maneira, este texto procurou mostrar que sem conhecimento adequado sobre as particularidades das dinâmicas criminais que envolvem um megaevento esportivo, não haverá um diagnóstico capaz de mapear as demandas dos cidadãos, de identificar as prioridades, de orientar a alocação de recursos e de definir de metas adequadas e realistas para produzir os resultados desejados.

A Copa do Mundo FIFA 2014, em Curitiba, deve representar um divisor de águas, fazendo com que a cidade se consagre como metrópole emergente e se junte ao grupo de importantes cidades que buscam lugar de destaque no cenário nacional e, principalmente, internacional. Especialmente quando falamos em segurança urbana.

Ou será a oportunidade de se apresentar como mais uma metrópole que não consegue corresponder às expectativas e as necessidades da população residente com reflexos em sua capacidade de atender a qualquer megaevento de abrangência mundial. Esse é um pressuposto que seduziu investigar.

Assim, a administração e hospedagem de megaeventos esportivos sugerem uma grande oportunidade para mostrar uma cidade perante o cenário global (RIVENBURGH, 2004 e JENNINGS; LODGE 2009), mas também representam uma grande responsabilidade para os governos realizá-los com sucesso, principalmente na questão da segurança urbana.

Porém, autores como Cashman (2002) e Zekulin (2009) ressaltam que os planejadores da segurança urbana não podem fugir da realidade a enfrentar, especificamente pelo processo da análise de riscos no caso de megaeventos esportivos, no que se refere a orçamentos limitados para administrar os recursos necessários.

Não foi intenção deste trabalho buscar explicações, mas sim constatar uma possível ligação entre variáveis com uma forte probabilidade de mútua influência, reconhecendo que a escolha de Curitiba como uma das cidades-sede da Copa 2014 trará consequências positivas e negativas para a população e, especialmente, sob a forma de diversos impactos no campo da segurança urbana.

Megaeventos esportivos são parte da experiência contemporânea e admitem uma competente intervenção por parte da ciência geográfica cabendo ressaltar que desenvolver cenários para o ambiente de segurança urbana decorrentes da Copa 2014, em Curitiba, pode antecipar grandes transformações, visto que esses cenários são criados a partir de variáveis que podem levar a resultados interessantes.

Fica claro que, apesar de Curitiba possuir espaços de violência, existe a possibilidade de que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 torne a vida de residentes e turistas mais segura e confortável. Mas é preciso que os investimentos em equipamentos e em capacitação de pessoal se traduzam em legados positivos de segurança urbana para a cidade de Curitiba.

Por mais que tenham sido comentadas as questões consideradas essenciais para a discussão do tema proposto, muitas delas continuam

abertas. Desse modo, acredita-se que este trabalho é uma contribuição que pode ser analisada, criticada e precisa ser superada.

É adequado citar Corrêa (2003, p.17), para quem “concluir, refazer e iniciar são partes integrantes da trajetória do pesquisador”. Em resumo, este trabalho tentou contribuir, mesmo que modestamente, para o aprimoramento do conhecimento, dentro do domínio que se propõe, tendo escolhido um assunto relevante que mereceu ser investigado cientificamente, pois possui condições de ser delimitado tecnicamente por meio da pesquisa geográfica.

Referências

ALMEIDA, Barbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Considerações Sociais e Simbólicas sobre Sedes de Megaeventos Esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, vol. 21, n.º 32-33, jun./dez. 2009. p. 178-192.

BRASIL. Portal da Transparência. Investimentos em segurança pública. Disponível em: <[http://www.transparencia.gov.br/copa2014/matriz/investimentos-tema.asp?codAreaIntervencao=7&descricao=Segurança Pública](http://www.transparencia.gov.br/copa2014/matriz/investimentos-tema.asp?codAreaIntervencao=7&descricao=Seguranca%20P%C3%BAblica)>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

BUENO, Rodrigo. Jogo da Alemanha termina em conflito entre trabalhadores da Copa e policiais. 13 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldiadia.com.br/index.php/atletismo-e-esporte/35801-jogo-da-alemanha-termina-em-conflito-entre-trabalhadores-da-copa-e-policiais>>. Acesso em: 05 de julho de 2012.

CAMARGO, Carlos Alberto. A segurança na Copa do Mundo de 2014. Disponível em: <http://www.br.g4s.com/upload/downloads/artigo_copa.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2012.

CASHMAN, Richard: **Impact of the Games on Olympic host cities: university lecture on the Olympics**. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2002. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman>>. Acesso em: 05 de julho de 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise crítica de textos geográficos: Breves Notas. **GeoUERJ** (Revista do Departamento de Geografia), n.º 14. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. p. 07-18.

COZAC, João Ricardo. Equilíbrio para a derrota e para a vitória. **Revista Psique – Ciência & Vida**, ed. n.º 56, setembro/2010. São Paulo: Escala, 2010. p. 26-27.

FELIX, Sueli Andrucio. **Geografia do crime: Análise da bibliografia da criminalidade numa perspectiva espacial**. 195p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Marília. Marília: UNESP, 1989.

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*. Por estádios mais seguros. 02 de abril de 2012. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/footballgovernance/news/newsid=1609926/index.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2012.

GECOPA – Grupo Executivo da Copa. Matriz de Responsabilidade de Segurança. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/10012012_matriz_seguranca.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2012

GOMES NOVO, Gilson. Turismo em Pauta. **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo** – n.º 2 (2010). Rio de Janeiro: CNC, 2010. p. 45-50.

JENNINGS, Will; LODGE, Martin. Governing mega-events: tools of security risk management for the London 2012 Olympic Games and FIFA™ 2006 World Cup in Germany. Paper for the 59th Political Studies Association Conference, Manchester, 8 April 2009. Disponível em: <<http://epress.lib.uts.edu.au/dspace/bitstream/handle/2100/997/Jennings.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

MACRURY, Ian. Legado Olímpico: Regeneração Social e Cultural. *In: DaCosta, Lamartine et al (Orgs.). Legados dos Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 153-160.

MASCARENHAS, Gilmar. À Geografia dos Esportes. Uma Introdução. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. n.º 35, 01 de marzo de 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-35.htm>>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2010.

MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas, v. 01, n. 02 outubro de 2008. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, 2008. p. 175-198.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Comando e Controle**: Abordagens, Conceitos e Características Fundamentais. Brasília: Comissão Especial de Segurança Pública/MJ, 2010.

_____. **Minuta do Caderno de Atribuições**: Copa do Mundo 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

_____. **Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA™ BRASIL 2014**. Janeiro de 2012. Brasília, Ministério da Justiça, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Proposta Estratégica de Organização Turística** - Copa do Mundo 2014, Brasil. Brasília: MTur, 2010.

OAA - Office of Antiterrorism Assistance do Departamento de Estado norte-americano. Major Event Security Management. Module 3: History of Major Event Security. Brasília, 2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. Eixo 2 - Equipamentos e Serviços Urbanos. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/projetomegaeventos/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=350>. Acesso em: 04 de agosto de 2012.

PARANÁ. Secretaria Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014. **Relatório da Reunião da Câmara Temática da Segurança**. Realizada em 23 de março de 2012. Disponível em <<http://www.copa2014.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=142>>. Acesso em 18 de junho de 2012.

PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das Cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. 187p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física/UNICAMP. Campinas: FEF/UNICAMP, 1998.

QUINTELLA, José Eduardo; BRANDÃO, André Luiz Lima (Coord.)
Elaboração de Sistema de Orçamentação de Eventos Esportivos e de Estudos em Instalações Esportivas e Acomodações Necessárias para apoiar a atuação do Governo Federal na Candidatura Rio 2016. Produto 28 - Relatório de Diagnóstico de Situação Atual da Segurança. Projeto para a Secretaria Executiva – Ministério do Esporte. Rio de Janeiro: Ministério do Esporte, 2009.

RAEDER, Sávio. Esporte e sociedade: Conflitos no ordenamento territorial. Ano 04, n.º 10. **Observatório das Favelas**. Fevereiro, 2009.

RICARDO, Carolina de Mattos; SIQUEIRA, Paloma Padilha de; MARQUES, Cristina Redivo. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 07, n.º 01, fev/mar. São Paulo: RBSP, 2013. p. 200-216.

RIVENBURGH, Nancy. The Olympic Games, media and the challenges of global image making: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olímpics (IOC-UAB), 2004. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/rivenburgh.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2012.

SÁNCHEZ, Fernanda Ester. Megaeventos, o jogo continua. Entrevista PPLA Seminário 2010 Política, Planejamento. Disponível em: <<http://coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=28>>. Acesso: 12 de novembro de 2011.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5.ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SHEARING, Clifford. A relação entre policiamento público e policiamento privado. In: Tonry, Michael; Morris, Norval (Orgs.). **Policiamento Moderno**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora EDUSP, 2003. p. 427-462.

SOARES JUNIOR, Nelson Argentino. **Turismo Urbano e Criminalidade: Uma correlação curitibana no século XXI**. 187p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.

TAVARES, Otávio. *Megaeventos Esportivos*. v. 17, n. 03, jul/set de 2011. Porto Alegre: Movimento, 2011. p. 11-35.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. *Eventos*. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: ALEPH, 2002.

VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: Arantes, Otília; Vainer, Carlos Bernardo; Maricato, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VEJA (Revista). *Nossa seleção está vulgarizada*. Entrevista concedida pelo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Revista Veja, ed. nº 2.287, ano 45, nº 38. 19 de setembro. São Paulo: Editora Abril, 2012. p. 17-21.

WHITAKER, João. *Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento*. Entrevista concedida no Seminário 2010 - Política e Planejamento. Disponível em <<http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual do Organizador de Eventos**. São Paulo: Atlas, 2003.

ZEKULIN, Michael. *Olympic Security: Assessing the Risk of Terrorism at the 2010 Vancouver Winter Games*. **Journal of Military and Strategic Studies**. v. 12, Issue 1, Fall 2009. Disponível em: <<http://www.linkbc.ca/torc/downs1/2010security.pdf>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2011.

ANÁLISE DOS MODELOS QUE LEGITIMARAM A ESCOLHA DO ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO GUIMARÃES PARA SEDE DOS JOGOS NA COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM CURITIBA¹

Márcio Lucino de Quadros

Apresentados recorrentemente como novos elementos da atual condição global, os megaeventos esportivos tornam-se estratégia governamental importante na busca pela inserção da cidade no circuito mundial de valorização. Essa iniciativa, embasada no conceito de planejamento estratégico, revela um caráter de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996, p.53), no qual a busca por investimentos, juntamente com as coalizões público-privadas, instaura uma verdadeira “guerra” entre os lugares (SANCHÉZ *et al.*, 2004, p.42). As cidades, em seus diversos aspectos, também podem ser analisadas em face dessas mudanças. De acordo com Sanchéz *et al.* (2004, p.41.), as cidades incorporam tendências do fenômeno da globalização por meio de elementos “produzidos com vistas a ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização”. Nesse contexto, destaca-se a importância de um posicionamento estratégico global também por parte dessas cidades, as quais logo se apropriam de novas estratégias urbanas, apostando,

¹ O trabalho é parte do projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo em Curitiba e também como conclusão do curso de Pós-Graduação em Análise Ambiental, do Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, concluído antes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

sobretudo no “crescimento econômico da competitividade”, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado (OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2009, p.2). A Copa do Mundo, ocasionalmente concebida como política de Estado, configura construções importantes para o imaginário popular, edificada como estrutura em benefício dos cidadãos e executados com o apoio popular. Sua implantação acaba por desenvolver um ufanismo patriótico, um sentimento de “patriotismo de cidade” (VAINER, 2000, p.94), no qual ações contrárias ao evento sinalizam uma postura contrária à própria pátria.

Os megaeventos esportivos são amplamente reconhecidos como ícones urbanos devido a sua condição de “Arquitetura do Espetáculo” (ARANTES, VAINER e MARICATO, 2000, p.22) utilizados também na forma de controle social (DEBORD, 1997). O privilégio da construção de grandes obras, facilmente percebidas pela população, gera aproximação simbólica social e ao mesmo tempo acaba por desviar eventuais investimentos que deveriam ser destinados para outras áreas, como saúde, moradia e infraestrutura básica. A Copa do Mundo no Brasil em 2014 se apresenta como ferramenta de alteração física das cidades, promovidas por um planejamento que atenda a essa finalidade e ao planejamento urbano da própria cidade.

Dentre as várias dimensões abrangidas por esse processo, o presente texto se dedica a buscar elementos que respondam aos questionamentos referentes à escolha de um estádio privado para receber os jogos na cidade de Curitiba, procurando analisar se essa foi a melhor opção, dentre outras possibilidades e estruturas existentes, além do legado que tal investimento poderá deixar, como reflexo da realização do evento e a quem deverá beneficiar.

Nas novas formas de gestão urbana, que refletem as transformações sofridas pelas cidades nos últimos anos, os megaeventos esportivos configuram uma importante ferramenta de renovação urbana, pois da mesma forma que se tornam reflexo de relações internacionais de poder, também são produtos de venda das cidades, as quais acabam ganhando

importância de mercado. Esses eventos são cercados por investimentos públicos e privados, que aceleram o desenvolvimento e são capazes de promover verdadeiras reformas urbanas, possuindo também impactos em questões sociais.

Como elemento necessário para a realização da Copa do Mundo, os estádios de futebol, hoje transformados em Arenas Esportivas, recebem especial atenção da mídia, pois carregam a função da arquitetura icônica e de materialização de um possível sonho popular. Essas estruturas constituem um legado, que deve abrigar não somente o evento com impactos imediatos e efêmeros, mas fazer parte de um projeto que busque apresentar toda a cidade, como beneficiária do processo.

Enquanto se observam os benefícios gerados pela realização da Copa do Mundo, também simultaneamente percebemos uma série de incoerências nas diversas etapas na concepção dessa estrutura. No Brasil, em um cenário de disparidade social, de grandes demandas por habitação e diversos problemas de infraestrutura urbana, os investimentos públicos realizados em uma estrutura privada, no caso o estádio Joaquim Américo Guimarães em Curitiba, nos remete a pensar o porquê da escolha deste estádio, comparando com outras possibilidades mesmo que também privadas, analisando os reflexos e a quem esses investimentos de fato irão beneficiar.

Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar os processos metodológicos utilizados pela Federação Internacional das Associações de Futebol (FIFA) na escolha de um estádio para sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, além de compreender as estruturas dos principais estádios existentes em Curitiba, buscando compará-las às necessidades de investimentos, bem como os valores necessários para tal e identificar os possíveis legados deixados pós-realização do evento em relação à obra do estádio, tanto para o poder público quanto para o privado.

Materiais e procedimentos metodológicos

Este estudo constituiu-se de uma análise dos critérios estabelecidos para a legitimação do estádio Joaquim Américo Guimarães como sede dos jogos da Copa do Mundo 2014 na cidade de Curitiba. O estádio encontra-se localizado no Bairro Água Verde, região noroeste da cidade, em local onde o zoneamento urbano é do tipo Residencial ZR4, sendo, sob o ponto de vista de infraestrutura sociocultural, um bairro considerado consolidado.

Para seu desenvolvimento realizou-se, também, a análise das outras opções de estádios da cidade de Curitiba, são eles: Estádio Major Antônio Couto Pereira, localizado no bairro Alto da Glória, região norte da cidade; Estádio Durival de Brito e Silva, localizado no bairro Rebouças, região norte da cidade; Estádio Pinheirão, localizado no bairro Tarumã, região nordeste da cidade (Figura 1).

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTÁDIOS DE FUTEBOL DA CIDADE DE CURITIBA



FONTE: Elaborado pelo autor. Base cartográfica IPPUC (2010)

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio do qual foram identificados e analisados os trabalhos (livros, teses, artigos, relatórios etc.) que reportam o conhecimento sobre os megaeventos esportivos e seus desdobramentos nas infraestruturas urbanas, em especial a realização de Copas do Mundo. Foi realizado, também, um levantamento dos discursos e das ações realizados pelos governos estadual e municipal desde a confirmação de Curitiba como sede do evento, a fim de que se pudesse analisar cronologicamente a sistematização dos fatos que culminaram na indicação do estádio em questão para sede dos jogos da Copa 2014. O trabalho também buscou sintetizar a descrição do caderno de encargos da FIFA, com os critérios que são estabelecidos como pré-requisitos para a candidatura de um estádio-sede.

Para o julgamento e desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o procedimento de análise Swot², realizada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-PR) em novembro de 2008, o qual produziu um WorkShop sobre a Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba, dos estádios existentes na cidade e suas redes de infraestruturas que poderiam sediar o evento. Como parte complementar também foi utilizado o Zoneamento de Uso do Solo, disponibilizado pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Curitiba), imagens de satélites e mapas, a fim de que se pudesse observar melhor e estudar os bairros e as regiões dos estádios em questão.

A terceira e última etapa buscou relacionar, por meio dos elementos coletados, a legitimação ou não na escolha do estádio Joaquim Américo como sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba, bem como identificar os desdobramentos que essa indicação poderá gerar em termos socioeconômicos em nível local, municipal e até mesmo estadual.

² A Análise SWOT ou Análise FOFA ou PFOA (Potencialidades, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa.

Curitiba como subsede da Copa do Mundo FIFA 2014 e a indicação do estádio Joaquim Américo Guimarães

Apesar de ser apontado e conhecido como o país do futebol, o Brasil possui suas infraestruturas “futebolísticas” bastante obsoletas e defasadas, se compararmos com outros mercados mundiais como o europeu, por exemplo. A maior parte dos estádios brasileiros data sua construção a década de 1970, sendo bastante antigos. Apresentam, portanto, poucas inovações tecnológicas, poucas condições de segurança, muitas vezes sendo construídos em locais inadequados, sem contar a falta de comodidade ou conforto para os torcedores que os frequentam. Retratam uma época em que os estádios eram estruturas de concreto “armado”, muito mais preocupados com a quantidade de torcedores, que propriamente com a qualidade para acompanhar o espetáculo.

O conceito atual de estádio vai muito além de um simples local que possa receber uma partida de futebol. Atualmente, o conceito abrange o termo Arena Esportiva, ou seja, uma praça que representa mais que a sede de uma partida e sim que possa proporcionar segurança, fácil acesso, comodidade além de arquitetonicamente ser considerada sempre inovadora. A realização da Copa do Mundo exige esses modelos de Arena como um pressuposto para a ocorrência do evento. Nesse sentido, o Brasil precisou, e na realidade ainda precisa, passar por um amplo processo de reformulação e reestruturação de suas praças esportivas a fim de que o Megaevento possa transcorrer na mais adequada condição.

Cobertura sofisticada para as arquibancadas, estacionamento para mais de 10 mil veículos, espaço para milhares de jornalistas e convidados VIP (*Very Importante Person*). Os estádios que serão construídos ou reformados para a Copa 2014 devem cumprir uma extensa lista de exigências da Federação Internacional das Associações de Futebol (ver Quadro 1) para ganharem o privilégio de sediar de três a cinco partidas do Mundial. Desde a segurança e o conforto do torcedor, passando pelo acesso ao estádio e requisitos de construção sustentável, até uma atenção enorme dada às transmissões midiáticas e aos patrocinadores

da FIFA, a entidade indica uma série de normas e recomendações. As demandas foram reunidas em um caderno de 250 páginas publicado em 2004. Com o nome de *Football stadiums technical recommendations and requirements*, o manual foi elaborado para orientar a construção e reforma dos estádios alemães da Copa de 2006 e serviu de guia para os anfitriões das Copas de 2010 e 2014, respectivamente, a África do Sul e o Brasil.

QUADRO 1 - MANUAL DE ESTÁDIOS FIFA: CRITÉRIOS PRINCIPAIS

<p>Realização de um estudo de viabilidade, que deve ter em conta o tempo de vida útil dos estádios modernos com no mínimo 30 anos.</p>
<p>Mínimo de 30 mil assentos para jogos internacionais, cinquenta mil para um jogo final de Copa das Confederações, e 60 mil para a final de uma Copa do Mundo.</p> <p>O estádio deve ser construído em terreno rebaixado.</p>
<p>Estacionamentos para carros e ônibus ao redor do estádio, além da oferta de meios de transporte de massa.</p> <p>O terreno do estádio deve ser grande o suficiente para permitir futuras readequações ou ampliações.</p>
<p>Adaptar o equipamento para receber shows, festivais e outros eventos de grande porte, a construção de pistas de atletismos não é recomendada, a menos que haja dispositivos, como arquibancadas retráteis, que adéquem o estádio às duas modalidades.</p>
<p>O estádio deve ter assentos individuais com largura mínima de 47 cm, com encosto de pelo menos 30 cm de altura, distantes entre si 85 cm.</p> <p>Os corredores de acesso e as fileiras de arquibancada devem ser sinalizados e todos os assentos devem ser numerados .</p> <p>A FIFA recomenda a construção de vinte sanitários e sete pias para cada mil mulheres, e de dez urinóis e cinco sanitários e pias para cada mil homens.</p>
<p>Os vestiários de visitantes e anfitriões devem ter ao menos 150 m² e itens idênticos de conforto.</p> <p>Todos os vestiários devem ter seu próprio corredor de acesso ao campo. Os túneis podem convergir próximo ao gramado.</p> <p>A entrada do gramado deve ser protegida por um túnel telescópico à prova de fogo .</p> <p>O túnel impede que os jogadores sejam atingidos por objetos eventualmente atirados pela torcida.</p>
<p>Os estádios devem ter uma sala de controle de segurança com visão panorâmica e câmeras de vigilância interna e externa.</p> <p>Deve haver ao menos uma sala de primeiros socorros, a qual o público possa acessar facilmente estando dentro ou fora do estádio.</p>
<p>Gramados com 105 m de comprimento por 68 m de largura. Principais qualidades de um gramado são a maciez e o nivelamento.</p> <p>Além de drenagem, campos com grama natural devem ter um sistema de irrigação para épocas secas e, em climas frios, aquecimento subterrâneo para evitar o congelamento.</p>
<p>Estádios para 60 mil torcedores devem ter ao menos 10 mil vagas para carros e 500 para ônibus. O ideal é que o estacionamento seja adjacente ao estádio, mas a FIFA aceita vagas até um perímetro de 1,5 Km do estádio.</p>

FONTE: FIFA: Football stadiums technical recommendations and requirements, 2004

Com a confirmação da cidade de Curitiba como uma das subsedes da Copa do Mundo FIFA 2014, foi necessário buscar a indicação de um estádio local que pudesse atender às exigências do caderno de encargos para a realização do evento. É evidente que não existia nenhum com tais características, porém foi necessário avaliar os modelos existentes, a fim de indicar o mais adequado no quesito técnico, como o custo, benefício e tempo de execução das obras. Com base nesse processo, quatro opções se mostraram plausíveis, foram elas: estádio Durival de Brito e Silva, estádio Major Antônio Couto Pereira, estádio Joaquim Américo Guimarães e o Centro Esportivo Pinheirão.

Os arquitetos e urbanistas da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Paraná (AsBEA-PR) e os cursos de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, da PUCPR e da Universidade Positivo, produziram em novembro de 2008, para o Workshop Curitiba Copa FIFA 2014, uma análise Swot, das opções de estádios em Curitiba. Como exercício de investigação, foram levantados os seguintes aspectos: potencial de regeneração urbana (debilidades e potencialidades), programas de espaços físicos de curto, médio e longo prazo (aspectos ambientais, acessibilidade universal e mix de atividades), tipologias existentes (antigos e novos paradigmas) e gestão (utilização dos espaços, programação das atividades e manutenção das edificações e equipamentos).

Análise SWOT dos principais estádios de Curitiba

Ao mesmo tempo em que são apresentados como elementos que “subordinam o local aos interesses globais” (OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2009, p.4) a realização da Copa do Mundo também se torna fortalecida, por pressões locais e por grupos que se beneficiam de sua realização. Dessa maneira, tem constituído um dos principais instrumentos de planejamento urbano adotado recentemente. Em países mais desenvolvidos, fala-se de uma “Renascença Urbana” (ULTRAMARI, REZENDE, 2007, p.8), devido principalmente à capacidade que tais projetos possuem de reestruturação do espaço. Nesse sentido, apesar da importância em termos econômicos e, sobretudo, políticos na realização

de grandes eventos, o encontro entre os arquitetos Urbanistas e os respectivos cursos de Arquitetura e Urbanismo das Universidades, citado anteriormente, não teve como finalidade discutir problemas inerentes a esse processo, mas sim soluções urbanísticas que fossem possíveis, viáveis e necessárias, independentemente do local em que fossem realizados os eventos esportivos, uma metodologia de diagnóstico com o intuito de avaliar os estádios que poderiam sediar os jogos, são eles: estádio Durival de Brito e Silva, estádio Couto Pereira, estádio Pinheirão e estádio Joaquim Américo. Essa metodologia constitui-se no modelo denominado de SWOT (Potencialidades, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e seus resultados serão apresentados a seguir.

Estádio Durival de Brito e Silva (Paraná Clube - Gestão privada)

FIGURA 2 - ESTÁDIO DURIVAL DE BRITO E SILVA



FONTE: Instituto IAB-PR - 2008

Potencialidades: proximidade com equipamentos de lazer, hotelaria e comércio; transporte coletivo e áreas verdes.

Debilidades: proximidade com áreas de aglomerados subnormais (favelas), malha urbana fechada, pouca área de estacionamento, atingimento com o rio Belém, visuais desfavoráveis.

Ambiente: relevo pouco acidentado, presença do rio Belém e proximidade com o Jardim Botânico.

Acessibilidade: fácil acesso com aeroporto, rodoferroviária e transporte coletivo.

Atividades: intensa vida urbana com shoppings, hotéis e equipamentos de lazer.

Tipologia existente: estádio paradigma (utilizado na Copa 1950) pouco estruturado.

Em 2009, quando Curitiba oficialmente foi anunciada como uma das cidades-sedes da Copa do Mundo do Mundo FIFA 2014, a diretoria do Paraná Clube, presidida na época por Aurival Correia, logo declinou do convite para ter o estádio como sede, em função das fortes exigências da FIFA, envolvendo remodelação do estádio para atender ao seu padrão.

Além da dificuldade financeira enfrentada pelo clube, inviabilizando qualquer possibilidade de investimentos, tramita na justiça, desde 1971, uma ação judicial pela posse da área onde se encontra o estádio, pertencente à antiga Rede Ferroviária Federal S.A. Ainda se busca um acordo para essa ação ter fim e o estádio ser entregue, do Governo Federal para o Estadual, podendo desta forma ser utilizado pelo Paraná Clube, sucessor do Clube Atlético Ferroviário, que foi o responsável pela construção do estádio em 1947.

Dessa forma, a ausência de recursos financeiros por parte do clube, hoje proprietário, além de pendências judiciais com a posse definitiva do terreno inviabilizaram qualquer tentativa de indicação dessa sede, sendo que ainda seria necessário um alto investimento para a construção de um novo estádio, já que a estrutura atual é completamente fora de possibilidade. Na época, por intermédio de fontes não oficiais, estimou-se em algo próximo a R\$ 400 milhões de reais.

Estádio Major Antônio Couto Pereira (Coritiba Foot Ball Club - Gestão Privada)

FIGURA 3 - ESTÁDIO MAJOR ANTÔNIO COUTO PEREIRA



FONTE: Instituto IAB-PR - 2008

Potencialidades: proximidade com a rede hoteleira e infraestrutura do centro da cidade.

Debilidades: pouco equipamento esportivo, necessidade de intervenções de grandes proporções, difícil aproveitamento da infraestrutura existente, sem área própria de estacionamento, sem possibilidade de área de expansão junto à consolidada área residencial.

Ambiente: posição topográfica privilegiada, poucos equipamentos urbanos e integrado ao transporte público existente.

Acessibilidade: relativa conexão com o aeroporto, possível conexão com futura estação de metrô, circunscrito em malhas urbanas com vias estreitas.

Atividades: área de treino e uso para grandes eventos.

Tipologia existente: possibilidade de diversas atividades esportivas.

Apresentando uma enorme dívida financeira, algo superior a R\$ 100 milhões de reais, o Coritiba Foot Ball Club, na época presidido por Jair Cirino (2008-2011), logo rechaçou a possibilidade de investimentos no Couto Pereira para sediar a Copa. A saída seria buscar uma parceria com empresas privadas que pudessem arcar com os custos das obras. O grande problema é que empresas interessadas neste tipo de empreendimento também buscam ampliar as arenas esportivas para outras formas de uso, como, por exemplo, Shoppings Centers.

Em função da natureza do bairro, consolidado como residencial, e suas vias urbanas estreitas, não é possível viabilizar o interesse dessas grandes empresas. Além do mais, o terreno é insuficiente para as obras, o que tornaria o custo ainda mais alto com o processo de desapropriação, em um dos bairros com o maior custo de solo da cidade. Com a inviabilização de ampliar o projeto de uma arena esportiva e consequente desinteresse de investimentos por parte da iniciativa privada, o clube não assumiu o compromisso e logo descartou seu estádio como uma possível sede. A solução seria a aquisição de um novo terreno em outro local da cidade, porém essa proposta com o tempo mostrou-se inviável pelo custo elevado (algo em torno de R\$ 450 milhões de reais) e resistência de membros do conselho do clube e até mesmo torcida em deixar o Alto da Glória.

Estádio Pinheirão (Federação Paranaense de Futebol - Gestão Pública)

FIGURA 4 - ESTÁDIO PINHEIRÃO



FONTE: Instituto IAB-PR - 2008

Potencialidades: facilidade de acesso com a cidade e região metropolitana, disponibilidade de área para ampliação, proximidade com outros equipamentos esportivos e com universidades.

Debilidades: poucos equipamentos comerciais, gastronômicos e de lazer; carência de rede hoteleira e pouca integração social com área residencial.

Ambiente: local aberto e proximidade com grandes equipamentos urbanos.

Acessibilidade: facilidade de acesso para Curitiba e região metropolitana, acesso pela Linha Verde, com transporte de massa, privado e bicicletas.

Atividades: ativação de áreas para comércio e hotelaria.

Tipologia existente: estádio parcialmente construído com tipologia inadequada.

Atualmente apontado como um “elefante branco” na cidade de Curitiba, o estádio Pinheirão poderia ser uma opção, desde que tivesse sua atual estrutura totalmente substituída. A construção de um novo estádio no local seria a única saída para colocá-lo como sede.

Por se tratar de uma estrutura de domínio público os investimentos poderiam ser mais transparentes uma vez que diferentemente das outras opções, de gestão privada, a sociedade seria a fiscalizadora direta da obra e proprietária ao seu fim.

Porém, esse foi o principal problema enfrentado, sem a iniciativa privada o poder público teria que assumir a total realização das obras e o alto custo (algo em torno de R\$ 480 milhões de reais) mostrou-se com o tempo inviável, uma vez que o retorno desse investimento seria bastante questionável, já que os clubes de Curitiba não teriam interesse em usar o estádio posteriormente, pois já possuem suas praças esportivas a custos bem mais baixos. O risco de abandono após a Copa do Mundo, além de pendências judiciais do terreno como a enorme dívida da proprietária,

a Federação Paranaense de Futebol, foram aos poucos afastando a indicação do estádio, o qual ainda teria que enfrentar o poder privado, que aguarda há anos a liberação na região (Jóquei Clube) para a construção de seu empreendimento, um Shopping Center.

Localizado em uma área residencial, as obras não se limitariam apenas ao estádio e sim principalmente ao entorno, o qual apresenta vários problemas estruturais e irregularidade de questões fundiárias. Apesar de representar um custo bastante elevado, os benefícios da indicação do Pinheirão representariam não só a materialização de uma praça esportiva, mas uma transformação social em uma área carente em investimentos.

O questionamento que devemos fazer é justamente esse, não seria mais válido ou não seria o principal objetivo, ao sediar megaeventos internacionais, utilizá-los como requisitos para benefícios frutíferos e, acima de tudo, transformadores de realidades sociais? Certamente sim, pois, apesar do custo financeiro, elementos como a regulamentação fundiária, por exemplo, tornariam de fato legados incontestáveis e transformadores, justificando o esforço e investimentos para a realização desse grande evento em Curitiba.

Estádio Joaquim Américo Guimarães - Arena da Baixada (Clube Atlético Paranaense- Gestão privada)

FIGURA 5 - ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO- ARENA DA BAIXADA



FONTE: Instituto IAB-PR-2008

Potencialidades: instalações atualizadas semicompletas; estacionamento próprio; fácil acesso com o aeroporto e região metropolitana; existência de áreas verdes; praça aberta em frente ao estádio com possibilidade de múltiplo uso.

Debilidades e ambiente: trânsito conturbado, pouco estacionamento público, calçadas estreitas, bairro consolidado provido de infraestrutura socioeconômica e carente em rede hoteleira.

Acessibilidade: transporte de massa existente, possibilidade de conexão com futuro metrô através de túnel de ligação e acesso direto com o estádio, estacionamento sob a praça.

Atividades: multifuncionalidade de uso com outros esportes, shows, eventos e escola de esportes.

Tipologia existente: novo projeto já em execução com equipamentos multifuncionais destinados à população.

O estádio Joaquim Américo Guimarães, popular Arena da Baixada, pertencente ao clube Atlético Paranaense, é um dos mais novos estádios inaugurados no Brasil, antes da confirmação do país como sede da Copa do Mundo FIFA 2014, construído no ano de 1999.

Considerado, à época, um dos estádios mais modernos da América Latina, já atendia ao conceito de Arena Multiuso. Apresentava, assim, suas estruturas muito próximas às exigências da FIFA e nesse sentido seria em Curitiba a melhor opção, não só em função das poucas adequações que seriam necessárias, bem como o custo total de obra, que tenderia a ser muito mais viável que a construção de um novo estádio ou a modernização de obsoletas estruturas existentes na cidade.

O Clube Atlético Paranaense se habilitou e assinou o compromisso da Matriz de Responsabilidades, comprometendo-se a fazer um estádio padrão FIFA, desde que o Governo e Prefeitura assumissem um acordo tripartite. A saída foi criar o Potencial Construtivo, em Lei Municipal, aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba. Em 2009, quando a

cidade foi indicada oficialmente como sede, a engenharia financeira foi aprovada e o financiamento do FDE-Agência de Fomento (via BNDES) foi liberado (valor total do financiamento: 131 milhões de reais, o equivalente a menos de um terço do que seria aplicado nas outras opções de estádios).

Segundo o governador em exercício à época, Orlando Pessuti, a indicação do Joaquim Américo Guimarães, como sede da Copa do Mundo na cidade de Curitiba, atendeu a critérios técnicos e financeiros mais adequados, além de poder proporcionar um tempo de construção mais viável, abrindo as possibilidades de consolidar Curitiba no posto de sucesso na realização do evento.

Apesar dessa situação favorável, observa-se que a Arena da Baixada teve que ser quase totalmente refeita, pouco restando da estrutura precedente. Também os valores envolvidos na sua adequação tiveram grande elevação, passando dos 131 milhões previstos em 2009, para os atuais 265 milhões em 2013, além da crescente parcela de participação de recursos públicos para a efetivação da obra, incluindo desapropriações no entorno do terreno da Arena.

Considerações finais

A conceituação de megaeventos esportivos ultrapassa os limites espaciais, físicos e arquitetônicos de um projeto, sendo entendido no presente texto dentro de um cenário macroeconômico de acumulação de capital, edificado durante o período Pós-Guerra de reestruturação, compondo uma condição pós-moderna de leitura mundial (OLIVEIRA, 2011; HARVEY, 1992; NOBRE, 2000). Desse modo, a Copa do Mundo, muito mais do que grandes estruturas urbanas com impacto imediato na malha das cidades, deve ser compreendida como condicionante do espaço-tempo, refletindo efetivamente a situação urbana de acumulação capitalista.

Figuram-se em um cenário cuja economia “contém tanto as capacidades para uma enorme dispersão e mobilidade geográficas quanto as acentuadas concentrações territoriais necessárias para administração e

manutenção dessa dispersão” (SASSEN, 2010, p.27), ou seja, admitem a expansão e reprodução capitalista ao mesmo tempo em que assumem posturas de concentração de investimentos, até mesmo desenvolvendo cidades com características globais.

Nesse sentido, a reformulação do estádio Joaquim Américo Guimarães ultrapassa os limites espaciais, físicos ou arquitetônicos do projeto, pois muito mais que uma grande estrutura urbana com impacto imediato na malha da cidade de Curitiba, deve ser compreendida como condicionante do espaço-tempo.

Dessa forma, admite a expansão e reprodução capitalista ao mesmo tempo em que assume postura de concentração de investimentos, desenvolvendo o seu entorno e gerando benefícios imediatos a uma parcela privilegiada, sobrepondo, portanto, um interesse individual sobre o coletivo.

Entretanto, mesmo compondo a indicação mais coerente pelos critérios técnicos como custos e tempo de construção, ainda goza de divergências conceituais, gerando grupos opositoristas e defensores na concepção e implantação dessa estrutura, pois se trata de investimentos públicos, que serão realizados no âmbito privado, representando custos sem um retorno imediato e possivelmente não transferidos de forma democrática e eficiente para toda a sociedade.

Destaca-se, também, que os critérios da Federação Internacional das Associações de Futebol (FIFA), para legitimar a sede do evento, também podem e devem ser questionados, pois os itens apontados exigem investimentos que nos remetem a refletir na diferença entre “conforto” e “comodidade”. O manual *Football stadiums technical recommendations and requirements*, elaborado pela FIFA para orientar a construção de estádios, obedece a interesses acima de tudo empresariais, o que de certa forma acaba por direcionar o padrão e o estádio que a Federação deseja, e não necessariamente para o mais adequado.

Apontado como o mais próximo dos modelos internacionais, o estádio Joaquim Américo Guimarães, segundo o Sindicato da Arquitetura e

da Engenharia (SINAENCO, 2013), a menos de um ano do evento, é o mais atrasado em termos de conclusão das obras entre os doze estádios brasileiros. Obras, essas, que também dobraram de valor em relação à estimativa inicial (2009 -131 milhões e em 2013- 265 milhões).

Nesse sentido, devem se gerar questionamentos também de que a realização do evento no Estádio Pinheirão, de domínio público, poderia ser uma alternativa mais interessante. Além de envolver uma estrutura que tenderia a ser utilizada de forma mais democrática e justa por praticamente toda a população, representaria também um enorme benefício ao bairro, por meio de uma regulamentação fundiária no entorno do estádio e implantação de infraestruturas, as quais teriam um benefício perene de longevidade.

O custo da readequação do estádio poderia vir acompanhado de um grande processo de urbanismo nessa porção ainda carente da cidade, representando um grande salto no que diz respeito ao desenvolvimento social, o qual poderia de forma eficiente se aproveitar dos grandes projetos, como os megaprojetos esportivos, para de fato realizar transformações sociais e não valorizações restritas e direcionadas.

Referências

FIFA - Fédération Internationale de Football Association. Football Stadiums. Technical recommendations and requirements. 100 YEARS FIFA 1904-2004. Zurique: FIFA, 2004.

ALTHULER, A. LUBEROFF, D. **The Changing politics of urban Meg-projects**. Vol. 15, N4. Land Lines, Lincoln Institute of policy. Boston: 2003

ANDREOLI, M. CAETANO. **Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil**. Dissertação Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. São Paulo: Vozes, 2000.

BOTEGA, L. R. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil**. Espaço Plural, Ano VIII, n.º 17. São Paulo: 2007.

CARNEIRO, P. A. S. **Limites e desafios para a efetivação da reforma urbana no Brasil**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em planejamento Urbano e Regional. Belém: maio 2007.

COTIAT, B.; SABOIA, J. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1088, p.3-45.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARVEY, D. **A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

HARVEY, Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço e Debates**, n. 39, p. 48-64. São Paulo, 1996.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, IAB-PR; Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Paraná (AsBEA-PR); cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica PR, Universidade Positivo. **Workshop Curitiba Copa 2014**. Nov. 20. Ano 2008.

NOBRE, E. A. C. **Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros**. 2000. (Tese Doutorado) Universidade de São Paulo USP.

OLIVEIRA, F. L.; LIMA JUNIOR, P. N. **Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira**, In: Congresso da Associação de estudos Latino Americano. Rio de Janeiro: jun. 2009.

OLIVEIRA, A. **Megaeventos, crescimento econômico e desigualdades regionais no Brasil**. Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, n. 13, Brasília 2011.

RAEDER, S. **Planejamento urbano em sedes de megaeventos esportivos**. IV Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento Urbano. Regional, Integrado, Sustentável. Universidade de Algarves, Portugal: Outubro, 2010.

SÁNCHEZ, F. *et al.* Produção de sentido e produção de espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p.39-56. Curitiba, 2004.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. Studio Nobel: São Paulo, 1998.

ULYTAMARI, C. REZENDE, D. **Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais**. V.7, n.2, p.7-14. Ambiente construído: Porto Alegre, abr./jun. 2007.

SINAENCO - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia. Atrasos e obras canceladas reduzem legado da Copa. 18/06/2013. Disponível em: <http://www.sinaenco.com.br/noticias_detalhe.asp?id=1372>. Acesso em: dezembro de 2013.

ULTRAMARI, C. REZENDE, D. **Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais**. V.7, n.2, p.7-14. Ambiente construído: Porto Alegre, abr./jun. 2007.

VAINER, C. ARANTES, O. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Vozes: São Paulo, 2000.

BOLETIM COPA EM DISCUSSÃO: TRAJETÓRIA, ANÁLISES E RELEVÂNCIA

Patricia Baliski

Em agosto de 2011 foi lançado o primeiro número do boletim eletrônico *Copa em Discussão*¹, com o objetivo de divulgar os resultados preliminares obtidos pelos pesquisadores que integravam, no núcleo Curitiba, o Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014, desenvolvido nacionalmente pelo Observatório das Metrópoles.

Com o passar do tempo e da crescente problematização em torno dos impactos decorrentes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, o boletim passou a atingir não somente um maior número de leitores, mas também de colaboradores. Se inicialmente estava restrito à discussão de questões ligadas ao megaevento e à cidade de Curitiba, posteriormente agregou análises de Porto Alegre, com maior destaque, além de outras cidades brasileiras, de pesquisadores com e sem vínculo com o Observatório das Metrópoles.

Ao completar três anos de divulgação, em sua trigésima segunda edição, logo após o período da Copa do Mundo FIFA 2014, as atividades de divulgação do boletim foram finalizadas com um balanço dos impactos do megaevento em Curitiba e Porto Alegre, cidades com maior número de

¹ Embora a escrita do nome do boletim nas publicações fosse estilizada, neste texto, optou-se pela retirada dos símbolos de modo a facilitar a leitura. No decorrer do texto serão feitas menções a respeito disso.

colaboradores. No entanto, apesar de seu encerramento, pode-se afirmar que o boletim se configurou e ainda se configura como um importante registro, seja dos resultados e dos temas mais discutidos principalmente durante a preparação para o mundial, seja da própria evolução da pesquisa no âmbito do referido projeto. Além disso, acredita-se que sua maior contribuição, além das já descritas, foi a de propiciar um relevante canal de comunicação com a sociedade em geral, na medida em que seus leitores englobavam acadêmicos, integrantes de ONGs e de partidos políticos, órgãos públicos, além de trabalhadores de vários segmentos.

Em razão do exposto, o presente texto tem como objetivo apresentar um panorama de toda a produção do boletim eletrônico Copa em Discussão ao longo dos três anos de publicação, evidenciando sua organização, os temas de maior destaque, a área de formação dos autores, o recorte espacial de análise, além de demonstrar a extensa bibliografia indicada. Para tanto, uma análise minuciosa de todos os números foi efetuada, ampliando e revendo um levantamento já realizado em decorrência da edição comemorativa de dois anos. Nessa perspectiva, o presente texto divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se um breve histórico do boletim. Já na segunda parte, realiza-se uma análise de todas as edições considerando-se alguns aspectos que serão apresentados no item específico.

Copa em Discussão: a evolução do alcance das discussões

Como indicado no item introdutório, o boletim eletrônico Copa em Discussão teve sua primeira edição em agosto de 2011, momento em que havia decorrido apenas quatro meses do início do Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014. A proposta de se criar o boletim aconteceu na terceira reunião do referido projeto (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012). Nesse momento, decidiu-se que seria necessário algum tipo de publicação que propiciasse a divulgação dos resultados obtidos pelos pesquisadores integrantes do projeto no núcleo Curitiba que começavam a se debruçar sobre o tema, bem como de eventos e reuniões ligados à temática de discussão.

Uma equipe se organizou para avançar na ideia² e, assim, como iniciativa do núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, do Projeto de Extensão Cidade em Debate (Direito/UFPR, Universidade Positivo e Ministério Público do Estado do Paraná) e do LaDiMe (Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas – Geografia/UFPR), foi proposto o boletim intitulado “Copa em Discu\$S/Ao”. Seu nome estilizado era uma clara referência à visão que o grupo tinha da Copa do Mundo FIFA 2014, ou seja, um evento oportuno para negócios e lucros empresariais.

Para tanto, decidiu-se que o boletim seria mensal, sempre lançado no último dia do mês, e composto por cinco seções: (i) Copa em Notícias, dedicada à apresentação das principais notícias divulgadas durante o mês de publicação; (ii) Copa em Análise, em que se traria uma análise e(ou) discussão sobre algum aspecto dos megaeventos; (iii) Copa em Dados, na qual seriam apresentados dados ligados à temática, não necessariamente sendo necessário algum tipo de análise sobre eles; (iv) Copa Acadêmica, com sugestões de bibliografias relacionadas aos megaeventos; (v) Copa em Debate, composta por uma agenda de reuniões e eventos para o mês seguinte.

Em razão dos poucos recursos financeiros para viabilizar sua impressão e da importância de se atingir um maior número de leitores, optou-se pelo formato eletrônico, a ser divulgado por meio de listas de e-mails. A partir dessa organização e do envolvimento de pesquisadores do grupo, principalmente no que se refere à elaboração dos textos, foi lançado, em 31 de agosto de 2011, o primeiro número do boletim (Anexo 1).

A cada edição novos elementos eram apresentados e trazidos para a discussão envolvendo distintos aspectos relacionados aos megaeventos e à organização da Copa do Mundo FIFA 2014. Destaca-se que a partir do número 12, edição de um ano do boletim, de 31 de agosto de 2012, passaram a ser replicados também alguns textos publicados na página de Internet do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade³, vinculado ao

² Equipe inicialmente formada por Olga Firkowski, Leandro F. Gorsdorf, Patricia Baliski e Jocieli Majewski.

³ Disponível em: < <http://nefutebolesociedade.blogspot.com.br/>>

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como meio de aproximação com outros grupos que também estavam discutindo a temática megaeventos.

Até então, muitas das análises e discussões do Copa em Discussão diziam respeito principalmente à cidade de Curitiba, recorte de análise da maioria dos pesquisadores que haviam colaborado com o boletim. Essa situação começou a se alterar um pouco mais de um ano depois da criação do Copa em Discussão quando ocorreu a inserção de pesquisadores do núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles na composição da equipe do boletim⁴. Assim, a partir do número 14, de 31 de outubro de 2012, as análises passaram a abranger sobretudo as cidades de Curitiba e Porto Alegre, obviamente que com abertura para discussões sobre outras cidades-sede ou diferentes megaeventos, situação que permaneceu até a finalização das atividades.

Outra ocasião relevante para a divulgação do boletim foi a inauguração da página de Internet do Copa em Discussão⁵, momento quando também se apresentou um novo layout para a publicação, no número 18, de 31 de março de 2013 (anexo 2). A estilização do nome do boletim presente desde o início das publicações foi alterada para uma outra, “Copa em Discu\$\$\$ão”, no entanto, deixando ainda evidente a concepção do grupo em relação à Copa do Mundo. Assim, concomitante às listas de e-mails, a página de Internet possibilitou também a divulgação de cada número lançado, bem como a reunião das edições anteriores para eventuais consultas.

Nesse mesmo ano, o número 23, de 31 de agosto de 2013, foi a edição de comemoração dos dois anos de boletim, oportunamente lançado no Seminário Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo em Curitiba, realizado no início de setembro daquele ano. Além disso, essa edição também marcou o início das contribuições voluntárias de leitores que, com textos de opinião, contribuíram para a ampliação dos debates concernentes à realização dos megaeventos no Brasil.

⁴ Em especial Paulo Roberto Rodrigues Soares e seus orientandos de graduação, mestrado e doutorado e Lucimar Fátima Siqueira.

⁵ Disponível em: < www.copaemdiscussao.com.br>.

Do mesmo modo, a lista de leitores que originalmente restringia-se a alguns contatos acadêmicos e de órgãos públicos, foi sendo ampliada ao longo do trabalho, chegando ao final a abranger pessoas de variadas instituições, órgãos, empresas, movimentos sociais, partidos políticos e ONGs, tais como, apenas para citar alguns: ABRASCAN (Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais), CGU (Controladoria Geral da União), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), Comitê Popular da Copa de Curitiba, COPEL, CREA-PR (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CUT-PR (Central Única dos Trabalhadores), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), Instituto Esporte e Educação, Instituto Ethos, IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), ISAE (Instituto Superior de Administração e Economia), Ministério Público do Paraná, Observatório das Metrôpoles, Polícia Militar do Paraná, SEES-PR (Secretaria de Estado do Esporte), SME (Secretaria Municipal de Educação de Curitiba), SMELJ (Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba), SENAI-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI-PR (Serviço Social da Indústria), TCU (Tribunal de Contas da União), TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná), Terra de Direitos, além de trabalhadores da rede estadual de educação do Estado do Paraná e do comércio de Curitiba, pesquisadores vinculados ao Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014 e pessoas não ligadas a algum grupo em específico. Em relação à academia, ao final, o boletim estava sendo divulgado a alguns alunos, de diferentes níveis, e(ou) professores da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFMS, UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UNIBRASIL (Faculdades Integradas do Brasil), UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), Universidade Positivo, Universidade Tuiuti do Paraná e UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

Além dessa lista ampla e da página de Internet do boletim, foi também considerável a divulgação do Copa em Discussão realizada por diversas instituições, entidades e grupos em suas respectivas páginas, tais como Observatório das Metrôpoles, Comitê Popular da Copa de Curitiba,

Cidade em Debate, Terra de Direitos, Pacto Global CREA-PR, Direito à Moradia e Fórum Popular da Copa 2014 em Manaus, apenas para citar alguns.

Posteriormente à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, foi lançado o último boletim, o de número 32, em 17 de setembro de 2014, quando se anunciou o encerramento desta publicação. Com textos analíticos sobre Porto Alegre e Curitiba, o boletim trouxe discussões mais amplas, além de informações sobre os dias de realização dos jogos nas duas cidades-sede. Tais análises se somaram a todas as outras efetuadas ao longo dos três anos de atividade do boletim, que abordaram desde questões sobre controle social até investimentos em obras específicas. Dessa forma, dada a pluralidade de temas, na próxima seção deste texto será apresentado um levantamento de tais informações, de modo a se ter um panorama da contribuição do boletim para a discussão dos megaeventos, em especial a Copa.

Os temas presentes no boletim Copa em Discussão

Como citado no texto introdutório, na ocasião dos dois anos do boletim foi realizado um primeiro levantamento nas publicações de modo a saber quais temas foram mais discutidos, os recortes espaciais prioritários de análise, informações e dados divulgados, área de formação dos autores e bibliografias indicadas. O presente texto, com o objetivo de finalizar essa tarefa, não somente deu continuidade ao levantamento, como também reviu o já realizado anteriormente de modo a verificar a consistência das informações daquele momento.

Nesse sentido, os dados a serem apresentados na sequência dizem respeito às trinta e duas edições publicadas, analisando três das cinco seções do boletim, quais sejam: Copa em Análise, Copa em Dados e Copa Acadêmica. A escolha dessas três se deve ao fato de que as duas outras, Copa em Notícias e Copa em Debate tinham um caráter mais informativo, seja de quais notícias estavam em destaque no mês de publicação, seja de quais os eventos que iriam acontecer. Diferentemente, as três seções escolhidas para análise tinham um caráter de divulgação das pesquisas em andamento, principalmente.

Primeiramente, será apresentado o levantamento realizado na seção Copa em Análise, levando-se em consideração os temas, o recorte espacial e a área de formação dos autores. Em relação aos temas, indicados na Tabela 1, constata-se que os de maior destaque se referiram às obras e aos estádios.

TABELA 1 - COPA EM ANÁLISE: QUANTIDADE DE TEXTOS POR TEMA⁽¹⁾

TEMAS	QUANTIDADE
Obras ⁽²⁾	8
Estádio	8
Controle Social	6
Empresas/economia	5
Outros megaeventos esportivos	5
Pesquisa	4
Zona de restrição/exclusão	3
Copas anteriores	3
Espaço público	3
Desapropriação/moradia	3
Mobilização popular	3
Legislação	2
Vendedores ambulantes	1
Total	54

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

NOTAS: (1) Em alguns textos, mais de um tema aparecia. Nesses casos, optou-se por classificar no tema de maior destaque na análise.

(2) Consideraram-se as obras de mobilidade ou em geral, excetuando-se os textos que tratavam especificamente das obras dos estádios.

De uma certa forma esses resultados não surpreendem na medida em que durante todo o período preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014, foram esses dois temas que mais se destacaram⁶, em decorrência principalmente dos investimentos crescentes e vultosos, atrasos e ampliação de cronogramas. Assim, as pesquisas buscaram averiguar todas essas situações. Na sequência, sobressaíram-se as análises que na classificação realizada denominou-se controle social, ou seja, textos que trataram sobre as câmaras temáticas, secretarias criadas, grupos de acompanhamento dos gastos, processos de participação, transparência etc. O destaque desse tema se deve não somente às várias estruturas

⁶ A repercussão desses dois temas na mídia é inegável. A respeito do destaque sobre as notícias relacionadas aos estádios, em especial ao Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), consultar o texto de Anabelli Simões Peichó e Jussara Maria Silva, presente neste livro.

administrativas criadas para acompanhar e gerenciar a organização do evento, mas também devido à falta de participação da sociedade em boa parte do processo decisório.

Outros temas que apareceram com certa recorrência foram os relacionados às empresas/economia e outros megaeventos esportivos. No primeiro caso, em razão do viés econômico bastante forte da Copa; e, no segundo, pelo impacto que tais megaeventos têm em seus locais de realização. Por fim, em menor quantidade e em ordem decrescente de análises, aparecem os textos que discutiram questões ligadas à pesquisa no âmbito do Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014, zona de restrição/exclusão no entorno dos estádios, copas anteriores, espaço público, desapropriação, mobilização popular, legislação e vendedores ambulantes. Assim, em razão do ilustrado, mais uma vez, reforça-se que a amplitude de temas analisados e discutidos no boletim foi representativa.

O segundo aspecto de levantamento dos textos que integraram a seção Copa em Análise foi o recorte espacial adotado nas discussões apresentadas, conforme discriminado na Tabela 2.

TABELA 2 - COPA EM ANÁLISE: RECORTE ESPACIAL DAS ANÁLISES

ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE
Curitiba, Região Metropolitana ou Paraná	19
Porto Alegre (RS)	13
Brasil	13
Internacional/outros países	8
Cuiabá (MT)	1
Total	54

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

Como pode ser observado, em razão de o boletim ser criado no âmbito do núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, o maior número de textos se refere à escala que abrange Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ou Paraná. A opção por agrupar esses três recortes em um só decorre de que muitas das discussões, apesar de fazer referência a municípios da RMC ou ao Estado do Paraná, tinham sua matriz explicativa ligada diretamente a Curitiba. Para exemplificar podem ser citadas as câmaras temáticas criadas no âmbito do governo estadual e

as obras de mobilidade asseguradas pela Matriz de Responsabilidades⁷ para o município de São José dos Pinhais. Ambos os casos só podem ser explicados pelo fato de Curitiba ter sido definida como cidade-sede, não há como desvinculá-los desta cidade.

As outras duas escalas de recorrência nos textos da seção Copa em Análise foram as referentes à cidade de Porto Alegre e ao Brasil. A primeira é explicada pela inserção de pesquisadores do núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles na composição da equipe editorial do boletim e por sua relevância na contribuição com textos analíticos sobre a referida cidade. A segunda, devido à necessidade de análises mais gerais sobre o Brasil, de modo a verificar o que no processo de preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 era comum ou era específico a uma ou outra cidade-sede.

A quarta escala com recorrência de análises foi a referente ao recorte internacional, muitas vezes envolvendo mais de um país. Sua aparição, de uma certa forma representativa, pode ser explicada em razão dos megaeventos esportivos até então terem sido realizados em outros países. Dessa forma, podem ser citadas as análises referentes à Eurocopa, à Copa do Mundo 2010 na África do Sul e de 1978 na Argentina, dentre outros.

Outro elemento utilizado nesse levantamento foi o referente à área de formação dos autores dos textos da seção Copa em Análise de modo a verificar que áreas do conhecimento tiveram maior influência na explicação dos aspectos concernentes à Copa do Mundo FIFA 2014. Para tanto, a partir dos textos fez-se uma relação dos autores e cada um foi considerado apenas uma vez para o levantamento, de modo a não superestimar as informações finais. Isso foi necessário na medida em que alguns autores publicaram mais de um texto. Os resultados podem ser observados na Tabela 3.

⁷ A Matriz de Responsabilidades é um instrumento que “[...] tem o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos signatários (União, estados, Distrito Federal e municípios) para execução das medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial” (PORTAL DA COPA).

TABELA 3 - COPA EM ANÁLISE: QUANTIDADE DE AUTORES POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA	QUANTIDADE
Geografia	19
Arquitetura e Urbanismo	5
Direito	2
Educação Física	2
História	2
Ciências Políticas	1
Ciências Sociais	1
Serviço Social	1
Total	33

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

Os resultados evidenciam a supremacia de autores ligados à Geografia. Essa quantidade se explica pelo fato de que parte considerável das publicações foi de autoria de pesquisadores ligados ao Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014. Assim, destaca-se que tanto em Curitiba quanto em Porto Alegre os grupos tinham como coordenadores pesquisadores da área de Geografia, o que repercutiu na quantidade de contribuições desta área, afinal, a produção envolveu não apenas estes pesquisadores, mas também seus orientandos, muitas vezes também com formação em Geografia.

A segunda área por quantidade de contribuições é a de Arquitetura e Urbanismo, explicada pela participação considerável no projeto de pesquisadores com esta formação, principalmente no núcleo Curitiba. Já as demais áreas são menos representativas nas explicações presentes no boletim. Apenas uma observação deve ser feita. Como pode ser observado, há contribuições de pesquisadores com formação em História e Educação Física. No entanto, a maior parte dos textos dos autores dessas áreas não foi produzida originalmente para o Copa em Discussão, foram reproduzidos, com autorização, da página de Internet do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade, grupo que agrega sobretudo pesquisadores com formação em História e Educação Física, citado anteriormente⁸.

⁸ Apenas um dos textos com autoria de um pesquisador com formação em História foi produzido especificamente para o boletim.

A segunda seção analisada foi a Copa em Dados, que, como já citado, visava apresentar dados e informações ligados à temática, não necessariamente sendo necessário algum tipo de análise. Na Tabela 4 é possível observar os temas abordados nessa seção considerando todas as edições do boletim. Ressalta-se que nem todas as edições do boletim a trouxeram, por isso a quantidade é bem inferior aos totais apresentados para o Copa em Análise, que, em muitos números, trouxe mais de uma contribuição.

TABELA 4 - COPA EM DADOS: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR TEMA⁽¹⁾

TEMAS	QUANTIDADE
Obras ⁽²⁾	5
Estádios	5
Enquete de jornal	3
Desapropriação	3
Investimentos	3
Mobilização popular	1
Vendedores ambulantes	1
Outros megaeventos	1
Centros de Treinamento	1
Empresas/economia	1
Futebol e violência	1
Copa das Confederações	1
Pesquisa	1
Total	27

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

NOTAS: (1) Em alguns casos, mais de um tema aparecia. Assim, optou-se por aquele de maior destaque.

(2) Consideraram-se as obras de mobilidade ou em geral, excetuando-se os casos que tratavam especificamente das obras dos estádios.

Do mesmo modo que para a seção Copa em Análise, na Copa em Dados os temas de maior notoriedade também foram os referentes às obras e aos estádios, sendo que o motivo dessa evidência, já indicada anteriormente de modo mais detalhado, foi o destaque que tais temas tiveram em todo o período preparatório para o mundial. Na sequência aparecem os temas de enquetes, desapropriações e investimentos. Ressalta-se que para o caso das enquetes reproduzidas no boletim, elas foram realizadas a pedido de um dos jornais de maior circulação em Curitiba e averiguavam, sobretudo, a aprovação dos curitibanos no que se referia à realização dos jogos da Copa do Mundo nesta cidade.

Os dados sobre desapropriações tentaram apresentar algo e contribuir para futuras discussões, mesmo que minimamente, afinal, poucas foram as informações disponibilizadas pelo poder público a respeito do tema. Já os dados sobre investimentos, em geral, trouxeram informações dos recursos crescentes destinados às obras asseguradas pela Matriz de Responsabilidades. Por fim, temas como mobilização popular, vendedores ambulantes, outros megaeventos, centros de treinamento, empresas/economia, futebol e violência, pesquisa e Copa das Confederações, apareceram uma única vez, em razão das discussões serem polarizadas em torno das obras e estádios.

Tendo como base o recorte espacial adotado para a apresentação das informações, na Tabela 5 é possível observar que majoritariamente essa seção trouxe dados relativos à cidade de Curitiba ou sua Região Metropolitana, pois os pesquisadores que mais contribuíram com o Copa em Dados eram do núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, favorecendo assim a polarização em torno desta escala de análise.

TABELA 5 - COPA EM DADOS: RECORTE ESPACIAL DAS INFORMAÇÕES

ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE
Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba	17
Brasil	8
Porto Alegre	1
Total ⁽¹⁾	26

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

NOTA: (1) A quantidade total apresentada nesta tabela não corresponde ao apresentado na anterior, em razão de um dos levantamentos não ter escala espacial definida (número 23, de 31 de agosto de 2012).

Em segunda posição aparecem as edições que apresentaram dados mais amplos sobre o Brasil, em especial, as que trouxeram informações para todas as cidades-sede. Por fim, com apenas uma ocorrência, um número com dados sobre Porto Alegre, mais especificamente sobre as empresas vencedoras dos editais de licitação das obras asseguradas pela Matriz de Responsabilidades.

Por fim, na análise das informações divulgadas, apresenta-se a Tabela 6, na qual é possível observar a área de formação dos colaboradores da seção Copa em Dados.

TABELA 6 - COPA EM DADOS: QUANTIDADE DE COLABORADORES POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA	QUANTIDADE
Geografia	4
Ciências Sociais	1
Serviço Social	1
Total	6

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)

Assim como na seção Copa em Análise, na Copa em Dados são os pesquisadores com formação em Geografia os que mais contribuíram, com reduzida participação de outras áreas. A pouca quantidade de pessoas que colaboraram nessa seção evidencia que a seção não conseguiu mobilizar ou incentivar pesquisadores na divulgação de dados, demonstrando a preferência deles pela realização de análises. Dessa forma, enquanto na seção Copa em Análise foram trinta e três colaboradores, na Copa em Dados, somente seis.

Finalmente, a última análise efetuada foi na seção Copa Acadêmica, referente às sugestões de livros, artigos, monografias, dissertações, teses e entrevistas, presente em quase todas as edições do boletim Copa em Discussão, sendo que somente em dois números não houve algum tipo de indicação (número 17, de 28 de fevereiro de 2013; número 20, de 31 de maio de 2013). Esse levantamento considerou o tipo de obra (artigo, livro etc.), bem como a língua de divulgação (português, espanhol etc.). Os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 7.

TABELA 7 - COPA ACADÊMICA: QUANTIDADE DE TEXTOS INDICADOS POR MODALIDADE E LÍNGUA

MODALIDADE	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPAÑHOL	FRANCÊS	TOTAL
Artigos publicados em periódicos	58	19	22	4	103
Artigos publicados em anais de eventos	34	4	1	1	40
Livros	11	2	-	-	13
Dissertações	8	-	-	-	8
Dossiês e documentos	7	-	-	-	7
Artigos em jornais	4	1	-	-	5
Entrevistas	3	-	-	-	3
Monografias de conclusão de curso	2	-	-	-	2
Teses	2	-	-	-	2
Total	129	26	23	5	183

FONTE: Boletim Copa em Discussão (números 1 ao 32)
Sinal convencional utilizado: - sem dados

A partir das informações discriminadas na tabela é possível afirmar que o boletim se caracterizou (e ainda se caracteriza) como uma importante fonte de pesquisa bibliográfica sobre a temática megaeventos, haja vista a quantidade representativa de bibliografia indicada ao longo das suas trinta e duas edições, totalizando cento e oitenta e três sugestões. Dentre as várias modalidades, destacaram-se os artigos publicados em periódicos, principalmente aqueles em língua portuguesa. Isso não significa que de toda a produção acadêmica mundial sobre megaeventos se destaquem as análises na língua citada, mas evidencia qual é o tipo de bibliografia que pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre o tema têm maior facilidade em obter.

Uma segunda modalidade de bibliografia que se sobressaiu foi a concernente aos artigos publicados em anais de eventos, mais de quarenta indicações. Ressalta-se que dos eventos dos quais se sugeriu bibliografia, todos foram realizados no Brasil entre 2010 e 2013⁹. Assim, tal dado permite constatar que os megaeventos ganharam notoriedade em pouco tempo, dada a emergência relativamente recente do tema nas discussões acadêmicas brasileiras. Do mesmo modo essa afirmação também é válida para os livros publicados, pois foram treze indicações, das quais, 11 em língua portuguesa. Além é claro do desenvolvimento de monografias de conclusão de curso, dissertações e teses que, embora em menor número, reforçam a hipótese de interesse de muitos pesquisadores sobre a temática, em especial no período que antecedeu a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Nas modalidades não ligadas necessariamente à academia, encontram-se os artigos em jornais, as entrevistas e os dossiês e documentos produzidos, principalmente por ONGs (organizações não governamentais) e movimentos sociais, tais como os comitês populares da Copa. Porém, do mesmo modo que os trabalhos acadêmicos, tais tipos de bibliografia são relevantes para se compreender os vários aspectos dos megaeventos no Brasil, destacando-se as questões ligadas aos impactos e às violações de direitos humanos.

⁹ Um dos eventos era internacional, por isso, a existência de textos em outras línguas, além do português.

Considerações finais

Pelo exposto no decorrer do texto, acredita-se que três aspectos devem ser destacados a partir de toda análise realizada do boletim *Copa em Discussão*, publicado entre agosto de 2011 e setembro de 2014.

O primeiro deles é a importância que essa publicação teve para a divulgação preliminar dos resultados que foram sendo obtidos com o desenvolvimento do Projeto *Metropolização e Megaeventos: impactos dos Jogos Olímpicos 2016 e Copa do Mundo 2014*, desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles, especialmente para Curitiba e Porto Alegre, em razão do envolvimento de alguns pesquisadores de tais cidades com o boletim. Além disso, como afirmado no texto introdutório, além da divulgação no âmbito do referido projeto, sua contribuição também foi a de propiciar um canal de comunicação com a sociedade em geral e problematizar as discussões sobre os megaeventos no Brasil.

O segundo, diz respeito à amplitude de temas trabalhados quando se consideram todas as edições. Pelo exposto no texto, foi possível constatar que, embora alguns temas tenham tido maior destaque, as análises e apresentação de dados não ficaram restritas a eles, pelo contrário, trouxeram outros elementos e demonstraram a pluralidade e as várias faces com que os megaeventos podem ser analisados. Tal situação permitiu que questões não abordadas pela mídia fossem conhecidas pelos leitores do boletim, favorecendo assim não somente a disseminação de outros tipos de informação, mas também uma análise mais crítica acerca dos megaeventos.

Por fim, o terceiro aspecto se refere ao boletim *Copa em Discussão* como uma importante fonte de consulta bibliográfica, devido à quantidade representativa de várias modalidades de textos sugeridos ao longo de seus três anos de publicação. Para aqueles que se interessam ou vier a se interessar pelo tema, o boletim pode ser um ponto de partida interessante para suas pesquisas bibliográficas.

Referências

COPA EM DISCUSSÃO. Curitiba: núcleos Curitiba e Porto Alegre do Observatório das Metrópoles; LaDiMe; Projeto Cidade em Debate, 2011-2014.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Relatório Parcial Curitiba – Abril de 2012**. Projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/Relat_Curitiba2012.pdf> Acesso em: setembro de 2014.

PORTAL DA COPA – Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo FIFA 2014. **Matriz de Responsabilidades**. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. Acesso em: setembro de 2014.

Anexos

ANEXO 1 - CAPA DO PRIMEIRO NÚMERO DO BOLETIM COPA EM DISCUSSÃO, LANÇADO EM 31 DE AGOSTO DE 2011

Copa em Discu\$S/Ao

Ano 1, n. 1, Curitiba, 31 de agosto de 2011

Boletim eletrônico editado pelo Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles, Projeto Cidade em Debate e LaDiMe

Editorial

É com satisfação que publicamos o primeiro número do **Copa em Discu\$S/Ao**, boletim eletrônico que tem por objetivo disseminar informações, debates, análises, notícias sobre as ações relativas a Copa do Mundo de 2014, com especial atenção para o que ocorre em Curitiba.

Copa em Discu\$S/Ao é uma iniciativa do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles, do Projeto de Extensão Cidade em Debate (UFPR/Direito - Universidade Positivo - Ministério Público do Estado do Paraná) e do LaDiMe - Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas do Departamento de Geografia da UFPR. Terá periodicidade mensal e distribuição por e-mail, devendo, em futuro próximo, ser hospedado em *home pages* afins ao debate proposto.

Copa em Discu\$S/Ao será, também, um importante meio de divulgação das ações relativas ao desenvolvimento do projeto *Metropolização e Megaeventos esportivos*, coordenado pelo Observatório das Metrópoles e financiado pela FINEP, e que tem por objetivo a elaboração e aplicação de instrumentos de monitoramento dos impactos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 na estrutura urbano-metropolitana onde serão realizados estes eventos.

Para cumprir seus objetivos de divulgação e análise, seu formato contará com distintas seções, como segue:

Copa em notícias: disponibiliza as principais notícias ligadas a Copa veiculadas pela imprensa ou por outros meios, no mês que antecede a publicação do boletim;

Copa em análise: dedica-se a veicular análises preliminares realizadas pelos integrantes da equipe de pesquisa e demais interessados;

Copa acadêmica: divulga resenhas de livros dedicados à temática e/ou indica artigos científicos, livros, revistas;

Copa em dados: apresenta dados e informações sobre o desenvolvimento das obras e demais intervenções da Copa de 2014;

Copa em debate: indica a agenda de atividades previstas para ocorrer no mês seguinte a publicação do boletim, como eventos, audiências públicas, cursos, dentre outros.

Pretendemos, assim, que o **Copa em Discu\$S/Ao** contribua com a disseminação e a produção de informação qualificada que possibilite a ampliação das discussões pela sociedade em geral.

Leia, divulgue, contribua, participe!!!

E-mail para contato: copaemdiscussao@gmail.com

Djga Firkowskii
Coordenadora do LaDiMe/UFPR e do Núcleo

Copa em Notícias

Ato de lançamento do Comitê Popular da Copa em Curitiba



Manifestantes reunidos na Boca Maldita, região central de Curitiba



O Comitê Popular da Copa foi lançado oficialmente no dia 20 de agosto de 2011, com uma marcha contra a Copa-Negócio, no centro da cidade de Curitiba. O comitê é composto por vários movimentos sociais, entidades, coletivos e redes que estão organizados conjuntamente com o objetivo de assegurar o direito de participação popular nos processos decisórios, transparência nos gastos públicos e a luta pela garantia de direitos antes e durante os jogos, com base nos princípios da gestão democrática, da soberania popular, da justiça fundiária e da função social da cidade.

Mais informações sobre o Comitê podem ser obtidas em <http://copa2014curitiba.wordpress.com/>. Outras notícias sobre a marcha estão disponíveis nas páginas de Internet do Observatório das Metrópoles, Terra de Direitos, O Estado do Paraná e CGN Uol.

"Entre as bandeiras centrais da organização está o direito de participação popular nos processos decisórios".

A marcha iniciou-se às onze horas da manhã, na frente do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná e percorreu a Rua XV de Novembro, uma das principais do centro da cidade. Com faixas, cartazes e apitos os manifestantes chamaram a atenção para vários problemas que envolvem o evento, tais como corrupção, obras superfaturadas, despejos, falta de transparência, mudança na legislação e o uso do dinheiro público em obras privadas. O ato contou ainda com uma bem humorada e simbólica "pelada" de rua, na qual pedestres eram convidados a participar.



Editorial

Nessa edição de número 18 do Boletim Copa em Discussão, apresentamos algumas novidades, um novo layout do boletim e a inauguração da página na internet no endereço <www.copaemdiscussao.com.br>. Na página, é possível tanto o acesso ao número completo em pdf quanto por seções e podem ser baixados todos os números anteriores.

Também foram feitas algumas mudanças no layout do boletim, alterando elementos visuais, como a logo e as cores. Com essas novidades, esperamos ter um veículo mais ágil e que possa contribuir de modo mais efetivo para a divulgação de informações e a interação com o leitor, nessa reta final de preparativos e realização da Copa de 2014 no Brasil.

Estamos a menos de 75 dias para a prévia do mundial, com a Copa das Confederações, que se realizará em 6 cidades-sedes: Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador. Convém atenção aos desdobramentos que ocorrerão nas respectivas cidades-sedes e nas dinâmicas que serão estabelecidas pela FIFA para o desenrolar dos jogos...

Dentre tais dinâmicas, chama a atenção, ainda pela completa falta de informação, qual será, de fato, o perímetro da chamada "zona de exclusão", ou seja, a área demarcada pela FIFA no entorno dos estádios, onde haverá controle do acesso das pessoas e do tipo de comércio permitido, de modo a que não haja conflito de interesse entre atividades locais e aquelas relacionadas aos patrocinadores da FIFA.

Como em outras situações referentes à Copa, nessa também prevalece o silêncio e a falta de definição clara das regras, bem como do que será ou não permitido. Por mais absurdo que possa parecer tal desinformação se verifica em todas as cidades-sedes e talvez a Copa das Confederações nos permita esboçar uma prévia do que nos espera em 2014. Cabe lembrar o fato inusitado ocorrido em Salvador e ainda sem solução: um suposto conflito de interesse entre as baianas vendedoras de acarajé e a rede de fast

food americana *Mc Donald's*, patrocinadora oficial da FIFA. Tal conflito resultaria, em princípio, na restrição da venda do **acarajé** (patrimônio imaterial da Bahia) nas imediações da Arena Fonte Nova de modo a não oferecer concorrência ao famoso sanduíche da rede supracitada...

Sobre o tema apresentamos na sequência uma divertida charge, que pode ser acessada também no seguinte endereço:

=<http://www.materiacognita.com.br/cordel-da-copa-do-mundo-2014-fifa-quer-rebaixar-acaraje-baiano/#axzz2OYmw8wEK>>



Que venha a Copa das Confederações e, com ela, as lições sobre concessões, soberania e direitos!

Olga Firkowski

Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles

Sobre os autores

Alexandre Gomes Ferreira - Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do GEDiMe - Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas. Professor da Universidade de Santo Amaro (UNISA), São Paulo/SP. E-mail: agferreira@unisa.br.

Anabelli Simões Peichó - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Positivo. E-mail: anabelli_peicho@yahoo.com.br.

Ana Caroline de Oliveira Chimenez - Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles e do GEDiMe - Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas. E-mail: chimenezana@gmail.com.

Anni Caroline Harue Belmont Hirami - Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Centro de Estudos sobre Segurança Pública e Direitos Humanos. E-mail: annihirami@gmail.com.

Christopher Gaffney - Graduado em Latin American History - Trinity University (1992). Mestre em Geography - University of Massachusetts at Amherst (2002) e doutor em Geography - University of Texas at Austin (2006). Professor visitante no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) onde atua no programa de Pós Graduação. Senior Research Affiliate, Department of Geography, University of Zurich.

Elena Justen Brandenburg - Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professora substituta da Universidade Federal do Paraná, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Integrante do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles e do GEDiMe - Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas. E-mail: elenajbr@gmail.com.

Fernanda Keiko Ikuta - Graduada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da UNESP; do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território (ENCONTTRA) da UFPR; e do Grupo Desenvolvimento Comunitário e Sustentabilidade da UNICENTRO. Professora Adjunta do Curso

de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: ferikuta@gmail.com.

Gislene Pereira- graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. E-mail: gislenepereira42@gmail.com.

Gleyton Robson da Silva - Graduado e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do GEDiMe - Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas. E-mail: gleyton.genoveski@gmail.com.

Jussara Maria Silva- Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora adjunta da Universidade Positivo, Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: jumaria25@gmail.com.

Maicon Lincon Leitoles - Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em Gestão Urbana e Direito pela Universidade Positivo, Mestrando em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maiconleitoles@gmail.com.

Marcio Lucino de Quadros - Graduado em Geografia e Especialista em Análise Ambiental pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Geografia do curso pré-vestibular Dom Bosco. E-mail: mlq31@yahoo.com.br.

Nelson Argentino Soares Junior - Graduado em Geografia e Estudos Sociais pelas Faculdades Integradas “Espírita” e Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: soares.junior@pm.pr.gov.br.

Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski- Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Doutora em Geografia Humana pela USP, Pós-doutora pela Universidade de Paris I - PanthéonSorbonne. Professora Associada do Departamento de Geografia da UFPR. Pesquisadora

do CNPQ e Coordenadora do Núcleo Curitiba do INCT/Observatório das Metrópoles. E-mail: olga.firkowski@pq.cnpq.br.

Orlando Alves dos Santos Junior - Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Planejamento Urbano Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrópoles e Coordenador do Projeto Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas metrópoles brasileiras. E-mail: orlando.santosjr@gmail.com.

Patricia Baliski - Graduada, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles e do GEDiMe - Grupo de Estudos sobre Dinâmicas Metropolitanas. Professora do Instituto Federal do Paraná, Campus União da Vitória. E-mail: patricia.baliski@ifpr.edu.br.

Talissa Pinheiro Faszank - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Positivo, com intercâmbio na Portland State University, em Portland, Oregon, Estados Unidos, no período de setembro de 2013 a dezembro de 2014. E-mail: talissapfaszank@gmail.com.



978-85-63806-33-8



METROPOLIZAÇÃO
e MEGAEVENTOS

